UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE

THIANA NUNES CELLA

RETRATOS LITERÁRIOS DO PARANÁ – DO CLÁSSICO AO CONTEMPORÂNEO:
UMA TRAJETÓRIA DO ROMANCE HISTÓRICO PARANAENSE

CASCAVEL - PR
2022

THIANA NUNES CELLA

RETRATOS LITERÁRIOS DO PARANÁ – DO CLÁSSICO AO CONTEMPORÂNEO:
UMA TRAJETÓRIA DO ROMANCE HISTÓRICO PARANAENSE

Tese apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como requisito à obtenção do título de Doutora em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, nível de Mestrado e Doutorado – área de concentração Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Linguagem literária e interfaces sociais: estudos comparados.

Orientador: Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck
Coorientador: Prof. Dr. Phelipe de Lima Cerdeira

CASCAVEL – PR
2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Nunes Cella, Thiana
Retratos literários do Paraná - do clássico ao contemporâneo: uma trajetória do romance histórico paranaense. / Thiana Nunes Cella; orientador Gilmei Francisco Fleck; coorientador Phelipe de Lima Cerdeira. -- Cascavel, 2022.
303 p.

Tese (Doutorado Campus de Cascavel) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2022.

1. Historiografia do Paraná. 2. Romance histórico paranaense. 3. Trajetória do romance histórico. I. Fleck, Gilmei Francisco, orient. II. de Lima Cerdeira, Phelipe, coorient. III. Título.

THIANA NUNES CELLA

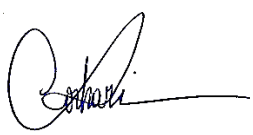
“RETRATOS LITERÁRIOS DO PARANÁ - DO CLÁSSICO AO CONTEMPORÂNEO: UMA TRAJETÓRIA DO ROMANCE HISTÓRICO PARANAENSE”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Doutora em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa “Linguagem Literária e Interfaces Sociais: Estudos Comparados”, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

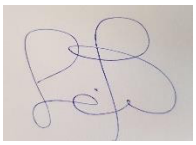
Orientador(a) - Gilmei Francisco Fleck
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Coorientador(a) - Phelipe de Lima Cerdeira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Carlos Henrique Lopes de Almeida
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)



Clarice Cristina Corbari
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)



Luiza Helena de Oliveira Silva
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

Maria da Penha Casado Alves
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Cascavel, 07 de junho de 2022

Àqueles subjugados, omitidos ou esquecidos nas entrelinhas do discurso hegemônico.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pelo profissionalismo e dedicação na atenção aos acadêmicos.

Ao Instituto Federal do Paraná, por incentivar e possibilitar a integralização das atividades acadêmicas, bem como por possibilitar o afastamento integral de minhas atividades como professora do ensino básico, técnico e tecnológico por dois anos, a partir de fevereiro de 2020.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – por oportunizar minha participação como bolsista no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, junto à *Universidad del Salvador* – USAL – em Buenos Aires, Argentina.

À *Universidad del Salvador* e à Professora Dra. Marcela Gladys Crespo Buituron, pelo aceite de minha proposta, e à toda equipe dessa instituição pelo acolhimento e colaboração.

Ao professor orientador, Dr. Gilmei Francisco Fleck, pela orientação impecável, pela forma atenta, rigorosa e fraternal com que me guiou em todos os passos deste processo.

Ao professor coorientador, Dr. Phelipe de Lima Cerdeira, pelas incansáveis leituras, sugestões e apontamentos na redação desta tese.

Aos professores Dra. Maria da Penha Casado Alves, Dr. Carlos Henrique Lopes de Almeida, Dra. Luiza Helena Oliveira da Silva e Dra. Clarice Cristina Corbari, membros da banca, pelas sugestões e apontamentos realizados na qualificação e defesa.

Aos professores Dr. Marcio da Silva Oliveira e Dra. Valdeci Batista de Melo Oliveira pelas leituras e apontamentos realizados nas versões preliminares da tese.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do Passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção - vias para a descolonização”, CNPq/UNIOESTE.

Ao João Pedro, meu amor maior, por tão cedo compreender que a mãe também é aluna, pesquisadora e professora.

La historia real de América Latina, y de América toda, es una asombrosa fuente de dignidad y de belleza; pero la dignidad y la belleza, hermanas siamesas de la humillación y el horror, rara vez asoman en la historia oficial. Los vencedores, que justifican sus privilegios por el derecho de herencia, imponen su propia memoria como memoria única y obligatoria. La historia oficial, vitrina donde el sistema exhibe sus viejos disfraces, miente por lo que dice y más miente por lo que calla. Este desfile de héroes enmascarados reduce nuestra deslumbrante realidad al enano espectáculo de la victoria de los ricos, los blancos, los machos y los militares.
(Eduardo Galeano).

CELLA, Thiana Nunes. *Retratos literários do Paraná* – do clássico ao contemporâneo: uma trajetória do romance histórico paranaense. 2022. 303 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. UNIOESTE, Paraná.
Orientador: Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck
Coorientador: Prof. Dr. Phelipe de Lima Cerdeira

RESUMO

Fundamentada nos pressupostos da literatura comparada, pautada nas intrínsecas relações entre história e ficção e na trajetória do gênero romance histórico, esta tese estabelece uma trajetória possível do romance histórico paranaense e averigua como tal escrita híbrida se comportou, diacronicamente, frente ao discurso histórico tradicional. Assim, demonstramos como as narrativas híbridas de história e ficção paranaenses podem configurar-se como uma via à decolonização, premissa do Grupo de Pesquisa "Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização", ao qual esta tese se vincula. Esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica crítica e analítica, com caráter qualitativo. Nela, delimitamos a trajetória do romance histórico desde sua instalação na Europa, no início do século XIX, cotejamos sua transposição à América Latina – pontualmente, no Brasil – e abordamos as tendências mais recentes do gênero. Essa trajetória é, então, contraposta ao percurso do gênero no Estado do Paraná. Nesse exercício, abordamos seu exórdio por meio do romance histórico clássico scottiano, discutido nos estudos de Lukács ([1937], 2011), sua transição ao romance histórico tradicional (INDURÁIN, 1995; MÁRQUEZ RODRÍGUEZ, 1996) e suas recorrências na América, espaço no qual se implementou sua fase crítica/desconstrucionista. Essa é a geradora das modalidades do novo romance histórico latino-americano (AÍNSA, 1991; MENTON, 1993; FLECK, 2017) e da metaficção historiográfica (HUTCHEON, 1991, 2013; FLECK, 2017), próprias do *boom* da literatura latino-americana. Tais enfrentamentos acomodaram-se, no pós-*boom*, às tendências conciliadoras do romance histórico contemporâneo de mediação (FLECK, 2017; KLOCK, 2021). Na sequência, partimos à compilação dos romances históricos paranaenses, à verificação de suas temáticas recorrentes e principais representantes, bem como à sondagem de seu *status quo* em face aos estudos já realizados sobre os 37 títulos paranaenses identificados. Por fim, com a intenção de demonstrar como ocorre, efetivamente, o percurso do romance histórico paranaense, apresentamos as análises de seis narrativas representativas das três fases delimitadas por Fleck (2017): acrítica, crítica/desconstrucionista e a crítica/mediadora. As quais são materializadas nas escritas dos romances *O drama da fazenda Fortaleza* (1941), de David Carneiro, e *Origens* (1961), de Pompília Lopes dos Santos, referentes à fase acrítica; *Guayrá* (2017), de Marco Aurélio Cremasco, e *O herói provisório* (2017), de Etel Frota, integrantes da fase crítica/desconstrucionista; *Terra vermelha* (1998), de Domingos Pellegrini, e *Um amor anarquista* (2005), de Miguel Sanches Neto, da fase mediadora. A partir destas análises, além de traçar a trajetória do romance histórico no estado, evidenciamos sua pluralidade e capacidade de ressignificar a historiografia tradicional, atuando como elemento ativo no processo de decolonização.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia do Paraná; Romance histórico paranaense*;* Trajetória do romance histórico.

CELLA, Thiana Nunes. *Retratos literarios de Paraná* - del clásico al contemporáneo: una trayectoria de la novela histórica de Paraná. 2020. 303 f. Tesis (Doctorado en Letras) – Universidad Estatal del Oeste de Paraná. UNIOESTE, Cascavel.
Director: Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck
Codirector: Prof. Dr. Phelipe de Lima Cerdeira

RESUMEN

Con fundamento en los supuestos de la literatura comparada, basada en las relaciones intrínsecas entre la historia y ficción y en la trayectoria del género novela histórica, esta tesis establece la trayectoria de la novela histórica paranaense y averigua cómo esta se comportó, diacrónicamente, frente al discurso histórico oficial. De esta manera, demostramos cómo las narrativas híbridas de historia y ficción paranaenses pueden consolidarse como una vía para la decolonización, premisa del Grupo de investigaciones "*Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização*", al cual se vincula esta tesis. Esta investigación caracterizase bibliográfica crítica y analítica, con carácter cualitativo. En esa, delimitamos una trayectoria posible de la novela histórica desde su instalación en Europa a inicios del siglo XIX, cotejamos su transposición a la América Latina – puntualmente, al Brasil - y abordamos las tendencias más recientes del género. Esa trayectoria es entonces contrastada con la trayectoria del género en el estado de Paraná. En este ejercicio, abordamos su exordio por medio de la novela histórica clásica scottiana, discutida en los estudios de Lukács ([1937] 2011), su transición a la novela histórica tradicional (INDURÁIN, 1995; MÁRQUEZ RODRÍGUEZ, 1996) y sus recurrencias en América, espacio en el que se implementó su fase crítica/deconstruccionista. Esa fase es la generadora de las modalidades nueva novela histórica latinoamericana (AÍNSA, 1991; MENTON, 1993; FLECK, 2017) y de la metaficción historiográfica (HUTCHEON, 1991, 2013; FLECK, 2017), propias del *boom* de la literatura latinoamericana. Tales confrontaciones se acomodaron, en el post-*boom*, a las tendencias conciliatorias de la novela histórica contemporánea de mediación (FLECK, 2017; KLOCK, 2021). En la secuencia, partimos a compilar novelas históricas paranaenses, a la verificación de sus temáticas frecuentes y principales representantes, así como el sondeo de su *status quo* frente a los estudios ya realizados sobre los 37 títulos paranaenses identificados. Por fin, con la intención de demonstrar cómo ocurre efectivamente el recorrido de la novela histórica paranaense, presentamos los análisis de seis narrativas representativas de las tres fases delimitadas por Fleck (2017): acrítica, crítica/deconstruccionista y la crítica/mediadora. Las cuales son materializadas en las escrituras de las novelas *O drama da fazenda Fortaleza* (1941), de David Carneiro, y *Origens* (1961), de Pompília Lopes dos Santos, refiriéndose a la fase acrítica; *Guayrá* (2017), de Marco Aurélio Cremasco, y *O herói provisório* (2017), de Etel Frota, componiendo la fase crítica/deconstruccionista; *Um amor anarquista* (2005), de Miguel Sanches Neto, y *Terra vermelha* (1998), de Domingos Pellegrini, de la fase mediadora. Mediante estos análisis, además de trazar la trayectoria de la novela histórica en el estado, tornamos evidente su pluralidad y capacidad de resignificar a la historiografía tradicional, actuando como elemento activo en el proceso de decolonización.

PALABRAS CLAVE: Historiografía del Paraná; Novela histórica paranaense*;* Trayectoria de la novela histórica.

CELLA, Thiana Nunes. *Literary portraits of Paraná* – from classical to contemporary: a trajectory of the historical novel of Paraná. 2022. 303 p. Thesis (PhD in Language and Literature). Western Paraná State University. UNIOESTE, Cascavel.
Advisor: Gilmei Francisco Fleck, PhD.
Co-advisor: Phelipe de Lima Cerdeira, PhD.

ABSTRACT

Supported on the assumptions of comparative literature, based on the intrinsic relations between History and fiction and on the trajectory of the historical novel genre, this thesis establishes the trajectory of the historical novel of Paraná and ascertains how such hybrid writing behaved, diachronically, in face of traditional historical discourse. Thus, we demonstrate how the hybrid narratives of history and fiction of Paraná can be configured as a path to decolonization, premise of the Research Group "*Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização*", to which this thesis is connected. This research characterizes a bibliographic, critical and analytical investigation, with a qualitative character. In it, we delimit one possible trajectory of the historical novel since its settlement in Europe, at the beginning of the 19th century, we approach its transposition to Latin America – punctually, in Brazil – and we descant the most recent trends of the genre. Then, we contrast this general trajectory with the trajectory of the genre in the State of Paraná. In this effort, we approach its exordium through the classic Scottish historical novel, as discussed by the studies of Lukács ([1937], 2011), its transition to the traditional historical novel (INDURÁIN, 1995; MÁRQUEZ RODRÍGUEZ, 1996) and its presentments in America, space in which its critical/deconstructionist phase was implemented. This phase generates the modalities of the new Latin American historical novel (AÍNSA, 1991; MENTON, 1993; FLECK, 2017) and historiographic metafiction (HUTCHEON, 1991, 2013; FLECK, 2017), inherent of the *boom* in Latin American literature. Such confrontations accommodate, in the post-*boom*, in the conciliatory tendencies of the contemporary historical novel of mediation (FLECK, 2017; KLOCK, 2021). In the sequence, we compile the historical novels of Paraná, to verify their recurring themes and main exponents, as well as we probe their *status quo* in face of the studies already carried out on the 37 Paraná titles identified. Ultimately, aiming to demonstrate how the trajectory of the historical novel of Paraná effectively occurs, we present the analysis of six representative novels of the three phases delimited by Fleck (2017): uncritical, critical/deconstructionist and critical/mediator. Which are materialized in the novels *O drama da fazenda Fortaleza* (1941), by David Carneiro, and *Origens* (1961), by Pompília Lopes dos Santos, referring to the uncritical phase; *Guayrá* (2017) by Marco Aurélio Cremasco, and *O herói provisório* (2017) by Etel Frota, concerning the critical/deconstructionist phase; *Terra Vermelha* (1998) by Domingos Pellegrini, and *Um amor anarquista* (2005) by Miguel Sanches Neto, relative to the mediation phase. From these analysis, in addition to tracing the trajectory of the historical novel in the state, we evidence its plurality and ability to remean traditional historiography, acting as an active element in the decolonization process.

KEYWORDS: Historiography of Paraná; Paraná historical novel; Trajectory of the historical novel.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1 O ROMANCE HISTÓRICO: DA TRAJETÓRIA EUROPEIA ÀS INOVAÇÕES NA AMÉRICA LATINA: FASES E MODALIDADES 27

1.1 AS MODALIDADES DO ROMANCE HISTÓRICO CLÁSSICO E TRADICIONAL: RUMO À CRITICIDADE NARRATIVA **32**

1.2 DO OLHAR CRÍTICO AO DESCONSTRUCIONISMO EXPERIMENTAL: O *BOOM* DA NOVA NARRATIVA LATINO-AMERICANA **55**

1.3 DOS EXPERIMENTALISMOS DO *BOOM* À MEDIAÇÃO DO PÓS-*BOOM*: O ROMANCE HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO DE MEDIAÇÃO **74**

2 NARRATIVAS HÍBRIDAS DE HISTÓRIA E FICÇÃO NO PARANÁ: REPRESENTANTES E FORTUNA CRÍTICA 93

2.1 A CONJUNTURA DE ROMANCES HISTÓRICOS NO PARANÁ: ENTRE ACHADOS E PERDIDOS, EXPRESSÕES PARANAENSES **97**

2.2 NARRATIVAS HÍBRIDAS PARANAENSES NO UNIVERSO ACADÊMICO ATUAL: ESTUDOS, CRÍTICAS E LIMITES **109**

3 LEITURAS DA TRADIÇÃO AO DESCONSTRUCIONISMO CRÍTICO E À MEDIAÇÃO: RETRATOS LITERÁRIOS PARANAENSES 129

3.1 A HISTORIOGRAFIA REVISITADA PELO ROMANCE: UMA COMUNHÃO DISCURSIVA À MANUTENÇÃO DA TRADIÇÃO **135**

3.1.1 *O drama da fazenda Fortaleza* (1941), de David Carneiro: tradição e saudosismo nas disputas pela posse da terra no Paraná imperial **136**

3.1.2 *Origens* (1961), de Pompília Lopes dos Santos: acriticidade e tradicionalismos no povoamento de Superagui **152**

3.2 SOB O SIGNO DA CRÍTICA/DESCONSTRUCIONISTA: A IMPUGNAÇÃO DAS VERSÕES HEGEMÔNICAS DO PASSADO PELA FICÇÃO **169**

3.2.1 *Guayrá* (2017), de Marco Aurélio Cremasco: as incursões jesuíticas sob o signo pluriperspectivista – óticas revitalizadas **172**

3.2.2. *O herói provisório* (2017), de Etel Frota: figurações metaficcionais e desconstrucionistas do Episódio *Cormorant* **195**

3.3 ENTRE A TRADIÇÃO E A DESCONSTRUÇÃO: O RECURSO DA MEDIAÇÃO EM NOVOS DIÁLOGOS ENTRE TRADIÇÃO E RENOVAÇÃO **221**

3.3.1 *Um amor anarquista* ([2005] 2008), de Miguel Sanches Neto: fluxos imigratórios, comunidades coloniais e identidade cultural pelo traço mediador..... **224**

3.3.2 *Terra vermelha* ([1998] 2013), de Domingos Pellegrini: a história do homem como história da terra – a mediação como espaço de olhares populares **245**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **267**

REFERÊNCIAS **280**

Apêndice I – Descrição dos romances históricos paranaenses..... **290**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trajetória do gênero romance histórico: do romantismo aos dias atuais 28

Quadro 2 – Romances históricos contemporâneos de mediação estudados pelo Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América” 84

Quadro 3 – Mapeamento dos romances históricos paranaenses 99

Quadro 4 – Relação de estudos sobre os romances históricos paranaenses 111

INTRODUÇÃO

Sabemos que a literatura e a história, ao longo dos séculos, compartilharam sua constituição e condição discursiva, ancoradas na seleção de signos para o estabelecimento de ideologias. Ambos os discursos são constituídos de linguagem, em sua essência, por narrativas nas quais ocorrem as representações da experiência humana a partir de um ponto de vista, as quais têm a categoria de tempo como eixo estruturador (MILTON, 1992). Diferenciam-se, entretanto, pela pretensão ao reelaborar discursivamente o passado: enquanto o discurso histórico pretende alcançar a veracidade e a objetividade, o discurso literário busca, em algumas de suas criações, pela verossimilhança, já em outras, procura demonstrar a possibilidade de múltiplas perspectivas para um mesmo evento, revelando que história e ficção são produtos de linguagem, discursos produzidos por sujeitos sociais sob distintas intenções ideológicas.

As múltiplas possibilidades de criação literária, no entanto, permitem ao texto ficcional transportar elementos factuais, reflexivos e críticos, tecer relações com o discurso histórico sem deixar de serem consideradas obras de ficção. Consoante a Aínsa (1997, p. 113),

> […] *la complejidad histórica muchas veces simplificada, cuando no reflejada en forma reductora y maniquea en el discurso político, histórico o ensayístico, aparece mejor reflejada en la mimesis del narrativo. La literatura tolera las contradicciones, la riqueza y polivalencia en que se traduce la complejidad social y sociológica de pueblos e individuos, lo que no siempre sucede en el ensayo histórico, en general más dependiente del modelo teórico e ideológico al que aparece referido*.[1]

Nas narrativas híbridas de história e ficção, essa capacidade representacional, bem como sua riqueza polissêmica, ocorre devido à sua constituição escritural artística que possibilita, entre outras muitas estratégias, a construção narrativa com sobreposições de diferentes visões – históricas e literárias

[1] Nossa tradução: A complexidade histórica, muitas vezes simplificada, quando não reverbera de forma redutora e maniqueísta no discurso político, histórico ou ensaísta, manifesta-se melhor na mimese da narrativa. A literatura é tolerante das contradições, da riqueza e da polivalência nas quais a complexidade social e sociológica dos povos e dos indivíduos é traduzida, o que nem sempre acontece no ensaio histórico, pois, geralmente, ele depende mais do modelo teórico e ideológico a que se encontra atrelado. (AÍNSA,1997, p. 113).

– sobre o mesmo fato ou momento histórico (FLECK, 2017). Por isso, os romances de extração histórica (TROUCHE, 2006), também denominados de narrativas híbridas de história e ficção (FLECK, 2017), ou simplesmente romances históricos, são escritas ficcionais que carregam traços e características do discurso da história hegemônica ou da nova história – dependendo de sua modalidade –, amalgamados à tessitura de elementos ficcionais que produzem uma obra de arte literária peculiar, resultante do entrecruzamento de elementos oriundos de diferentes áreas do conhecimento e de distintas artes, em alguns casos.

No panorama contemporâneo, os estudos sobre a produção de romances históricos apresentam-se como uma importante alternativa de possíveis informações sobre o passado histórico: além de nos munir dos aspectos da geografia, dos mitos, lendas e crenças locais, também possibilitam contemplarmos os aspectos ideológicos vigentes à época que o romance escolhe renarrativizar ou ressignificar[2], de modo que as narrativas híbridas nos oferecem formas distintas de conhecimento sobre o passado, pois

> […] *los estudios de la vida privada de cada época, tanto como los de la vida cotidiana, del trabajo y de la infancia, han permitido una más fiel reconstrucción de los contextos y la recreación de episodios más próximos a la verdad histórica. La visibilización de la mujer y de grupos silenciados, así como el rescate de costumbres y ritos sociales otorgan nuevos atractivos a la ficción de fuente histórica, ya que los narradores han sabido explotar los resultados de las investigaciones innovadoras.*[3] (TACCONI, 2013, p. 22).

[2] Na esfera das investigações sobre as narrativas híbridas de história e ficção, realizadas no âmbito ao Grupo de Pesquisa "Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização", empregamos as taxionomias distintivas "renarrativizar" e "ressignificar" frente ao amplo universo dessas produções. No primeiro caso, a referência dá-se àquelas escritas literárias que buscam renarrar os eventos do passado sem alterar as bases ideológicas e o discurso colonialista, que caracteriza a historiografia hegemônica de cunho rankeano que, no passado, já os registrou. Já para o caso das narrativas literárias que se enfrentam com esse discurso tradicional, seja da historiografia ou do próprio romance histórico – em suas manifestações da modalidade clássica e tradicional –, para revelar outras perspectivas, agentes e condicionantes históricos utilizamos a lexia "ressignificar". Essa, segundo a ideologia do Grupo, vai muito além da ressemantização, pois envolve um outro olhar para o passado colonialista, para a construção da identidade latino-americana e para a formação do cidadão, agente histórico não passivo frente à colonialidade do poder, do saber e do ser, conforme proposto por Mignolo (2014).

[3] Nossa tradução: Os estudos da vida privada de cada época, bem como os da vida cotidiana, do trabalho e da infância, têm permitido uma reconstrução mais fiel dos contextos e a recriação de episódios mais próximos da verdade histórica. Tornar visíveis as mulheres e os grupos silenciados, assim como resgatar costumes e ritos sociais, outorga novos atrativos à ficção de origem histórica, uma vez que seus narradores souberam explorar os resultados dessas pesquisas inovadoras. (TACCONI, 2013, p. 22).

Desse modo, por ser, frequentemente, motriz de reflexões críticas sobre o passado de um grupo, lugar ou acontecimento histórico, as narrativas híbridas de história e ficção também são capazes de promover uma compreensão acurada do processo de formação das sociedades, bem como da substância intrínseca de nossas identidades e sua afirmação. Isso é possível uma vez que, na atualidade, nessas escritas híbridas há um visível predomínio de projetos não mais atrelados às exigências do poder vigente ou aos padrões eurocêntricos anteriormente cultivados massivamente pelo gênero.

A trajetória das produções literárias híbridas de história e ficção, consoante a Fleck (2017), pode ser dividida em dois grandes grupos:

1. O primeiro deles é formado pelas produções acríticas e engloba desde as produções do início do século XIX até aquelas produzidas na contemporaneidade. Estas produções deram origem à primeira fase da trajetória do gênero romance histórico e ela está constituída pelas modalidades do romance histórico clássico (scottiano) e o romance histórico tradicional. Tais modalidades caracterizam-se por um alinhamento discursivo e ideológico com os registros historiográficos hegemônicos da primeira fase da ciência histórica.

2. Já o segundo grupo é formado pelas produções críticas que, com algumas exceções, fizeram-se mais proeminentes no século XX, como resultantes de transformações desencadeadas pelo modernismo, pelo movimento da nova narrativa latino-americana – decorrente do modernismo e iniciada em 1940 –, pelo *boom* literário latino-americano – como ápice da nova narrativa latino-americana –, pelos movimentos de contracultura, engendrados, também, pelo pós-*boom*, e pela nova história. Esse segundo grupo – que contempla amplamente narrativas híbridas de história e ficção críticas –, o autor divide na segunda e terceira fases da trajetória do romance histórico:

> - A fase crítica/desconstrucionista, cujas produções despontam na América Latina em meados do século XX. Tal produção é marcada pelo signo da crítica desconstrucionista e do experimentalismo linguístico e formal do período do *boom* literário latino-americano. Nessa, o discurso ficcional combate e desestabiliza as versões cristalizadas da história tradicional. Sua produção está consolidada pelas modalidades denominadas de novos romances históricos latino-americanos e metaficção historiográfica;

- A terceira fase é designada de crítica/mediadora. Nela, há uma reaproximação entre as duas modalidades anteriores. Tal fase está formada por um grande número de obras contemporâneas nas quais é visível a mediação entre as características da tradição e as renovadoras. Essa fase é assinalada pela modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação[4].

A partir dessas considerações basilares, investigamos, nesta tese, as diferentes fases, modalidades e posturas teóricas existentes na produção híbrida de história e ficção paranaense. Nesta, estabelecemos sua possível trajetória, identificamos suas características predominantes, temáticas mais exploradas e principais representantes, bem como verificamos os estudos críticos que a ela se dedicam, considerando o percurso do gênero desde a sua implementação, no romantismo europeu, até os nossos dias.

A eleição por investigar a produção literária híbrida paranaense se deve ao fato de que a pesquisadora é também docente no Instituto Federal do Paraná, Campus Coronel Vivida, o qual tem como uma de suas missões a valorização e desenvolvimento local e regional. Nesse ínterim, anteriormente, desenvolveu o projeto de pesquisa e extensão “História, memória e identidade coletiva local”, contemplado na modalidade de Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX/IFPR. Por meio dessa atividade, abordou as diferentes relações entre a história, a identidade, a memória individual e coletiva, os espaços geográficos e as diferenças étnico-culturais da região. No desenvolvimento do projeto, as narrativas híbridas de história e ficção paranaense mostraram-se como uma fértil fonte de informações e ressignificações do passado do estado, além de ser uma área ainda pouco investigada e carente de materiais específicos, o que despertou o interesse de nossa parte.

Desta forma, nossa tese estabelece uma possível trajetória do romance histórico paranaense, a fim de comprovar se a mesma acompanha a projeção do

[4] O conceito de romance histórico contemporâneo de mediação foi instituído por Gilmei Francisco Fleck em 2007, no artigo “A conquista do ‘entre-lugar’: a trajetória do romance histórico na América”, publicado no número 23 da Revista *Gragoatá* (2007). Neste, o autor contempla as transformações verificadas no gênero romance histórico e as contribuições ocorridas no contexto latino-americano, com destaque a esta tendência mais recente. Para o texto completo, indicamos: Fleck, Gilmei F. (2007). A conquista do “entre-lugar”: a trajetória do romance histórico na América. *Gragoatá*. Niterói, n. 23, 2. sem. 2007. p. 149-167. Disponível em: https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33183. Acesso em: 13 fev. 2022.

gênero na América Latina, apresentando posturas que transitam do tradicionalismo laudatório para a crítica impugnadora, em direção às posturas decolonizadoras presentes na segunda fase das escritas híbridas de história e ficção, inaugurada em nosso continente em 1930[5] e delas se encaminha à fase da mediação, representada pela modalidade dos romances históricos contemporâneos de mediação (FLECK, 2017), escritas instauradas pela produção híbrida típica do pós-*boom* da literatura latino-americana.

O olhar decolonial[6] sobre a trajetória das narrativas híbridas de história e ficção paranaenses contribui para a verificação de como as representações ficcionais do passado foram renovadas ao longo do tempo e transitaram de uma postura apologética ao tradicionalismo colonial para uma atitude crítica e ressignificadora desse passado. Assim, as teorias decoloniais, na acepção de Mignolo (2007; 2014; 2020) e Walsh (2009; 2013; 2014), alicerçam nossa busca por assinalar e instigar um posicionamento crítico contínuo, capaz de resistir, intervir e influir para o movimento de reconhecer, desvelar e questionar a colonialidade do ser, do saber e do poder. Essa tarefa é especialmente necessária em espaços que, com a justificativa na retórica da modernização e da civilização, foram colonizados arbitrariamente – como é o caso dos países latino-americanos.

Nesse contexto, nossos estudos da trajetória dos romances históricos paranaenses articulam-se, muitas vezes, como forma de acesso ao pensamento decolonial e às versões alternativas da história hegemônica, em outras palavras, como um recurso e elemento ativo no processo de decolonização. Em nossas análises, buscamos promover, portanto, uma esfera de prática político pedagógica,

---

[5] A crítica literária, tradicionalmente, apontou a data de 1949, com a publicação de *El reino de este mundo* (1949), de Alejo Carpentier, como marco primeiro das rupturas propostas pela modalidade do novo romance histórico latino-americano. No entanto, Hugo Eliecer Dorado Mendez (2021), em sua dissertação *Nuestro Bolívar*: da heroificação à humanização da sua figura na ficção, ao investigar o romance *Mi Simón Bolívar* (1930), de Fernando González Ochoa, impele ao descolamento de seu exórdio para a década de 1930, pois o mesmo já apresenta as características de ruptura com as modalidades acríticas do gênero, próprias da fase crítica/desconstrucionista. Para maiores informações, consultar: MENDEZ, Hugo Eliecer Dorado. Nuestro Bolívar: da heroificação à humanização da sua figura na ficção. 99f. 2021. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em: http://dspace.unila.edu.br/123456789/6101. Acesso em: 15 jan. 2022.

[6] Salientamos, aqui, que optamos pela taxionomia *decolonial* respaldados pela proposta de Catherine Walsh (2009, p. 14-5), segundo a qual a nomenclatura, suprimindo o “s”, marca uma distinção com o significado *de-* (*des-*) em seu sentido clássico: não intenta apenas aplacar, desfazer ou reverter o colonial, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. Seu desígnio é, de fato, marcar e provocar um movimento contínuo de transgredir, intervir, insurgir e influir por um caminho no qual seja possível identificar, revelar e incentivar espaços outros, de exterioridades e construções alternativas.

caracterizada pela resistência e não apagamento, que possibilita a visibilização de perspectivas periféricas, omitidas ou marginalizadas pela colonialidade. Assim, apostamos na formação do leitor como via de descolonização das mentes e do imaginário latino-americano, impulsionados pelos projetos estéticos decoloniais das escritas híbridas de história e ficção críticas produzidas em nosso estado.

Para isso, partimos daqueles resultados já alcançados em estudos realizados sobre a trajetória do gênero romance histórico e seu desenvolvimento na América Latina, em pesquisas realizadas no contexto do Grupo "Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização". Tais investigações foram realizadas por pesquisadores/integrantes como Gilmei Francisco Fleck[7], Adenilson de Barros de Albuquerque[8], Marina Luiza Rohde[9], Leila Shaí Del Pozo González[10], Alceni Elias Langner[11], Ana Maria Klock[12], entre outros.

---

[7] FLECK, Gilmei Francisco. *Imagens metaficcionais de Cristóvão Colombo*: uma poética da hipertextualidade. 2004. 311f. (Dissertação em Letras). Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho-Assis-SP; FLECK, Gilmei Francisco. *O romance, leituras da história*: a saga de Cristóvão Colombo em terras americanas. 2008. 333f. (Tese em Letras). Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho-Assis-SP; FLECK, Gilmei Francisco. *O romance contemporâneo de mediação*: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção. Curitiba: CRV, 2017.

[8] ALBUQUERQUE, Adenilson de Barros de. *Narrativas canudenses*: conflitos além da guerra. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel; Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/2380. Acesso em: 13 mar. 2022. ALBUQUERQUE, Adenilson de Barros de. *A palavra armada*: ficcionalizações da Guerra Grande (1864-1870). 194 f. Tese. (Doutorado em Letras). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2020; Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/4708. Acesso em: 13 mar. 2022. ALBUQUERQUE, Adenilson de Barros de; FLECK, Gilmei Francisco. *Canudos: conflitos além da guerra – entre o multiperspectivismo de Vargas Llosa (1981) e a mediação de Aleilton Fonseca (2009)*. Curitiba: CRV, 2015.

[9] ROHDE, Marina Luiza. *Anita Garibaldi*: *de heroína à mulher – a trajetória das imagens ficcionais de Ana Maria de Jesus Ribeiro*. 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/3468. Acesso em: 13 mar. 2022

[10] GONZÁLEZ, Leila Shaí Del Pozo. *Malinche no espelho das traduções de Xicoténcatl (1826)*: [1999 – 2013]. 2017. 212f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel. Disponível em: https://tede.unioeste.br/handle/tede/3452. Acesso em: 13 mar. 2022.

[11] LANGNER, Alceni Elias. *De um sonho dourado à crueldade do pesadelo*: configurações literárias de Lope de Aguirre – uma trajetória. 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel. Disponível em: https://tede.unioeste.br/handle/tede/3873. Acesso em: 13 mar. 2022.

[12] KLOCK, Ana Maria. *O romance histórico no contexto da nova narrativa latino-americana (1940*): dos experimentalismos do boom à mediação do pós-boom – histórias da outra margem. 2021. 331 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. UNIOESTE, Cascavel. Orientador: Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/5661. Acesso em: 13 mar. 2022.

De acordo com Esteves (2010), as primeiras narrativas híbridas de história e ficção escritas em solo nacional ocorreram por meio da publicação de folhetins nas primeiras décadas do Brasil independente (1822), em produções que flutuaram entre as nuances do gênero romance, da novela e da narrativa histórica. Essas escritas híbridas coincidem, também, com a necessidade de "[...] instalação do conceito de nação brasileira e também da construção de um cânone cultural e literário [...]" (ESTEVES, 2010, p. 44). Dessa forma, articulam-se como uma proto-história do romance moderno como gênero e do romance histórico brasileiro, anterior à sua consolidação promovida por José de Alencar.

Efetivamente, o primeiro romance histórico brasileiro, de acordo com Candido (2013), é *Um roubo na Pavuna* (1843), de Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, exemplar da modalidade romance histórico tradicional. Entretanto, a maturidade do romance – histórico e não histórico – é alcançada com a pena de José de Alencar, em narrativas que não apenas consolidam o romance histórico brasileiro, como também o ideal nacionalista – indianista e regionalista –, em romances históricos como *O guarani* (1857), *As minas de Prata* (1862-6), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874). Por quase um século, então, o romance histórico nacional – com características mais ou menos tradicionais – foi desenvolvido a partir das premissas estabelecidas pela obra alencariana, mas não viu surgir nenhuma grande obra, conforme aponta Esteves (2010, p. 52).

Já no século XX, nomes como José Lins do Rego e Jorge Amado despontam como importantes representantes do romance histórico regionalista. Entrementes, nesse cenário, a obra-prima do romance histórico nacional é a trilogia *O tempo e o vento*, de Érico Veríssmo, publicada entre 1949 e 1961, especialmente seu primeiro volume *O continente* (1949). Este último, é um dos poucos romances históricos brasileiros mencionados nos estudos de Menton (1993), *La nueva novela histórica de la América Latina, 1979-1992*, em que traça um panorama das transformações do gênero na América Latina. Ao tratar das obras *criollistas* da primeira metade do século XX, em que a identidade nacional volta a ganhar ênfase, o autor assevera: "*Tal vez la más sobresaliente de las novelas históricas criollistas es O continente [...], una epopeya monumental que traza la historia del Brasil desde la época colonial*

hasta los años de 1940 con la perspectiva de Rio Grande do Sul.[13]" (MENTON, 1993, p. 38).

Na segunda metade do século XX, ocorre uma erupção de romances históricos, os quais veiculam posturas escriturais plurais, num painel multifacetado e permeado pelas implicações do contexto histórico social à época, especialmente ao período da Ditadura Militar (1964 – 1985) e ao cenário mundial da Guerra Fria (1947 – 1991). Dessa produção, destacamos os romances *Confissões de Ralfo* (1975), de Sérgio Sant'Anna, *Mad Maria* (1980), de Márcio Souza, em *Em liberdade* (1981), de Silviano Santiago, *Memorial do fim* (1991), de Haroldo Maranhão, dentre outras muitas.

No estado do Paraná, a produção de romances históricos é considerável, com primeiro registro – encontrado até o momento – datado de 1941, período em que se instauram as principais diretrizes da nova narrativa na América Latina. De autoria do historiador David Carneiro, importante personalidade para a história do estado, o primeiro romance histórico paranaense, *O drama da fazenda Fortaleza* (1941), foi pioneiro e estímulo para um número considerável de publicações posteriores. Infelizmente, são poucos os estudos sobre a literatura paranaense nesse ramo de produção, o que confere à nossa tese sua relevância.

Com exceção de alguns autores e obras já consagrados, tais como Paulo Leminski, Miguel Sanches Neto e Wilson Bueno, o estudo sobre a literatura híbrida de história e ficção paranaense é bastante tímido. As pesquisas são ainda mais escassas quando se consideram apenas os estudos que problematizam a relação entre os discursos histórico e ficcional proposta pelas narrativas híbridas de história e ficção produzida por escritores paranaenses.

Além da pouca valorização dos romances históricos paranaenses na academia, a história do estado também é pouco prestigiada, especialmente quando são considerados os inúmeros conflitos, elementos autóctones, religiosidades, implicações geográficas e processos colonizadores que ocorreram em nosso território no passado. Por essas razões, é comum que paranaenses desconheçam seu passado histórico e/ou a produção literária local. Isso ocorre em grande parte pela ausência de projetos – educacionais, em especial – voltados à realidade local

[13] Nossa tradução: Talvez a mais sobressaliente dos romances históricos *criollistas* é *O continente* [...], uma epopeia monumental que traça a história do Brasil desde a época colonial até os anos de 1940 com a perspectiva do Rio Grande do Sul. (MENTON, 1993, p. 38).

com vistas à ampliação dos estudos sobre esse universo para uma possível identidade mais consciente e crítica.

Esse cenário, portanto, abre espaço para alguns questionamentos sobre o passado do estado e a produção ficcional híbrida de história e ficção: a escrita da história do Paraná passou por processos de suavização e tentativas de apagamento de episódios da memória coletiva – próprios da perspectiva eurocêntrica – da mesma forma como ocorreu em certos momentos da história do nosso continente? As releituras desse passado, feitas pela ficção híbrida dos escritores paranaenses, acompanharam as tendências críticas instauradas na América Latina, decorrentes do movimento da nova narrativa latino-americana, instaurada a partir da década de 1940, que gerou, entre outros movimentos, o *boom* e o pós-*boom*[14] de nossa literatura?

Caso as respostas às nossas inquietações sejam positivas, interrogamo-nos se esses apagamentos ocorreram aqui por questões ideológicas, intelectuais ou por meio da força e da violência, como também ocorreu em inúmeros momentos da história da América Latina. E, por outro lado, interessa-nos desvendar quais as bases ideológicas – ideários histórico sociais – que perpassam as releituras da história pela ficção paranaense.

Isso nos auxilia a comprovar se no estado do Paraná a produção híbrida de história e ficção seguiu, ou não, as tendências impugnadoras das versões da história hegemônica (LARIOS, 1997). Tais versões ficcionais impuseram-se nesse gênero a partir das produções altamente críticas e desconstrucionistas da literatura hispano-americana, a princípio, e, em seguida, pela produção latino-americana em geral. Elas constituíram, segundo Fleck (2017), a segunda fase do romance histórico – composta pelas modalidades do novo romance histórico latino-americano, inaugurado, segundo a crítica literária mais corrente (AÍNSA, 1991; MENTON, 1993), com a obra *El reino de este mundo*, em 1949[15], pelo cubano Alejo Carpentier, e pela metaficção historiográfica, que desponta também com força após essas inovações na narrativa latino-americana.

---

[14] Para o entendimento desse processo de renovação da literatura na América Latina, decorrente do Modernismo Hispano-americano do final do século XIX, aconselhamos a leitura da tese de Ana Maria Klock (2021).

[15] Conforme já assinalamos, há que se considerar a publicação anterior de *Mi Simón Bolívar* (1930), de Fernando González, desconhecido ou desconsiderado pela crítica precedente.

Tais reflexões são lançadas em nossa tese ao tomarmos como hipóteses a atenuação da participação do Paraná na Guerra do Paraguai (1864 – 1870), a suavização da violência no discurso sobre a Guerra do Contestado (1912 – 1916) e das Reduções Jesuíticas (1610 – 1629), bem como pelo movimento que culminou na Revolta dos Posseiros (1957), pela presença de grileiros, que reprimiram partes do estado à custa de colônias e comunidades abandonadas e apagadas do registro da história convencional.

Nesse panorama, ancorados, ainda, na hipótese de manipulação e desestabilização do discurso histórico convencional pela ficção, verificamos se a produção paranaense se configura como um caminho à decolonização e à consolidação de perspectivas negligenciadas/silenciadas ou se mantém ainda atrelada aos paradigmas eurocêntricos de exaltação de heróis e ações do passado.

Em outras palavras, buscamos comprovar se as narrativas híbridas de história e ficção paranaenses apresentam versões diferentes das perpetuadas pela historiografia tradicional. Atividade que se faz premente em nosso território, haja vista que, em países que possuem um histórico de conflitos e lutas culturais e por riquezas – como é o caso dos países formadores da América Latina –, a versão dos vencedores é predominante no discurso da corrente tradicional da historiografia (HOBSBAWM, 1995).

Durante o século XX, no entanto, esse predomínio do discurso do poder foi questionado tanto pela literatura como pelas correntes da nova história[16]. Depois de tantas incertezas e violências, a história hegemônica tornou-se apenas uma das muitas possibilidades de registro sobre o passado. A história passa a ser uma construção discursiva posta em dúvida: não há mais fatos estanques, há diferentes versões de um mesmo fato, nada mais é absoluto (ESTEVES, 2010; ANDERSON, 1998).

Como consequência dessas transformações, consolidadas pela perspectiva da história como construção cultural ideológica, o diálogo entre literatura e história é

[16] A nova história consiste num movimento de renovação no contexto da história tradicional, "é a história escrita como uma reação deliberada contra o 'paradigma' tradicional" (BURKE, 1992, p. 10). Esse paradigma tradicional está ancorado nas premissas do historiador alemão Leopold von Ranke (1795 – 1886) que, no início do século XIX, instaura o caráter científico da história como a representação dos acontecimentos (*événementielle*), alicerçada em fontes e documentos. A nova história, por sua vez, tem suas origens associada à *École des Annales*, na implementação da Revista de *Anallles*, em 1929, na França, como uma forma de repensar a história em sua relação com outras áreas do conhecimento, tais como a economia e a política.

matizado, com fronteiras tênues, muitas vezes imperceptíveis, e contribuições recíprocas. Nesse cenário, os romances históricos passam a ser carreadores de interpelações e problematizações sobre a representação histórica, especialmente nas modalidades críticas desse gênero literário.

Nos romances históricos das modalidades críticas, muitas vezes, é possível encontrar um retorno crítico e questionador ao passado. Neles, os eventos relidos ganham novas perspectivas, representando o que Jim Sharpe (1992) chama de “a história vista de baixo” (SHARPE, 1992, p. 41). Em outras palavras, não são mais as personagens vitoriosas e centrais os focos de atenção, mas, sim, as opiniões e experiências de pessoas comuns: a versão dos vencidos, dos silenciados, é posta em evidência.

Por conseguinte, o estudo das narrativas híbridas de história e ficção paranaenses apresenta-se como um fértil caminho para a ressignificação do passado e consequente decolonização epistêmica latino-americana. Essa busca por decolonizar o ser, o poder e o saber no espaço da América Latina – que ainda apresenta prismas enclausurados na perspectiva dos vencedores e na hegemonia eurocêntrica – é um esforço contínuo e paralelo ao estabelecimento da trajetória do romance histórico paranaense.

Salientamos que a investigação sobre os romances históricos paranaenses está vinculada às demandas de estudos com vistas à decolonização latino-americana, fomentadas pelo Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”, e acolhidos pela linha de pesquisa “Linguagem literária e interfaces sociais: estudos comparados”, do Programa de Pós-graduação em Letras da Unioeste/Cascavel-PR. O exame dessas narrativas pode, assim, revelar a essência dessas escritas, os ideários que as movem e os procedimentos escriturais que as edificam, ampliando, desse modo, nossas possíveis leituras e interpretações sobre o passado paranaense.

Esta tese pretende, portanto, estudar o romance histórico paranaense, inserido no espaço maior daquele da América Latina, para estabelecer sua trajetória – com base na evolução que o gênero sofreu nas escritas híbridas no espaço antes colonizado por Espanha, Portugal e França na América. Para isso, é necessário verificar as temáticas frequentes e constatar como esses textos questionam, rejeitam

ou se articulam à historiografia hegemônica, cuja escrita tradicional imperou no espaço latino-americano por muito tempo.

Para uma compreensão didático-pedagógica dessa produção, à medida do possível, verificamos em quais tipologias do gênero enquadra-se certo número desses romances e os organizamos dentro das fases – acrítica; crítica/desconstrucionista e mediadora – e das modalidades do romance histórico – clássica, tradicional, novo romance histórico latino-americano, metaficção historiográfica e romance histórico contemporâneo de mediação – estabelecidas por Fleck (2017) em sua obra *O romance histórico contemporâneo de mediação*: *entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção*. Esse procedimento possibilita-nos visualizar, de forma clara, como vem comportando-se, diacronicamente, a produção híbrida paranaense frente à dicotomia da exaltação e da criticidade que marca a trajetória geral do gênero.

O desenvolvimento desta pesquisa, além de trazer contribuições para a área da literatura brasileira, em especial às pesquisas sobre as narrativas híbridas de história e ficção, fortalece a valorização da literatura paranaense. Ao mesmo tempo, visa ao reconhecimento da história do estado e seu processo de formação, uma vez que, predominantemente, esses romances inserem em suas diegeses o espaço geográfico do Paraná, permeado por traços da cultura, linguagem, identidade, história e memória local.

Para o desenvolvimento satisfatório de nossa pesquisa, a metodologia utilizada está alicerçada na pesquisa bibliográfica e envolve estudo crítico-analítico, moderado pela análise literária das obras em perspectiva comparativa. Dessa forma, os mecanismos e estratégias de leitura e análise dos romances fundamentam-se nos conceitos relativos aos estudos literários comparados.

Ressaltamos que a literatura comparada é um ramo de estudos relativamente recente e seu perfil de investigação permite trabalhos amplamente elaborados e críticos, não se configura em um método particular, mas, como afirma Carvalhal (1998, p. 6), trata-se de um procedimento “lógico-formal do pensar diferencial (processualmente indutivo) paralelo a uma atitude totalizadora (dedutiva)”, e, portanto, não deve ser apresentada como sinônimo de simples comparação entre obras literárias. Essa deve ser concebida, portanto, como “uma forma específica de interrogar os textos literários na sua interação com outros textos, literários ou não, e outras formas de expressão cultural e artística.” (CARVALHAL, 1998, p. 74).

Sobre essa interação entre as variadas modalidades textuais, Eduardo Coutinho (2011) destaca a essência interdisciplinar da literatura comparada, salientando que essa característica tem sofrido significativas modificações nos últimos anos, especialmente após o que chamamos de Estudos Culturais. A interdisciplinaridade da literatura comparada era tratada de forma separada, segmentada: “Hoje estas fronteiras foram lançadas por terra, em decorrência do questionamento do próprio objeto de estudo da disciplina – a obra literária – e dos demais pilares que até então haviam sustentado a sua construção, como os conceitos de ‘nação’ e ‘idioma’.” (COUTINHO, 2011, p. 30).

Por ser uma maneira eficaz de interrogar os textos literários na sua interação com outros textos (literários ou não), e por possuir discurso “plural e descentrado, situado historicamente e consciente das diferenças que identificam cada *corpus* literário envolvido no processo de comparação” (COUTINHO, 2003, p. 31), a literatura comparada é aqui tomada como procedimento basilar para estudos mais elaborados sobre a produção literária híbrida de história e ficção. No prosseguimento da pesquisa, portanto, os estudos de literatura comparada são um meio de investigar o romance híbrido paranaense e suas múltiplas relações com o discurso histórico hegemônico, com aquele da nova história e os seus aspectos sociais, políticos, culturais.

Para a apresentação de nossa pesquisa, optamos pela divisão do texto em quatro seções. Na primeira seção, intitulada “O romance histórico: da trajetória europeia às inovações na América Latina – fases e modalidades”, dedicamo-nos às transformações nas narrativas híbridas de história e ficção, desde seus primeiros exemplares no século XIX até seus desdobramentos contemporâneos. Essa seção compreende as seguintes modalidades do romance histórico: o romance histórico clássico, o romance histórico tradicional, o novo romance histórico latino-americano, a metaficção historiográfica e o romance histórico contemporâneo de mediação. Ela contempla os grupos acríticos e críticos do romance histórico, segundo a classificação de Fleck (2017). Quando pertinente, buscamos traçar a trajetória do gênero romance histórico atrelada aos aspectos referentes ao contexto histórico – como é o caso da Revolução Francesa e o aparecimento do gênero na Europa –, bem como suas relações ao panorama literário de forma ampla, como é o caso do modernismo na América Latina, e o *boom* e pós-*boom* da literatura latino-americana.

A segunda seção, “Narrativas híbridas de história e ficção no Paraná: representantes e fortuna crítica”, apresentamos um panorama da produção de escritas híbridas de história e ficção no Paraná, no qual elencamos os títulos e autores encontrados, bem como ressaltamos suas principais temáticas e modalidades, sempre que possível. Nesta seção, também verificamos e analisamos o estado da arte dos romances históricos paranaenses: por meio de quadros informativos, apresentamos as investigações realizadas sobre as narrativas híbridas do estado, e demonstramos a necessidade de estudos mais aprofundados em um domínio carente de pesquisas contemporâneas.

A terceira seção, “Leituras da tradição ao desconstrucionismo crítico e à mediação: retratos literários paranaenses”, compreende os resultados de algumas das leituras e análises realizadas. Nessa seção, analisamos dois romances históricos representativos de cada uma das fases do romance histórico: acrítica, crítica/desconstrucionista e crítica mediadora.

Dentre as narrativas de extração histórica analisadas, expomos algumas ponderações sobre a primeira narrativa híbrida de história e ficção paranaense, *O drama da Fazenda Fortaleza* (1941), de David Carneiro, representativa da fase acrítica do gênero, que se enquadra na modalidade tradicional. Destacamos que, de acordo com Fleck (2017), apenas uma narrativa histórica na modalidade clássica foi escrita na América, trata-se de *Mercedes of Castile: or the Voyage to Cathay* (1840), de James Fenimore Cooper, quem, ao seguir os parâmetros scottianos, deu início à temática do “descobrimento”[17] da América, no romantismo dos Estados Unidos[18].

---

[17] Também designada por “poética do descobrimento”, denominamos aquelas narrativas que nos oferecem distintas possibilidades de leitura sobre o processo de colonização da América, reveladas pela dicotomia da tradição e da renovação crítica existente na trajetória do romance histórico, a partir das quais torna-se possível relativizar e questionar visões cristalizadas perpetuadas por meio do discurso eurocêntrico e propagadas na cultura ocidental pela ótica – arbitrária e privilegiada – daqueles que aqui chegaram já com o domínio da linguagem escrita. Por meio desses estudos, são problematizadas “as dicotomias típicas oriundas de processos históricos que deixaram profundas sequelas, por um lado, pelo uso do poder e, por outro, pelo processo de dominação sofrido” (FLECK, 2005, p. 42), os quais são apresentados por perspectivas ideológicas distintas – e com tratamento estético diferenciado – por seus distintos expositores.

[18] Sobre a temática do “descobrimento”, Klock (2021), indica trabalhos relevantes desenvolvidos no país, dentre eles estão a tese de Heloisa Costa Milton, *As histórias da história*: *retratos literários de Cristóvão Colombo* (1992), defendida pela USP; e no âmbito das pesquisas realizadas pelo Grupo “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”, inclui-se a dissertação de Gilmei Francisco Fleck, *Imagens metaficcionais de Cristóvão Colombo: uma poética da hipertextualidade* (2005), bem como a tese do mesmo autor *O romance, leituras da história: a saga de Cristóvão Colombo em terras americanas* (2008), defendidas pela UNESP; a dissertação de Bernardo Antonio Gasparotto: *Diálogos entre o Velho e o Novo Mundo: uma leitura de Vigilia del Almirante (1992) e Carta del fin del mundo*

Ainda da primeira fase do gênero, analisamos o romance *Origens* (1961), de Pompília Lopes dos Santos, primeiro romance histórico paranaense de autoria feminina publicado[19], o qual classificamos como um romance histórico tradicional, com acentuadas características de literatura de formação e discurso apologético à historiografia eurocêntrica.

Também, analisamos *Guayrá* (2017), de Marco Aurélio Cremasco, exemplar da segunda fase do gênero – a crítica/desconstrucionista –, que apresenta postura crítica e desconstrucionista, recursos pluriperspectivistas e trato experimentalista da linguagem, e, por isso, nós a classificamos como novo romance histórico latino-americano. Da mesma fase, analisamos o novo romance histórico metaficcional *Um herói provisório* (2017), de Ethel Frota, que, além das características particulares da modalidade do novo romance histórico, apresenta profunda autoconsciência narrativa e densos elementos metaficcionais, tornando-o problematizador tanto da historiografia tradicional como da estrutura romanesca.

Pertencente à terceira fase do gênero, examinamos o romance *Um amor anarquista* (2008), de Miguel Sanches Neto, o qual, por seu caráter crítico e não experimentalista, emoldura-se na modalidade romance histórico contemporâneo de mediação, pertencente à terceira fase do gênero – a crítica mediadora. Desta mesma fase analisamos, também, o romance *Terra Vermelha* (2013), de Domingos Pellegrini, que mantém uma narrativa linear, fluida e crítica ao mesmo tempo.

Além das narrativas selecionadas, sempre que possível ou necessário, estabelecemos diálogos com outros títulos paranaenses, com a finalidade de traçar, progressivamente, o percurso do romance histórico em nosso estado. Salientamos, aqui, que não pretendemos apresentar a totalidade de romances históricos paranaenses, mas intentamos nos aproximar de um recorte representativo de sua produção, embora diversas narrativas híbridas paranaenses encontrem-se ainda desconhecidas ou inexploradas, com edições únicas, muitas vezes esquecidas em sebos literários regionais.

(1998) (2011), defendida na UNIOESTE; e a dissertação de Douglas William Machado, Configuração, desconstrução e reconfiguração: Cristóvão Colombo na literatura das Américas (2014), também defendida na UNIOESTE. A tese de Klock (2021) está disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/5661. Acesso em: 10 mar. 2022.

[19] Ressaltamos, no entanto, que a obra *Os pioneiros do Iguatemi*, de Hellê Vellozo Fernandes, foi escrita anteriormente, em 1959, quando obteve o 1º lugar no Concurso literário do Centro de Letras do Paraná, mas sua publicação editada ocorre apenas em 1966.

Da mesma forma, esperamos que nossas interpretações e discussões atuem como agentes geradores de novos estudos sobre esse campo tão fértil que tem se mostrado ser a literatura híbrida de história e ficção paranaense. Almejamos, com a realização desta pesquisa, contribuir aos já relevantes estudos realizados pela equipe de pesquisa que integra o Grupo “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”, e contemplar as expectativas da linha de pesquisa “Linguagem literária e interfaces sociais: estudos comparados”, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Unioeste/Cascavel-PR.

Ansiamos, especialmente, que a partir de nossos estudos, a literatura histórica paranaense seja evidenciada e que propulsionemos novos estudos voltados à potencialidade das releituras da história pela ficção como uma rota condutora à decolonização epistêmica – do ser, do saber e do poder – no Paraná, no Brasil e na América Latina.

1 O ROMANCE HISTÓRICO: DA TRAJETÓRIA EUROPEIA ÀS INOVAÇÕES NA AMÉRICA LATINA: FASES E MODALIDADES

Nesta primeira seção de nossa tese, realizamos uma abordagem diacrônica do gênero romance histórico. Assim, delineamos a trajetória dessa escrita híbrida, apontamos suas características fundamentais, bem como os principais autores e obras representativas de cada fase e modalidade, com o intuito de evidenciarmos, na sequência, as peculiaridades desse movimento na literatura híbrida de história e ficção do estado do Paraná.

Em cada fase e modalidade, buscamos partir do macro para o micro, ou seja, partimos de uma abordagem de aspectos abrangentes do romance histórico em direção às suas singularidades nacionais e paranaenses. Nessa tarefa, dialogamos com e indicamos, especialmente, obras e particularidades latino-americanas representativas, as quais compartilham das necessidades e intencionalidades críticas do romance histórico do Paraná.

Dessa maneira, dedicamo-nos ao percurso do gênero romance histórico, desde suas primeiras ocorrências no início século XIX, pela pena do escocês Walter Scott, seus desdobramentos na Europa e sua transposição à América Latina – espaço histórico social no qual se insere nosso estudo. Revelamos como o gênero ganhou novos contornos em território colonial – e pós-colonial –, possibilitando perspectivas críticas a respeito da produção literária latino-americana, problematizando, radicalmente, as versões do passado registradas pelo discurso historiográfico eurocêntrico tradicional.

Sublinhamos, em linhas gerais, como o gênero romance histórico transita das modalidades acríticas às modalidades críticas desconstrucionistas, próprias da segunda fase da trajetória do romance histórico. Do mesmo modo, apontamos como, posteriormente, suas produções assumem uma postura mediadora entre as duas atitudes anteriores, característica da terceira fase do gênero. Ainda, ressaltamos, e esclareceremos nesta seção, que essas modalidades coexistem no decurso do tempo.

Nessa incumbência, resgatamos as contribuições de Fleck (2017), quem organizou, diacronicamente, o percurso do gênero romance histórico na América Latina. O autor dividiu esse fluxo literário em três fases – acrítica, crítica/desconstrucionista e crítica/mediadora –, e classificou suas produções em

cinco modalidades: romance histórico clássico scottiano, romance histórico tradicional, novo romance histórico latino-americano, metaficção historiográfica e romance histórico contemporâneo de mediação.

Por acreditarmos em seu alcance didático e metodológico, consideramos essa organização um fator facilitador do entendimento dessas transformações. Desse modo, optamos em reproduzir, na sequência, o quadro síntese elaborado por Fleck (2017, p. 131), organizado por fases, suas modalidades arquetípicas e a vigência de cada uma dessas produções.

Quadro 1 – Trajetória do gênero romance histórico: do romantismo aos dias atuais

<table>
<tr><th colspan="5">2 GRUPOS DE ROMANCES HISTÓRICOS</th></tr>
<tr><td colspan="2">Romances que buscam, por meio da ficção, ampliar e corroborar o discurso historiográfico hegemônico, que, no passado, erigiu heróis e modelos de homem e atitudes louváveis para o indivíduo no tempo presente. Produções nas quais a ficção se une à história para a exaltação do passado e dos sujeitos já consagrados pela historiografia.</td><td colspan="3">Produções que, pela ficção, enfrentam-se com o discurso hegemônico da história e buscam problematizar a representação única e absoluta por meio da qual o passado foi registrado pela historiografia tradicional, atuando sobre as imagens consagradas dos heróis e sobre o discurso enaltecedor, ações que se realizam com técnicas escriturais desconstrucionistas e mediadoras.</td></tr>
<tr><th colspan="5">3 FASES DO ROMANCE HISTÓRICO</th></tr>
<tr><td colspan="2">1ª Fase:
acrítica

De 1814, com Waverley, consolidada em 1819, com o romance Ivanhoé, ambos de Walter Scott. Os romances históricos tradicionais – derivados dos scottianos – alcançam os nossos dias.</td><td colspan="2">2ª Fase:
crítica/desconstrucionista

De 1930, com a obra crítica Mi Simón Bolívar, de Fernando González Ochoa – tendência consolidada em 1949, com El reino de este mundo, de Alejo Carpentier –, até os nossos dias.</td><td>3ª Fase:
crítica/mediadora

Desde a década de 1980, consolidada com as reações do pós-boom, até os nossos dias.</td></tr>
<tr><th colspan="5">5 MODALIDADES DE ROMANCES HISTÓRICOS</th></tr>
<tr><td>1- Romance histórico clássico scottiano

Narrativização de uma história de amor entre personagens puramente ficcionais, narrada em nível extradiegético, com um pano de fundo histórico preciso e personagens de</td><td>2- Romance histórico tradicional

Renarrativização verossímil de um acontecimento histórico de modo subjetivado, às vezes em nível intradiegético, com intenções de exaltar a personagem de extração histórica e seus feitos para, assim,</td><td>3- Novo romance histórico latino-americano

Reelaboração paródica, carnavalizada – quando não grotesca –, intertextualizada, multiperspectivista, experimentalista e/ou anacrônica de um episódio passado, a fim de</td><td>4- Metaficção historiográfica

Narrativa apoiada em recursos autorreferenciais, metaficcionais e intertextuais na qual as opções escriturais da ressignificação do passado são tão ou mais importantes que a reelaboração crítica do acontecimento ou</td><td>5- Romance histórico contemporâneo de mediação

Ressignificação crítica e verossímil de um fato do passado de forma linear, realizada com linguagem amena e coloquial, centrada em uma perspectiva silenciada, excluída,</td></tr>
</table>

extração histórica em papéis secundários.	ensinar a versão hegemônica da história ao leitor.	impugnar sua versão oficial e revelar outras possibilidades de seu registro.	período histórico em si.	esquecida ou ignorada pela versão historiográfica.
VIGÊNCIA DAS MODALIDADES				
Desde 1814/1819 até meados do século XX.	Do romantismo até os dias atuais.	De 1930/1949 até os dias atuais.	A partir do *boom* da literatura latino-americana até nossos dias.	Final da década de 1970 e início de 1980 – pós-*boom* – até os dias atuais.

Fonte: Fleck (2017, p. 131) – quadro revisto e ampliado pelo autor (2021, p. 61).

Este quadro foi publicado, primeiramente, de maneira mais simplificada por Fleck, em 2017, sem arrolar nele as características dos grupos, fases e modalidades. Posteriormente, foi apresentado com algumas modificações do autor em Klock (2021, p. 93) e teve outras informações retificadas e ampliadas pelo autor, em 2021, durante o desenvolvimento desta tese, a qual orienta.

Além da divisão basilar entre obras acríticas e críticas, a trajetória proposta por Fleck (2017) evidencia as renovações do gênero em sua transposição à América e, em especial, à América Latina. Trata-se de espaço no qual as transformações do romance histórico afloraram e adquiriram notável força de expressão, consolidadas em escrituras híbridas nas quais as renovações estéticas e formais atuaram conjuntamente ao potencial crítico e impugnador do passado – especialmente, do passado colonial.

Sobre os desdobramentos do romance histórico na América Latina, Fleck (2007) elucida a influência da colonização europeia no modo de articulação e manipulação do material histórico nas narrativas híbridas de história e ficção aqui desenvolvidas:

> As rupturas que aqui se deram são, em parte, também consequência do tipo de história que nós vivemos. Há pouco mais de meio milênio fomos descobertos pelos europeus que anos mais tarde nos colonizaram. A nossa história passa, então, a ser escrita por eles, descobridores e colonizadores, em sua grande maioria, com o seu modo de ver, sentir, analisar e registrar. Neste contexto o romance histórico tradicional, ou mesmo aquele com certas rupturas que apareceu na Europa, não perduraria por muito tempo. (FLECK, 2007, p. 154).

A trajetória proposta por Fleck (2007; 2017; 2021), sintetizada pelo Quadro 1, apresentado anteriormente, expressa, também, como as transformações e rupturas

realizadas pelo romance histórico não anularam ou substituíram totalmente as produções acríticas anteriores. De fato, a coexistência entre as diversas modalidades segue e ainda é passível de renovações, como também afiança o autor:

> Esta trajetória do romance histórico na América em nenhum momento ocasionou o completo desaparecimento de qualquer uma das modalidades mais tradicionais. Pelo contrário, o que se percebe em solo americano é a convivência de múltiplas modalidades do gênero que, submetido aos projetos estéticos e ideológicos dos romancistas deste continente, segue propenso às inovações. (FLECK, 2017, p. 156).

Para melhor compreender esse transcurso, crucial para o entendimento da trajetória do romance histórico paranaense, objeto fulcral de nossa tese, optamos pela subdivisão desta seção em três subseções, a saber: na primeira subseção, denominada “As modalidades do romance histórico clássico e tradicional: rumo à criticidade narrativa”, discorremos sobre o surgimento do gênero romance histórico na Europa, sua repercussão, transformações, influências históricas e sua transição às terras americanas. Nesta, contemplamos as modalidades do romance histórico clássico – o qual tem como exemplo fundador as obras de Scott, e como principal teórico o húngaro György Lukács ([1937] 2011) –, e do romance histórico tradicional – entendido como o resultado de uma série de modificações ocorridas ao longo do tempo na modalidade clássica, sobre o qual nos apoiamos em pressupostos elaborados por Carlos Mata Induráin (1995), Alexis Márquez Rodríguez (1996), Celia Fernández Prieto (2003), Antônio Roberto Esteves (2010) e Gilmei Francisco Fleck (2017).

Na segunda subseção, intitulada “Do olhar crítico ao desconstrucionismo experimental: o *boom* da nova narrativa latino-americana”, passamos a abordar as modalidades desconstrucionistas e experimentalistas da fase crítica/desconstrucionista do romance histórico, que são: o novo romance histórico latino americano – sobre o qual nos respaldamos em princípios fundamentados por teóricos como Fernando Aínsa (1991), Seymor Menton (1993), Célia Fernández Prieto (2003), María del Carmen Tacconi (2013), dentre outros; e a metaficção historiográfica – sobre a qual nos amparamos em Linda Hutcheon (1991; [1980] 2013) e Patricia Waugh (2001).

Antes de abordarmos essas duas modalidades, entretanto, detemo-nos em dois pontos fundamentais no percurso da produção literária latino-americana: o movimento do modernismo hispano-americano (1888 – 1918) e o evento do *boom*, ocorrido entre as décadas de 1960 e 1970. O primeiro lançou as diretrizes fundamentais para uma literatura com potencial crítico revisionista em relação aos parâmetros eurocêntricos – concretizados na América Latina pelas expressões românticas e realista/naturalistas –, enquanto o segundo representou a consolidação e a ampliação dessa passagem à universalização de nossa literatura. Tomamos como pilares sobre esses tópicos a tese de Ana Maria Klock (2021)[20], bem como conceitos de Fernando Aínsa (1997) e Silviano Santiago (2000). Em busca de esclarecer como a narrativa latino-americana ganha maior autonomia e deixa de ser dividenda da tradição literária europeia a partir da produção do *boom* e, também no pós-*boom*, além de Klock (2021), recorremos a André Trouche (2012) e ao norte-americano Donald L. Shaw (2008).

Na terceira subseção, "Dos experimentalismos do *boom* à mediação do pós-*boom*: o romance histórico contemporâneo de mediação", apresentamos a terceira fase do romance histórico: a crítica/mediadora, na qual há uma fusão das modalidades anteriores e é decorrência do momento que se designa como pós-*boom*. Nesse espaço, abordamos a modalidade de romances históricos contemporâneos de mediação, na acepção de Fleck (2017), quem estabeleceu o termo. Sobre essa modalidade narrativa, além de Klock (2021), as dissertações de Bernardo Gasparotto (2011)[21], Adenilson Barros de Albuquerque (2013)[22], Marina

---

[20] Integrante do Grupo de Pesquisa "Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização", apresenta uma relevante perspectiva sobre o *boom* da Literatura Latino-americana em sua tese *O romance histórico no contexto da nova narrativa latino-americana (1940): dos experimentalismos do boom à mediação do pós-boom – histórias da outra margem*, defendida em 2021 no contexto do Programa de Pós-graduação – PPGL – da UNIOESTE/Cascavel-PR. Em sua tese, a pesquisadora estabelece a passagem das produções críticas desconstrucionistas àquilo que denominamos de produções críticas mediadoras e dedica-se a comprovar a manutenção da criticidade nessa passagem das produções críticas desconstrucionistas das escritas híbridas de história e ficção do *boom* da Literatura Latino-americana àquilo que denominamos de produções críticas mediadoras, do período do pós-*boom.* Tese disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/5661

[21] GASPAROTTO, Bernardo. A. *Diálogos entre o Velho e o Novo Mundo*: *uma leitura de Vigilia del Almirante (1992) e Carta del fin del mundo (1998)*. 2011. 213 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2011. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/2501 Acesso em: 18 dez. 2021.

[22] ALBUQUERQUE, Adenilson de Barros de. *Narrativas canudenses*: conflitos além da guerra. 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2013. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/2380. Acesso em: 18 dez. 2021.

Luiza Rohde (2017)[23], Beatrice Uber (2017)[24], Patrícia de Oliveira (2019)[25] e Gislaine Gomes (2019)[26] são basilares para a discussão sobre as estratégias narrativas mediadoras. Assim, a seguir, voltamo-nos, como enunciado, às peculiaridades das primeiras modalidades do romance histórico.

1.1 AS MODALIDADES DO ROMANCE HISTÓRICO CLÁSSICO E TRADICIONAL: RUMO À CRITICIDADE NARRATIVA

Apesar de as escritas híbridas de história e ficção estarem presentes desde a Antiguidade, o início da fase em que se instaura o romance histórico é apontado para as primeiras décadas do século XIX, durante o romantismo, com as produções distintas, à época, do escocês Walter Scott, considerado o fundador do gênero híbrido de história e ficção que denominamos romance histórico. Antes das narrativas do escocês, o cenário literário era formado por uma confluência entre o épico e o histórico e

> […] *sólo desde mediados del XIX, conforme se vaya tomando conciencia de la autonomía de la historia y la literatura, habrá una progresiva reducción de la dimensión épica, mítica y dramática de la historia, pasando a predominar la explicación e interpretación sobre el mero relato de los hechos.*[27] (MATA INDURÁIN, 1995, p. 14).

---

[23] RHODE, Marina Luiza. *Anita Garibaldi: de heroína à mulher – a trajetória das imagens ficcionais de Ana Maria de Jesus Ribeiro*. 2017. 166 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2011. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/3468. Acesso em: 18 dez. 2021.

[24] UBER, Beatrice. *A inserção da mulher europeia na conquista do "Novo Mundo" – perspectivas literárias*. 2017. 177f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2017. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/3471. Acesso em: 18 dez. 2021.

[25] OLIVEIRA, Patrícia. *Entre mulheres, uma história: um olhar literário à colonização brasileira em A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas*. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2019. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/4690. Acesso em: 18 dez. 2021.

[26] GOMES, Gislaine. *Imperatriz no fim do mundo: memórias dúbias de Amélia de Leuchtemberg (1992) – Um romance histórico contemporâneo de mediação*. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2019. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/4264. Acesso em: 18 dez. 2021.

[27] Nossa tradução: Somente a partir de meados do século XIX, conforme ocorre o processo de conscientização da autonomia da história e literatura, existe uma progressiva redução da dimensão épica, mítica e dramática da história, de modo que passa a predominar a explicação e interpretação sobre o simples relato dos fatos. (MATA INDURÁIN, 1995, p. 14).

A primeira publicação de uma narrativa híbrida com as características fundamentais de um romance histórico, de acordo com o que Lukács (2011) estabelece em sua obra inaugural sobre o gênero à época de Scott, foi *Waverley*, publicado em 1814. No entanto, a popularização do gênero e sua estabilização como narrativa romanesca híbrida de história e ficção dar-se-ia apenas em 1819, com o aclamado *Ivanhoé,* também de Walter Scott.

O húngaro György Lukács foi, conforme já expressamos, o primeiro teórico a realizar estudos sobre este gênero romanesco. Na obra intitulada *O Romance Histórico*, publicada, primeiramente, em 1936-37, o autor situa a gênese do romance histórico, as conjunturas de seu desenvolvimento e as especificidades que apresenta. Com tradução ao português apenas em 2011, pela editora Boitempo e com prólogo de Arlenice Almeida da Silva, a obra foi publicada, originalmente, em russo (1936-37), sob a forma de capítulos, e somente em 1955 foi traduzida ao idioma alemão com o título *Der Historische Roman*. Em 1966, essa obra ganha sua primeira tradução às linhas neolatinas, com a sua tradução ao espanhol, no México, pela Editora Era.

Com suas obras, Scott define uma fórmula arquetípica para o romance histórico clássico, motivo pelo qual é considerado o inaugurador dessa tipologia. Foi ele quem instaurou, de modo definitivo, os parâmetros definidores do romance histórico, reconhecidos até hoje: sua obra é considerada o exemplo mais genuíno do gênero e exerceu influência massiva sobre a produção literária posterior. Essa modalidade foi seguida por inúmeros escritores tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos e na América hispânica, como afiança Márquez Rodríguez (1996, p. 21): “[...] *durante el siglo XIX se produce un importante movimiento de admiración y de ejercicio de la novela histórica. En el siglo XX tal interés no desaparece. En algunos momentos puede decirse que decae, mas en otros repunta con gran fuerza, incluso innovadora*.[28]”

Sob determinados aspectos, identificamos que, na América hispânica, a inserção do gênero já adquiriu e incentivou contornos problematizadores. Neste contexto, a produção de Scott contribuiu não apenas como modelo precursor do

[28] Nossa tradução: [...] ao longo do século XIX produz-se um importante movimento de admiração e de exercício do romance histórico. No século XX, tal interesse não desaparece. Em alguns momentos pode-se dizer que declina, mas, em outros, desponta com grande força, inclusive, inovadora. (MÁRQUEZ RODRÍGUEZ, 1996, p. 21).

romance histórico, mas, também, foi gerador de discussões sobre a própria legitimidade do gênero, especialmente em Cuba, enquanto, na Europa, lia-se, imitava-se e traduzia-se Scott deliberadamente (IMBERT, 1954, p. 30).

Na Europa, a aceitação e réplica imperiosa do modelo scottiano estão atreladas, intrinsecamente, ao momento histórico da época, marcado pela Revolução Francesa (1789 – 1799) e suas consequências sociais, econômicas e culturais em todo território europeu. Sua produção literária, em consonância, é assinalada, também, pelas influências do período.

Destacamos que a Revolução Francesa foi um ciclo revolucionário que, à época, causou a derrocada monárquica, aristocrática e religiosa, devido ao crescimento da desigualdade social e econômica, e influenciada pelas ideias iluministas e crises agrícola, econômica e política. Le Goff (2003) relaciona-a com os ideais dicotômicas de progresso/reação. Nessa oposição, a Revolução aparece como um triunfo político e ideológico da ideia do progresso. A crescente confiança na razão, e nas leis do mundo físico, moral e social, encaminham à ideia de que "o progresso no conhecimento é causa do progresso social e gera liberdade e igualdade." (LE GOFF, 2003, p. 253). Tais concepções (tal como no calendário de Gilbert Romme), vão, progressivamente, "substituindo os santos por grandes homens do passado, benfeitores da humanidade", em que história-progresso é um instrumento de assimilação do passado (LE GOFF, 2003, p. 255). Oposto a essas premissas, surge um movimento reacionário, a "reação" política, ideológica e intelectual, que exalta a tradição, a autoridade e a religiosidade.

Nesse espaço conturbado, o romance histórico encontra vasta aceitação. Essa receptividade está atrelada ao fato de o mesmo ser uma forma de fuga do presente em direção a um passado de glória, marcado por feitos e personalidades heroicas – próprio do romantismo reacionário. Ao mesmo tempo, também, por ser um palco privilegiado à reafirmação nacional às nações que tiveram suas identidades culturais abaladas com a Revolução de 1789. Essa última, é uma marca do romantismo progressista/liberal, que influenciaria, igualmente, em certa medida, a literatura romântica brasileira. Nesse sentido, como indica Mata Induráin (1995), o advento do romance histórico é essencialmente romântico:

> *Scott tuvo, en efecto, infinidad de imitadores entre los escritores del Romanticismo. La novela histórica es un género genuinamente*

> *romántico: y es que, como suele afirmarse, la imaginación romántica hizo ser historiadores a los novelistas y novelistas a los historiadores*.[29] (MATA INDURÁIN, 1995, p. 24).

Historicamente, Lukács (2011) também estabelece uma relação intrínseca entre a Revolução Francesa (1789), a queda de Napoleão Bonaparte (1815) e o surgimento do romance histórico durante o século XIX. Nesse cenário, a ascensão do romance histórico figura como uma representação ou transposição literária própria de um momento em que se prefere olhar para o passado e não encarar o presente.

A Revolução, de acordo com Lukács (2011), com suas grandes, rápidas e sucessivas reviravoltas, que, pela primeira vez, envolveram a massa populacional, conturbava a vida econômica e cultural de toda nação, expondo o caráter historicamente condicionado da existência. Essa consciência é ampliada em direção às condições econômicas e às lutas de classes, que, no combate contra a Revolução, de forma parcial e reacionária, apresenta o capitalismo incipiente como o sistema mais desumano. Esta torna-se a máxima do romantismo legitimista/reacionário. Nesse sentido,

> [...] a tendência do historicismo a tornar-se consciente atinge seu ápice no período após a queda de Napoleão, na época da Restauração, da Santa Aliança. É evidente que o espírito desse historicismo, que pela primeira vez domina e torna-se oficial, é reacionário e, em sua essência, pseudo-histórico. A concepção da história, o periodismo e a beletrística do legitimismo desenvolvem o espírito histórico em áspera oposição ao Iluminismo, às ideias da Revolução Francesa. O ideal do legitimismo é o retorno às condições anteriores à Revolução Francesa, expurgando da história as maiores realizações da época. (LUKÁCS, 2011, p. 42).

Para o autor, a existência de momentos sociais e historicamente emblemáticos é matéria propulsora para esse tipo de produção literária. Esse fator impacta, portanto, a conservação e seguimento do gênero, uma vez que "a continuação do romance histórico no sentido da historização da representação do presente, a continuação da história passada na figuração da história vivida, tem, no

[29] Nossa tradução: Scott teve, efetivamente, uma infinidade de imitadores dentre os escritores do Romanticismo. O romance histórico é um gênero genuinamente romântico: e é que, como se costuma afirmar, a imaginação romântica fez com que se tornassem historiadores os romancistas e romancistas os historiadores. (MATA INDURÁIN, 1995, p. 24).

fim das contas, razões que não são estéticas, mas sócio-históricas." (LUKÁCS, 2011, p. 109).

Salientamos que Scott impulsionou a produção literária à tendência de figurar a necessidade histórica do passado, para "uma concepção conscientemente histórica do presente" (LUKÁCS, 2011, p. 105). No entanto, a produção de romances históricos na Europa, na primeira metade do século XIX, não se desenvolveu somente de acordo com os princípios ideológicos scottianos, uma vez que as propostas do autor são progressistas, diametralmente opostas à concepção histórica do romantismo – movimento bastante reacionário, que buscava um regresso ao anterior, um retorno laudatório e ufanista ao passado, com intenso subjetivismo moralizador, monumentalização e desumanização das personagens históricas (LUKÁCS, 2011, p. 101).

Nesse sentido, a partir do romance histórico scottiano – progressista e "modelo de representação objetiva das forças históricas em luta" (LUKÁCS, 2011, p. 101) –, diferentes posicionamentos do romance histórico surgiram, tanto influenciados pelo romantismo liberal, em que a "visão de mundo e modo de figuração tem muito em comum com o solo original do romantismo, com a luta ideológica contra a Revolução Francesa, mas representa, sobre essa base contraditória e oscilante, a ideologia de um progresso moderado" (LUKÁCS, 2011, p. 84); como, também, por uma corrente que, representada por Goethe (1749 – 1832) e Stendhal (1783 – 1842), preserva "muito da visão de mundo do século XVIII e cujo humanismo contém fortes elementos do Iluminismo." (LUKÁCS, 2011, p. 84).

O movimento cultural iluminista, cabe realçar, desenvolvido na Inglaterra, Holanda e França nos séculos XVII e XVIII, teve dentre suas características a racionalidade e a valorização do questionamento e da investigação como forma de alcançar o conhecimento, além da defesa da igualdade e da liberdade política e econômica. Para Lukács (2011), a historiografia do Iluminismo, em suas linhas principais, é uma preparação ideológica da Revolução Francesa. Nesse contexto, a construção da história, que frequentemente apresenta fatos e contextos novos e grandiosos, expõe

> [...] a necessidade de revolucionar a sociedade "irracional" do absolutismo feudal a fim de extrair das experiências da história aqueles princípios com os quais se pode criar uma sociedade "racional", um Estado "racional". Por isso, a Antiguidade se situa no

> centro da teoria histórica e da práxis do Iluminismo. A investigação das causas e da grandeza e do declínio dos Estados antigos é um dos mais importantes pressupostos teóricos para a futura reconfiguração da sociedade. (LUKÁCS, 2011, p. 35).

Sobre essas heterogeneidades, Lukács (2011) esclarece que elas são próprias das contradições históricas dos períodos, das nacionalidades, e exemplifica isso, comentando que

> [...] o próprio Scott viveu em um período da Inglaterra em que o desenvolvimento progressivo da sociedade burguesa parecia assegurado e, assim, dava-lhe a possibilidade de olhar retrospectivamente, com tranquilidade épica, para as crises e lutas da história anterior. Já a grande experiência juvenil de Balzac é justamente a da intensidade vulcânica das forças sociais que se encontravam adormecidas sob a aparente calma do período da Restauração. (LUKÁCS, 2011, p. 109).

Apesar dessas pluralidades, é inquestionável que a composição romanesca de Scott estabelece os paradigmas basilares daquilo que se tornaria a primeira modalidade do romance histórico: a clássica – na acepção de Fleck (2017), em consonância a Lukács (2011), Mata Induráin (1995), dentre outros estudiosos do gênero. A partir de sua obra, reproduzir-se-ia uma estrutura própria do romance histórico clássico, que seria, gradativamente, renovada nas modalidades posteriores.

Como traços medulares da modalidade clássica, a narrativa apresenta uma sequência de ações em um passado histórico muito anterior ao presente do escritor, no qual ocorre a inserção de um relacionamento amoroso problemático na trama fictícia, cujos percalços desenvolvem-se em uma atmosfera que integra eventos passados oficialmente registrados e ações de personagens históricas mencionadas em fontes históricas. Ou seja, o tempo, o espaço e a atmosfera dessas narrativas ficcionais são extraídos do universo escritural da historiografia tradicional e utilizadas pela ficção, sem alterações substanciais nas ações, nos seus agentes, nas causas e consequências, apontadas anteriormente pelo discurso histórico.

Nessa modalidade, todos esses elementos são pano de fundo para as ações inventivas em torno da relação amorosa dos protagonistas puramente ficcionais que ocupam o primeiro plano da diegese. As personagens de extração histórica permanecem como secundárias, em um plano coadjuvante. A composição

romanesca é apresentada em nível extradiegético, o qual mantém a distância épica entre o fato renarrativizado e a recepção da obra.

Conforme Lukács (2011), Scott ganha o *status* de instaurador do romance histórico devido ao fato de que as narrativas híbridas de história e ficção anteriores a ele eram obras com representatividade social, mas nas quais as personagens não representavam a sua época: os escritores apenas "captavam os traços essenciais de seu presente histórico com um realismo ousado e perspicaz, mas não veem historicamente aquilo que é específico de seu próprio tempo." (LUKÁCS, 2011, p. 34). Em outras palavras, os elementos históricos eram trazidos apenas como uma roupagem para ilustrar determinados aspectos associados ao tempo prefigurado pela narrativa ficcional, sem conferir sua fiel excentricidade e seu exato relato da época.

Para Lukács (2011), portanto, o que distingue o romance histórico scottiano é a sua capacidade de demonstrar a existência, o "ser-precisamente-assim", das situações e das personagens históricas. Dessa forma, o escocês inaugura uma escritura híbrida capaz de desnudar as mais intrínsecas relações entre o ser social e o seu contexto histórico de maneiras ficcionais.

O autor estabelece, ainda, que é responsabilidade do romancista histórico a figuração mais detalhada e verossímil possível na interação concreta da ficcionalidade com as circunstâncias históricas representadas. Nessa composição, os fatos históricos permanecem apenas como pano de fundo de uma trama ficcional que envolva os protagonistas da história amorosa relatada ao leitor.

Para Fleck (2017), essas propriedades definem a modalidade romance histórico clássico scottiano. Em sua definição, apoiado em Márquez Rodríguez (1996), apresentada em *O romance histórico contemporâneo de mediação: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção* (2017, p. 44), o autor apresenta, como principais aspectos dessa primeira modalidade, quatro características:

1- A presença de um pano de fundo bem definido, com a participação de personagens de extração histórica (TROUCHE, 2006) em papéis secundários, vivenciando ações voltadas a eventos bem conhecidos pelos registros historiográficos;

2- A existência de uma trama vivida pelas protagonistas puramente ficcionais sobreposta ao pano de fundo histórico, ambiente das personagens de extração

histórica. As personagens ficcionais protagônicas adequam-se à época histórica reelaborada pela narrativa;

3- A presença de uma história de amor problemática vivenciada pelas personagens puramente ficcionais;

4- A trama amorosa e seus percalços são os elementos ficcionais centrais do universo romanesco.

Essa última característica, conforme Fleck (2017, p. 47), é determinante para a classificação distinta entre o romance histórico clássico scottiano e a modalidade tradicional do gênero, na qual "os fatos históricos não mais constituem 'pano de fundo', mas são eles os elementos principais da diegese romanesca."

Logo, nos romances históricos da modalidade tradicional, os eventos e as personagens de extração histórica passam ao primeiro plano narrativo e ocupam o espaço de destaque no universo diegético. Os eventos do passado e seus agentes não mais aparecem como constituintes secundários a serviço da contextualização para as ações de personagens centrais do universo ficcional, mas são renarrativizados como ações principais da diegese.

Nessa modalidade, os elementos historiográficos são a base do eixo narrativo, tal como afiança Márquez Rodríguez (1996, p. 54-55):

> *Del esquema scottiano, en que un episodio ficticio se enmarca dentro de un contexto histórico, cuyos personajes y sucesos se presentan en segundo plano, se pasa al modelo que al mismo tiempo aparece en Francia, con Cinq-Mars, de Alfred de Vigny, y en Hispanoamérica, con Xicoténcatl, de un desconocido novelista presumiblemente mexicano, en el que lo histórico, sucesos y personajes, pasa a primer plano, y lo ficticio opera desde el fondo, o como mero recurso técnico para que facilite la ficcionalización o novelización de los hechos históricos*. [30]

Apesar de não representar um exemplar do romance histórico tradicional, na concepção de Fleck (2017) – devido ao seu caráter crítico –, a gênese do romance *Xicoténcatl,* de autoria mexicana anônima, publicado na Filadélfia em 1826, é um

[30] Nossa tradução: Do esquema scottiano, em que o episódio ficcional é enquadrado dentro de um contexto histórico, cujas personagens e acontecimentos são apresentados em segundo plano, passa-se ao modelo que aparece, ao mesmo tempo, na França, com *Cinq-Mars*, de Alfred de Vigny, e na Hispano-América, com *Xicoténcatl*, de romancista desconhecido, presumivelmente mexicano, em que o histórico, os eventos e as personagens passam a um primeiro plano e o ficcional opera a partir do fundo, ou como simples recurso técnico para facilitar a ficcionalização ou fabulação dos fatos históricos. (MÁRQUEZ RODRÍGUEZ, 1996, p. 54-55).

marco importante no desenvolvimento do romance histórico latino-americano. Com sua primeira publicação traduzida ao português em 2020, por Gilmei Francisco Fleck, a obra é uma exceção para sua época, pois, além de ser o primeiro romance histórico publicado na América Latina, em espanhol, é também inovador ao apresentar uma postura diversa do romance histórico clássico scottiano.

Junto a *Cinq-Mars* (1826), de Alfred Vigny, *Xicoténcatl* (1826) é pioneiro ao deslocar as personagens e o pano de fundo históricos para a centralidade da narrativa romanesca, e perpassar os elementos ficcionais para um plano secundário. Além disso, o primeiro romance histórico latino-americano apresenta uma postura inédita frente à historiografia hegemônica. Isso ocorre porque, nele, apresenta-se uma ideologia crítica a respeito do encontro entre a população autóctone americana e os espanhóis, na qual os nativos da tribo *tlaxcaltecas* são exaltados, enquanto os colonizadores espanhóis são denunciados abertamente.

De forma inovadora, portanto, *Xicoténcatl* (1826) inicia a produção híbrida do romantismo latino-americano – posteriormente modificada pela transição para o realismo. Nesse cenário, as narrativas híbridas de história e ficção tradicionais também atuaram como materiais fundacionais das repúblicas e das identidades nacionais.

Essa variação, de deslocar o evento histórico e as personagens de extração histórica para o centro da narrativa – eliminando a existência de um pano de fundo no qual se acomodava o material histórico inserido no romance –, presente em *Cinq-Mars* (1826) e em *Xicoténcatl* (1826), engendrou modificações fundamentais na produção de romances históricos posteriores a eles. Contudo, a forte crítica frente à versão historiográfica – e a inversão da heroicidade presente em *Xicoténcatl* (1826) – não se constituíram, nesse momento da trajetória do gênero, em elementos constituintes da modalidade derivada da clássica scottiana.

Assim, apesar de apresentarem essa importante característica do deslocamento das ações históricas ao centro da narrativa híbrida, que marca a transição do romance histórico clássico scottiano para a modalidade do romance histórico tradicional, as obras *Xicoténcatl* (1826) e *Cinq-Mars* (1826) não são consideradas por nós como exemplares de romances históricos tradicionais por sua carga altamente crítica frente à historiografia tradicional. Esse grande conjunto de obras, assim como toda a produção da modalidade clássica scottiana, pertence ao

primeiro grupo de romances híbridos de história e ficção e, junto aos clássicos scottianos, traça a fase acrítica dessas produções.

Ambos os romances de 1826 apresentam atitude crítica em relação à historiografia eurocêntrica e à exaltação aos grandes feitos do passado, elementos que assinalam o segundo grupo de romances históricos ao qual pertencem as modalidades críticas do gênero. *Xicoténcatl* e *Cinq-Mars* são, assim, narrativas de ruptura que apresentam características que serão consolidadas pelo romance histórico tradicional, mas que, sozinhos, não inauguram uma nova modalidade, pois não constituem um conjunto sólido de produções críticas à sua época.

Junto a *Guerra e Paz,* de Liev Tolstói, publicado entre 1864 e 1869 no periódico *Russkii Vestnik*, essas narrativas lançam “as sementes para uma produção crítica que ganharia força apenas na metade do século XX” (FLECK, 2017, p. 50). Essa renovação ocorre, efetivamente, com o fenômeno literário denominado pela nova narrativa latino-americana – iniciado no final da década de 1940 –, especialmente na fase do *boom* (décadas de 1960 e 1970).

A transformação da modalidade clássica scottiana para o romance histórico tradicional ocorre de maneira gradativa, em processos que se massificaram e que constituíram a nova modalidade. Não há, portanto, em definitivo, um romancista ou obra detonadora dessa transformação, pois as mudanças estabelecidas por *Xicoténcatl* (1826) e *Cinq-Mars* (1826) – com exceção da criticidade – foram lentamente aparecendo em várias obras na Europa e, depois, também na América, estendendo-se aos nossos dias.

Na transição diacrônica do romance histórico, a visão romântica de mundo apesentada pelo modelo scottiano cede espaço, gradativamente, a um profundo questionamento e busca de identidade no fato histórico em si, nas buscas das coletividades, que são reconstruídas ficcionalmente sob a ótica do romancista. A representação dessas demandas, no entendo, alcançam seu apogeu apenas nas últimas décadas do século XX (ESTEVES, 2010), com a consolidação do novo romance histórico latino-americano, ao se instituírem as primeiras produções do segundo grupo de romances históricos.

Apesar do grande esforço quanto à fidelidade ao palco histórico da época reconstruída, as inovações apresentadas pela modalidade tradicional não descartam a invenção criativa, a ficcionalidade. Sobre esse ponto, de acordo com Márquez Rodríguez (1996, p. 39), “*lo ficticio también está presente, pero ya no como acción*

de la novela, sino como elemento secundario, aunque con la importancia suficiente para conferirle al texto valor esencialmente novelesco, y no historiográfico ni cronístico.[31]"

Outro aspecto relevante que se flexibiliza no romance histórico tradicional é a possibilidade de narrações homo ou autodiegéticas, não encontradas na modalidade clássica scottiana, as quais, por meio do foco narrativo extradiegético, mantinham a "distância épica entre o fato narrado e sua recepção" (FLECK, 2017, p. 50). De modo geral, para Fleck (2017, p. 50-51), as obras que instauram a nova modalidade são distinguíveis em, pelo menos, seis características:

> 1. O evento histórico e seus protagonistas passam a compor o eixo único da narrativa ficcional, e, assim, a estrutura clássica do pano de fundo histórico desaparece;
> 2. A ideologia presente no universo ficcional comunga com a da historiografia hegemônica, a apresentação apologética de heróis e eventos do passado é conservada;
> 3. A linearidade cronológica dos eventos históricos reelaborados é mantida nas ações narradas na ficção;
> 4. O distanciamento épico da perspectiva heterodiegética do modelo clássico pode ser substituído por visões individualizadas por narrativas homo ou autodiegéticas;
> 5. Prevalece ainda nessa modalidade de romance híbrido a intenção de ensinar ao leitor a versão histórica hegemônica do passado;
> 6. As personagens protagônicas passam a ser, na maioria dos casos, aquelas consagradas pela historiografia, sendo elas exaltadas e heroificadas também pela ficção, tornando-se, assim, modelos de sujeitos do passado para leitores do presente.

Sobre os romances que seguem a trajetória de Scott – a modalidade tradicional do romance histórico –, Celia Fernández Prieto (2003, p. 150) afirma que "[…] *las novelas históricas que continúan el trayecto iniciado por Scott mantienen el respecto a los datos de las versiones historiográficas en que se basan, la verosimilitud en la configuración de la diégesis, y la intención de enseñar historia al lector*.[32]"

---

[31] Nossa tradução: [...] o ficcional também está presente, porém, não mais como ação do romance, mas, sim, como elemento secundário, ainda que com a importância suficiente para lhe conferir ao texto valor essencialmente romanesco e não historiográfico ou cronístico. (MÁRQUEZ RODRÍGUEZ, 1996, p. 39).

[32] Nossa tradução: [...] os romances históricos que continuam o trajeto iniciado por Scott mantêm o respeito aos dados das versões historiográficas nas quais se fundamentam, a verossimilhança na configuração da diegese e a intenção de ensinar história ao leitor. (FERNÁNDEZ PRIETO, 2003, p. 150).

Por compartilharem da mesma postura ideológica que o discurso histórico exaltador, bastante evidente no romantismo europeu, e ao retratar fatos e personalidades em tom laudatório e não revisionista, as modalidades clássica scottiana e tradicional do gênero romance histórico incluem-se na primeira fase da trajetória do romance histórico: a acrítica, conforme a definição de Fleck (2017). Ainda sobre essa produção, Menton (1993, p. 36) afirma que

> […] *además de divertir a varias generaciones de lectores con sus episodios espeluznantes y la rivalidad entre los protagonistas heroicos y angelicales y sus enemigos diabólicos, la finalidad de la mayoría de estos novelistas fue contribuir a la creación de una conciencia nacional familiarizando a sus lectores con los personajes y los sucesos del pasado; y a respaldar la causa política de los liberales contra los conservadores, quienes se identificaban con las instituciones políticas, económicas y religiosas del periodo colonial*[33].

Dessa forma, as primeiras produções em solo latino-americano, com exceção de *Xicoténcatl* (1826), permaneceram com projetos ideológicos respaldados pelos princípios colonizadores, configurando-se como uma produção em que a perspectiva autóctone é subjugada por projetos políticos e culturais eurocêntricos, como corrobora Gasparotto (2011, p. 32), ao enunciar que

> [...] durante o século XIX o modelo scottiano seguiu sem sofrer muitas alterações, mesmo com a transição do romantismo para o realismo na literatura, que provocou substanciais alterações na estética. No romance histórico, o que se modificou ao longo desse movimento, além da transposição do material histórico como pano de fundo para assumir uma posição central na narrativa, foi mais a descrição do ambiente, que se fazia de forma mais detalhada e pontual na busca da verossimilhança.

Nesse sentido, as primeiras produções do romance histórico na América Latina, com poucas exceções, seguiram os padrões do romantismo europeu e se adaptaram às tendências do realismo/naturalismo. Nessas, a condição colonial, sustentada por diferentes estratégias de domínio, manipulação e exploração, foram perpetuadas por uma postura que não se eleva contra os sistemas de poder

[33] Nossa tradução: Além de entreter várias gerações de leitores com seus arrepiantes episódios e a rivalidade entre os protagonistas heroicos e angelicais e seus inimigos diabólicos, a finalidade da maioria desses romancistas foi de contribuir para a criação de uma consciência nacional ao familiarizar seus leitores com as personagens e os eventos do passado; e a promover a causa política dos liberais contra a dos conservadores, quem se identificaram com as instituições políticas, econômicas e religiosas do período colonial. (MENTON, 1993, p. 36).

vigentes até as primeiras produções do modernismo hispano-americano, iniciado nas últimas décadas do século XIX.

No Brasil, a produção de romances históricos tradicionais ocupou papel fundamental na consolidação da literatura brasileira. Antonio Roberto Esteves, importante representante desses estudos, afirma que o surgimento do romance histórico brasileiro “[...] aparece associado à consolidação do próprio romance moderno como gênero, com a instalação em terras americanas dos princípios do romantismo e da forma de divulgação dessa literatura, o folhetim.” (ESTEVES, 2010, p. 43). Em outros termos, a instalação do sistema literário brasileiro, considerado a partir da noção de Antonio Candido ([1959], 2013), ocorreu em paralelo à projeção dos romances históricos vinculados ao romantismo.

Esse crítico literário, em *Formação da literatura brasileira* ([1959], 2013), estabelece a literatura como um fenômeno de civilização, no qual a produção é o resultado de uma vivência, que possui um público leitor, na qual é necessário que a sociedade interaja com a produção local, em que o meio de divulgação seja efetivo, e que a produção represente e simbolize o seu berço. Além disso, a literatura precisa estar inserida em um sistema significativo; ou seja, ela prescinde de uma tradição na qual se firmar, e sem tal sistema, a produção se enquadra, apenas, como uma manifestação literária (como é o caso do barroco brasileiro, para o autor). Assim, Candido estabelece a tríade da literatura: os autores (produtores conscientes de seu papel intelectual e moral), os leitores (formando o público sem o qual a obra não sobrevive) e um mecanismo transmissor (a linguagem) formando por essa tríade um sistema de comunicação-humana (CANDIDO, 2013, p. 25).

Sobre o início e a produção do gênero romance histórico no Brasil, em *O romance histórico brasileiro contemporâneo* (1975-2000), Esteves (2010) traça um expressivo panorama da trajetória do romance histórico brasileiro, com destaque às produções contemporâneas pós-1964. Nessa obra, o autor compila grande parte das narrativas históricas nacionais, apresentadas em uma relação de 317 romances históricos publicados entre 1949 e 2000, reconhecida pelo autor como não definitiva.

Nessa conjuntura, de acordo com Esteves (2010), a literatura nacional estabeleceu-se por meio de romances históricos tradicionais, divulgados em forma de folhetins. Entre eles é a pena de José de Alencar que ganha destaque ao instituir uma “proto-história” brasileira (ESTEVES, 2010, p. 44). José de Alencar é seguido de nomes como Francisco Adolfo de Varnhagen, que publica o *Crônica do*

descobrimento do Brasil, em 1840; Pereira da Silva, autor de diversos romances históricos, tais como *O aniversário de D. Miguel* (1839) e *Jerônimo Corte Real* (1840). Como esse autor situa suas ações em Portugal, tem-se o motivo pelo qual sua obra não é considerada o primeiro romance histórico brasileiro (ESTEVES, 2010, p. 45). Assim, é *Um roubo na Pavuna* (1843), de Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, que será considerado, por Candido (2013, p. 441), o primeiro romance histórico brasileiro.

Esses são alguns, dentre outros, autores e obras que ocupam o limiar discursivo entre a história e a ficção na trajetória do gênero em nosso país, com produções que flutuam entre as nuances do gênero romance, da novela e da narrativa histórica. Essas primeiras narrativas nacionais receberam fortes influências dos românticos Alexandre Herculano (1810 – 1877) e Almeida Garrett (1799 – 1854), os quais também intermediaram os impactos de Scott.

A maturidade da literatura brasileira – sendo ela correspondida por romances históricos ou não – é alcançada pelo principal nome do período romântico nacional, José de Alencar, pois ele,

> [...] bebendo nas fontes de Scott, o cearense de Mecejana, em sua volumosa obra narrativa, consolida não apenas o ideal nacionalista por meio do indianismo, como também o romance histórico no Brasil, em obras como *O guarani* (1857), *As minas de prata* (1862-6), *Iracema* (1865), *Guerra dos Mascates* (1871) e *Ubirajara* (1874). (ESTEVES, 2010, p. 48).

Desenvolveram-se de maneira concomitante, portanto, as primeiras manifestações literárias autenticamente brasileiras e a produção de narrativas híbridas de história e ficção. É nesse momento que a literatura nacional ganha aquilo que Machado de Assis nomeou como “Instinto de nacionalidade”, texto de 1873, no qual defende uma expressão nacional autêntica, a afirmação de uma literatura independente e original, dotada de “cor local”.

É pelo repertório de José de Alencar, também, que o drama histórico se revela na literatura nacional. Sua obra estreia o realismo teatral, com a representação realista de costumes pelo viés moralizador: “preferiu a comédia realista, a alta comédia, por acreditar que o teatro era uma arte essencialmente educativa e edificante, que colaborava no aprimoramento moral da vida em família e em sociedade.” (FARIA, 2009, p. 55).

Sua primeira obra dramática foi *O Rio de Janeiro, verso e reverso* (1857); posteriormente, escreveu mais sete peças teatrais, as comédias *O demônio familiar* (1857), *O crédito* (1857), *As asas de um anjo* (1858), *O que é o casamento?* (1861), e – depois de já afastado do teatro, escreveu sua última peça, *Expiação* (1865); paralelamente, escreveu os dramas *Mãe* (1860) e *O jesuíta* (1861).

É com *O jesuíta* (1861) que Alencar chega ao drama histórico. Neste, a ação recua para 1759, e focaliza-se na personagem Samuel, um velho jesuíta dedicado à luta contra o domínio português, que vê seu filho adotivo apaixonar-se pela filha do governador, o Conde de Bombadela, ao mesmo tempo em que o marquês de Pombal determina a expulsão dos jesuítas do Brasil. De acordo com Décio de Almeida Prado (1971, p. 17), o drama histórico *O jesuíta* é

> [...] arquitetado e realizado de acordo com todas as regras do gênero. E mais: Mantém a tensão de princípio a fim, vai de expectativa em expectativa, de surpresa em surpresa, entrelaça habilmente, conforme a praxe, vários diferentes interesses: um enredo de amor; uma história de segredos e mistérios; uma causa nobre e patriótica, a independência do Brasil; e uma idéia [sic] moral, a relação entre os meios e os fins.

Esses critérios conformam-se como aqueles importantes para a consolidação da produção literária nacional. Ao mesmo tempo, são aspectos que contribuem para a construção de uma autêntica identidade brasileira, realizada por meio de sua representação literária.

De acordo com Candido (1999), o processo de consolidação da literatura brasileira, possuidora de sua *cor local*, que apresentasse instinto de nacionalidade e a realidade brasileira, só se mostrou completamente pronta no romantismo brasileiro. Nele, seu estabelecimento completo é realizado por meio das tendências particularistas do indianismo, do regionalismo e do sertanejismo em autores como Gonçalves Dias e Castro Alves na poesia, Martins Pena no teatro e José de Alencar na prosa, em *Iracema* (1865), *O Guarani* (1857) e seus outros textos regionalistas; também com Franklin Távora no nordeste brasileiro e, como o sinal mais relevante desse amadurecimento, a obra de Machado de Assis.

Tais produções estão “associadas à necessidade de instalação do conceito de nação brasileira e, também, de construção de um cânone cultural e literário que reafirmasse as diferenças do novo país ante a antiga metrópole lusitana.”

(ESTEVES, 2010, p. 44). Esse movimento em direção à literatura nacional como a expressão de uma sociedade e de suas singularidades, recebe as influências próprias do ideário romântico, e se traduzem como uma atividade patriótica na construção da nação.[34]

Na América Latina, Fernando Aínsa (1991) foi um dos primeiros teóricos a debruçar-se sobre a produção de romances históricos latino-americanos, e exerceu papel de destaque na investigação do que posteriormente ficou conhecido como *la nueva novela latino-americana.* O primeiro teórico a utilizar essa taxonomia, traduzida como novo romance histórico latino-americano, foi o uruguaio Ángel Rama, em 1981, de acordo com Esteves (2010). Posteriormente, essa nomenclatura foi adotada e complementada por especialistas como Aínsa (1991), Menton (1993) e Fleck (2017).

De acordo com Aínsa (1991), a maior parte das primeiras produções do romance histórico na América Latina perpetuaram a postura apologética e acrítica frente à historiografia eurocêntrica, as quais resultaram no que são considerados como romances forjadores e legitimadores de nacionalidades, crônicas fiéis da história tradicional. Nessas escritas híbridas, a ótica do colonizador é privilegiada, enquanto a perspectiva do colonizado é ignorada, minimizada ou totalmente apagada. Possuidora de forte caráter ideológico e ímpeto histórico-social, essa produção literária apresenta força discursiva capaz de, pela ficcionalização da história, avalizar o passado nacional registrado nas fontes que servem à historiografia tradicional na perpetração de seu ideário colonizador.

No cenário da literatura paranaense, a partir de nosso levantamento das obras publicadas, podemos considerar que a produção de romances históricos se inicia tardiamente, visto que o primeiro romance histórico paranaense data de 1941. Relacionamos esse fato também ao período de efetivo povoamento e/ou colonização do estado – que deixou de ser parte integrante da Província de São

[34] Sobre a formação e consolidação da literatura brasileira e seu cânone, publicamos o capítulo de livro “Breves considerações sobre a formação da literatura brasileira e o estabelecimento de seu cânone nacional”, no qual ressaltamos como alguns movimentos literários e políticos receberam influências dos mesmos movimentos, como é o caso da Revolução Francesa, do Romantismo alemão e do Iluminismo. Da mesma forma, discutimos como o processo de nacionalização da literatura brasileira se deu de forma lenta e gradual, não apenas pela proclamação da Independência em 1822, mas com outros fatores essenciais, tal como a vinda ao Brasil da Corte Portuguesa em 1808, e a formação de uma mentalidade nacional. Texto integral disponível como: CELLA, Thiana N. Breves considerações sobre a formação da literatura brasileira e o estabelecimento de seu cânone nacional. In: MARTINS, Ricardo André F. (org.). Clio e outras tramas: ensaios de literatura e história. Jundiaí: Paco editorial, 2016.

Paulo apenas em agosto de 1853, elevando-se à categoria de Província do Paraná, por um processo especialmente influenciado pelo tropeirismo[35], no início do século XIX.

Os romances históricos tradicionais paranaenses exploram distintas temáticas. Alguns deles inserem suas narrativas no espaço e no passado paranaenses. São obras que ficcionalizam as incursões bandeirantes, os conflitos entre os nativos e os europeus, o tropeirismo, os conflitos armados do Contestado (1912 – 1916) e da Revolução Federalista (1893 – 1895), entre outras tônicas paranaenses. Em outros casos, mais raros, há a ficcionalização de episódios que transitam também por outros espaços nacionais ou até mesmo do "Velho Mundo" e outros países – como é o caso de *Origens*, de Pompília Lopes dos Santos, publicado em 1961, primeiro romance histórico tradicional paranaense de autoria feminina, que será examinado na terceira seção desta tese.

Cabe, aqui, salientarmos que, considerado como a obra de estreia da produção de romances históricos de autoria feminina no Brasil, *D. Narcisa de Villar*: *legenda do tempo colonial*, da catarinense Ana Luísa de Azevedo Castro, foi publicado, primeiramente, na forma de folhetim no jornal "A marmota", de 13 de abril a 6 de julho de 1858, sob o pseudônimo de "Indígena do Ipiranga", prática comum nas primeiras produções de autoria feminina. A narrativa, publicada na forma de livro em 1859, segue as tendências do romantismo, na modalidade tradicional do romance histórico, ao se sustentar a partir de uma lenda para renarrativizar o início do processo de colonização brasileira.

Muitas dessas narrativas, como demonstramos na segunda e terceira seções desta tese – em que nos dedicamos, exclusivamente, às narrativas paranaenses –, seguem os moldes impostos tanto pela produção literária eurocêntrica, quanto pela historiografia tradicional. Nessas, a perspectiva colonial laudatória persiste, mesmo que, diacronicamente, em alguns territórios da América Latina já houvesse a produção de narrativas com características críticas e desconstrucionistas, o que

[35] O tropeirismo surge na primeira metade do século XVIII, a partir da descoberta do ouro em Minas Gerais e da consequente necessidade de transporte de bens e alimentos por meio dos muares, realizado e possibilitado a partir da construção da estrada Sorocaba-Viamão. No Paraná, os tropeiros foram importantes na ocupação do segundo planalto, pois o trânsito – e ocasionais estadias – de pessoas gerou a necessidade de estoque de alimentos e materiais e o desenvolvimento de hospedagens, fomentando núcleos de urbanização.

pode distinguir e confirmar o desenvolvimento tardio das diferentes modalidades do gênero no estado.

Alguns dos primeiros romances híbridos de história e ficção paranaenses renarrativizam os processos de colonização e povoamento do espaço geográfico do estado pelos colonizadores europeus e seus descendentes. Exemplares dessa temática são os romances históricos tradicionais *O drama da Fazenda Fortaleza*, de David Carneiro, publicado em 1941, e *Rastros de Sangue*, de mesma autoria, publicado em 1971, os quais serão abordados na terceira seção.

Essas narrativas são amostras de como a perspectiva acrítica e laudatória da historiografia convencional, e do colonizador europeu, permanece nas narrativas híbridas de história e ficção tradicionais. Assim, continuam cúmplices de um projeto que visava a subalternizar e a explorar o território colonial, bem como sua população autóctone, e colaboram na perpetuação do olhar hegemônico europeu – em oposição aos grupos marginalizados e silenciados.

A postura acrítica em relação à reprodução da história eurocêntrica, como já mencionamos, será amplamente problematizada pelo romance histórico somente em meados do século XX. Este será o foco da próxima subseção, na qual abordamos as narrativas híbridas de histórica e ficção pertencentes à segunda fase do gênero: a fase crítica/desconstrucionista, que compreende as modalidades do novo romance histórico latino-americano e da metaficção historiográfica.

Antes de adentrarmos às discussões referentes à fase crítica/desconstrucionista do gênero romance histórico, consideramos oportuno adicionar que a transição dessas narrativas acríticas em direção a uma problematização crítica do discurso histórico ocorre simultaneamente à transformação na forma de abordagem da história convencional. Iniciada nas primeiras décadas do século XX, as problematizações do discurso historiográfico lançam as primeiras perspectivas da história como artefato cultural.

Essas modificações iniciam-se na França a partir do grupo de estudos conhecido como Escola dos *Annales*, desenvolvida em torno da revista *Annales: économies, societés, civilisations,* nos derradeiros anos da década de 1920. A formulação dessa nova perspectiva contou com personalidades como os historiadores Lucien Febvre e March Bloch, os quais viam a necessidade de uma renovação no tratamento historiográfico dos remanescentes do passado e sua discursividade.

De acordo com o historiador Peter Burke (1992) – um dos reconhecidos estudiosos da nova história, como ficou conhecida essa corrente renovadora da historiografia –, esses primeiros teóricos foram responsáveis por relativizar a valorização das fontes e documentos, relacionando a ciência histórica a outros campos científicos e de conhecimento. Dentre essas áreas, salientamos a psicologia, a geografia, a sociologia, a literatura e a linguística, em relação às quais a história passa a ser abordada em profunda interação, sobretudo com a economia e a sociologia.

Dessa abordagem plural da história, na década de 1970, surge um novo conceito: a nova história – mais difundida na França como *nouvelle histoire* –, disseminada pelas ideias do medievalista francês Jacques Le Goff (1974; [1997] 2003), de Pierre Nora (1974), entre outros. A escrita da nova história pode ser considerada como uma reação contra o paradigma tradicional traçado pela história rankeana ou positivista, aquele que concebia a história apenas como uma sucessão de acontecimentos, como um modelo de narrativa *événementielle* (BURKE, 1992, p. 10-2).

Destacamos que, ainda de acordo com Burke (1997), este novo fazer historiográfico já vinha sendo pensado e produzido em trabalhos na Alemanha com Gustav Schmoller e Karl Lamprecht, e na França com Henri Sée, Henri Hauser e Paul Mantoux.[36]

Assim, a nova história passa a se interessar por todas as esferas da atividade humana, chegando à noção de "história total", pois tudo, em todos os seus aspectos culturais, tem um passado e esse passado tem sua relevância. Apoiadas nessa vertente inovadora do estudo do passado pela história, surgem ramificações como a história regional, a história das mulheres, a história do corpo e, também, a micro-história.

Ao remover o foco da organização sequencial de acontecimentos e mostrar as diferentes perspectivas de um fato, a história perde o seu caráter anteriormente imutável e passa a ser encarada como uma construção cultural, passível de alterações tanto no tempo quanto no espaço. Como consequência, o relativismo

[36] Para maiores informações, ver: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales* (1929-1989): *a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.; ROCHA, S. M. *Lucien Febvre, Marc Bloch e as ciências históricas alemãs* (1928-1944). 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010. Texto disponível em: http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/2526.

cultural da história torna-se tangível, ressaltando que, como revela a base filosófica da nova história, a representação da realidade histórica é social e culturalmente construída (BURKE, 1992).

Nessa perspectiva, cultivada por adeptos da corrente da nova história, a história tradicional, como crônica *événementielle*[37]*,* perde seu *status* de superioridade frente a outras narrativas que, igualmente, buscam traduzir o passado de modo inteligível no presente. Os textos históricos são tomados, nessa perspectiva, como narrativas históricas passíveis de influências de seu contexto histórico, cultural e social, bem como das narrativas históricas e literárias anteriores a elas; as quais carregam consigo arranjos verbais e estilísticos que, também, revelam e são determinados pela intencionalidade e pelas relações sociais e culturais de seu produtor (BURKE, 1992; WHITE, 2001).

Como resultado disso, métodos e materiais antes não valorizados pela história tradicional passam a receber maior relevância. A representação historiográfica deixa de estar, exclusivamente, atrelada àqueles documentos vistos como oficiais, mas passa a considerar, também, outras fontes de acesso ao passado, tal como as memórias e histórias orais, fotografias, diários e, especialmente, a literatura.

Especificamente no âmbito literário, novo enfoque é trazido para o diálogo entre a história e a literatura a partir de estudos realizados pelo historiador norte-americano Hayden White ([1978] 2001), em *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Segundo o autor, houve um lapso na abordagem das relações entre o discurso literário e o discurso histórico ao não se considerar que ambas, história e literatura, são construções discursivas (artefatos verbais ou constructos linguísticos) realizadas com determinadas intencionalidades, objetivos, por isso ideológicas, detentoras de relações subjetivas e sociais. Como consequência dessas relações sociais e subjetivas com o ato narrativo, seja historiográfico ou literário, torna-se evidente a influência – intencional ou não – de seu produtor, o que confere certa parcela de ficcionalidade em todo e qualquer discurso histórico.

---

[37] Paradigma tradicional traçado pela história rankeana ou positivista, que percebia a história apenas como uma sucessão de acontecimentos, como um modelo de narrativa *événementielle* (BURKE, 1992), forçosamente amparado em documentos oficiais, capaz de transportar a noção de “verdade histórica”.

Assim, a historiografia, antes entendida como expressão imparcial de acontecimentos passados, não se exime do esforço da imaginação projetiva, a qual demostra a vivência particular do historiador, aproximando-o ao artista (NUNES, 1988, p. 10). Tais percepções desestabilizam o *status* dado à história como sendo a representação da verdade absoluta e inegável sobre o passado, e desencadeiam resistência frente à aceitação dessa concepção de história, como afirma White (2001, p. 98), pois

> [...] de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências.

Quando entendida como um discurso ideológico e manipulável (WHITE, 2001, p. 98), a concepção da história passa a ser problematizada, o que se reproduz, também, na composição de narrativas híbridas de história e ficção. Assim, na seara em que antes comungavam da interpretação eurocêntrica hegemônica e reproduziam esses discursos cristalizados automaticamente, em condições apologéticas e acríticas, consagrando a ótica do colonizador, abre-se espaço para uma revitalização crítica de romances históricos.

Quando salientamos que todas as narrativas carregam nuances ideológicas, e por isso são parciais, tomamos a terminologia para representar as diferentes formas de consciência social, mentalidades ou sistemas de ideias que se materializam, dentre outras formas, pela escrita. Essas ideias podem ser legitimadoras ou refutadoras de sistemas de poder, e agir como instrumentos nas relações de dominação, seja para convencimento, apagamento ou manutenção de premissas instauradas por esses sistemas.

Para melhor esclarecer o uso do termo ideologias nesta tese, recorremos a Alfredo Bosi (2010), que, a partir de um denso recorte diacrônico do uso e desdobramentos da concepção de ideologia, infere que o uso do termo deve ser pautado em seu “significado forte”, aquele que é “tópico e estruturalmente político, desde que foi usado como justificação do poder.” (BOSI, 2010, p. 72).

No entanto, com a ideologização de outras áreas de conhecimento, uso difuso do termo tende a acarretar um sentido copiosamente amplo e múltiplo: “o termo

ganha em amplitude o que perde em precisão e em teor valorativo", capaz de, muitas vezes, não contemplar o caráter contraditório existente dentro de uma denominação ou época (BOSI, 2010, p. 73). Exemplificando-o, o autor apresenta a ideologia romântica, que teve suas fraturas internas e distintas vertentes, tais como o conservadorismo romântico e a rebeldia romântica, o saudosismo romântico e a utopia romântica, a religiosidade romântica, dentre outras.

Assim, deve-se evitar seu uso para comparar e designar conteúdos qualitativamente distintos. Para a clareza do discurso, o autor sugere utilizar mentalidade, cultura, ideário, estilo de época, concepção ou visão. Ao termo ideologia agregar-se-ia, pois, adjetivos que são abertamente políticos e partidários, tais como autoritária, democrática, reacionária, direitista, centrista, etc.

Em uma perspectiva sociológica e diacrônica, Bosi (2010), alicerçando-se em Mannheim, acrescenta um perfil mutável do conceito de ideologia – tomado como visão de mundo. Com a história das mentalidades ou história das representações, especialmente a partir de 1970, o caráter flexível e não valorativo do conceito relaciona-se e é determinado pela diacronia da história, do *status quo* e dos movimentos culturais, por isso, sua concepção não pode ser estática, pois está em constante revisitação e elaboração.

Nessa perspectiva, há a percepção de um dinamismo interno que dialetiza as visões de mundo: a aceitação de uma dialética vigente em cada formação social, na qual a história das ideias deve alimentar as reflexões sociológicas, de modo a englobar a multiplicidade de pontos de vista conflitantes e postos em tensão. Em contrapartida, salienta que um estrato de mentalidade pode ter presença elevada em determinado período ou vertente artística, sem apresentar "o vigor e a amplitude de um complexo ideológico, cujo enraizamento social é amplo e determinante." (BOSI, 2010, p. 80).

Nesta tese, quando utilizamos os termos ideologia, mentalidade ou discurso colonial/colonialista, alicerçamos esta postura na percepção do sistema colonial como uma política e ação de dominação, opressão e subjugação daqueles que foram colonizados. Desse sistema resultaram as sociedades latino-americanas – e tantas outras na África ocidental e no oriente –, marcadas pelo processo sistemático de apagamento, invalidação, desumanização.

Nesse sentido, de acordo com Paulo Freire, mais importante pensador pedagógico e filósofo nacional, autor de *Pedagogia do Oprimido* ([1970] 1987) e

muitos outros estudos relevantes no campo da educação, filosofia e sociologia, as formas de consciência – e discurso – social são marcadas por bases ideológicas, as quais são inclusivas ou excludentes. Para o autor, não é possível uma ideia de imparcialidade do conhecimento devido às suas bases ideológicas. Nesse sentido, para o discurso historiográfico, não há uma ideia de "verdade" que não seja fruto de um constructo social, e a base desse constructo – ideologicamente inclusiva ou excludente – está atrelada à manutenção ou ruptura de sistemas de poder e de opressão.

Dissertando sobre a temática da opressão e da libertação como prática pedagógica, Freire (1987) demonstra como a sociedade é articulada em movimentos ou estruturas opressoras – tal como o sistema colonial e escravagista –, que conduzem à desumanização. Essa, para o autor, é o resultado de uma ordem arbitrária, pautada na violência e subordinação do oprimido: "a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, destino dado, mas resultado de uma "ordem" injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos." (FREIRE, 1987, s.p.).

Dessa conjuntura advém a necessidade de superar a situação opressora, o que implica no reconhecimento crítico dessa situação, suas causas ou razões e suas formas de articulação, para que, por meio de ações transformadoras – aqui adicionamos, projetos e práticas interculturais e decoloniais[38] –, instaure-se uma situação outra, que possibilite a "busca do ser mais", que promova a desalienação e a emancipação do oprimido. Nessa condição outra, o oprimido torna-se atuante ativo de rupturas, pois "a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudo-participação, é o que deve ser: engajamento." (FREIRE, 1987, s.p.)

Em nosso estudo, portanto, entendemos que é por meio dessas transformações – em relação dialógica permanente –, pela subversão de paradigmas alicerçados na colonialidade do poder, do ser e do saber, que é possível romper com a cultura de dominação. Assim, é parte de nossa tarefa buscar refletir e transgredir as estruturas desse sistema, pois

> [...] a realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso.

[38] Tratamos mais detalhadamente do processo de descolonização, do pensamento e práticas decoloniais na próxima subseção.

> Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na "invasão da práxis", se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. (FREIRE, 1987, s.p.).

A partir dessas considerações, o âmago de nossa pesquisa está, intimamente, atrelado às rupturas viabilizadas pela nova história e pela noção da história como constructo cultural e discursivo – com bases ideológicas, portanto –, pois é a partir dessas premissas que se torna exequível o questionamento da representação historiográfica tradicional paranaense. Essas rupturas operadas no campo da historiografia não foram isoladas ou únicas. Elas também ocorreram no próprio campo da arte literária que, na América Latina, no início da década de 1930, instaura um intenso movimento de oposição à reprodução passiva da colonialidade nos romances históricos tradicionais; ao mesmo tempo em que articulou o potencial renovador na arte romanesca híbrida, capaz de revelar outras perspectivas do passado, pelo novo romance histórico latino-americano, e problematizar a própria essência discursiva da escrita da história, pela metaficcionalidade.

Isso é o que nos consente e impele a investigar se a escrita da literatura histórica, bem como da história, do estado passaram por processos de suavização e tentativas de apagamento de episódios conturbados da memória coletiva tal como ocorreu em inúmeros episódios emblemáticos no espaço latino-americano. E, nessa atribuição, também nos compete averiguar se a trajetória do romance histórico no Paraná seguiu o processo latino-americano do gênero em direção à criticidade e à transgressão, seja ela desconstrucionista ou mediadora.

Feitos esses esclarecimentos preliminares em relação às concepções ideológicas, à nova compreensão do discurso histórico, e a consequente desestabilização das grandes narrativas, passamos a discorrer sobre a fase mais polêmica e prolífica do romance histórico na América Latina: fase crítica/desconstrucionista.

1.2 DO OLHAR CRÍTICO AO DESCONSTRUCIONISMO EXPERIMENTAL: O *BOOM* DA NOVA NARRATIVA LATINO-AMERICANA

Nesta subseção, iniciamos a abordagem às modalidades desconstrucionistas e experimentalistas da fase crítica do romance histórico: o novo romance histórico

latino-americano e a metaficção historiográfica. No entanto, antes de abordarmos essas modalidades nomeadamente, consideramos essencial demonstrarmos o trajeto que a produção latino-americana percorreu até afluir no complexo literário que originaria a nova narrativa latino-americana.

Iniciamos, portanto, mostrando como as ideias embrionárias do modernismo hispano-americano instituem as bases críticas e inovadoras para as rupturas com os padrões eurocêntricos. As transgressões desses padrões são consolidadas por meio de produções literárias que originam a nova narrativa latino-americana, e a posterior ocorrência do *boom* da literatura latino-americana.

A maior criticidade frente ao discurso histórico hegemônico, bem como sua problematização pela nova história, é por nós considerada como um impulso a um fluxo literário que se delineava, progressivamente, na América Latina desde o final do século XIX. Esse movimento ocorre por meio das ideias embrionárias que irão eclodir no modernismo[39] hispano-americano e que, pela primeira vez, influencia diretamente a literatura europeia. Conforme aponta Klock (2021, p. 32),

> [...] a produção lírica inovadora e a ensaística crítica e reflexiva, com maior destaque, alimentam a independência cultural da América Hispânica do período de trânsito entre o final do século XIX e início do XX e consolidam o modernismo hispano-americano como a primeira escola literária cuja origem é o espaço latino-americano.

Essas transformações, geradoras de intensas reações e críticas, proporcionaram solo fértil para a maior ruptura na história de nossa literatura em relação aos moldes eurocêntricos. Até então esses parâmetros eram absorvidos e seguidos pela maioria de nossos literatos, acompanhados ao longo dos estilos literários, também adotados na história da literatura e determinados pela estrutura europeia.

A publicação de *Azul* (1888), de Rubén Darío, considerado como marco inicial do modernismo hispano-americano, será um desencadeador da produção crítica

[39] Apesar de ser um movimento crucial na história de nossa literatura, nossa intenção não é apresentar um estudo aprofundado sobre o Modernismo, mas, sim, esclarecermos questões relevantes condutoras e anteriores à fase da nova narrativa latino-americana. Para maiores informações sobre a trajetória do Modernismo na América Hispânica, aconselhamos uma consulta às obras: *Historia de la literatura Española* (1961), de Ángel Valbuena Briones; *El Modernismo Hispano-Americano* (1969), de Ivan A. Schulman; *Hispanoamérica en su literatura* (1970), de Guillermo Diaz-Plaja; *História da literatura Hispano-Americana* (1971), de Bella Jozef; *Historia de la literatura hispanoamericana (a partir de la* independencia*)* (1975), de Jean Franco; *Historia de la literatura hispanoamericana* (1982), de Julio A. Leguizamón.

posterior, uma semente geradora do que desabrochará na produção modernista denominada por nova narrativa latino-americana, cuja renovação tem início em 1930/40. Essta última, abrirá caminhos para o episódio denominado pela onomatopeia *boom* da literatura latino-americana, na década de 1960.

O escritor nicaraguense Rubén Darío ocupa lugar de destaque nesse contexto, não apenas por suas publicações, mas, especialmente, por sua influência e participação em evento na Espanha – durante as comemorações do IV centenário da chegada dos europeus em solo americano. Nesse evento, Darío é porta-voz da nova prática escritural latino-americana para os congregados do "Velho Mundo". Assim, apresenta a atitude crítica e inovadora da produção cultural hispano-americana em relação ao processo de conquista europeu e consolida o modernismo como a primeira escola literária gestada no espaço latino-americano.

Dessa maneira, o modernismo hispano-americano incitará maior criticidade e autonomia literária, conduzindo ao que chamamos de maioridade de nossas expressões em relação à literatura europeia, abandonando padrões e ditames copiados arbitrariamente. Décadas depois, essas implicações chegam, também, à literatura brasileira, com o modernismo brasileiro, instalado no início da década de 1920.

No Brasil, o modernismo alcança sua representatividade em nomes como Mário de Andrade e Oswald de Andrade na prosa da primeira geração, considerada aquela produzida até 1930. Na segunda geração (1930 – 1945), Graciliano Ramos, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Érico Veríssimo e outros, despontam como representantes da prosa regionalista, também chamada de romance de (19)30. Na terceira geração, denominada de geração de (19)45, é Clarice Lispector e sua narrativa intimista, e João Guimarães Rosa, com seu regionalismo e experimentalismo linguístico, que consolidam o movimento modernista brasileiro.

Nesse contexto, no espaço da América Latina, começam a se instalar as mudanças que, no futuro, implicarão no processo antropofágico a que se referiu Oswald de Andrade (1928) em seu *Manifesto Antropófago*: a produção (des)enlatada, ou seja, desatrelada da produção literária eurocêntrica. Esse processo de ruptura configura o espaço definido por Silviano Santiago (2000, p. 26) como o entre-lugar: aquele em que se instala a produção e re-produção transgressora do modelo colonizador, por meio de uma sutil perversão que encaminha para a reviravolta.

De forma ampla, as produções literárias subsequentes seguem o mesmo engendramento daqueles textos despontados no modernismo, como sugere André Trouche (2012, p. 85): “[...] a partir de meados do século XX, a narrativa hispano-americana apresenta um evidente e inquestionável processo de renovação do velho quadro do regionalismo naturalista, cristalizando as propostas poéticas oriundas das vanguardas dos anos [19]20.” Gradativamente, essa revolução literária resultará na nova narrativa latino/hispano-americana, que influencia, intrinsecamente, no potencial crítico revisionista que o romance histórico adquire, especialmente voltado ao exame de espaços que viveram o passado de colonização extrativista, abusiva e de subjugação, como é o caso de nosso continente.

Essa tendência narrativa apresentou crescente número de produções desde os anos 1940, mas atingiu seu apogeu na década de 1960, considerado o momento clímax – o *boom* – da nova narrativa latino-americana. Tal ocorrência deve ser assinalada sob, pelo menos, duas perspectivas fundamentais: como um fenômeno de recepção e, por metonímia, de fases históricas do processo literário hispano-americano; mas que também prescinde ser considerado em seus aspectos identitários e estilístico literários, de acordo com Trouche (2012, p. 83).

Além disso, segundo Klock (2021), também em consonância com Trouche (2012), o *boom* foi uma manifestação social, literária e histórica, que apresenta um campo de estudos ainda parcial e impreciso devido às distintas perspectivas que teóricos e autores literários oferecem sobre o evento, o que nos impossibilita defini-lo como um movimento estético e cultural homogêneo ou unificador, como afiança Klock (2021, p. 40-1):

> Apesar dos esforços de críticos e teóricos em esboçar características gerais, é consenso o entendimento de que o *boom* representou uma profunda mudança no sistema literário latino-americano ao concentrar criações legítimas e esteticamente rigorosas que suplantaram a ideia da literatura local, especialmente a do Romantismo e a do Realismo/Naturalismo, como cópia e dividendo do cânone europeu. [...] Isso não nos permite, contudo, pensar o *boom* dentro de parâmetros definidores de um movimento estético-literário homogêneo, pois não se identifica a expressão de um manifesto ou ideário estético, político ou cultural unificador. Pela análise do corpus literário verifica-se o predomínio da prosa ficcional. No entanto, tal peculiaridade não é suficiente para reunir os escritores sob um mesmo teto em virtude da diversidade de técnicas, características e temas explorados.

Ainda, de acordo com a pesquisadora, outro fator que dificulta as delimitações do *boom* é o envolvimento de diversos países no evento, os quais apresentavam diferentes momentos históricos e diferentes situações literárias. Por essa razão, as definições teóricas e conceituais atribuídas pela historiografia literária não são definitivas, devido à "força da arbitrariedade e da heterogeneidade dos autores e obras que pouco compartilham características e temas, mas que, decididamente, praticam um experimentalismo linguístico e formal." (KLOCK, 2021, p. 41).

Outro ponto de influência em relação ao momento do *boom* é o seu vínculo com a anterior solidificação do mercado editorial latino-americano – bem como a consolidação de seu público interno consumidor –, que com o "sucesso de vendas e o incremento da produção de livros possibilitam, quase imediatamente, a reimpressão ou reedição de obras anteriores." (TROUCHE, 2012, p. 95). Aspecto que reflete, diretamente, na democratização da literatura latino-americana.

Associado à ascensão dessa nova geração de leitores, a deflagração do *boom* ocorre em decorrência das aberturas de técnicas e posturas que contribuem fortemente para a consolidação do fenômeno em diversas partes da América Latina. Dentre esses, Rodríguez Monegal ([1972], 2008) cita Juan Rulfo e Carlos Fuentes, do México; Jorge Luis Borges[40], da Argentina; e do Brasil, Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado. Desse modo, as primeiras manifestações são dispersas e concomitantes, e são preambulares de muitas modificações e da renovação da narrativa latino-americana.

Na literatura nacional, como mencionamos anteriormente, Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado, representantes do romance de 1930 – na segunda fase do modernismo brasileiro –, são considerados fundamentais para nossa transformação cultural literária. Entrementes, tal renovação é plenamente alcançada, ainda que tardiamente, em âmbitos culturais, literários e linguísticos, por Guimarães Rosa em 1956, com *Grande Sertão: veredas*.

Em seu ápice, nos anos da década de 1960, essas narrativas veiculam posturas escriturais plurais, num painel multifacetado, que, em seus mais variados matizes, confluem para o experimentalismo linguístico e formal. Nessa fase de maturidade do *boom*, ou período auge, em consonância com Klock (2021),

[40] Alguns autores discordam quanto à relação entre Borges e o *boom*, o que ressaltamos aqui são seus recursos estilísticos e temáticas inovadores, tomando-o como parte da produção que projetou a universalização da literatura latino-americana ainda nas décadas de 1930 e 1940.

destacam-se os nomes de Augusto Roa Bastos, Juan Carlos Onetti, Carlos Fuentes, Vargas Llosa, Julio Cortázar, dentre outros.

No Brasil, esse período coincide com a instalação e vigência da ditadura militar brasileira (1964 – 1985). Nesse momento, de acordo com Malcom Silverman (2000), há o florescimento de uma produção literária que apresenta como princípio fundamental o tom de protesto, de não resignação à situação política do país – ponto presente tanto em obras consideradas de bases ideológicas de direita como de esquerda –, decorrente de uma relação de causa e efeito da repressão exercida pela ditadura militar.

> Na verdade, tanto a prosa longa quanto a curta, particularmente o conto, floresceram naquela época, como um registro histórico imediato, no que se chamaria de *boom*, apesar, ou talvez por causa, das medidas de repressão. Desde a ditadura de Vargas, o romance jamais servira tanto de veículo para disseminar a realidade nua e cruel na qual estava imerso o país, e onde buscava sua inspiração. Nisto reside sua importância, pois o romance se desenvolveu de forma vigorosa, enquanto os meios convencionais de comunicação estavam bloqueados; ele apresentava o outro Brasil, através do duro realismo, autobiografia semificcionalizada, tratamento cômico dos costumes urbanos, introspecção constrangida, épicos desmitificados, paródia, alegoria, sátira flagrante e surrealismo. (SILVERMAN, 2000, p. 33).

Tal produção, tomada pelo autor como “novo romance”, possui, com copiosas exceções, maior valor histórico documental do que propriamente literário (SILVERMAN, 2000, p. 13). Essa produção literária, portanto, também corrobora para os estudos da história política e social do momento e nos encaminha às discussões sobre as produções híbridas de história e ficção.

Reiteramos, ainda, que o fenômeno do *boom,* dos anos 1960 e 1970, está inserido em um contexto maior de renovação de nossa expressão em prosa que se iniciou na década de 1940 e estreou a denominada nova narrativa latino-americana, e que se estende até os dias atuais. A nova narrativa latino-americana compreende, portanto, tanto o *boom* como o pós-*boom* – sobre este último, discorremos na próxima seção –, e abrange (e determina), também, a produção de narrativas híbridas de história e ficção.

De fato, a transformação crítica ocasionada pelo modernismo e o *boom* da literatura latino-americana engendram uma renovação em todo plano ficcional, canalizando diferentes expressões – experimentalistas e desconstrucionistas – na

prosa. Essas transformações na produção de narrativas híbridas de história e ficção latino-americanas favorecem a consolidação de uma nova modalidade de romances históricos: o novo romance histórico latino-americano. Conforme explica Esteves (2010), Ángel Rama foi pioneiro ao empregar, em 1981, o termo *nueva novela histórica latinoamericana*, conceito, posteriormente, incorporado e desenvolvido por outros especialistas, como Aínsa (1991) e Menton (1993).

O primeiro exemplar dessa modalidade de romance histórico reconhecido pela crítica literária foi o romance cubano *El reino de este mundo* (1949)[41], de Alejo Carpentier. Entretanto, recentemente, a dissertação *Nuestro Bolívar: da heroificação à humanização da sua figura na ficção*[42], defendida por Hugo Eliecer Dorado Mendez (2021), na Universidade da Integração Latino-Americana – UNILA, aponta para um possível reposicionamento a partir de sua análise da narrativa híbrida de história e ficção *Mi Simón Bolívar*, do colombiano Fernando González Ochoa, publicada em 1930. Nessa obra, Ochoa já apresenta as características de ruptura com as modalidades acríticas do gênero, antecipando o exórdio dessa modalidade crítica/desconstrucionista ocorrida ainda na primeira metade do século XX.

Esses novos elementos, todavia, não anulam o papel fundamental desempenhado por Carpentier (1949). A produção do autor cubano atua como referência "da modalidade do novo romance histórico latino-americano, em que antecipa ao leitor um universo de inovações e experimentalismos dentro da narrativa híbrida de história e ficção que se consolidará nas décadas seguintes." (KLOCK, 2021, p. 71).

---

[41] Sobre essa narrativa, a pesquisadora Tatiana Pereira Tonet é referência na análise das obras *El reino de este mundo*, de Alejo Carpentier, e *La isla bajo el mar*, de Isabel Allende, que integram o *corpus* de análise da sua dissertação *Revolução Haitiana*: *da história às perspectivas ficcionais – El reino de este mundo (1949), de Carpentier, e La isla bajo el mar (2009), de Allende*, defendida em 2018, no Programa de Pós-graduação em Letras da Unioeste – Cascavel/PR. Este é um texto no qual se faz um estudo comparativo dos elementos ficcionais e históricos sobre o processo discursivo em torno da Revolução Haitiana (1791-1804). Partindo do *corpus* literário escolhido, a integrante do Grupo de Pesquisa "Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção - vias para a descolonização" contrapõe a visão dos registros historiográficos às leituras ficcionais do evento para verificar como se elaboram as imagens dicotômicas em torno do episódio, estas recuperadas e ressignificadas pela ficção contemporânea. O estudo revela que a narrativa de Carpentier (1949) é a obra, conforme aponta a crítica em geral, que introduz as inovações do novo romance histórico latino-americano enquanto a obra de Allende (2009), sobre o mesmo evento histórico, configura-se como um romance histórico contemporâneo de mediação (FLECK, 2007).

[42] MENDEZ, Hugo Eliecer Dorado. Nuestro Bolívar: da heroificação à humanização da sua figura na ficção. 99f. 2021. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em: http://dspace.unila.edu.br/123456789/6101 Acesso em: 15 jan. 2022.

Instala-se, assim, um novo contexto de experimentalismos e inovações literárias, que, em consonância com a proposição de Fleck (2017), estabelece a terceira modalidade do romance histórico: o novo romance histórico latino-americano. Essa modalidade, amplamente difundida pelos estudos teóricos de Aínsa (1991) e Menton (1993), juntamente à metaficção historiográfica (HUTCHEON, 1991) – quarta modalidade de escritas romanescas híbridas de história e ficção – abre espaço para a segunda subdivisão da trajetória do gênero romance histórico: a fase crítica/desconstrucionista.

Como temos demonstrado nesta seção, a criticidade e a revisão dos fatos históricos são fatores determinantes para a divisão dos grupos de romances históricos e, também, das fases da produção de narrativas híbridas de história e ficção fixadas nos estudos de Fleck (2007; 2017). Dela, resultam os dois grupos basilares: 1- a produção acrítica/fase acrítica – na qual se enquadram os romances históricos das modalidades clássica scottiana e a tradicional; 2- a produção crítica, subdividida em duas fases: a) a fase crítica/desconstrucionista – composta pelas modalidades novo romance histórico latino-americano e metaficção historiográfica; b) a fase crítica/mediadora – na qual se enquadra a modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação.

A fase crítica/desconstrucionista da trajetória do romance histórico na América Latina desenvolve-se em paralelo às renovações da nova narrativa latino-americana. As obras híbridas de história e ficção, nesse contexto, comungam das mesmas inovações escriturais e linguísticas e da diversidade estilística de toda nossa nova narrativa, bem como se associam à pluralidade de perspectivas críticas e desconstrucionistas em relação ao passado colonial, ao discurso historiográfico tradicional e aos padrões literários e culturais eurocêntricos perpetuados desde os mesmos.

Assim, especialmente nos espaços ocupados pelas ex-colônias europeias, surgem novos olhares sobre o passado e sobre a forma com que esse tempo pretérito é representado pela literatura, num novo espaço denominado de espaço pós-colonial. Sobre essa temática salientamos que

> [...] a literatura pós-colonial não é, portanto, simplesmente aquela que veio *depois* do império, mas aquela que veio *com* o império, para dissecar a relação colonial e, de alguma maneira, resistir às perspectivas colonialistas. A mudança de poder nas ex-colônias

> demandava uma descolonização simbólica dos sentidos dominantes, na qual a literatura toma parte relevante. Ao dar expressão à experiência do colonizado, os escritores pós-coloniais procuram subverter, tanto temática, quanto formalmente, os discursos que sustentaram a expansão colonial: os mitos de poder, raça e subordinação, entre outros. A literatura pós-colonial mostra as marcas profundas da exclusão e da dicotomia cultural durante o domínio imperial, as transformações operadas pelo domínio cultural europeu e os conflitos delas decorrentes. (SANTOS, 2012, p. 343).

Desse modo, o espaço pós-colonial é aquele em que essa inserção crítica ocorre, rompendo com os paradigmas tradicionais instaurados pelo *lócus* enunciador europeu, replicado pelas novas sociedades latino-americanas em seus processos de formação. Essas novas narrativas híbridas de história e ficção, portanto, realizam uma releitura crítica do passado, nas quais há uma missão dessacralizadora da história, seja ela por meio da impugnação de versões oficiais, pela subversão de paradigmas cristalizados, ou pela emergência de vozes antes silenciadas. Sobre essa tônica, Esteves e Milton (2007, p. 18) afiançam que

> [...] o surgimento, desenvolvimento e proliferação desta modalidade de narrativa de extração histórica, que possibilita outras visões dos eventos registrados pela história hegemônica, vêm contribuir, por exemplo, para a consolidação de uma consciência latino-americana e, ao mesmo tempo, para a afirmação de uma nova forma narrativa que expressa o desejo de pensar criticamente a realidade, suas versões e interpretações e suas múltiplas possibilidades de representação no âmbito literário.

Essa transição para uma postura crítica frente aos acontecimentos do passado ocorre em concomitância à transformação no estilo de escrita, que, como buscamos comprovar nas análises apresentadas na terceira seção desta tese, atuam como uma forma de transpor ou igualar o projeto ideológico de cada narrativa a seu projeto estético (LAFETÁ, 2000). A estrutura formal do texto passa a incorporar elementos refrativos do projeto ideológico, ou seja, o modo de escrita acompanha as tendências ou intenções da narrativa, seja por meio da fragmentação, da pluralidade linear, da utilização de oximoros (BERND, 1998), entre outras estratégias experimentalistas apresentadas por essas novas formas de narrar.

Zilá Bernd (1998, p. 259-270), no texto “Em busca do terceiro espaço”, defende que as literaturas americanas estão em constante deslocamento na busca

de sua expressão, por isso são caracterizadas pela metamorfose e mudança e, em analogia, aos seres híbridos. Como figura característica do híbrido, apresenta o oximoro, que trabalha com a justaposição dos contrários, une lógicas ilegítimas e associa assimetrias, produzindo novos sentidos. Tais tendências e particularidades encaminham a trajetória do romance histórico à consolidação de narrativas que se enquadram na fase crítica/desconstrucionista do gênero, na concepção de Fleck (2017). Essa fase é composta pelas modalidades novo romance histórico latino-americano e a metaficção historiográfica.

Seguindo a trajetória do romance histórico na América Latina, o novo romance histórico latino-americano é a primeira modalidade crítica elencada por Fleck (2017). O conjunto de obras que compõem essa expressão crítica da literatura frente à história tradicional foi, primeiramente, estudada pelo uruguaio Fernando Aínsa (1988; 1991) e, posteriormente, examinada pelo professor estadunidense Seymour Menton, em *La nueva novela histórica de América Latina: 1949-1992* (1993), obra na qual o autor comenta o surgimento da nova modalidade, que carrega em seu cerne uma maneira crítica e desconstrucionista de abordar a história, alcançada por diferentes recursos estilísticos na composição romanesca e em experimentalismos linguísticos e formais.

Diferentes autores buscaram definir um rol de características que determinariam a modalidade do novo romance histórico, dentre eles, apresentamos as dez peculiaridades apresentadas em Fleck (2017, p. 69-70), estabelecidas a partir de Aínsa (1991), por serem elas as especificidades norteadoras do que consideramos a essência dessa modalidade:

> 1- A releitura da história pela ficção é realizada por uma visão crítica do passado; 2- Impugnação do discurso legitimador instaurado pelas versões da historiografia hegemônica; 3- Multiplicidade de perspectivas que dilui a concepção e o acesso a uma só verdade histórica; 4- Abolição do distanciamento épico; 5- Distanciamento da historiografia hegemônica por meio da ironia e paródia, às vezes irreverência, com recursos hiperbólicos e grotescos, em diálogo com a criação linguística do anacronismo e do pastiche, em busca de desconstruir valores estabelecidos; 6- Sobreposição de tempos históricos diferentes; 7- Uso de documentação – factual ou imaginativa – como respaldo à historicidade textual; 8- Variedade de modalidades expressivas, heteroglossia e rebuscamento linguístico, quando necessário; 9- Releitura distanciada, paródica ou anacrônica da história, refletida numa visão grotesca ou sarcástica do passado; 10- Linguagem deliberadamente trabalhada – com arcaísmos,

> pastiches ou paródias – como instrumento fundamental à desmitificação do passado.

Essas características, no entanto, não precisam estar integralmente presentes em um relato para compor um exemplar de novo romance histórico latino-americano, pois não há modelo único para as novas narrativas, como afiança Aínsa (1991, p. 82-3):

> [...] *la renovada actualidad del género no se ha traducido en la aparición de un modelo único de novela histórica. A diferencia de lo sucedido en periodos anteriores en que el género tuvo particular auge – romanticismo, realismo y modernismo –, asistimos a la ruptura del modelo estético único. Las pretensiones de una novela forjadora y legitimadora de nacionalidades (modelo romántico), crónica fiel de la historia (modelo realista) o elaborada formulación estética (modelo modernista), ha cedido a una polifonía de estilos y modalidades expresivas. El estallido formal y de intenciones se traduce en una multiplicidad de estilos* […][43].

Além disso, algumas de suas principais características são recorrentes nas outras tipologias críticas, em especial na metaficção historiográfica – e, em menor grau, no romance histórico contemporâneo de mediação. Entre elas, podemos citar: a releitura crítica da história; a legitimação de versões não oficiais do passado; a multiplicidade de perspectivas – utilizada como reflexo da impossibilidade de conduzir a uma versão una da história –; a superposição de tempos históricos distintos; maior distanciamento da historiografia oficial; ampla gama de possibilidades estilísticas expressivas, com recursos metaficcionais, intertextuais, paródicos, dialógicos, dentre outros traços considerados relevantes, como os experimentalistas e desconstrucionistas.

A segunda modalidade crítica/desconstrucionista apontada por Fleck (2017) é a metaficção historiográfica. Essa terminologia foi amplamente difundida a partir dos estudos da canadense Linda Hutcheon (1991). Antes de nos adentrarmos às especificidades dessa modalidade, todavia, consideramos pertinente ressaltarmos

---

[43] Nossa tradução: [...] a renovada atualidade do gênero não resultou no aparecimento de um modelo único de romance histórico. À diferença do que aconteceu em períodos anteriores, quando o gênero particularmente teve um ápice - romantismo, realismo e modernismo - testemunhamos a ruptura do modelo estético único. As pretensões de um romance forjador e legitimador de nacionalidades (modelo romântico), fiel crônica da história (modelo realista) ou elaborada formulação estética (modelo modernista), cederam espaço a uma polifonia de estilos e modalidades expressivas. A eclosão formal e intencional traduz-se em uma multiplicidade de estilos [...]. (AÍNSA, 1991, p. 82-3).

que a terminologia metaficção historiográfica é comumente associada aos estudos pós-modernos e à pós-modernidade em virtude dos trabalhos da pesquisadora. O objetivo de nosso estudo não é discutir a pós-modernidade, mas a tomamos como um espaço no qual há “uma atitude de incredulidade dos latino-americanos ante a história e, principalmente, ante a forma de representá-la.” (ESTEVES; MILTON, 2007, p. 19).

Para Hutcheon (1991, p. 21), a metaficção historiográfica refere-se aos romances que são “intensamente autorreflexivos e mesmo assim, de maneira paradoxal, também se apropriam de acontecimentos e personagens históricos.” Ou seja, são narrativas híbridas de história e ficção altamente autorreferenciais que, ao mesmo tempo, apropriam-se do discurso histórico oficial para subvertê-lo, dando origem a uma construção narrativa fragmentada, desconstrucionista e interpeladora, que compartilha muitas das estratégias do novo romance histórico latino-americano, mas empenha-se, em especial, a revelar que as proposições sobre o passado são construções de linguagem, narrativas discursivas ideológicas, sejam elas da história ou da literatura. Assim, o próprio processo de escrita é inserido como temática do romance e as distintas opções ficam explicitas na superfície textual.

Característica importante da metaficção historiográfica é a valorização e intensa problematização sobre o periférico. Nessa, todas as vozes são ouvidas, o ex-cêntrico (termo utilizado por Hutcheon) passa a ser considerado, aquele que não tem voz – o marginal, o periférico – passa a possuir voz. Cabe aqui assinalarmos que essa perspectiva ex-cêntrica definida pela teórica canadense refere-se, especialmente, a grupos colocados à margem, tais como as mulheres, os transexuais, entre tantos outros. Essa abertura permanece, contudo, encerrada ao eixo norte americano e europeu. Não contempla, assim, as singularidades do mundo pós-colonial a que nos referimos anteriormente.

Apesar de mencionar narrativas latino-americanas como as de Cortázar, Borges e Carpentier, Hutcheon ([1980] 2013) não contempla e não circunscreve as singularidades das narrativas híbridas de história e ficção produzidas a partir desse *lócus* enunciativo. No espaço latino-americano a metaficção historiográfica é especialmente articulada à desconstrução das imagens cristalizadas de grandes personagens consagradas pela historiografia, exemplares dessa característica são as narrativas *Santa Evita* (1995), de Tomás Eloy Martinez, *Vigilia del Almirante*

(1992), de Augusto Roa Bastos, e *Una lanza por Lope de Aguirre* (1984), de Jorge Ernesto Funes.

Nessas narrativas pluriperspectivistas, diferentes vozes são ouvidas e problematizadas. Essas são estratégias narrativas que tencionam um repensar crítico e impugnador a respeito da escrita historiográfica hegemônica – euro, branco, hétero, falocêntrica –, sendo exemplar da desmitificação e da ruptura com as grandes metanarrativas e as visões totalizantes da história definidas por Jean-François Lyotard ([1979] 2009) e discutidas por Perry Anderson (1998).

A partir dos postulados de Lyotard, em *A condição pós-moderna* (2009), Perry Anderson (1998), em *As origens da pós-modernidade*, esclarece que a perda de credibilidade das metanarrativas (ou grandes narrativas) da modernidade é traço que define a condição pós-moderna:

> [...] elas foram demolidas pelo desenvolvimento imanente das próprias ciências: por um lado, por uma pluralização dos tipos de argumento, com a proliferação do paradoxo e do paralogismo – antecipados no seio da filosofia, por Nietzsche, Wittgenstein e Levinas; e, por outro, por uma tecnificação da prova, em que aparelhos dispendiosos, controlados pelo capital ou pelo Estado, reduzem a "verdade" à "performatividade". (ANDERSON, 1998, p. 38).

Essa fragilização das grandes narrativas – aquelas tidas como imparciais e objetivas –, vai ao encontro daquilo que as modalidades altamente críticas do romance histórico propõem em suas diegeses: a desestabilização do conceito de veracidade histórica ou historiográfica, uma revisão interpeladora do passado. Essa é uma particularidade não apenas das modalidades do novo romance histórico latino-americano e da metaficção historiográfica, mas, também, do romance histórico contemporâneo de mediação, como esclarecemos na subseção a seguir.

A particularidade de distinção básica entre o novo romance histórico latino-americano e a metaficção historiográfica é que esta última tem plena autoconsciência de sua condição discursiva e, por isso, revela-se sempre voltada para si mesma. Esse, de acordo com Fleck (2017), é o aspecto determinante na realização da metaficção historiográfica. Segundo o autor, "neste tipo de obra, o que se deve observar é que a metaficcionalidade, seja ela discursiva ou narrativa, será a estratégia mais relevante e recorrente da composição romanesca", constituinte de uma dimensão junto ao todo da narrativa, na qual a remoção de seu caráter

autorreflexivo ocasionaria um "total empobrecimento da narrativa e do próprio projeto estético-literário." (FLECK, 2017, p. 93-94).

De acordo com Linda Hutcheon ([1980] 2013), teórica que concebeu a nomenclatura metaficção historiográfica – também denominada por ela como escritas narcisistas –, essa modalidade de narrativa pode apresentar-se a partir de duas formas basilares: aberta ou encoberta – *overt or covert* – e cada uma dessas maneiras, pode ocorrer por meio de recursos e habilidades distintas. Sobre essa classificação, Hutcheon (2013, p. 23) salienta que

> […] *overt forms of narcissism are present in texts in which the self-consciousness and self-reflection are clearly evident, usually explicitly thematized or even allegorized within the "fiction". In its covert form, however, this process would be structuralized, internalized, actualized. Such a text would, in fact, be self-reflective, but not necessarily self-conscious. One is left again with a four-part system, this time of overt diegetic and linguistic types of literary narcissism, and their covert counterparts, both diegetic and linguistic.*[44]

Nessa perspectiva, as formas abertas de escritas narcisistas apresentam autoconsciência narrativa de modo explícito, por meio da tematização e da alegorização da escrita da trama diegética, por metáforas narrativas ou por comentários elaborados pelo narrador, assim como pela expressão dos atos de ler e escrever. Esse aspecto torna-a, também, autoconsciente de sua discursividade, de sua composição ancorada na manipulação da linguagem. Na narrativa narcisista encoberta, ou camuflada, a autorreferencialidade é implícita, estruturada e internalizada no texto, não chegando a se produzir, nessas escritas, o efeito da autoconsciência discursiva.

Sublinhamos que, de acordo com Hutcheon (2013, p. 28-9), na modalidade de metaficção diegética, o enfoque recai na construção do universo diegético, em que o narratário está ciente de que está frente a uma elaboração narrativa e na qual, pelo ato de leitura, participa ativamente da criação do universo ficcional. Na modalidade linguística, os recursos metaficcionais estão direcionados à linguagem que constitui

[44] Nossa tradução: Narrativas narcisistas abertas estão presentes em textos em que a autoconsciência e a autorreflexão são claramente evidentes, geralmente tematizadas explicitamente ou mesmo alegorizadas dentro da "ficção". Em sua forma encoberta, entretanto, esse processo seria estruturado, internalizado, atualizado. Tal texto seria, de fato, autorreflexivo, mas não, necessariamente, autoconsciente. Apresenta-se novamente um sistema de quatro partes, desta vez como modalidades diegéticas e linguísticas na forma aberta de narcisismo literário, e em sua forma encoberta ambas as modalidades diegéticas e linguísticas. (HUTCHEON, 2013, p. 23).

a ficção: "[...] *the text would actually show its building blocks – the very language whose references serve to construct that imaginative world*.[45]" (HUTCHEON, 2013, p. 29).

Sobre os recursos metaficcionais, salientamos que se constituem de estratégias que revelam a capacidade narrativa de se autodiscutir, de esgrimir o processo narrativo e as construções literárias, em outros termos, é a expressão de sua autorreflexividade. Patricia Waugh (1984, p. 2), expressa que a metaficção

> [...] *is a term given to fictional writing which self-consciously and systematically draws attention to its status as an artefact in order to pose questions about the relationship between fiction and reality. In providing a critique of their own methods of construction, such writings not only examine the fundamental structures of narrative fiction, they also explore the possible fictionality of the world outside the literary fictional text*.[46]

A metaficção, portanto, dialoga com o passado factual e problematiza as representações da realidade, realizadas pelos discursos histórico e literário. Ao mesmo tempo, são narrativas paradoxais que carregam tensões entre a criação e a crítica, e os integram aos conceitos de interpretação e desconstrução (WAUGH, 1984). Dessa forma, podem ser considerados tanto uma resposta, como uma contribuição à noção de que a realidade e a história são provisórias: "*no longer a world of eternal verities but a series of constructions, artifices, impermanent structures.*[47]*"* (WAUGH, 1984, p. 7).

Sobre as narrativas que apresentam o recurso metaficcional como estratégia narrativa substancial, Fleck (2017) estabelece que, de acordo com o grau e a intensidade de uso desses artifícios, é possível determinar três categorias: os novos romances históricos metaficcionais, as metaficções historiográficas e as metaficções historiográficas plenas. Os novos romances históricos metaficcionais são aqueles novos romances históricos que apresentam, também, traços de metaficcionalidade,

---

[45] Nossa tradução: [...] o texto, na verdade, mostraria seus blocos de construção – a própria linguagem cujas referências servem para construir o mundo imaginativo. (HUTCHEON, 2013, p. 29).

[46] Nossa tradução: [...] é um termo dado à escrita ficcional que, consciente e sistematicamente, chama a atenção para seu *status* de artefato, com a finalidade de lançar questões sobre a relação entre ficção e realidade. Ao fornecer uma crítica de seus próprios métodos de construção, esses textos não apenas examinam as estruturas fundamentais da ficção narrativa, mas, também, exploram a possível ficcionalidade do mundo fora do texto literário de ficção. (WAUGH, 1984, p. 2).

[47] Nossa tradução: [...] não mais um mundo de verdades eternas, mas uma série de construções, artifícios e construções impermanentes. (WAUGH, 1984, p. 7).

mas nos quais ela não se configura como um dos meios principais de estruturação da obra, portanto, não será elemento primordial. Podemos citar como exemplares dessa modalidade *Los perros del paraiso* (1983), do argentino Abel Posse, *O Chalaça* (1994), do brasileiro José Roberto Torero, e *Terra papagalli* (1997), obra também de José Roberto Torero escrita conjuntamente a Marcus Aurelius Pimenta.

Na metaficção historiográfica, a matiz metaficcional, seja ela discursiva ou narrativa, será preceptora na condução do relato, tornando-se sua estratégia mais frequente e relevante, aos quais os outros recursos estão subordinados. Nessas, a condução narrativa geralmente é tecida por diferentes fios narrativos – ou multiperspectivistas –, nos quais, em um desses fios, o teor autorreflexivo é sobressaliente, e que, se eliminado da obra, acarretaria um empobrecimento de seu projeto estético-literário. Dessa modalidade, no contexto latino-americano, podemos citar *Vigilia del Almirante* (1992), do paraguaio Augusto Roa Bastos, e *Santa Evita* (1995), do escritor argentino Tomás Eloy Martínez.

Destacamos que a distinção entre metaficção discursiva e metaficção narrativa é realizada por Antonio Jesús Gil González (2005). De acordo com o autor, a metaficção discursiva é estabelecida por meio de recursos metaficcionais que primam pela identificação do narrador com a figura autoral. Essa identificação, estabelecida por meio do pacto de leitura entre o leitor (narratário) e a voz enunciativa (narrador), confere caráter de veracidade ao relato, pois este narrador, a quem identificamos como autor do texto, "[...] *no forma parte como personaje de su relato, acompaña a este con comentarios que no se refieren a la diegésis narrativa, sino al proceso de su invención o escritura.*[48]" (GIL GONZÁLEZ, 2005, p. 17). No que concerne à metaficção narrativa, é caracterizada pela presença de elementos metaficcionais a partir do interior da narrativa, ou seja, a voz enunciativa, também relacionada à figura autoral – a partir da qual é realizada a pretensa produção discursiva –, constitui-se como personagem do próprio relato; a esse relato, o leitor não tem acesso, mas apenas às circunstâncias de sua produção. (GIL GONZÁLEZ, 2005, p. 17).

A metaficção historiográfica plena é alcançada naquelas obras em que o uso de estratégias metaficcionais é constante, em que a voz narrativa enunciadora tem

[48] Nossa tradução: [...] não faz parte como personagem em seu relato, acompanha a este com comentários que não se referem à trama narrativa, mas, sim, ao processo de sua invenção ou escrita. (GIL GONZÁLEZ, 2005, p. 17).

conhecimento “dos processos de criação estético-literários, compreendendo que a linguagem é um construto humano” (FLECK, 2017, p. 94). Nelas, a presença de um leitor receptor é consciente e discutida no plano diegético, também, o “diálogo do narrador com o narratário é constante e a autoconsciência da voz enunciativa é explícita e recorrente durante toda a narrativa.” (FLECK, 2017, p. 95). Essas são narrativas de um único fio condutor diegético coordenado por um narrador, normalmente, atemporal que, na metaficção historiográfica, une presente passado e futuro sem delimitações. Exemplares dessa modalidade são os romances brasileiros *Meu querido Canibal* (2000), de Antônio Torres, e *Rosa Egipcíaca da Vera Cruz* (1997), de Heloisa Maranhão.

A partir dessas premissas, Fleck (2017, p. 96-97) apresenta seis traços distintivos das metaficções historiográficas, as quais mencionamos a seguir:

> 1- Ocorrências do multiperspectivismo, num relato com distintos fios ou eixos narrativos que se entrecruzam na diegese. [...]; 2- Presença de um constante diálogo entre a voz enunciadora do discurso (muitas vezes representando o alter-ego do autor) e o narratário/leitor, [...]; 3- Confluência de história, ficção e teoria na argumentação ideológica da voz enunciadora do discurso. [...]; 4- Manifestações de personagens e vozes ex-cêntricas, [...]; 5- Incorporação da temática pós-moderna da problematização sobre a impossibilidade do conhecimento acerca da realidade do passado na atualidade. [...]; 6- Incorporação do passado textualizado na escrita romanesca do presente pelo uso da paródia e das intertextualidades. [...].

Como já assinalado, essas modalidades altamente experimentalistas surgem com maior vigor na narrativa latino-americana, em especial, a partir do *boom* e se estendem ao pós-*boom*, chegando à atualidade. No cenário nacional, essa produção crítica – seja de novos romances históricos ou de metaficções historiográficas, ou mesmo de outras modalidades –, explica Antonio Esteves (2010, p. 69), carrega o signo da pluralidade:

> São narrativas curtas, de cerca de cem páginas ou romances de várias centenas de páginas. Alguns alternam períodos históricos separados no tempo; outros se fixam em um único período histórico claramente delimitado. Alguns apresentam um anacronismo claramente disparatado; outros mantêm um tempo bastante linear. Em alguns casos a representação do passado acoberta comentários em que se nota explicitamente uma crítica ao presente; noutros o passado praticamente nada tem a ver com o presente.

Há, desse modo, grande diversidade temática, distintas escolhas de recorte temporal e formas de apresentar o elemento histórico, diferentes atitudes e níveis de posicionamentos ideológicos, bem como um grande número de possibilidades estruturais inerentes ao gênero romance histórico, pois

> [...] alguns são detetivescos, muitas vezes paródias bem armadas de romances policiais; outros são verdadeiros *thrillers*; outros ainda pretendem ser *thrillers*, sem consegui-lo. Há romances psicológicos ou introspectivos, nos quais por vezes é difícil descobrir que a ação acontece em épocas distantes no tempo; há romances em que predomina a ação; em outros, a descrição da paisagem. Alguns são imensos murais, mostras panorâmicas de longos períodos da história; outros concentram a ação em um único dia. A maior parte trata da história do Brasil ou relaciona-se com ela. Há casos, no entanto, em que a ação ocorre na Idade Média. Há até mesmo um caso em que a ação ocorre no Peru incaico. (ESTEVES, 2010, p. 69-70).

O autor também aponta que, apesar de o fenômeno do *boom* no Brasil não ter atingido as mesmas proporções que em países vizinhos, é inegável sua grande proliferação nas últimas décadas do século passado, com sua consolidação nos anos 1970. Nesse sentido, Weinhardt (2006), aponta que, entre 1981 e 2000, 16 das obras que receberam o Prêmio Jabuti eram romances históricos. Entre os anos 2000 e 2021 foram mais 10 romances históricos vencedores na categoria romance – além de diversas indicações –, somando um total de 26 títulos em 40 edições. Esses números expressam como a produção de romances históricos expandiu-se, fortaleceu-se e alcançou reconhecimento no universo da crítica literária.

Nesse período, muitos escritores brasileiros ganham destaque. Para citar alguns deles, em consonância com a seleção feita por Menton (1993), podemos nomear Márcio Souza, Silviano Santiago, João Ubaldo Ribeiro, José J. Veiga, Haroldo Maranhão; e, também, podemos adicionar nomes mais recentes, tais como Milton Hatoum, Jô Soares, João Silvério Trevisan, Ana Miranda, Bernardo Carvalho, Miguel Saches Neto, Heloisa Maranhão, Maria José Silveira, dentre outros,

Uma das marcas do romance histórico contemporâneo é a abertura para um número maior de escritoras mulheres que, acompanhando as transformações sociais ocorridas praticamente ao longo de todo o século XX[49], conquistaram espaço

[49] As quais tiveram início ainda no século XIX e ápice em meados do século XX, influenciados pelos movimentos feministas e da contracultura em 1960.

e público amplos. Entre algumas das autoras de romances históricos que se destacam estão Ana Miranda, Letícia Wierzchowski, Luzilá Gonçalves Ferreira, Heloísa Maranhão, Maria José Silveira, dentre outras, as quais “valorizam elementos importantes para representar suas figuras femininas, demonstram o novo olhar sobre a mulher brasileira, para além dos estereótipos de passividade e opressão do passado e da história oficial.” (NUNES, 2011, p. 108).

Na literatura paranaense contemporânea, a visada crítica desconstrucionista é assinalada pela obra inicial *Catatau* (1975), de Paulo Leminski, sem dúvidas o romance histórico mais aclamado e estudado no repertório do estado. Trata-se de uma narrativa altamente experimentalista que busca problematizar “[...] a impossibilidade de ler a realidade americana pela óptica do racionalismo europeu” (ESTEVES, 2010, p. 79), e pede atenção ao pluralismo cultural e identitário. Posteriores a Leminski, outros autores também se aventuraram aos experimentalismos linguísticos e narrativos, à postura crítica e desconstrucionista, entre os quais se destacam Marco Aurélio Cremasco, autor dos novos romances históricos *Santo Reis da Luz Divina* (2004) e *Guayrá* (2017); e por uma postura mais metaficcional, Etel Frota, com *O herói provisório* (2017).

Como já afirmamos, a produção das modalidades críticas/desconstrucionistas teve seu auge durante os anos do *boom*, entre as décadas de 1960 e 1970, mas sua produção se estendeu pelo pós-*boom* (décadas de 1980 e 1990), e segue até os dias de hoje. Sua produção e expansão atual permanecem, como podemos ratificar pelas produções mais recentes dos autores supracitados. Na literatura paranaense, a produção de narrativas críticas desconstrucionistas é nitidamente fortalecida nas primeiras décadas do século XXI, como comprovaremos na próxima seção.

Após o ápice do *boom*, em contrapartida ao hermetismo dessa produção híbrida, a crítica e o mercado editorial se defrontam com a necessidade de retomar uma literatura – e ato de leitura – mais próxima do leitor comum, uma vez que as modalidades críticas/desconstrucionistas veiculam textos bastante densos. Esses experimentalismos formais e linguísticos aplicados às obras descontrucionistas exigem um leitor especializado, mais experiente e sensível aos barroquismos, às paródias, às carnavalizações e às intertextualidades que sustentam as releituras críticas e multiperspectivistas dessas modalidades, afastando-se do leitor popular.

Esse contexto abre espaço ao denominado pós-*boom*, momento em que uma nova fase é gradativamente instaurada na trajetória do romance histórico: a fase

crítica/mediadora. Consoante a Fleck (2017), essa fase mais recente mantém a necessidade de um olhar crítico sobre o passado e, ao mesmo tempo, afasta-se em relação às estratégias narrativas mais desconstrucionistas (carnavalização, ironia, grotesco, anacronismos exacerbados, sobreposições temporais e espaciais, multiperspectivismos) e dos experimentalismos linguísticos e formais. Dessa forma, esses romances aproximam-se às modalidades anteriores – clássica e tradicional – por meio da linearidade narrativa, da linguagem voltada ao uso cotidiano, dos focos narrativos centralizados, entre outros recursos empregados nas modalidades acríticas que são estratégias revitalizadas na fase crítica/mediadora.

Essa tendência literária, aos poucos, ganha forma e vigor nos gêneros híbridos de história e ficção. Tais produções dão origem ao que Fleck (2017) designa por romance histórico contemporâneo de mediação – modalidade que se constitui pela reconciliação entre as modalidades da fase acrítica e da fase crítica/desconstrucionista –, sobre o qual nos debruçamos à continuação.

1.3 DOS EXPERIMENTALISMOS DO *BOOM* À MEDIAÇÃO DO PÓS-*BOOM*: O ROMANCE HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO DE MEDIAÇÃO

Como temos sublinhado nesta tese, a trajetória de transformações do romance histórico, desde seu surgimento na Europa, sua transposição à América Latina e seu desenvolvimento no Brasil, ocorre em uma relação simbiótica aos contextos históricos em que se instaura, como reação às necessidades sociais e às produções literárias anteriores.

As prerrogativas defendidas pelos escritores do pós-*boom* ocorrem, desse modo, como resposta à necessidade de aproximação entre a escrita literária latino-americana e o público leitor local, não especializado em questões teóricas – um público leitor cuja formação leitora revela, em grande parte, as lacunas do aprendizado da leitura e da escrita, oriundas do passado colonial que as sociedades latino-americanas vivenciaram –, uma vez que as produções experimentalistas e herméticas do *boom* tinham audiência bastante restrita a intelectuais, críticos e teóricos da área. Sobre essa variação formal, Klock (2021) afiança ser um movimento de aproximação ou apaziguamento que ocorre ainda em meados do *boom*, uma vez que

> [...] os estudiosos da geração do pós-*boom* entendem que essa fase do processo literário hispano-americano revela uma produção mais acessível, no sentido de relativizar as atitudes escriturais e os procedimentos teóricos mais exacerbados pelos escritores do *boom*, aproximando-se, assim, dos leitores menos especializados. Do seu contexto de vigência, surge nos anos de 1970 – gestada ainda no contexto de esfacelamento do *boom* – e, dependendo da perspectiva que se adota, pode ainda alcançar a contemporaneidade. (KLOCK, 2021, p. 172-3).

Além disso, a pesquisadora sustenta que, assim como os estudos e as afirmações sobre o *boom* ainda são bastante controversos devido à pequena distância temporal hodierna, as definições e teorias sobre o pós-*boom* mantêm essa problemática ao explorar tal fenômeno. De fato, o debate permanece seja considerando-o pelo viés da recepção e de suas fases históricas, seja por seu caráter identitário e literário como proposto por Trouche (2012).

Sobre a temática, esse teórico argumenta a necessidade de pensar ambos os eventos sem fins totalizadores e opositivos, sem confrontações ou paralelos generalistas típicos entre modernismo e pós-modernismo, *boom* e pós-*boom*, considerando ingênuas as "tentativas de opor *boom* e pós-*boom* a partir de parâmetros frágeis e questionáveis como os de uma pretensa *retomada* da narratividade, com o consequente abandono do experimentalismo." (TROUCHE, 2012, p. 99). Retifica, em contrapartida, "o aspecto rigorosamente aberto, relativizado e dialógico que as formas literárias vêm assumindo" (TROUCHE, 2012, p. 101), muito mais heterogêneo que o *boom* no qual há, a partir dos anos 1980,

> [...] uma abertura radical na consideração do fenômeno literário e em sua práxis, ultrapassando barreiras, apagando fronteiras, e colocando em questão até mesmo o próprio objeto de estudo da teoria e da crítica literárias. Assim, promovem a coexistência de uma multiplicidade de atitudes escriturais, concepções poéticas e procedimentos retóricos, de tal forma diversificada que se tornaria inócua e redutora qualquer tentativa de estabelecimento de hierarquias, ou de prevalência de uns sobre os outros. (TROUCHE, 2012, p. 101).

Nesse cenário plural e aberto, em comunhão às necessidades editoriais e de recepção, o gênero romance histórico vê surgir um novo olhar e uma nova conduta em relação às escrituras híbridas de história e ficção anteriores. Rompendo com a dicotomia da postura acrítica e seu extremo oposto desconstrucionista, o romance

histórico contemporâneo de mediação, termo empregado por Fleck (2007), surge com um papel mediador. Essa tendência, por sua vez, define a terceira fase da trajetória das narrativas híbridas de história e ficção: a fase crítica/mediadora, segundo Fleck (2007; 2017).

Essa fase mais recente do pós-*boom* da cronologia da literatura latino-americana também afeta as produções híbridas de história e ficção. Em consonância, as mudanças operadas no âmbito geral das narrativas possibilitam a manifestação de uma nova modalidade de romances híbridos críticos que buscam estabelecer diálogos entre as precedentes.

Essas manifestações escriturais híbridas do pós-*boom* foram amplamente estudas, analisadas e classificadas por Fleck (2007; 2017). Suas investigações e colocações teóricas estão amparadas por uma profusão de produções acadêmicas, estudos e pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”, aos quais nos somamos e reportamos sempre que possível.

Essas produções conciliadoras ganharam maior representatividade a partir da década de 1980, com caraterísticas estruturais e de linguagem mais simplificadas, que procuraram incorporar elementos tanto do romance histórico tradicional, amalgamados aos elementos mais críticos da fase crítica/desconstrucionista, como corrobora Klock (2021, p. 169), ao mencionar que

> [...] essa modalidade mais recente nas produções híbridas de história e ficção foi estudada por Fleck (2007; 2017) e apresenta um conjunto considerável de obras que difere bastante daquele dos romances críticos/desconstrucionistas da segunda fase do gênero – sempre ancorados no experimentalismo linguístico e formal típico do *boom* da literatura latino-americana –, cuja produção se tem feito recorrente desde o início de 1980 até os nossos dias.

Assim, a modalidade mediadora estabelece uma atitude atualizada em relação aos experimentalismos e desconstrucionismos do novo romance histórico e da metaficção historiográfica associados ao *boom.* Essas narrativas, consoante a Fleck (2017, p. 104),

> [...] abandonam as superestruturas multiperspectivistas, as sobreposições temporais anacrônicas, os desconstrucionismos

> altamente paródicos e carnavalizados das releituras ficcionais anteriores. Elas adotam uma linearidade narrativa singela, com algumas analepses ou prolepses e um discurso crítico sobre o passado que privilegia uma linguagem próxima daquela cotidiana do leitor atual. Nelas, a construção da verossimilhança, em boa parte abandonada pelas escritas precedentes, volta a ser essencial. Contudo, não se configuram como escritas tradicionais do gênero, pois o passado é visto com criticidade, e as perspectivas dos marginalizados e excluídos são apresentadas, nessas narrativas, com tendências conciliadoras.

Esta última característica apontada pelo autor é primordial no romance histórico contemporâneo de mediação: não há enfoque em personagens centrais, grandes heróis enaltecidos pelas versões cristalizadas da história. As escrituras híbridas dessa modalidade atêm-se às personagens históricas comuns, excluídas ou marginalizadas, com a finalidade de representar as perspectivas que foram suprimidas ou negligenciadas pela historiografia oficial.

A narrativa *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas* (2002)[50], de Maria José Silveira, é um exemplo da modalidade romance histórico contemporâneo de mediação no qual o foco narrativo está nas personagens femininas, as quais representam uma perspectiva vista de baixo. Por um viés crítico e interpelador, a composição romanesca ocorre a partir do olhar das mulheres, que foram caladas e subjugadas num universo falocêntrico, e são apresentadas, progressivamente, no percurso diacrônico de uma família.

Nesse aspecto, essa modalidade literária alicerça-se no retorno crítico e questionador ao passado, em que essas narrativas são reelaboradas por meio de novas perspectivas. Esses prismas periféricos aproximam-se da concepção que Jim Sharpe (1992) denomina de a "história vista de baixo", ou seja, a perspectiva dos vencidos, daqueles que não têm representatividade nos discursos oficializados, no viés dos vencedores.

---

[50] A narrativa de Silveira (2002) é *corpus* literário da dissertação *Entre mulheres, uma história*: um olhar literário à colonização brasileira em *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas*, defendida em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Letras da UNIOESTE – Cascavel/PR, por Patrícia Oliveira, integrante do Grupo de Pesquisa "Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização". Nesse estudo, a pesquisadora analisa essa narrativa híbrida de história e ficção por seu foco diegético visto de baixo – ao evidenciar personagens femininas subjugadas em uma realidade patriarcal –, discute os traços de oralidade presentes na obra e seu papel fundamental na perpetuação das histórias da família, e a correlaciona à modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação. Dissertação disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/4690.

Além disso, os romances históricos contemporâneos de mediação, frequentemente, apresentam a reelaboração de episódios passados pouco valorizados pela tradição histórica hegemônica, da mesma forma como ocorrem com suas personagens protagônicas. Nessa modalidade, o foco recai em fatos pouco conhecidos, em percursos ou acontecimentos não emblemáticos, ou mesmo na cotidianidade das personagens que escolhe reelaborar.

Uma circunstância histórica não prestigiada pela historiografia convencional, e que é retratada por um romance histórico contemporâneo de mediação, é a inserção da mulher branca na América no início do século XVI, pelas denominadas "órfãs da Rainha". Essa temática é retratada em *Desmundo* (1996)[51], de Ana Miranda, romance que ressignifica a ótica patriarcal quanto ao papel da mulher na tarefa de assegurar e fortalecer a permanência dos colonizadores europeus no "Novo Mundo".

Nessas narrativas, as personagens vitoriosas, heroicas, consagradas na escrita histórica convencional são, quando presentes, apresentadas como secundárias. Por outro lado, as personagens protagônicas são seres comuns, muitas vezes representativos de grupos oprimidos e marginalizados, que tiveram suas vozes silenciadas pela historiografia tradicional.

Essa estratégia, no romance histórico contemporâneo de mediação, engendra a releitura ou revisão crítica de um passado de dominação e subjugação. Em outras palavras, por meio de um "foco narrativo centrado em perspectivas deliberadamente excluídas dos registros históricos hegemônicos: mulheres, negros, nativos, europeus subalternos, degredados, fugitivos, portadores de necessidades especiais, rebeldes, anti-heróis, etc." (FLECK, 2017, p. 105), novas visões do passado são trazidas à luz crítica do discurso ficcional.

Essas perspectivas são apresentadas por diversos romances históricos contemporâneos de mediação. Entre os estudos que exploram essa temática, inserido no Grupo de Pesquisa "Ressignificações do passado na América: processos

[51] Sobre essa narrativa mediadora, destacamos os estudos de Beatrice Uber em sua dissertação *A inserção da mulher europeia na conquista do "Novo Mundo" – perspectivas literárias*, defendida em 2017, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UNIOESTE – Cascavel/PR, a qual está inserida no contexto do Grupo de Pesquisa "Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização". Nesse estudo, a pesquisadora traz à luz as narrativas híbridas de história e ficção sobre a vinda das mulheres europeias para a América, a partir da leitura dos romances *Desmundo* (1996), de Ana Miranda – que reatualiza a vinda das "órfãs da rainha" de Portugal ao Brasil do século XVI –, e *Bride of New France* (2013), de Suzanne Desrochers – que recompõe o percurso das "filhas do Rei", vindas da França para o Canadá, durante o século XVII. Texto disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/3471.

de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização", destacamos as leituras realizadas por Adenilson de Barros de Albuquerque (2013; 2020)[52], as quais abordam diferentes narrativas híbridas de história e ficção que apresentam a temática da Guerra de Canudos (1896 – 1897) e da Guerra do Paraguai (1864 – 1870) sob um prisma distinto do perpetrado pela historiografia convencional: a partir da ótica de personagens comuns, ex-cêntricas ou marginalizadas. As narrativas mediadoras que apresentam esse viés interpelador às versões cristalizadas do passado e são investigadas por Albuquerque (2013; 2020) são: *O pêndulo de Euclides* (2009), de Aleilton Fonseca; *No robarás las botas de los muertos* (2002), de Mario Delgado Aparaín; *Los papeles de Burton* (2012), de Mercedes Rubio; e *Menina* (2012), de Paulo Stucchi.

A expansão do recurso questionador do passado, alcançado por meio de prismas tradicionalmente não valorizados, nos romances históricos contemporâneos de mediação, também está relacionada à retomada de discussões sociais e políticas associadas a contextos e composições romanescas verossímeis. Assim, ocorre um retorno ao factual (e, portanto, à verossimilhança – abandonados pelas modalidades críticas/desconstrucionistas) devido às urgências de consolidação, afirmação e problematização de identidades nacionais e/ou latino-americanas.

Essa conjuntura literária, mais uma vez, deve ser considerada à luz do cenário político social de um período marcado por regimes ditatoriais em muitos dos países da América Latina. Nesses espaços, inúmeros de seus representantes – muitas vezes exilados – apresentam a necessidade de afirmar e recuperar, criticamente, aspectos identitários e sociológicos de grupos negligenciados pela versão eurocêntrica oficial do passado.

Para exemplificar essas posturas políticas e sociais preteridas pelo discurso histórico hegemônico, as quais são problematizadas pelas narrativas ficcionais, podemos citar, ainda, *Imperatriz no fim do mundo: memórias dúbias de Amélia de*

[52] Inseridos no Grupo de Pesquisa "Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização", os estudos realizados por Albuquerque (2013; 2020) são referência sobre o tratamento mediador realizado pelas narrativas híbridas de história e ficção contemporâneas sobre os acontecimentos e personagens do passado. Dessas investigações, resultaram a dissertação *Narrativas canudenses: conflitos além da guerra*, defendida em 2013, no Programa de Pós-graduação em Letras da UNIOESTE – Cascavel/PR; e a tese *A "palavra armada": ficcionalizações da Guerra Grande (1864-1870)*, defendida em 2020, pelo mesmo programa. Dissertação disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/2380; tese disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/4708.

Leuchtemberg (1992)[53], de Ivanir Calado. Romance que oferece uma perspectiva crítica diferenciada do passado imperial brasileiro pela ótica feminina da segunda esposa de Dom Pedro I; e, também, *Anita cubierta de arena* (2003)[54], de Alicia Dujovne Ortiz. Neste último, conjugam-se as facetas tradicionais e críticas sobre a personalidade histórica de Anita Garibaldi (1821 – 1849), abordando-a não apenas como esposa de Giuseppe Garibaldi (1807 – 1882), mas, também, como ativista política.

Outro ponto de destaque dessa tendência surgida no pós-*boom* de produção de romance histórico é a linguagem empregada na escrita da narrativa, que se apresenta sem os experimentalismos da fase crítica/desconstrucionista. Seus representantes optam por uma modalidade bastante coloquial, amena e fluída, sem os barroquismos, hipérbatos (ou sínquises) e outros recursos experimentalistas linguísticos frequentemente verificados nas duas modalidades críticas/desconstrucionistas.

Sobre esse aspecto, de simplificação e modernização da linguagem, apresentado no romance histórico contemporâneo de mediação, Gomes (2019), ao

---

[53] O romance histórico contemporâneo de mediação de Ivanir Calado é objeto de estudos da dissertação *Imperatriz no fim do mundo: memórias dúbias de Amélia de Leuchtemberg (1992) – um romance histórico contemporâneo de mediação*, defendida por Gislaine Gomes, em 2019, pelo Programa de Pós-graduação em Letras da UNIOESTE – Cascavel/PR. Nessta pesquisa, também inserida no contexto do Grupo de Pesquisa "Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização", Gomes apresenta e discute a utilização de teorias relativas às modalidades anteriores (do novo romance histórico e da metaficção historiográfica) para a classificação de romances históricos com propriedades mediadoras, cuja classificação, de acordo com a pesquisadora, prescinde de atualização, em decorrência das alterações significativas que se operaram na escrita do gênero, especialmente após os anos de 1980 1990. Dissertação disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/4264.

[54] Dentre os estudos dessa narrativa, citamos a dissertação de Marina Luiza Rohde, *Anita Garibaldi: de heroína à mulher – a trajetória das imagens ficcionais de Ana Maria de Jesus Ribeiro*, defendida em 2016, no Programa de Pós-graduação em Letras da Unioeste – Cascavel/PR, também vinculada ao Grupo de Pesquisa "Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização". Nesse estudo, a pesquisadora analisa a representação da revolucionária Anita Garibaldi (1821–1849) em três romances históricos: *I Am My Beloved*: *The Life of Anita Garibaldi* (1969), de Lisa Sergio; *A Guerrilheira* (1979), de João Felício dos Santos; e *Anita cubierta de arena* (2003), de Alicia Dujovne Ortiz, colhidos de três contextos diferentes: Estados Unidos, Brasil e Argentina – respectivamente. Para perpassar a trajetória de ficcionalização dessa figura histórica, Rohde estabelece como critério para a seleção do *corpus* uma obra pertencente à modalidade tradicional do gênero (acrítica), uma obra de perspectiva crítica/desconstrucionista; e uma terceira obra de caráter mediador, que conjuga diferentes facetas da personagem, compondo o percurso da personagem ao mesmo tempo em que traça a trajetória histórica e a sequência do próprio gênero híbrido de história e ficção. Texto disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/3468.

analisar *Imperatriz no fim do mundo: memórias dúbias de Amélia de Leuchtemberg* (1992), de Ivanir Calado, afirma que a busca pela verossimilhança nessa narrativa

> [...] consegue estruturar as informações apresentadas nas pesquisas de forma a transformar o relato histórico em uma narrativa linear, singela, e que, com linguagem próxima a do leitor, ameniza os limites do discurso historiográfico, pondo o receptor em posição de espectador curioso e confortável durante a leitura das peripécias de Amélia. (GOMES, 2019, p. 103).

A pesquisadora também afirma a ausência do experimentalismo linguístico ou formal na obra, e nenhuma busca por sentido paródico moderno na releitura crítica do passado. Além disso, enfatiza a "presença de uma linguagem mais contemporânea, inclusive, com um vocabulário bem diferente do que seria usado no início do século XIX" (GOMES, 2019, p. 103). Essas características evidenciam, segundo ela, o caráter de mediação entre o tradicional e o crítico-moderado.

Esse emprego da linguagem coloquial, em consonância com Gasparotto (2011), no tocante ao público leitor, amplifica o alcance dos romances históricos contemporâneos de mediação:

> Devido a essa característica, de apresentar um léxico mais acessível e não manifestar estratégias de manipulação linguística, de não produzir rupturas do discurso, gera-se uma leitura fácil e agradável. Possibilita-se que se mantenha uma crítica em relação à temática sem que essa pareça exagerada ou oriunda de escritores eruditos, distantes daquele público que não compartilha exatamente da mesma perspectiva. (GASPAROTTO, 2011, p. 192).

Ainda, a partir de Fleck (2017, p. 111), pode-se afirmar que também há nessa modalidade a ocorrência de recursos escriturais bakhtinianos, tais como a dialogia, aproximações à polifonia e a paródia, além de uma intensa busca pela intertextualidade[55]. No entanto, no romance histórico contemporâneo de mediação, todos esses procedimentos – que também visam à pluralidade de sentidos do texto literário e às múltiplas versões do passado – não aparecem com a afluência e a intenção desconstrucionista apresentada pelas metaficções historiográficas e pelos

[55] A intertextualidade foi estudada por Kristeva, em *Introdução à semanálise* (1979) – a partir dos princípios da dialogia e da polifonia bakhtinianos –, e por Genette ([1981] 2006), que amplia este esse estudo e concebe o conceito de transtextualidade, que engloba os conceitos de paratextualidade, hipertextualidade, intertextualidade, metatextualidade e arquitextualidade.

novos romances históricos. Na modalidade mediadora, aliás, à proposito da exposição de versões distintas da história convencional, “é a construção da verossimilhança que dá credibilidade a outras perspectivas do passado ao longo do relato.” (FLECK, 2017, p. 105).

De forma semelhante, os recursos metaficcionais também podem estar presentes no romance histórico contemporâneo de mediação, todavia, não desempenham papel determinante no sentido da estruturação global da narrativa, tal como ocorre na metaficção historiográfica[56] ou, em menor grau, no novo romance histórico metaficcional. Nas composições romanescas mediadoras, o emprego de recursos metaficcionais manifesta-se para revelar ao leitor a seleção, manipulação e ordenação do material diegético, além de poder localizá-lo no tempo e no espaço da narrativa, bem como conscientizá-lo de que está diante de uma construção discursiva (FLECK, 2017, p. 111).

Em linhas gerais, além do diálogo perscrutador com o passado, Fleck (2017) estabelece outros seis aspectos que são basilares ao romance histórico contemporâneo de mediação, os quais apresentamos à guisa de síntese:

> 1- Uma releitura crítica verossímil do passado;
> 2- Uma narrativa linear do evento histórico recriado;
> 3- Foco narrativo geralmente centralizado e ex-cêntrico;
> 4- Emprego de uma linguagem amena, fluída e coloquial;
> 5- Emprego de estratégias escriturais bakhtinianas;
> 6- Presença de recursos metaficcionais [...]. (FLECK, 2017, p. 109-111).

Além dessas características elencadas por Fleck (2017), Gasparotto (2011), em sua dissertação, acrescenta uma perspectiva bastante interessante em relação às possibilidades de diálogo que se estabelecem entre o “Novo” e o “Velho Mundo” a partir de uma escrita mediadora. Como assevera o pesquisador,

> [...] os romances históricos contemporâneos de mediação são uma opção para a manifestação mais amena e suave do diálogo entre os

[56] A partir de ampla discussão sobre as classificações anteriores da romance histórico *Imperatriz no fim do mundo: memórias dúbias de Amélia de Leuchtemberg* (1992), de Ivanir Calado, Gomes (2019) delineia os limites do recurso metaficcional (bem como o uso dos desconstrucionismos e experimentalismos linguísticos e formais) para a identificação das narrativas híbridas de história e ficção com a fase crítica/desconstrucionista – como metaficção historiográfica ou novo romance histórico latino-americano – ou seu enquadramento na fase crítica/mediadora – como romance histórico contemporâneo de mediação.

> dois Mundos, já que eles permitem a manutenção e o equilíbrio, evitando fanatismos e críticas severas, que, muitas vezes, prejudicam ao invés de beneficiar um possível vínculo entre as culturas. (GASPAROTTO, 2011, p. 194).

Dessa forma, o diálogo entre colonizador e colonizado cresce com a possibilidade de ocorrer de modo mais criterioso e prudente por meio de escrituras mediadoras. De fato, essas passam a apresentar composições “com uma linguagem menos experimentalista e com uso de estratégias narrativas que produzem uma crítica menos agressiva, porém, do mesmo modo como nos novos romances históricos ou metaficções historiográficas, profunda e contundente.” (GASPAROTTO, 2011, p. 184).

Ressaltamos, também, que a classificação equivocada de romances históricos contemporâneos de mediação, seja como metaficções historiográficas ou como novos romances históricos latino-americanos, é abordada por Gomes (2019), a partir de suas investigações sobre *Imperatriz no fim do mundo: memórias dúbias de Amélia de Leuchtemberg* (1992), de Ivanir Calado. De acordo com a pesquisadora,

> [...] até recentemente havia, de fato, certa confusão no momento de classificar obras, especialmente aquelas com teor crítico publicadas a partir de 1980, pois ocorreu, então, por parte dos escritores, uma reação direta ao desconstrucionismo e ao experimentalismo que imperavam nas modalidades do novo romance histórico latino-americano e na metaficção historiográfica, produções críticas cuja fase áurea deu-se no *boom* latino-americano. Em todos esses estudos mencionados, a escrita híbrida da fase do pós-*boom* não se encontra amplamente contemplada, nem adequadamente discutida, nas produções teóricas disponíveis até a primeira década do século XXI. (GOMES, 2019, p. 74).

Essa lacuna teórica é solucionada a partir dos estudos de Fleck (2007; 2017), ao estabelecer a fase crítica/mediadora, e delinear a modalidade romance histórico contemporâneo de mediação. Nesse sentido, Gomes (2019) atribui a essa anterior lacuna a necessidade de um olhar interno e uma crítica literária genuinamente local para essa produção literária, pois a utilização exclusiva de teorias europeias e norte-americanas

> [...] acabam comprometendo determinadas análises de romances escritos no universo Latino-americano pós-colonial, visto que muitos

> dos romances históricos produzidos neste contexto apontam para a independência das influências externas e buscam por uma identidade própria. Isso requer para uma análise acurada, além desses autores, teóricos e escritores que compartilhem de trajetória semelhante para melhor compreender e fundamentar a leitura dos romances que passaram a colaborar com a construção identitária da literatura da América Latina. (GOMES, 2019, p. 115).

Nessa perspectiva, as possibilidades teóricas desenvolvidas por estudiosos latino-americanos estão mais bem alinhadas às necessidades de nossa produção literária de romances históricos, pois podem ler de maneira mais sensível e acurada a trajetória do gênero em solo americano. Ainda, essas narrativas híbridas de história e ficção "ecoam as vozes silenciadas de todas as camadas sociais marginalizadas e excluídas das escritas hegemônicas do passado da América Latina cujas bases ideológicas estiveram submissas aos centros irradiadores do poder e a ações coercitivas" (FLECK, 2017, p. 128), cabendo à crítica literária também latino-americana o seu papel fundamental no processo descentralizador e decolonizador em âmbito teórico e epistemológico.

Na literatura nacional, devido à nossa proximidade temporal e à escassez de estudos sobre a temática, ainda não foi possível identificarmos, precisamente, em que momento e por meio de quais artistas essa modalidade foi estabelecida. O que, de fato, podemos afirmar é que as escrituras híbridas de história e ficção com caráter mediador alcançaram maior espaço e visibilidade a partir da década de 1990, e desde então, contam com um considerável número de produções.

Sobre a modalidade mediadora, a seguir, elaboramos um quadro com as obras hispano-americanas e brasileiras já contempladas pela conjunção de estudos vinculados ao Grupo de Pesquisa "Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização". Dessa maneira podemos observar o potencial que essa modalidade do romance histórico congrega.

Quadro 2 – Romances históricos contemporâneos de mediação estudados pelo Grupo de Pesquisa "Ressignificações do passado na América"

Romances históricos contemporâneos de mediação			
Romances hispano-americanos		**Romances brasileiros**	
Título/ ano/autor	**Natureza/autor/título**	**Título/ ano/autor**	**Natureza/autor/título**
Carta de fin del	Dissertação:	*Luzes de Paris*	Dissertação:

mundo (1998), José Manuel Fajardo	Bernardo Antonio Gasparotto; *Diálogos entre o Velho e o Novo Mundo: o descobrimento da América na ficção.* 2011. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/2501	*e o fogo de Canudos* (2006), de Angela Gutiérrez	Adenilson de Barros de Albuquerque; *Narrativas canudenses: conflitos além da guerra.* 2013. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/2380
Inés del alma mía (2006), de Isabel Allende	Dissertação: Bruna Otani Ribeiro; *Cativas, degredadas e aventureiras: mulheres na colonização latino-americana*. 2014. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/2385	*O pêndulo de Euclides* (2009), de Aleilton Fonseca	Dissertação: Adenilson de Barros de Albuquerque; *Narrativas canudenses: conflitos além da guerra.* 2013. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/2380
Anita cubierta de arena (2003), de Alicia Dujovne Ortiz	Dissertação: Marina Luiza Rohde; *Anita Garibaldi: de heroína à mulher - a trajetória das imagens ficcionais de Ana Maria de Jesus Ribeiro*. 2017. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/3468	*Desmundo* (1996), de Ana Miranda	Dissertação: Bruna Otani Ribeiro; *Cativas, degredadas e aventureiras: mulheres na colonização latino-americana*. 2014. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/2385
La isla bajo el mar (2009), Isabel Allende	Dissertação: Tatiana Tonet; *Revolução Haitiana: da história às perspectivas ficcionais - El reino de este mundo (1949), de Carpentier, e La isla bajo el mar (2009), de Allende*. 2018. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/3677		Dissertação: Beatrice Uber; *A inserção da mulher europeia na conquista do novo mundo - perspectivas literárias.* 2017. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/3471
No robarás las botas de los muertos (2002), de Mario Delgado Aparaín	Tese: Adenilson de Barros de Albuquerque; *A "palavra armada": ficcionalizações da Guerra Grande (1864-1870)*. 2020. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/4708	*Imperatriz no fim do mundo*: memórias dúbias de Amélia de Leuchtemberg (1992), de Ivanir Calado	Dissertação: Gislaine Gomes*; Imperatriz no fim do mundo: memórias dúbias de Amélia Leuchtemberg (1999*) *- um romance histórico de mediação*. 2019. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/4264
Los papeles de Burton (2012), de Mercedes Rubio;	Tese: Adenilson de Barros de Albuquerque; *A "palavra armada": ficcionalizações da Guerra Grande (1864-1870)*. 2020. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/4708	*A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas* (2002), de Maria José Silveira.	Dissertação: Patrícia Oliveira;, *Entre mulheres, uma história: um olhar literário à colonização brasileira em A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas.* 2019. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/4690
Colón a los ojos de Beatriz (2000), de Pedro Piqueras	Dissertação: Amanda Maria Elsner Matheus; *Figurações de uma heroína invisível: Beatriz Enríquez de Harana na literatura.* 2021. Disponível em:	*Menina* (2012), de Paulo Stucchi.	Tese: Adenilson de Barros de Albuquerque; *A "palavra armada": ficcionalizações da Guerra Grande (1864-1870).* 2020. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/t

	http://tede.unioeste.br/handle/tede/5407		ede/4708
El largo atardecer del caminante (1992), de Abel Posse	Dissertação: Jucelia Hurtiah de Oliveira; *Ressignificações do passado na trilogia de Abel Posse (1978; 1983; 1992) – da crítica desconstrucionista do novo romance histórico ao romance histórico contemporâneo de mediação*. 2021. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/5403		
Crónica del descubrimineto (1980), de Alejandro Paternain	Tese: Ana Maria Klock; *O romance histórico no contexto da nova narrativa latino-americana (1940):* dos experimentalismos do *boom* à mediação do pós-*boom* – histórias da outra margem. 2021. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/5661		
El Conquistador (2006), de Federico Andahazi	Tese: Ana Maria Klock; *O romance histórico no contexto da nova narrativa latino-americana (1940):* dos experimentalismos do *boom* à mediação do pós-*boom* – histórias da outra margem. 2021. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/5661		

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Os estudos dessas narrativas, tanto no universo literário hispano-americano como no brasileiro, respaldam a concepção do romance histórico contemporâneo de mediação e a sua presença na última década do século XX e início do século XXI. Essas pesquisas anteriores colaboram, portanto, para a compreensão e delimitação dessa modalidade híbrida de história e ficção, bem como fortalecem e amparam os estudos da trajetória do gênero.

Nesse recorte de pesquisa, destacamos a presença de estudos voltados à temática da representação e da autoria feminina e aos temas relacionados àquilo que denominamos como narrativas do “descobrimento” da América. Dos trabalhos associados à representação e autoria femininas, contamos com um total de sete estudos, num universo de doze trabalhos que investigam a modalidade mediadora.

Esse dado demonstra o interesse do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de

história e ficção – vias para a descolonização" em romper com posturas canônicas e patriarcais, próprias do estado colonial, e acompanham a necessidade latino-americana da atitude de desobediência epistêmica e do pensamento decolonial propostas por Mignolo (2007; 2014; 2020), amparadas pelos estudos seminais de Anibal Quijano (2002), e seus desdobramentos realizados por Catherine Walsh (2009; 2013; 2014), dentre outros estudiosos. Sobre essa temática, ressaltamos que

> [...] *en la medida en que la colonialidad del poder, del saber y del ser se asienta sobre el racismo y el patriarcalismo, los movimientos sociales indentitarios son hoy las respuestas contundentes a la colonialidad del saber y del ser y, en consecuencia, a la colonialidad del poder. El pensamiento descolonial es el trabajo intelectual paralelo y complementario que no representa a los movimientos sociales*[57]*.* (MIGNOLO, 2014, p. 12).

Assim, o pensamento decolonial sustenta-se no pensar outro, no pensar desde um *lócus* diferente daquele pautado pelo pensamento colonial, pela colonialidade do poder, do saber e do ser, desarticulando e transgredindo o paradigma modernidade/colonialidade. A desobediência epistêmica, nesse sentido, articula um movimento de ruptura e transgressão aos ideários alicerçados na colonialidade.

Essa postura decolonial empenha-se em desprender-se de categorias epistêmicas que naturalizam a colonialidade – do poder, do saber e do ser – e se justificam pela retórica da modernidade e do progresso. Essa desarticulação ocorre por meio da instalação de um "paradigma-outro", que é diverso e "pluri-versal": "*No es un nuevo universal abstracto que desplaza a los existentes (cristianos, liberales, marxistas) sino que consiste en afirmar la pluri-versalidad como proyecto universal.*[58]" (MIGNOLO, 2014, p. 14).

Assim, nesta tese, assumimos o pensar decolonial como uma forma de pensar diferente, o pensar "outro", no pensamento limiar (MIGNOLO, 2020), pelas

---

[57] Nossa tradução: [...] a medida em que a colonialidade do poder, do saber e do ser se sustentam sobre o racismo e o patriarcalismo, os movimentos sociais identitários são hoje respostas contundentes a colonialidade do saber e do ser e, consequentemente, a colonialidade do poder. O pensamento decolonial é o trabalho intelectual paralelo e complementar que não representa aos movimentos sociais.

[58] Nossa tradução: Não é um novo universal abstrato que desloca os existentes (cristãos, liberais, marxistas) mas que consiste em afirmar a pluri-universalidade como projeto universal (MIGNOLO, 2014, p. 14).

fronteiras e lacunas da história, impugnar, repensar e transgredir, como bem aponta Walsh (2013, p. 55),

> […] *es atacar las condiciones ontológicas-existenciales y de racialización y generoización, incidir e intervenir en, interrumpir, transgredir, desencajar y transformarlas de manera que superen o deshagan las categorías identitarias – de hecho coloniales e impuestas – que han sido sujetas a la clasificación e inferiorización.*[59]

Nesta tese, decolonização é o termo que se adequa às necessidades brasileiras – e latino-americanas – de problematizar o passado, e expressa nossa própria maturidade de pensar criticamente, sem se filiar a outros teóricos do eixo eurocentrista – sem haver o intuito de desvalorizá-los –, mas com vistas ao cultivo e desenvolvimento da nossa própria criticidade.

De acordo com o G.E.L (s.d.) – *Grupo de Estudios para la Liberación* –, em texto introdutório aos estudos e pensamento decolonial, a situação decolonial está atrelada e ultrapassa seis fatores histórico teóricos principais, que são:

1- A teoria da dependência, em que o sistema de produção global é articulado na dualidade centro e periferia. Nela, a periferia depende estruturalmente do centro, e é estabelecido pela lógica do capitalismo moderno.

2- A filosofia de libertação, que consiste na elevação da voz do povo, que, em sentido mais amplo, representa as realidades históricas atravessadas por práticas de dominação, que as totalizam e exteriorizam: "[...] *aquellas prácticas, valores, recuerdos, etc. negados por el capitalismo en tanto carecen de sentido para el sistema, pero que tienen pleno sentido y realidad para los sujetos que igualmente las sostienen*.[60]" (G.E.L, s.d., p. 6).

3- A teoria do sistema-mundo, tomada como um sistema social regido por regras, fronteiras, estruturas [...]. O sistema-mundo moderno é caracterizado por três aspectos fundamentais: um sistema econômico – o capitalismo –, um sistema político – os estados nações –, e uma geocultura. Nesse sentido, o pensamento

---

[59] Nossa tradução: [...] é atacar às condições ontológicas-existenciais e de racialização e de generoicização [imposição de gênero], incidir e intervir em, interromper, transgredir, desencaixar e transformar essas condições de maneira a superar ou desfazer as categorias identitárias – coloniais e impostas - que foram submetidas à classificação e inferiorização. (WALSH, 2013, p. 55).

[60] Nossa tradução: [...] aquelas práticas, valores, memórias, etc. negados pelo capitalismo, que carecem de sentido para o sistema, mas que têm pleno sentido e realidade para os sujeitos que as sustentam. (MIGNOLO, s.d., p. 6).

decolonial aborda o capitalismo contemporâneo para incorporar e expor um lado obscuro da modernidade, que é a colonialidade, motivo pelo qual defende a utilização dos termos mundo moderno/colonial, para o qual a colonialidade não é uma infeliz consequência do capitalismo, mas, sim, a essência de sua lógica econômica, tomada como superior, o que implica a subalternização do diferente.

4- O marxismo, que apesar de seu pioneirismo na discussão do mundo moderno/capitalista e defesa de grupos minoritários oprimidos, peca em seu teor eurocentrista e excessivo economicista, que desconsidera fatores culturais e geográficos – tais como os latino-americanos.

5- O pós-modernismo, com o qual o pensamento decolonial mantém relações menos estreitas e considera como outra crítica eurocêntrica, limitada e ineficaz da modernidade.

6- O pós-colonialismo, com o qual compartilha das mesmas preocupações, e do mesmo ímpeto crítico, mas do qual o pensamento decolonial pode ser considerado um deslocamento latino-americano autônomo, que insere o conceito de colonialidade e amplia as dimensões epistemológicas e ontológicas, buscando relacionar, de maneira complexa e dinâmica, os aspectos culturais junto aos planos econômicos e políticos.

Todos esses fatores são fundamentais para a compreensão de nossa postura de resistência frente à colonialidade e à subalternidade impostas pelo eurocentrismo colonial e neocolonial – também norte americano. O pensamento decolonial, nesse contexto, é uma forma própria e autônoma de repensar o sistema moderno/colonial a partir de uma ótica insurgente, plural e intercultural.

A interculturalidade, aliás, é parte intrínseca do intento decolonial. Consoante a Walsh (2009; 2014), configura-se não apenas como um conceito de inter-relação, mas, sim, como processo de construção de conhecimentos “outros”, marcado pela insurgência de práticas pedagógicas – em seu sentido político e social – desde o local da diferença, a partir de uma atitude opositora, transformadora e contra hegemônica.

Para essa atitude, é mandatória a transição constante e confluente daquilo que aprendemos, desaprendemos e reaprendemos – análogo, pois, ao processo de territorização, desterriorização e reterritorização proposto por Bernd (1998). As vias à decolonização, como perspectiva, processo e projeto, são pautadas, portanto, nas palavras de Walsh (2013, p. 24), pelas “[...] *luchas de descolonización, luchas que*

aún requieren el aprendizaje, desaprendizaje y reaprendizaje, la acción, creación e intervención[61]".

Na América Latina, a situação subalterna é imposta a partir do início do processo colonizador, ancorada na falácia da modernização. Por meio dessa justificativa, ocorre a imposição arbitrária de algo "melhor" ou "civilizado" sobre a cultura nativa latino-americana – o mito civilizatório –, mesmo que isso tenha significado utilizar a modernização/civilização como justificativa para a prática da violência feroz.

Nesse processo, ocorre o apagamento e a negação sistêmica do nativo – do próprio –, da cultura, da língua, do ser e do pensar latino-americano. Os resultados são identidades nacionais e imaginários sociais construídos a partir da negação, sob a matriz colonial da mestiçagem, que estabelece hierarquias sociais arbitrárias e desumanas. Atuar no campo ontológico da interculturalidade e da decolonialidade é, portanto, um processo consciente de que a "[…] *colonialidad ha operado a nivel intersubjetivo y existencial, permitiendo la deshumanización de algunos, la sobrehumanización de otros y la negación de los sentidos integrales de la existencia y humanidad*.[62]" (WALSH, 2009, p. 30).

Assim, intentamos mostrar como a leitura crítica e diacrônica do romance histórico – em geral, e paranaense – exerce papel fundamental na revisão decolonial da historiografia convencionada ou oficial, atuando como arma e ferramenta de desalienação e transformação. Da mesma forma, essa produção literária pode ser considerada como exemplar do ato de desobediência epistêmica, defendida por Mignolo (2008). Essa é a nomenclatura que o autor propõe ao ato de problematizar nossa "identidade em política", concebida como a única forma de pensar de modo decolonial e de se desvincular das amarras da política imperial de identidade[63].

Seguindo na esteira de repensar o passado colonial em suas múltiplas facetas, outra tônica de destaque dentro do Grupo de Pesquisa "Ressignificações do

---

[61] Nossa tradução: [...] lutas pela descolonização, lutas que ainda requerem a aprendizagem, a desaprendizagem e a reaprendizagem, a ação, criação e intervenção. (WALSH, 2013, p. 24)

[62] Nossa tradução: [...] a colonialidade operou em nível intersubjetivo e existencial, permitindo a desumanização de alguns, a sobreumanização de outros e a negação dos sentidos integrais de existência e humanidade. (WALSH, 2009, p. 30).

[63] Estabelecida como aquela que toma o processo de construção e de pensar a identidade de forma anacrônica em relação à existência desses povos, e à organização anterior – ignora (e anula) que antes da chegada dos europeus à América já existia uma civilização, com sistemas e valores definidos.

passado na América" – já mencionado – é a temática das narrativas do "descobrimento" da América, sobre a qual há sete trabalhos desenvolvidos: Fleck (2005; 2008)[64], Gasparotto (2011), Machado (2014)[65], Oliveira (2021)[66], Matheus (2021)[67], Klock (2021) e outros ainda em desenvolvimento, tal como a dissertação de Berndt[68].

Destacamos que essas pesquisas não se dedicam, exclusivamente, às narrativas mediadoras, mas contribuem, fundamentalmente, para a integralização e o embasamento das pesquisas sobre essa modalidade recente, ao estabelecer a sua comparação com romances das outras modalidades num *corpus* amplo de estudos. Ao mesmo tempo, delineiam os caminhos que essa escrita oriunda das prerrogativas do pós-*boom* propõe rumo à decolonização.

A tendência à modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação, a partir da década de 1990, também ocorre na literatura paranaense. No universo das escritas híbridas de história e ficção do estado, especialmente a partir dos anos 2000, as modalidades críticas/desconstrucionistas dividem palco com as narrativas mediadoras, numa convergência expressiva à criticidade. Entre os romances históricos contemporâneos de mediação paranaenses podemos citar *Um amor anarquista* ([2005] 2008), de Miguel Sanches Neto; *Nihonjin* (2011), de Oscar Fussato Nakasato; e *Retrato no entardecer de agosto* (2016), de Luis Manfredini.

---

[64] FLECK, Gilmei Francisco. *Imagens metaficcionais de Cristóvão Colombo*: uma poética da hipertextualidade. 2005. 311 f. Dissertação (Mestrado em letras) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2005. FLECK, Gilmei Francisco. *O romance, leituras da história: a saga de Cristóvão Colombo em terras americanas.* 2008. 333f. Tese (Doutorado em Letras - Literatura Comparada) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Assis, 2008.

[65] Ressaltamos que dissertação de Douglas William Machado, *Configuração, desconstrução e reconfiguração: Cristóvão Colombo na literatura americana* (2014), não investiga a modalidade mediadora, mas se enquadra à temática do "descobrimento". Texto disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/2384. Acessado em: 03/01/2022.

[66] OLIVEIRA, Jucelia Hurtiah. *Ressignificações do passado na trilogia de Abel Posse (1978; 1983; 1992) – da crítica desconstrucionista do novo romance histórico ao romance histórico contemporâneo de mediação.* Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2021. Texto disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/5403. Acessado em: 03/01/2022.

[67] MATHEUS, Amanda Maria Elsner. *Figurações de uma heroína invisível: Beatriz Enríquez de Harana na literatura.* Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2021. Texto disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/5407. Acessado em: 03/01/2022.

[68] BERNDT, Jorge Antonio. *O Colombo que nasceu na América: figurações do self made man na literatura estadunidense – o romantismo de J. F. Cooper em Mercedes de Castille: or, the Voyage to Cathay (1840)* (título provisório). Dissertação de mestrado na qual Berndt analisa paradigmas utilizados por Cooper (1840) para projetar um modelo de indivíduo, *o self-made man*, e, por extensão, de sociedade.

À continuação, é sobre a conjuntura do romance histórico paranaense que nos dedicamos. A próxima seção conta com um estudo das escritas híbridas produzidas por autores do estado, sobre as quais observamos as temáticas, modalidades e atitudes em relação à representação do passado e à problematização ou não do discurso histórico tradicional.

Na terceira seção, apresentamos as análises dos romances selecionados com o objetivo de evidenciar como a transição das produções laudatórias e apologéticas passaram, com o impulso da nova narrativa latino-americana, às modalidades críticas e desconstrucionistas, e, por fim, como essas dividem espaço com a modalidade também crítica do romance histórico contemporâneo de mediação. Essa renovação mais recente evidencia a manutenção da criticidade por meio de uma narrativa mais linear e fluída, e, por isso, acessível a leitores não especializados.

Esse amalgama de diferentes modalidades de escritas híbridas de história e ficção também está presente na realidade literária do Paraná. Fator que evidencia que, no nosso espaço geográfico, histórico e cultural, a simultaneidade de produções de romance históricos de distintos vieses ideológicos, escriturais e formais é, da mesma forma, uma realidade observável.

2 NARRATIVAS HÍBRIDAS DE HISTÓRIA E FICÇÃO NO PARANÁ: REPRESENTANTES E FORTUNA CRÍTICA

Após havermos revisitado, na seção anterior, a trajetória do romance histórico desde sua implementação, no romantismo europeu, até as transformações que o gênero foi sofrendo ao longo do tempo em decorrência das necessárias adaptações da arte literária com o contexto histórico, social, político, econômico das nações que a cultivam, passamos, nesta seção, ao estudo das especificidades dessa caminhada no Estado do Paraná. Desse modo procuramos comparar a trajetória mais ampla do romance histórico – dividida em grupos, fases e modalidades por Fleck (2017) – com as ocorrências dessa escrita híbrida de história e ficção em nosso estado.

São ainda poucos os estudos voltados, exclusivamente, às escrituras híbridas de história e ficção paranaenses. Essa razão sustenta a relevância de nossos estudos sobre a trajetória do gênero no estado, uma vez que buscamos determinar suas diferentes fases, as modalidades mais frequentes, suas atitudes escriturais e ideológicas em relação ao discurso histórico tradicional que cristalizou imagens de acontecimentos e de personagens de nosso passado.

Dessa forma, podemos estabelecer no nosso espaço geográfico, histórico e cultural a trajetória do gênero híbrido de história e ficção mais relevante à decolonização da América Latina, suas características predominantes, temáticas mais exploradas e principais representantes. Como parâmetro para essa ação, consideramos os estudos já realizados sobre o percurso do gênero desde a sua instauração no romantismo europeu até os nossos dias.

Nesse sentido, em nossa tese, amparamo-nos, como já evidenciamos, também na hipótese de que o discurso histórico oficial do estado tenha perpetuado perspectivas eurocêntricas cristalizadas sobre o passado, deixando lacunas em relação ao seu processo de colonização e exploração, assim como em relação à participação do contingente de nosso estado em ocorrência de momentos emblemáticos, a saber: atritos entre colonizadores europeus e habitantes nativos da região (entre os séculos XVII e XVIII), a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), a Guerra do Contestado (1912 – 1916), a Revolta dos Posseiros (1957), dentre outros.

Dessa forma, tomamos a produção híbrida de história e ficção paranaense como uma forma de revisitação ao passado em que a manipulação e a desestabilização do discurso histórico convencional podem ressignificar nossa

perspectiva histórica. Ao mesmo tempo, é portadora da função de nos conduzir à decolonização e à consolidação de alguns aspectos identitários negligenciados ou silenciados no processo discursivo da escrita sobre o passado. Essas são, também, metas para o cultivo de um pensamento decolonial efetivo e prático.

Com o desenvolvimento de nossa pesquisa, pudemos constatar que a produção de romances históricos no estado pode ser considerada prolífera. No entanto, antes de adentrarmos aos estudos sobre essas narrativas, consideramos pertinente estabelecer critérios que definem para nós o que é o romance paranaense, uma vez que se trata de ponto primordial na delimitação de nosso *corpus* literário.

Consideramos romances paranaenses aquelas narrativas escritas por autores paranaenses, sem restrições quanto aos espaços e tempos ressignificados em seus universos diegéticos. Consideramos que, se nos detivéssemos apenas às narrativas que reelaboram o espaço geográfico do estado, estaríamos trabalhando com o conceito de regionalismo paranaense, que não representaria a pluralidade das escrituras híbridas de história e ficção do estado – o que não impede que a grande maioria das narrativas contempladas e analisadas sejam aquelas que reelaboram o passado paranaense.

Os métodos de busca dessas narrativas ocorreram, majoritariamente, por meio de buscas virtuais e por referências em trabalhos da área, especialmente aqueles da professora e pesquisadora paranaense Marilene Weinhardt (2000; 2004; 2011; 2015) e do pesquisador Antonio Roberto Esteves (2010). Além disso, foram realizadas buscas em acervos digitais de bibliotecas universitárias, bem como em sebos físicos no estado.

A partir da reunião dessas narrativas, realizamos sua catalogação e classificação. Os processos de leitura instaurados para classificá-los seguem os princípios da análise crítica comparativa, apoiados, principalmente, nos preceitos estabelecidos por Fleck (2007; 2008; 2017) em relação à trajetória do romance histórico – desde seus primórdios europeus, sua transposição à América e seu desenvolvimento em solo nacional –, conforme demonstramos na seção anterior.

Outro ponto que consideramos relevante esclarecermos é a definição daquilo que tomamos como o gênero romance histórico, uma vez que memórias, relatos familiares, romance com fundo histórico ou histórias romanceadas são categorias que não integram nossa lista de obras híbridas que, no nosso caso, é específica

àquela produção híbrida de história e ficção que apresenta os parâmetros que definem o romance histórico.

Para nossa concepção de romance histórico, reportamo-nos a Carlos Mata Induráin (1995), que estabelece pontos nevrálgicos para a definição de um exemplar do gênero: a característica mais evidente é que a diegese deve se reportar e reconstruir uma época passada e constituir uma narrativa em que se incluem elementos e/ou personagens históricos. O pesquisador ressalta, ainda, que este é um gênero híbrido, em que o substantivo é romance e o adjetivo é o elemento histórico, ou seja, é uma narrativa que não deixa de possuir o caráter de ficcionalidade, de arte, mas deve atingir o necessário equilíbrio entre história e ficção. Segundo comenta Mata Induráin (1995, p. 18),

> […] *esta es una piedra de toque fundamental a la hora de decidir si una determinada obra es una novela histórica o no: la ficcionalidad, ya que el resultado final de esa mezcla de elementos históricos y literarios no es una obra correspondiente a la historia, sino a la literatura, es decir, una obra de ficción.*[69]

Nesse sentido, o romance histórico não é uma narrativa em que o autor está rigidamente preso à historiografia – e à veracidade documental, como ocorre na historiografia tradicional –, mas, sim, prescinde do equilíbrio entre os elementos históricos e os ficcionais na tessitura da obra. No gênero híbrido em questão,

> [...] *todo esto hace que la novela histórica sea un subgénero relativamente complicado. De hecho, la dificultad mayor para el novelista histórico residirá en encontrar un equilibrio estable entre el elemento y los personajes históricos y el elemento y los personajes ficcionales, sin que uno de los dos aspectos ahogue al otro. Si peca por exceso en su labor reconstructora del pasado, la novela dejará de serlo para convertirse en una erudita historia anovelada; por el contrario, si por defecto, la novela será histórica únicamente de nombre, por situar su acción en el pasado y por introducir unos temas y unos personajes pseudohistóricos*.[70] (MATA INDURÁIN, 1995, p. 18).

---

[69] Nossa tradução: E esta é uma pedra de toque fundamental na hora de decidir se uma determinada obra é um romance histórico ou não: a ficcionalidade, já que o resultado final dessa mistura de elementos históricos e literários não é uma obra correspondente à história, mas à literatura, ou seja, uma obra de ficção. (MATA INDURÁIN, 1995, p. 18).

[70] Nossa tradução: Tudo isso torna o romance histórico um subgênero relativamente complicado. Na verdade, a maior dificuldade para o romancista histórico residirá em encontrar um equilíbrio estável entre o elemento e os personagens históricos e o elemento e as personagens ficcionais, sem que um dos dois aspectos anule o outro. Se ele pecar, excessivamente, em seu labor de reconstrução do

Em acréscimo, para Tacconi (2013, p. 22-3), o maior conhecimento do passado não implica a recriação de episódios, personagens e épocas no sentido rigoroso da historiografia convencional, mas, sim, em uma retomada ficcional em que o romancista histórico "[...] *ha ejercido y ejerce la libertad que le es propia. En el ejercicio de esa libertad de crear confluyen factores subjetivos – ideología y cosmovisión fundamentalmente – y la intencionalidad con la que el texto fue producido*.[71]"

A partir da elucidação desses tópicos, partimos para a exposição do cenário dos romances históricos paranaenses e à apresentação dos resultados alcançados até o momento. Para a realização dessa tarefa, optamos pela subdivisão desta seção em outras duas subseções.

Na primeira subseção, intitulada "A conjuntura dos romances históricos paranaenses: entre achados e perdidos, expressões paranaenses", apresentamos e discutimos o panorama literário da produção paranaense atual. Para fins didáticos, elaboramos uma tabela em que elencamos todas as narrativas híbridas de história e ficção, romances históricos, encontradas até o momento. Nela, apresentamos 37 títulos, seus autores, modalidades e, na medida do possível, as principais características de cada obra.

Na segunda subseção, "Narrativas híbridas paranaenses no universo acadêmico atual: estudos, críticas e limites", evidenciamos o estado da arte, isto é, a situação acadêmica dos romances históricos do Paraná. Sobre os estudos realizados a partir das escrituras híbridas paranaenses, formulamos um quadro no qual expomos seus principais pesquisadores, estudos e trabalhos publicados, bem como apontamos sobre quais exemplares do romance histórico paranaense existem maiores investigações, seus autores e modalidades.

---

passado, o romance deixará de sê-lo para se tornar uma erudita história romanceada; pelo contrário, o romance será histórico apenas no nome, se, por defeito, apenas situar a sua ação no passado e introduzir nele alguns temas e personagens pseudo-históricos. (MATA INDURÁIN, 1995, p. 18).

[71] Nossa tradução: [...] exerceram e exercem a liberdade que lhes é própria. No exercício dessa liberdade de criação, confluem fatores subjetivos – fundamentalmente ideologia e cosmovisão – e a intencionalidade com que o texto foi produzido. (TACCONI, 2013, p. 22-3).

2.1 A CONJUNTURA DE ROMANCES HISTÓRICOS NO PARANÁ: ENTRE ACHADOS E PERDIDOS, EXPRESSÕES PARANAENSES

O primeiro romance histórico do Paraná, *O drama da fazenda Fortaleza,* do professor e historiador David Carneiro (1904 – 1990), foi publicado em 1941, e, junto a ele, contabilizamos mais um considerável número de publicações paranaenses do gênero desde então. Nossa investigação nos revelou 37 títulos, de diferentes autores, ao longo do período de 1941 até 2022.

Pelas buscas realizadas, constatamos que ainda há uma estreita gama de estudos acadêmicos específicos que contemplam os romances de extração histórica paranaenses. Ressaltamos, no entanto, que para a investigação das narrativas híbridas paranaenses, esbarramos em alguns obstáculos e limitações: o primeiro deles diz respeito aos mecanismos de busca, pois a pesquisa acadêmica passou a habitar as redes digitais apenas no final do século XX, o que nos deixa uma lacuna na averiguação, e essa lacuna foi ampliada pela pandemia ocasionada pelo Sars-Cov2, a Covid-19, que impediu nossa consulta física em universidades e acervos do estado.

Muitas dessas narrativas permanecem à margem do círculo acadêmico/intelectual, com edições únicas, esquecidas em sebos e bibliotecas, não inseridos na rede digital. Tal situação da produção paranaense é o que nos impele às investigações mais aprofundadas das representações acerca do passado do estado nessas narrativas, em especial a alguns dos momentos marcantes revisitados pela ficção, tais como: as Reduções Jesuíticas (1610 – 1629), a Guerra do Paraguai (1864 – 1870) e a Guerra do Contestado (1912 – 1916).

Essa lacuna em relação à historiografia, à cultura e à literatura regional também é uma constatação de Weinhardt (2000, p. 14), ao mencionar que

> [...] não são poucos os que lastimam a pouca atenção que o assunto vem merecendo dos estudiosos, particularmente dos historiadores, sociólogos e antropólogos. Muito moradores das cidades sulinas têm noções mais detalhadas, ainda que muitas vezes exclusivamente folclóricas, sobre hábitos, costumes, usos linguísticos e história dos nordestinos do que sobre os modos de vida e de expressão de pessoas que vivem a poucos quilômetros dos centros populacionais mais densos, bem como ignoram acontecimentos do passado relativamente recente, ocorridos praticamente em seu próprio espaço geográfico.

Nesse sentido, os romances híbridos de história e ficção paranaenses passam a ser portadores de ressignificações, muitas vezes críticas, da história narrada desde a perspectiva do discurso histórico tradicional. Além disso, são fontes de elementos culturais e identitários locais, reconstroem e ressignificam imaginários sociais, os quais possibilitam uma visão mais acurada acerca da sociedade em que estamos inseridos e de como ela se constitui ao longo dos tempos.

Salientamos, ainda, que as narrativas híbridas paranaenses a que nos propomos a investigar não se limitam apenas à reconstrução do espaço geográfico do estado, mas essa é uma característica frequente e importante na totalidade dos romances, motivo pelo qual as narrativas analisadas renarrativizam o espaço e a história paranaenses. Dentre os escritores paranaenses mais expressivos do gênero estão o próprio David Carneiro (1904 – 1990), Miguel Sanchez Neto (1965), Marco Aurélio Cremasco (1962), Domingos Pellegrini (1949) e Noel Nascimento (1925 – 2013).

É impossível deixar de notar a expressiva diferença no número de autores homens e autoras mulheres nesse gênero literário. Nossa pesquisa nos aponta um total de cinco mulheres escritoras nesse contexto, autoras de seis narrativas. A primeira romancista histórica do Paraná é Pompília Lopes dos Santos, autora de *Origens*, publicado em 1961, ganhador do Concurso do Centro de Letras do Paraná, 1º Prêmio em 1960. À continuação, Hellê Vellozo Fernandes, em 1966, publica *Pioneiros do Iguatemi*, e, em 1974, lança *Monte Alegre, cidade papel*. Depois de um intervalo de mais de vinte anos, em 2008, a professora e escritora Cerize Gomes é a terceira escritora a publicar um romance histórico paranaense, intitulado *As cinzas da Feiticeira: tributo a Jules Michelet.* E, em 2017, a médica e escritora Etel Frota publica o novo romance histórico metaficcional *O herói provisório.*

Para facilitar a visualização sobre o panorama da produção de romances históricos no Paraná, seu percurso diacrônico, seus autores e características, optamos por elaborar o Quadro 3, a seguir exposto, em que consta a produção literária híbrida do estado, a que consideramos romance histórico, em ordem cronológica de publicação – considerando sempre a primeira edição e data de sua publicação.

Também, para favorecer a visualização do Quadro 3, optamos por apresentá-la de maneira bastante sintética. Para a apresentação mais detalhada de cada obra, optamos pela incorporação da Descrição dos romances históricos paranaenses

(Apêndice I) ao término desta tese, onde incluímos maiores detalhes e informações sobre as obras por nós catalogadas e classificadas, além dos títulos analisados na terceira seção.

Além disso, salientamos que esse levantamento foi realizado por meio de duas frentes principais: em buscas virtuais, em textos acadêmicos, sites, livros e artigos sobre a temática – dentre estes últimos destacamos a importância dos estudos de Esteves (2010) e de Weinhardt (2006; 2011; 2015), que operaram papel norteador; e por meio da busca física em sebos literários do estado – em Curitiba e Guarapuava, principalmente.

Quadro 3 – Mapeamento dos romances históricos paranaenses

Ano de publi-cação	Título	Autor(a)	Fase do Gênero	Modalidade	Temática/ Abrangência do fato relido
1941	*O drama da fazenda Fortaleza*	David Carneiro	Acrítica	Romance histórico tradicional	Renarrativização da trajetória de José Félix, sua problemática vida amorosa e as disputas de terras com os povos indígenas, década de 1820.
1958	*Sombras no caos*	Tasso da Silveira	Acrítica	Romance histórico tradicional	Renarrativização da Curitiba do início do século XX.
1961	*Origens*	Pompília Lopes dos Santos	Acrítica	Romance histórico tradicional	Trajetória da família Sigwalt, processos migratórios e colonização da Ilha de Superagui e desenvolvimento da região até meados da década de 1920.
1963/ 1981	*Casa Verde*	Noel Nascimento	Crítica/ mediadora[72]	Romance histórico contemporâneo de mediação	Narrativização da Guerra do Contestado (1912 – 1916) retratada a partir da ótica cabocla.
1966	*Pioneiros do Iguatemi*	Hellê Vellozo Fernandes	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo	Relato das viagens de Júlio Estevão e o filho Poracê, durante

[72] Marilene Weinhardt (2000) apresenta análise detalhada sobre *Casa Verde* (1863), comparando as duas versões do texto, pois ele sofreu uma reedição completa em 1981, edição a qual tivemos acesso, e em 1985. A primeira edição, segundo a autora, apresentava caráter mais tradicional, com o olhar centrado no espaço social, enquanto a segunda edição se apresenta como um romance de guerra, da Guerra do Contestado (1912 – 1916) pelo viés do caboclo.

				de mediação	as monções realizadas para a construção do Forte de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, na segunda metade do século XVIII.
1970	*O indomável republicano*	Tulio Vargas	Acrítica	Romance histórico tradicional	Renarrativização da vida do Coronel Telêmaco Borba (1840 – 1918).
1971	*Rastros de Sangue*	David Carneiro	Acrítica	Romance histórico tradicional	Renarrativização da jornada de Carlos Antonio Balster, durante a Revolução Federalista (1893 – 1895) e do episódio do Cerco da Lapa (1895).
1972	*A última viagem do barão do Serro Azul*	Túlio Vargas	Acrítica	Romance histórico tradicional	Trajetória de Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, até sua morte durante a Revolução Federalista (1983 – 1985).
1974	*Monte alegre, cidade de papel*	Hellê Vellozo Fernandes	Acrítica	Romance histórico tradicional	Trajetória da empresa Klabin e sua influência na fundação da cidade de Telêmaco Borba, até a década de 1970.
1975	*Catatau*	Paulo Leminski	Crítica/ desconstru-cionista	Novo romance histórico latino-americano	Fabulação da vinda de René Descartes a um Brasil supostamente holandês.
1978	*Eles não acreditavam na morte*: Romance dos tempos dos fanáticos do Contestado	Fredericindo Marés de Souza	Acrítica	Romance histórico tradicional	Renarrativização da Guerra do Contestado (1912 – 1916), articulado com simpatia pela causa cabocla, mas que transmite as bases ideológicas do civilizado.
1981	*Gabriel*	Iberê de Mattos	Acrítica	Romance histórico tradicional	Acompanha a trajetória de Gabriel, com tom didaticista, reelabora a trajetória do Paraná colonial até a consolidação da República, percorrendo a segunda metade do século XIX.

1995	*Os dias do Demônio*	Roberto Gomes	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Recria o Sudoeste do Paraná na década de 1950 pela ótica popular dos colonos e relata a Revolta dos Posseiros (1957).
1995	*O último jagunço*: Folclore na História da Guerra do Contestado	Euclides J. Felippe	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Relatos da Guerra do Contestado (1912 – 1916) pela perspectiva popular.
1996	*Questão de honra.* Romance intertextual com A retirada da Laguna do Visconde de Taunay	Domingos Pellegrini	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Reelaboração do Guerra do Paraguai (1864 – 1870) a partir da ótica de Rufino, personagem militar antagônica a Taunay.
1997	*Arcabuzes*	Noel Nascimento	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Relato dos conflitos deflagrados nos primeiros anos da República, até 1894, renarrativizados junto à pluralidade de personagens populares.
1998	*Terra vermelha*	Domingos Pellegrini	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Relato da trajetória de José Pellerini, que comunga com a instituição e desenvolvimento da cidade de Londrina, no norte do Paraná, entre as décadas de 1930 e 1980.
2004	*Santo Reis da Luz Divina*	Marco Aurélio Cremasco	Crítica/ desconstru-cionista	Novo romance histórico latino-americano	Trajetória de três personagens protagônicas, que convergem à reelaboração da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), do Estado Novo (1937 – 1946) e da Ditadura Militar (1964 – 1985).
2004	*Amar-te a ti nem sei se com carícias*	Wilson Bueno	Crítica/ desconstru-cionista	Novo romance histórico latino-americano	Romance paródico que recria o Rio de Janeiro a partir de um misterioso manuscrito.
2005	*Um amor anarquista*	Miguel Sanches Neto	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Reelaboração da tentativa de implementação da Colônia socialista da Cecília, em meados do século XIX.

2005	*O último dia de Cabeza de Vaca*	Fábio Campana	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Ressignificação da trajetória de Don Alvar Nuñez Cabeza de Vaca em sua campanha pelo sul do Brasil e Argentina, em meados do século XVI .
2008	*As cinzas da feiticeira*: tributo a Jules Michelet	Cerize Aparecida Nascimento Gomes	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Narrativa que mescla o real maravilhoso à historiografia e reelabora o período inquisitorial francês, até seu fim, no século XVIII.
2011	*Nihonjin*	Oscar Fussato Nakasato	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Relato do percurso da família Inabata, que ressignifica a imigração japonesa no norte do Paraná, entre as décadas de 1920 e 1950.
2012	*Maria Batalhão*: memórias póstumas de uma cafetina	Dante Mendonça	Crítica/ desconstru-cionista	Novo romance histórico latino-americano	Trajetória de três mulheres na Curitiba do início do século XX.
2012	*A máquina de madeira*	Miguel Sanches Neto	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Ressignificação do invento da máquina de escrever pelo Padre Francisco João de Azevedo, no século XIX.
2013	*O evangelho segundo Hitler*	Marcos Peres	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Reelaboração paródica na qual um conto do escritor Jorge Luis Borges teria sido inspiração a Adolf Hitler.
2013	*Confissões da Condessa Beatriz de Dia*	Guido Viaro	Acrítica	Romance histórico tradicional	Em formato memorialista, é uma pretensa autobiografia, em que recria a Condessa Beatriz de Dia e o cenário medieval do sul da França.
2013	*Quando meninos viram homens*: cartas à Giovanna	Marcos Vinícius Bortolli	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Relato da jornada de Giuseppe Di Soranzi em busca de seu amor de juventude, e renarrativiza a Revolução Federalista (1893 – 1895)
2014	*O trovador*	Rodrigo Garcia Lopes	Crítica/ mediadora	Romance histórico	Percurso de Adam Blake na resolução

				contemporâneo de mediação	de crimes envolvendo a *Parana Plantations* junto à reelaboração do processo de colonização de Londrina, na década de 1930.
2015	*A segunda pátria*	Miguel Sanches Neto	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Relato das desventuras de Adolpho Ventura numa inversão do período da II Guerra Mundial, na qual o Brasil apoiaria o Nazismo.
2016	*Retrato no entardecer de Agosto*	Luiz Manfredini	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Ressignificação da Colônia Tereza, suas limitações e conflitos com os indígenas, reelaborados junto à trajetória de Jean Maurice Faivre, entre 1847 e 1858.
2016	*A utópica Teresevile*	André Jorge Catalan Casagrande	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Relato da trajetória de Raimundo, escravo liberto e casado com uma francesa, fundido ao episódio de fundação da Colônia Tereza.
2017	*Guayrá*	Marco Aurélio Cremasco	Crítica/ desconstru-cionista	Novo romance histórico latino-americano	Representação dos conflitos Guaraníticos, no início do século XVII, sob a perspectiva crítica dos indígenas.
2017	*O herói provisório*	Etelvina Frota	Crítica/ desconstru-cionista	Novo romance histórico latino-americano metaficcional	Reelaboração do processo de abolição da escravatura e do episódio Cormorant.
2018	*Quatro gerações*	Ivo A. Pegoraro	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Trajetória de José Antônio Enearo, junto ao processo de colonização do sudoeste do Paraná e instalação de cidades como Pato Branco, Clevelândia e Francisco Beltrão.
2021	*Quando Meninos Viram Homens:* Sementes de coragem	Marcos Vinícius Bortolli	Crítica/ mediadora	Romance histórico contemporâneo de mediação	Continuação do primeiro romance, no qual a família Di Soranzi enfrenta as dificuldades geradas pelo Estado Novo, nas décadas de 1930 e 1940.
2021	*Quando Meninos*	Marcos Vinícius	Crítica/ mediadora	Romance histórico	Último romance da saga familiar dos Di

	Viram Homens: Terra Vermelha	Bortolli		contemporâneo de mediação	Soranzi, reelabora o sudoeste paranaense e a Revolta dos Posseiros (1957).

Fonte: elaborado pela autora (2022).

A partir do Quadro 3, verificamos que a produção de romances históricos no Paraná inicia-se de forma tardia e esparsa; como consequência de duas características determinantes: a tardia colonização ou povoamento efetivo do espaço geográfico paranaense; e a ocorrência de um período de relativa dormência do gênero romance histórico entre o realismo brasileiro que, por motivos estéticos próprios, voltava-se à realidade da época, e as primeiras décadas do século XX – pois os interesses do modernismo também eram outros que a revisão do passado.

Por meio do quadro também verificamos que, especialmente a partir dos anos 2000, a tendência à criticidade é crescente, seja ela realizada por meio das modalidades experimentalistas e desconstrucionistas, como são os casos dos romances publicados em 2017, *Guayrá*, de Marco Aurélio Cremasco, e *O herói provisório*, de Etel Frota; seja por meio de narrativas mediadoras, como é o caso de *Um amor anarquista* (2005), de Miguel Sanches Neto, *O trovador* (2014), de Rodrigo Garcia Lopes, e *Quatro gerações* (2018), de Ivo Pegoraro.

Também comprovamos a fluidez diacrônica entre as modalidades, as fases e o período de suas publicações. No Quadro 3, verificamos uma grande quantidade de romances históricos pertencentes à fase crítica/desconstrucionista publicados após os anos 1980, considerado por muitos como o declínio das tendências experimentalistas e desconstrucionistas. Da mesma forma, apuramos romances históricos tradicionais publicados após as rupturas instauradas pelo *boom* da nova narrativa latino-americana, iniciado na década de 1960.

Outro ponto relevante é a recorrente presença de temáticas relacionadas aos processos de povoamento e formação de cidades no estado. Dentro dessa tônica, encontramos desde os primeiros romances tradicionais, como é exemplar *O drama da Fazenda Fortaleza* (1941), que apresenta os conflitos entre indígenas e bandeirantes, até os romances mais recentes, como é o caso de *Guayrá* (2017), que reelabora os primeiros contatos entre as tribos autóctones e os jesuítas, na ressignificação do passado das Missões jesuíticas; como também é a temática de

Quatro gerações (2018), que, abordando um período mais recente, trata do povoamento e formação de cidades do Sudoeste do Paraná.

Sobre esse tópico, podemos citar também *Pioneiros do Iguatemi* (1966) e *Monte alegre, cidade papel* (1974), de Hellê Vellozo Fernandes, *Origens* (1961), de Pompília Lopes dos Santos, *Santo Reis da Luz Divina* (2004), de Marco Aurélio Cremasco, *Terra Vermelha* (1998), de Domingos Pellegrini, *O trovador* (2014), de Rodrigo Garcia Lopes, dentre outros. Vemos, assim, que essa temática se destaca como uma das mais revisitadas pelos romancistas históricos paranaenses.

Nesse ínterim, ainda, há a retomada dos processos imigratórios que povoaram o estado por meio de colônias italianas, com *Um amor Anarquista* (2005), de Miguel Sanches Neto, colônias japonesas, com *Nihonjin* (2011), de Oscar Fussato Nakasato, e colônias francesas, como em *Retrato no entardecer de agosto* (2016), de Luiz Manfredini. A ampla exploração dessa temática evidencia que há nas escritas híbridas de história e ficção paranaenses um anseio por evidenciar o caráter heterogêneo da população que compõe o contingente do estado sulista e retomar aspectos relevantes do processo de formação de nossa sociedade.

Da mesma forma, há narrativas em que são apresentadas diferentes colônias ou cidades cujo processo de povoamento ocorre junto ao processo de fusão étnica, como é o caso de *Origens* (1961), de Pomília dos Santos, que apresenta a formação da Ilha de Superagui, e *Terra vermelha* (1998), de Domingos Pellegrini, que renarrativiza a formação e desenvolvimento de Londrina. A profusão dessa tônica não só demonstra a busca pela compreensão e ressignificação do passado paranaense realizado pelas escrituras híbridas do estado, como ratifica nossa escolha temática nas análises realizadas na terceira seção desta tese.

A partir das leituras, análises e da compilação de dados apresentados no quadro anterior, verificamos que o maior número desses romances históricos renarrativizam os espaços geográficos paranaenses: dentre as narrativas já classificadas, contabilizamos 29 romances que estabelecem suas diegeses no território do estado e ressignificam, consequentemente, seus aspectos históricos, políticos e sociais.

Há também aqueles que se estendem a outras localidades nacionais, como são exemplares os romances *A máquina de madeira* (2012) e *A segunda pátria* (2015), de Miguel Sanches Neto, e *Amar-te a ti nem sei se com carícias* (2004), de Wilson Bueno; além de narrativas que reelaboram o passado de outros continentes,

sobre os quais *As cinzas da feiticeira* (2008), de Cerize Gomes, e *O evangelho segundo Hitler* (2013), de Marcos Peres, são representativos. Esses romances históricos atestam a pluralidade das narrativas híbridas de história e ficção paranaenses, como, também, rompem com possíveis padrões unicamente regionalistas de suas produções.

Em linhas gerais, suas produções iniciais perpetuam a postura enaltecedora da historiografia convencional, apresentada de forma verossímil, junto ao desenvolvimento da problemática trama amorosa – exemplares da fase acrítica do gênero. Constatamos, também, a existência de obras com perspectivas críticas já nos anos 1960 – tal como *Pioneiros do Iguatemi* (1966), de Hellê Vellozo Fernandes, que apresenta a perspectiva ex-cêntrica das Monções, e *Casa Verde* ([1963] 1981), de Noel Nascimento, que apresenta a mirada camponesa sobre a Guerra do Contestado (1912 – 1916) –, comprovando a permeabilidade diacrônica das produções do estado do Paraná em relação às fases e modalidades do gênero.

O repertório do romance histórico paranaense também possui expressões pautadas na criticidade e na desconstrução, escritas híbridas que intentam desmitificar, satirizar e impugnar o discurso hegemônico – objetivos próprios da segunda fase crítica/desconstrucionista –, em publicações posteriores à década de 1980. Nesse sentido, a produção de romances da fase crítica/desconstrucionista inicia na década de 1970, com *Catatau* (1975), de Paulo Leminski, e torna-se mais evidente nos títulos publicados nas primeiras décadas do século XXI.

Na modalidade crítica/desconstrucionista, a produção paranaense desponta como precursora em território nacional. *Catatau* (1975), de Paulo Leminski, além de ser o primeiro exemplar crítico/desconstrucionista do estado, é, também, o primeiro título brasileiro dessa modalidade. Foi publicado um ano antes de *Galvez imperador do Acre* (1976), de Márcio Souza, obra apontada por Menton (1993) como o primeiro novo romance histórico latino-americano brasileiro.

Após a lista proposta por Menton (1993), comumente, a crítica posterior replicou essa informação sem questioná-la. Esse lapso demonstra como a crítica literária realizada fora do eixo latino-americano, muitas vezes, falha nas indicações sobre a produção nacional, seja por desconhecimento de obras, seja pela abordagem inadequada ao texto literário. Ao mesmo tempo, evidencia que a crítica, mesmo nacional, frequentemente, apenas reproduz essas determinações sem revisitá-la ou questionar suas assertivas.

A relação de novos romances históricos latino-americanos proposta por Menton (1993) inclui seis títulos brasileiros, indicando a obra de Souza (1976), como a primeira narrativa brasileira da modalidade. Essa proposição já foi questionada por Esteves em 1998, no capítulo “O novo romance histórico brasileiro”, em que defende a classificação da obra como o primeiro novo romance histórico latino-americano brasileiro, como podemos verificar no excerto reproduzido a seguir:

> [...] poderíamos apresentar *Catatau*, “romance-idéia”, publicado pelo poeta paranaense Paulo Leminski em 1975, como o pioneiro da modalidade do Novo Romance Histórico Latino-americano editado no Brasil [...] Leminski tenta mostrar a perplexidade do homem contemporâneo diante da impossibilidade de conhecer (de forma cartesiana) a realidade e, portanto, de ser capaz de representá-la através da linguagem. Desta forma *Catatau* é um marco na produção do romance histórico brasileiro, abrindo espaço para novas rupturas, como aquelas levadas a cabo por Marcio Souza, João Antônio, João Ubaldo Ribeiro, entre outros [...]. (ESTEVES, 1998, p.140-141).

A proposta de Menton (1993) foi novamente contestada por Esteves (2010, p. 81), no capítulo em que trata de *Catatau* (1975) de seu *O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975 – 2000).* Nesse, o autor analisa a obra leminskiana, aproximando-o às características do novo romance histórico e, em menor proporção, da metaficção no âmbito do romance pós-moderno.

Nesse sentido, Esteves (1998, 2010) desponta como o primeiro crítico a contestar a indicação de *Galvez imperador do Acre* (1976), de Márcio Souza, como o primeiro novo romance histórico brasileiro. Fato que explicita, ao mesmo tempo, a assertividade e propriedade exímia do crítico Antônio Roberto Esteves, e demonstra a necessidade de um olhar crítico próprio à produção literária nacional.

Após Esteves (1998), uma abordagem de *Catatau* (1975) enquanto novo romance histórico é realizada ainda em 2003, por Cláudio José de Almeida Mello, que classifica a narrativa como um novo romance histórico no artigo “Linguagem e representação no *Catatau*[73]”. Nesse texto, entretanto, o autor não se dedica à classificação da obra leminskiana na modalidade, mas, sim, apresenta análise relacionada à teoria do conhecimento na literatura, à linguagem e à problematização

[73] Texto apresentado pelo autor na XI Conferência Internacional sobre Bakhtin. Texto disponível como: MELLO, Cláudio José de Almeida. Linguagem e representação no Catatau. XI International Bakhtin Conference/ XI Conferência Internacional sobre Bakhtin. Curitiba, July 21-25, 2003. p. 495-499.

da representação pelo texto ficcional, com a finalidade de explicitar as visões de mundo propostas por *Catatau* (1975).

Posteriormente, Mello (2005), em sua tese *Discurso social, história e política no romance histórico contemporâneo de língua portuguesa*: *Leminski, Lobo Antunes e Pepetela*[74], refere-se novamente ao romance de Leminski (1975) como um novo romance histórico latino-americano. Mais uma vez a tônica recai sobre a representação antimimética de *Catatau* (1975) realizada pela problematização da linguagem, e nas relações político ideológicas e sociais que a obra engendra.

A abordagem acadêmica de *Catatau* (1975) enquanto escritura híbrida pertencente à modalidade novo romance histórico latino-americano é realizada por Daniel Abrão, em tese defendida em 2007, sob o título *Poesia e pensamento no Catatau, de Paulo Leminski*. Nessa investigação, apoiado em Esteves (1998), Abrão (2007) analisa e demonstra as particularidades que aproximam *Catatau* (1975) dessa modalidade própria à fase crítica/desconstrucionista do gênero. Da mesma forma, o autor indica a ausência da crítica literária em seu reconhecimento anterior – com exceção de Esteves (1998) – e relaciona a obra de Leminski (1975) a outras reconhecidamente classificadas como novos romances históricos latino-americanos, como fica expresso no seguinte excerto de sua tese:

> [...] esta categorização em “romance histórico”, aplicada ao *Catatau*, só teria sentido crítico se avaliarmos que a obra estaria inaugurando no Brasil uma modalidade narrativa que teve sua genealogia histórica, mas que em sua radicalidade se distanciava de outros projetos porque a ênfase nas transformações linguísticas, da maneira como foi lida no Brasil, impuseram à obra um isolamento receptivo no campo das obras “formais”. Mas considerando a produção de romances “históricos” na América Latina, o livro estaria afinado com obras como, por exemplo, *El reino de este mundo*, de Alejo Carpentier ou *Yo el supremo*, de Augusto Roa Bastos, obras que realizaram revisões históricas com atenção especial à linguagem, cada uma a sua maneira. (ABRÃO, 2007, p. 2006).

Abrão (2007) pressupõe, portanto, que os aspectos experimentalistas e a problematização da linguagem realizada por *Catatau* (1975) dificultaram e isolaram sua recepção, bem como o reconhecimento de seu *status* precursor. Nesse sentido,

---

[74] MELLO, Cláudio José de Almeida. *Discurso social, história e política no romance histórico contemporâneo de língua portuguesa*: Leminski, Lobo Antunes e Pepetela. 2005. 286f. Tese de doutorado, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103667/mello_cja_dr_assis.pdf?sequence=1. Acesso em: 27 mar. 2022.

o próprio Leminski refere-se ao seu texto – e o subtitula – como um romance-ideia, experimental, portanto.

Todavia, à época, a dimensão “experimental” dialogava justamente com o experimentalismo linguístico e formal que marca a literatura latino-americana do *boom*, próprias das décadas 1960 e 1970. Além disso, é necessário que consideremos que a obra é constantemente complementada pelos seus leitores, pela reatualização praticada pelo ato de leitura – e releituras da crítica especializada. Desse modo, ao conciliarmos a opinião do autor com as interpretações empreendidas em estudos acadêmicos especializados explicitamos, assim, o nosso primeiro novo romance histórico latino-americano brasileiro, cuja nomenclatura, de fato, surgiu quase duas décadas depois, se considerarmos as definições e o impacto das publicações de Aínsa, em 1991, e Menton, em 1993.

A produção híbrida de história e ficção paranaense apresenta, também, romances com tendências conciliadoras, que amalgamam as peculiaridades mais tradicionais às mais desconstrucionistas. Isso resulta em obras que se adequam à modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação, pautado pela fluidez e coloquialidade da linguagem, pelo foco narrativo ex-cêntrico, pelo discurso da verossimilhança e pela linearidade narrativa.

Das narrativas híbridas de história e ficção paranaenses, categorizamos 10 romances históricos tradicionais, 6 novos romances históricos latino-americanos, nenhuma metaficção historiográfica e 21 romances históricos contemporâneos de mediação. Fato que demonstra uma prevalência das modalidades críticas sobre as modalidades apologéticas. Esse dado torna-se indicativo de que a produção híbrida de história e ficção paranaense é, sim, um caminho ao repensar crítico da historiografia paranaense.

À continuação, apresentamos o estado da arte dos romances históricos paranaenses com a finalidade de demonstrar as lacunas existentes no universo acadêmico em relação às narrativas híbridas de história e ficção do estado, bem como a necessidade de estudos elaborados sobre o gênero e suas temáticas.

2.2 NARRATIVAS HÍBRIDAS PARANAENSES NO UNIVERSO ACADÊMICO ATUAL: ESTUDOS, CRÍTICAS E LIMITES

Tal como já evidenciado, a produção literária paranaense de romances históricos não ocupa um espaço proeminente em estudos e pesquisas verticalizadas. Uma exceção são os estudos da professora e pesquisadora Marilene Weinhardt (2000; 2004), que, como mostramos na sequência, realiza uma abordagem detalhada aos romances históricos do sul do Brasil, contemplando narrativas paranaenses, mesmo que não exclusivamente e/ou não detalhadamente.

Por meio de buscas em acervos digitais, tais como o banco de teses e dissertações da Capes, a plataforma SciELO, banco de textos acadêmicos de universidades como a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, dentre outras, encontramos uma quantidade relativamente pequena de textos que discutam os romances históricos paranaenses, e um número ainda mais reduzido de estudos realizados a partir da abordagem do gênero romance histórico.

Ressaltamos que nossa investigação está restringida àqueles trabalhos acadêmicos que foram digitalizados ou já realizados de forma digital. Portanto, não obtivemos acesso aos trabalhos desenvolvidos previamente, uma vez que eles passaram a habitar as redes digitais apenas ao final do século XX, o que representa um hiato em nossa averiguação. Esse lapso foi ampliado pela crise pandêmica ocasionada pelo Sars-Cov2, a Covid-19, pois possíveis buscas em acervos físicos tornaram-se inexequíveis.

Dentre a totalidade das narrativas paranaenses, destaca-se a obra *Catatau,* de Paulo Leminski, publicada em 1975[75], sobre a qual há um número expressivo de estudos devido a seu caráter experimental e o reconhecimento de seu autor. Tais estudos vão desde teses inteiras, até capítulos de livros e textos curtos publicados em livros e coletâneas.

No Paraná, essa obra é por nós considerada inaugural da fase crítica/desconstrucionista de forma consolidada. Pesquisadores do romance histórico, como os professores Antônio Roberto Esteves (2010) e Claudio José de Almeida Mello (2005), dentre outros, dedicaram parte de seus estudos a essa obra e concordam na aproximação da narrativa ao novo romance histórico latino-americano, mesmo que Leminski a tenha classificado como um romance-ideia, uma

[75] *Catatau,* de Paulo Leminski é publicado um ano antes do romance *Galvez imperador do* Acre (1976), de Márcio Souza, o qual Menton (1993) sugere como a obra inaugural do novo romance histórico latino-americano no Brasil.

experimentação. Na obra, há a fabulação da vinda do filósofo francês René Descartes ao Brasil holandês (1630 – 1654) governado por Nassau.

Além de *Catatau* (1975), outros romances também merecem destaque quanto ao volume de trabalhos a eles dedicados, entre os quais estão *Terra vermelha* (1998), de Domingos Pellegrini, *Amar-te a ti nem sei se com carícias* (2004), de Wilson Bueno, e *Um amor anarquista* (2005), de Miguel Sanches Neto. Este fato demonstra o maior interesse da crítica em romances críticos, de autoria masculina e já reconhecida no universo acadêmico.

A seguir, expomos um quadro, no qual incluímos os romances históricos paranaenses já estudados, a tipologia desses estudos, bem como seus autores/referências. Na organização desse quadro, mantivemos a ordem cronológica de publicação dessas narrativas e, nos casos com vários resultados, escolhemos apresentá-los em ordem de categorias – livro, tese, dissertação, monografia, capítulo de livro, artigo –, mantendo a ordem cronológica e alfabética. Optamos, também, pela manutenção das lacunas deixadas pela ausência de estudos sobre grande parte das narrativas paranaenses ora listadas, pois acreditamos em seu poder representativo da ausência de trabalhos nessa área em nosso estado.

Quadro 4 – Relação de estudos sobre os romances históricos paranaenses

Título	Tipologia de estudo	Resultados publicados
O drama da fazenda Fortaleza (1941), David Carneiro	Artigo	ROSÁRIO NETO, Pedro. O jogo das representações em torno do drama da *Fazenda Fortaleza*. In: *História*: Questões & Debates, Curitiba. Ano 11, n. 20/21, jun./dez. 1990. p. 103 - 121. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/issue/viewIssue/2041/249. Acesso em: 27 mar. 2022.
	Artigo	CELLA, Thiana; SANTOS, Fábio dos; BERNDT, Jorge. O romance histórico paranaense: perspectivas e pluralidades, primeiras impressões. *EntreLetras* (Online), v. 11, p. 170-195, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.20873/uft.2179-3948.2020v11n1p170. Acesso em: 27 mar. 2022.
	Artigo	CELLA, Thiana; BERNDT, Jorge. Repensar heróis: A representação das disputas pela posse de terras no Paraná em *O drama da Fazenda Fortaleza* (1941), de David Carneiro. *Versalete*, v. 9, p. 133-151, 2021. Disponível em: http://www.revistaversalete.ufpr.br/edicoes/vol9-16/8-BERNDT,-Jorge.-CELLA.-Thiana.-Repensar-hero%CC%81is.-a-representac%CC%A7a%CC%83o.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.
Sombras no Caos (1958), Tasso da Silveira	Texto curto	WEINHARDT, Marilene. Na capital (isso é, na província). In: WEINHARDT, Marilene. *Ficção histórica e regionalismo*: estudo sobre romances do sul. – Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

Origens (1961), Pompília Lopes dos Santos	-	
Casa Verde (1963), Noel Nascimento	Monografia	PAULA, Angelita de. *A representação a respeito do movimento do Contestado em romances históricos*. 2012. 73f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/60105/angelita_de_paula.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27 mar. 2022.
	Capítulo de livro	WEINHARDT, Marilene. Um título – dois textos. In: WEINHARDT, Marilene. *Mesmos crimes, outros discursos? Algumas narrativas sobre o Contestado.* Curitiba: Ed. UFPR, 2000. p. 119-127.
	Texto curto	WEINHARDT, Marilene. Canudos: Versões Sul ou Barbárie X Civilização. In: WEINHARDT, Marilene. *Ficção histórica e regionalismo*: estudo sobre romances do sul. – Curitiba: Editora da UFPR, 2004.
Pioneiros do Iguatemi (1966), Hellê Vellozo Fernandes	-	
O indomável republicano (1970), Tulio Vargas	-	
Rastros de Sangue (1971), David Carneiro	Artigo	CELLA, Thiana; SANTOS, Fábio dos; BERND, Jorge. O romance histórico paranaense: perspectivas e pluralidades, primeiras impressões. *EntreLetras* (Online), v. 11, p. 170-195, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.20873/uft.2179-3948.2020v11n1p170. Acesso em: 27 mar. 2022.
	Texto curto	WEINHARDT, Marilene. Viva Floriano/Morra Floriano. In: WEINHARDT, Marilene. *Ficção histórica e regionalismo*: estudo sobre romances do sul. – Curitiba: Editora da UFPR, 2004.
A última viagem do barão do Serro Azul (1972), Tulio Vargas	-	
Monte alegre, cidade de papel (1974), Hellê Vellozo Fernandes	Tese	VIEIRA, Ana Flávia Braun. *Jornalismo e a duração dos processos civilizadores:* análise da adequação comportamental e da formação de uma segunda natureza em Monte Alegre – PR (1942 - 1964). 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020. Disponível em: http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3174. Acesso em: 28 mar. 2022.
	Dissertação	VIEIRA, Ana Flávia Braun. *Análise do discurso fundador de Telêmaco Borba no jornal O Tibagi (1948 – 1964).* 2015. 360 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Direito e Cidadania) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015. Disponível em: http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/221. Acesso em: 28 mar. 2022.
	Artigo	VIEIRA, Ana Flávia Braun; JUNIOR, Miguel Archanjo de Freitas. História Regional sob a perspectiva dos processos civilizadores: possibilidades de pesquisa a partir do caso de Monte Alegre – PR. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 195-217, jan./abr. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/thian/Downloads/Historia_Regional_sob_a_perspectiva_dos_processos_.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.

Catatau (1975), Paulo Leminski	Livro	CARVALHO, Maria Aparecida de. *O Catatau de Paulo Leminski, (Des)Coordenadas Cartesianas*. São Paulo, SP: Cone Sul, 2000.
	Tese	MELLO, Cláudio José de Almeida. *Discurso social, história e política no romance histórico contemporâneo de língua portuguesa*: Leminski, Lobo Antunes e Pepetela. 2005. 286f. Tese de doutorado, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103667/mello_cja_dr_assis.pdf?sequence=1. Acesso em: 27 mar. 2022.
	Tese	ABRÃO, Daniel. *Poesia e pensamento no Catatau, de Paulo Leminski*. 2007. 276 f. Tese (doutorado em Letras) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2007. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/106327. Acesso em: 27 mar. 2022.
	Tese	SOUZA, Carlos Cézar Mascarenhas de. *A Poiesis de transversão da memória em Catatau (entre o "País do Futuro" e o "País do Esquecimento":* Leminski, Descartes e Bergson). 2007. 271. Tese (doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7469. Acesso em 27 mar. 2022.
	Tese	NOVAIS, Carlos Augusto. *As trapaças de Occam*: montagem, palavra-valise e alegoria no *Catatau*, de Paulo Leminski. 2008. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/ECAP-7DHF3S. Acesso em 27 mar. 2022.
	Tese	SOUZA, Claudio R. *Catatau: Literatura de obstrução em país bloqueado.* 2008. 212f. Tese (doutorado em Teoria literária e Literatura comparada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-19022010-104804/publico/CLAUDIO_R_SOUSA.pdf. Acesso em 27 mar. 2022.
	Tese	ZERBINATTI, Bruna Paola. O ritmo em semiótica: teoria e análise de Catatau e Ex-Isto. 2015. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-12012016-152347/publico/2015_BrunaPaolaZerbinatti_VCorr.pdf. Acesso em 27 mar. 2022.
	Tese	BELÚZIO, Rafael Fava. *Quatro clics em Paulo Leminski.* 2019. 301 f. Tese (doutorado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/LETR-B8HGC6. Acesso em 27 mar. 2022.
	Dissertação	SOUZA, Marcelo Paiva de. *1, 2, 3... Textando*: o Catatau, James Joyce e o Neobarroco. 1996. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Literatura. Brasília, 1996.
	Dissertação	CARVALHO, Maria Aparecida de. *O Catatau de Paulo Leminski, (Des)Coordenadas Cartesianas*. 1997. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belo Horizonte, 1997. Disponível em: http://server05.pucminas.br/teses/Letras_CarvalhoMA_1.pdf.

		Acesso em 27 mar. 2022.
	Dissertação	SOUZA, Claudio Roberto. Um lance de comunicação através do riso: *Memórias Póstumas* e *Catatau*. 2002. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária, São Paulo, 2002.
	Dissertação	TECA, William Crosué De Oliveira. *A carnavalização de Descartes no Catatau de Paulo Leminski*. 2005. 124f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: https://hdl.handle.net/1884/16078. Acesso em 27 mar. 2022.
	Dissertação	MOREIRA, Caio Ricardo Bona. *Catatau de Paulo Leminski: Occam versus Cartésio contra a Ditadura da Razão*. 2006. Dissertação (mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Palhoça, 2006. Disponível em: http://pergamum.unisul.br/pergamum/pdf/85041_Caio.pdf. Acesso em 27 mar. 2022.
	Dissertação	RIBEIRO, Pedro Mandagará. *Em 1975: três romances brasileiros*. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/1829. Acesso em 27 mar. 2022.
	Dissertação	MENDONÇA, Maurício Arruda de. *O Romance-ideia Catatau de Paulo Leminski*: uma abordagem literária e filosófica. 2009. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras. Londrina, 2009. Disponível em: http://livros01.livrosgratis.com.br/cp088422.pdf. Acesso em 27 mar. 2022.
	Dissertação	BARTOLOMEU, Mauro. *O Neologismo e a categoria do "Novo" no Catatau, de Paulo Leminski*. 2011. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Pós-Graduação em Estudos Literários. Araraquara, São Paulo, 2011. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/91518. Acesso em 27 mar. 2022.
	Dissertação	ZERBINATTI, Bruna Paola. *Os ritmos de Catatau*: abordagem tensiva do romance de Paulo Leminski. 2014. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, SP: USP, 2014. Disponível em: https://spap.fflch.usp.br/sites/spap.fflch.usp.br/files/BrunaZerbinatti.pdf. Acesso em 27 mar. 2022.
	Capítulo de livro	ESTEVES, Antônio Roberto. O novo romance histórico brasileiro. In: Estudos de literatura e linguística. Letizia Zini Antunes (org.). São Paulo: Arte e Ciência; Assis: Curso de Pós-graduação em Letras da FCL/UNESP, 1998.
	Capítulo de livro	ESTEVES, Antônio Roberto. O *Catatau*, de Paulo Leminski: ou da incompatibilidade da lógica cartesiana com o espaço onírico ao sul do Equador. In: ESTEVES, Antonio. *O romance histórico brasileiro contemporâneo* (1975-2000). São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
	Artigo	SOUZA, Marcelo Paiva de. Os enigmas e os prodígios de um *Catatau*. *Cerrados*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura. Brasília, DF, UnB, n. 5, ano 5, 1996. p. 45-50. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/787/6

		75. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	SOUZA, Carlos Cézar Mascarenhas de. A poiesis de "transversão da memória" e a superação das aporias tropicais: uma leitura bergsoniana do *Catatau*, de Leminski. *A Cor das Letras*. Feira de Santana, BA, UEFS, n. 1, 1997. p. 99-116. Disponível em: https://doi.org/10.13102/cl.v8i1.1569. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	ABRÃO, Daniel. Deslendo a Razão Catatonica. *Revista Estudos Linguísticos*, v. 32, 2003, impresso.
	Artigo	ROCHA, Marilia Librandi. Outras palavras: o *Catatau* de Paulo Leminski em três tempos. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 9, 2005, p. 243-58. Disponível em: https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/140/143. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	CÁMARA, Mario. Mistura, pororoca y fantología: una lectura de Paulo Leminski. *Gragoatá*, v. 9, n. 17, 2005. Disponível em: de https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33322. Acesso em: 28 mar. 2022.
	Artigo	ABRÃO, Daniel. Poesia, pensamento e política no *Catatau* de Paulo Leminski. *Revista Ave Palavra*, Alto Araguaia, MS, n. 9, jul. 2006. Disponível em: https://revista.unemat.br/avepalavra/EDICOES/09/artigos/ABRAO.pdf. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	MARCOLINO, Francisco Fábio Vieira. Paródia e parataxe no *Catatau* de Paulo LeminskiI. *Revista Odisseia*, n. 6, 9 jul. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/2065/1499. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	LOBO, Dalva de Souza. *Catatau*: vozes do cogito em performance. *Anais do Seminário Brasileiro de Poéticas Orais: Vozes, Performances, Sonoridades*. Londrina, PR: UEL, 2011. p. 122-133. Disponível em: https://doczz.com.br/doc/62382/anais-parte-1---portal-de-po%C3%A9ticas-orais. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	LOBO, Dalva de Souza. A estética nômade de *Catatau. Revista Estação Literária*. Londrina, Volume 10C, fev. 2013. p. 162-172. Disponível em: http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL10C-Art12.pdf. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	BYLAARDT, Cid Ottoni; LEMOS, Saulo de Araújo. *Catatau*: imagem e trânsito. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 48, Ago. 2015. p. 101-122. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2316-4018486. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	SANTOS, Kleber Pereira dos. 'Repara bem no que não digo'. Reflexões sobre *Catatau*, de Paulo Leminski. *Magma*. São Paulo, SP, n. 12, dez., 2015. p. 265-294. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2448-1769.mag.2015.98233. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	REZENDE, Carolina Anglada. Entre o ver e o ser visto: notas sobre a visibilidade do homem e do animal no cinema e na literatura. *Boletim de pesquisa NELIC*, Florianópolis – SC, v. 15, n. 24, p. 34-45, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1984-784X.2015v15n24p34. Acesso em: 28 mar. 2022.
	Artigo	SOUZA, Carlos Cézar Mascarenhas de. Opereta verbal do drama cartesiano no teatro da imaginação tropical. *Revista de Estudos de Cultura*, São Cristóvão-SE, v. 4, n. 1, p. 91-106,

		jan./mai. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.32748/revec.v4i1.9501. Acesso em: 28 mar. 2022.
	Artigo	TEIXEIRA, Danilo Bernardes. Cartesius dissoluto. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 59-80, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.17851/2358-9787.30.3.59-80. Acesso em: 28 mar. 2022.
	Artigo	KUNZ, Martine Suzanne; SILVA, Keyla Freires da. A escrita movediça de Paulo Leminski em *Catatau*. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 129-147, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.17851/2358-9787.30.3.129-147. Acesso em: 28 mar. 2022.
	Texto curto	RISÉRIO, Antonio. *Catatau*: Cartesanato. In: *Revista José.* Rio de Janeiro, RJ, nov. a dez., 1976. p. 43-46.
	Texto curto	RISÉRIO, Antonio. *Catatau*: Cartesanato. In: *Paulo Leminski.* Curitiba, PR: *Scientia et Labor*, 1988. p. 44-50. (Série paranaenses).
	Texto curto	RIBEIRO, Leo Gilson. Leitura no Plural (sobre o *Catatau*). *Isto é*. São Paulo, SP, 11 out., 1989. p.123.
	Texto curto	RIBEIRO, Leo Gilson. Um Catatau. Felizmente. In: LEMINSKI, Paulo. *Catatau*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1989. p. 40-44. Disponível em: http://www.elsonfroes.com.br/kamiquase/ensaio28.htm. Acesso em: 27 mar. 2022.
	Texto curto	MENDONÇA, Maurício Arruda de. *Catatau*: um gabinete de raridades. Curitiba, PR, *Occam*, Jornal da Fundação Cultura de Curitiba, n. 1, mai., 1996. Disponível em: http://www.elsonfroes.com.br/kamiquase/ensaio9.htm. Acesso em 27 mar. 2022.
	Texto curto	BONVICINO, Régis. Com quantos paus se faz um Catatau. In: LEMINSKI, Paulo. *Envie meu dicionário: cartas e alguma crítica* – Paulo Leminski e Régis Bonvicino. Organizado por Régis Bonvicino, com a colaboração de Tarso M. de Melo. São Paulo, SP: Editora 34, 1999. p. 203-204.
	Texto curto	BENTANCUR, Paulo. "Catatau em Catuípe". In: DICK, André; CALIXTO, Fabiano (Orgs.). *A linha que nunca termina:* Pensando Paulo Leminski. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2004. p. 243-246.
Eles não acreditavam na morte: Romance dos tempos dos fanáticos do Contestado (1978), Fredericindo Marés de Souza	Capítulo de livro	WEINHARDT, Marilene. É preciso compreendê-los. In: WEINHARDT, Marilene. *Mesmos crimes, outros discursos? Algumas narrativas sobre o Contestado.* Curitiba: Ed. UFPR, 2000. p. 107-117.
	Artigo	WEINHARDT, Marilene. Um romance paranaense. *Letras*, Curitiba, n. 50, p. 73-83. jul/dec., 1998. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5380/rel.v50i0.18971. Acesso em: 28 mar. 2022.
Gabriel (1981), Iberê de Mattos	-	
Os dias do Demônio (1995), Roberto Gomes	Monografia	ROQUE, Andrius Felipe. *Os dias do demônio e a arquetípica relação entre personagens e terra.* 2013. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/8979. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	SCHNEIDER, Claércio Ivan. Romance histórico e direitos humanos: A revolta dos posseiros no sudoeste do Paraná – Brasil, 1957. *Anais do Seminário de Literatura, História e Memória*, Unioeste. Cascavel, 2017. Disponível em: http://www.seminariolhm.com.br/2018/simposios/07/simp07art09.pdf. Acesso em 27 mar. 2022.

O último jagunço: Folclore na História da Guerra do Contestado (1995), Euclides J. Felippe	Monografia de graduação	BAUMGARDT, Claudia. *Apresentação das mulheres nos escritos da Guerra do Contestado*: história em memória. 2017. 54 f. TCC (graduação) - Licenciatura em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2017. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2005. Acesso em: 28 mar. 2022.
Questão de honra. Romance intertextual com A retirada da Laguna do Visconde de Taunay (1996), Domingos Pellegrini	Artigo	NASCIMENTO, Naira de Almeida História, literatura e memória em *Questão de Honra*. *Revista de Literatura, História e Memória*, v. 5, n. 5, p. 119-134, 2000. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/2106. Acesso em: 28 mar. 2022.
	Artigo	NASCIMENTO, Naira de Almeida. A pós-modernidade em *Questão de honra*. XV Seminário do CELLIP, Curitiba, 2001.
	Artigo	ALBUQUERQUE, Adenilson de Barros de; FLECK, Gilmei Francisco. El honor de la retirada: la "palabra armada" en la novela histórica brasileña sobre la Guerra del Paraguay. *LL Journal,* v. 12, n. 2, p. 1-10. 10, 2017. Disponível em: https://lljournal.commons.gc.cuny.edu/barros-de-albuquerque-y-francisco-fleck/. Acesso em 28 mar. 2022.
Arcabuzes (1997), Noel Nascimento	-	
Terra vermelha (1998), Domingos Pellegrini	Dissertação	RIBEIRO, Alessandra Pilati. *As relações entre ficção histórica, memória e autobiografia na obra Terra Vermelha de Domingos Pellegrini.* 2017. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Teoria Literária) Centro Universitário Campos de Andrade. Curitiba, 2017. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/dissertacao_alessandra_pilati_ribeiro.pdf. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	NASCIMENTO, Naira de Almeida. Uma leitura da terra e do mar em Domingos Pellegrini e Miguel Sanches Neto. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, núm. 33, p. 141-155. Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9589/8471. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	THOMSON, Ana Beatriz Accorsi. Literatura e ensino de história: a história de Londrina no romance *Terra vermelha*. *XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal, RN, julho de 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364504253_ARQUIVO_Ana_Thomson_7-3.pdf. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	THOMSON, Ana Beatriz Accorsi. FORTUNA, Cláudia Prado. Londrina: narrativas da cidade e ensino de história. *X Sepech - Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas*, 2014, Londrina. X Sepech, 2014. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/ARTIGOSANAIS_SEPECH/anabathomson.pdf. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	ASARI, Alice Yatiyo; NIEHUES, Leandro Garcia. Geografia e literatura: uma experiência vivenciada pelos educandos do ensino médio com a obra *Terra vermelha*. *Estágio, formação e trabalho docente*: experiências das jornadas/cursos do FOPE/Prodocência. Londrina: Eduel, 2014. p. 28-47. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/Livros/Estagio%20formacao%20e%20trabalho%20docente%202014.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.
	Artigo	VASCONCELOS, Clair L.; CHICOSKI, Regina. Domingos Pellegrini Jr. - Entre as trilhas da terra vermelha e a rede: marcas da memória e da identidade paranaense. (sem

		dados). Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaPortuguesa/artigo_-Pos-_Pel.corrigido.doc.pdf. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	CELLA, Thiana Nunes; KLOCK, Ana Maria. Ressignificações do passado paranaense em *Terra vermelha* (1998), de Domingos Pellegrini: da história da terra à história do homem. *EntreLetras*, v. 12, p. 301-318, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.20873/uft2179-3948.2021v12n3p301-318. Acesso em 27 mar. 2022.
Santo Reis da Luz Divina (2004), Marco Aurélio Cremasco.	Tese	NASCIMENTO, Naira A. *Da narrativa ao romance: a prosa da Guerra do Paraguai nos limites da ficção (histórica) contemporânea*. 2006. 351f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: https://hdl.handle.net/1884/16923. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	CELLA, Thiana N. Da antropofagia à transculturação: o local da diferença no novo romance histórico *Santo Reis da Luz Divina*, de Marco Aurélio Cremasco. *Anais do II Congresso Internacional Humanidades nas Fronteiras*: Controvérsias Contemporâneas, 2019. v. 2. p. 315-326. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1YqaetFxykk27PmDGiKGdY-WUMWO08T5l/view. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	ALBUQUERQUE, Adenilson de Barros de; BERNDT, Jorge Antonio; CELLA, Thiana Nunes. A Guerra do Paraguai à luz aos *Romances Santo Reis da Luz Divina* e *Río Escarlata*. *Contexto*, v. 39, p. 223-240, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/contexto/article/view/35854. Acesso em 27 mar. 2022.
Amar-te a ti nem sei se com carícias (2004), Wilson Bueno	Dissertação	OLIVEIRA, Geovana Quinalha de. *Reescrever-te a ti nem sei se com carícias: as várias reescrituras no romance Amar-te a ti nem sei se com carícias, de Wilson Bueno*. 2007. 147f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Três Lagoas, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/1131. Acesso em 27 mar. 2022.
	Dissertação	PERON, Eliza da Silva Martins. *A narrativa em questão: recriação no romance Amar-te a ti nem sei se com caricias de Wilson Bueno*. 2008. 131f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/1126. Acesso em 28 mar. 2022.
	Dissertação	Minatel, Maria Nilva. *O novo romance histórico: Amar-te a ti nem sei de com carícias (re)escreve a história.* 2009. 137f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/1157. Acesso em 28 mar. 2022.
	Dissertação	SOUZA, Marco Aurélio de. *A história desfigurada: desterritorialização e experiência do fora em Amar-te a ti nem sei se com carícias, de Wilson Bueno*. 2015. 88 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015. Disponível em: http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/402. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	SANTOS, Rosane Cristina Z. O credo da dúvida ou do amadorismo da memória. *Línguas & Letras*, v. 9, n. 17, p. 103-115, 2000. Disponível em: https://doi.org/10.5935/rl&l.v9i17.2067. Acesso em: 28 mar.

		2022.
	Artigo	PERON, Eliza da Silva Martins. *Amar-te a ti nem sei se com carícias* de Wilson Bueno: da margem ao centro. *Anais XI Congresso Internacional da ABRALIC*: Tessituras, Interações, Convergências. 13 a 17 de julho de 2008. USP – São Paulo, Brasil. Disponível em: https://abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/007/ELIZA_PERON.pdf. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	MACIEL, Sheila Dias; OLIVEIRA, Geovana Quinalha de. A reescritura em Amar-te a ti nem sei se com carícias, de Wilson Bueno. *InterLetras*, vol 2, n. 10, 2009. Disponível em: https://www.unigran.br/dourados/interletras/ed_anteriores/n10/edicao/exp_artigo.php?codigo_e=3&edicao_e=10. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	DE SOUZA, Marco Aurélio; OLIVEIRA, Silvana. Linhas de vida, linhas do romance: uma percepção rizomática de *Amar-te a ti nem sei se com carícias*, de Wilson Bueno. *Leitura*, v. 2, n. 57, p. 248-263, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.28998/2317-9945.2016v2n57p248-263. Acesso em: 28 mar. 2022.
	Artigo	PERON, Eliza da Silva Martins. Lima Barreto e Wilson Bueno: vozes dissonantes e a história revisitada. *Anais XI Congresso Internacional da ABRALIC, 2018*: 30 de jul. a 03 de ago, 2018. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2018_1547575963.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.
Um amor anarquista (2005), Miguel Sanches Neto	Dissertação	WAMMS, Veronice O. C. *Sujeitos em conflito*: anarquismo e nacionalidade em *Um amor anarquista*. 2015. 139f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual do Centro-oeste do Paraná. Guarapuava, 2015. Disponível em: http://tede.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/tede/77/1/PR%20Veronice%20Oliveira%20Cristo%20Wamms.pdf. Acesso em 27 mar. 2022.
	Monografia	GODK, Bruna D. *Representações da Colônia Cecília na ficção brasileira.* 2013. 65f. Monografia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2013. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/8990. Acesso em 27 mar. 2022.
	Monografia	BEIRA, Juracema Carzino. *A imagem da mulher no romance Um amor anarquista de Miguel Sanches Neto: um relato sob múltiplas óticas.* 2015. 45f. Monografia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2015. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/8893. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	CARVALHO, Raphael Guilherme. Narrativas literárias e historiográficas sobre a colônia Socialista Cecília: Memória e utopia*. Outros Tempos.* Volume 8, número 11, 2011 - Dossiê História e Literatura. Disponível em: https://doi.org/10.18817/ot.v8i11.80. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	NASCIMENTO Naira de Almeida; MARZANI, Andressa. A forma clássica de romance histórico em *Um amor anarquista. Revista de letras,* v. 15, n. 16, p. 1-15, 2013. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rl/article/view/2342. Acesso em: 28 mar. 2022.
	Artigo	LUZ, Guilherme da Silva. IACHTECHEN Fábio Luciano. Colônia Cecília: a memória de uma Comuna Socialista na obra *Um Amor Anarquista* de Miguel Sanches Neto. *Revista Tuiuti: Ciência e Cultura*, edição especial, c. 5. Curitiba – 2018. Disponível em:

		https://seer.utp.br/index.php/h/article/view/1853/1578. Acesso em 27 mar. 2022.
O último dia de Cabeza de Vaca (2005), Fábio Campana.	-	
As cinzas da feiticeira: tributo a Jules Michelet (2008), Cerize Aparecida Nascimento Gomes	Artigo	CELLA, Thiana Nunes; BERND, Jorge Antonio; SANTOS, Fábio dos. O romance histórico paranaense: perspectivas e pluralidades, primeiras impressões. *EntreLetras* (Online), v. 11, p. 170-195, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.20873/uft.2179-3948.2020v11n1p170. Acesso em 27 mar. 2022.
Nihonjin (2011), Oscar Fussato Nakasato	Dissertação	INUMARU, Clarinda Matsuzaki. *Tradição e modernidade nas identidades femininas em Nihonjin e Sonhos bloqueados.* 2019. 135f. Dissertação (Mestrado em Letras. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2019. Disponível em: http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/cminumaru.pdf. Acesso em 27 mar. 2022.
	Monografia de especialização	TEIXEIRA, Samuel Rodrigues. *Narrativa, história e literatura em Nihonjin, de Oscar Nakasato.* 2014. Monografia (especialização em Literatura Brasileira e História Nacional) – Programa de pós-graduação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2014. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/19746/2/CT_LBHN_IX_2013_22.pdf. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	NASCIMENTO, Naira. A. *Nihonjin*: memórias da imigração japonesa no Brasil. *Actas del XI Seminario Argentino Chileno y VI Seminario ConoSur de Ciencias Sociales, Humanidades y Relaciones Internacionales*. Mendoza: UNCUYO, 2012.
	Artigo	ESTEVES, Antônio Roberto. Memórias da imigração japonesa no Brasil: uma leitura de *Nihonjin* (2011), de Oscar Nakasato. *Revista Alere,* v. 8, n. 2, dez. 2013. p. 83-100. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/alere/article/view/470. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	RODRIGUES, Milton Hermes. *Nihonjin*: realismo e conciliação cultural. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 36, n. 1, jan./mar., 2014. p. 113-114. Disponível em: https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v36i1.22258. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	WOLFF, Ana Cristina Fernandes Pereira. Entre espaços: a experiência do deslocamento em *Nihonjin*, de Oscar Nakasato. *Revista Percurso*. Maringá, v. 6, n. 2 , 2014. p. 175-196. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49624. Acesso em: 27 mar. 2022.
	Artigo	SÁ, Michele Eduarda Brasil de. Identidade e cultura no romance *Nihonjin*, de Oscar Nakasato. *Itinerários*, Araraquara, n. 44, p. 139-148, jan./jun. 2017. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/9017/7046. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	ASSUNÇÃO, Sandra. Le Brésil et “ses autres”: Nihonjin, pour une histoire de l’immigration japonaise au Brésil. *Revista de Estudos Literários*, v. 8, p. 379-408. Université Paris Nanterre, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316.2/45166. Acesso em 27 mar. 2022.
	Artigo	BERND, Jorge Antonio; CELLA, Thiana Nunes. A imigração japonesa em *Nihonjin*: uma poética fusão entre história e memória. *Fermentum*, v. 31, p. 506-527, 2021. Disponível em: http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/47413. Acesso em:

		15 nov. 2021.
Maria Batalhão: memórias póstumas de uma cafetina (2012), Dante Mendonça	-	
A máquina de madeira (2012), Miguel Sanches Neto	Capítulo de livro	CELLA, Thiana Nunes; FLECK, Gilmei Francisco. Escritas Híbridas de História e Ficção, da pesquisa à prática docente: A mediação como ferramenta para a reescrita do passado em *A máquina de madeira*, de Miguel Sanches Neto. In: Gilmei Francisco Fleck; Margarida da Silveira Corsi; Weslei Roberto Candido. (Org.). *A Pesquisa em Literatura e leitura na formação docente: experiências da pesquisa acadêmica à prática profissional no ensino*, volume II. 1ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2018, v. 2, p. 117-142.
	Artigo	CANTARIN, Márcio Matiassi; ALMEIDA, Rogério Caetano; LIMA, Marcelo Fernando. Uma ideia sem lugar: notas sobre a invenção do Brasil moderno em *A máquina de madeira*, de Miguel Sanches Neto. *O Eixo e a roda*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 25-42, 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.17851/2358-9787.24.1.25-42. Acesso em: 27 mar. 2022.
O evangelho segundo Hitler (2013), Marcos Peres	Artigo	ROCHA, Fabrícia A. L. de Oliveira. Reescrever com distanciamento irônico: o romance paródico em *Gargântua* e no *Evangelho Segundo Hitler*. *Revista do SELL*, v. 5, n. 2. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.18554/rs.v5i2.1245. Acesso em: 27 mar. 2022.
Confissões da Condessa Beatriz de Dia (2013), Guido Viaro	-	
Quando meninos viram homens: Cartas à Giovanna (2013), Marcos Vinícius Bortolli	-	
O trovador (2014), Rodrigo Garcia Lopes	Artigo	ESTEVES, Antônio Roberto; OLIVEIRA, Marilu Martens. A utopia da cidade: Londrina em *O trovador*, de Rodrigo Garcia Lopes. *Scripta*, v. 22, n. 46, 2018. p. 37-48. Disponível em: https://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2018v22n46p37-48. Acesso em: 27 mar. 2022.
	Artigo	OLIVEIRA, Marilu Martens. “Eldorado, Babel e faroeste”: a Londrina de Rodrigo Garcia Lopes, em *O trovador*. *Literatura: teoría, historia, crítica,* v. 22, n. 1, 2020. p. 219-242. Disponível em: https://doi.org/10.15446/lthc.v22n1.82298. Acesso em: 27 mar. 2022.
	Artigo	CELLA, Thiana Nunes; KLOCK, Ana Maria. Ressignificações do passado paranaense em *Terra vermelha* (1998), de Domingos Pellegrini: da história da terra à história do homem. *EntreLetras*, v. 12, p. 301-318, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.20873/uft2179-3948.2021v12n3p301-318. Acesso em 27 mar. 2022.
Segunda pátria (2015), de Miguel Sanches Neto	Capítulo de livro	NASCIMENTO, Naira Almeida. A ficção histórica depois de Cronos: o caso *A segunda pátria*. In: Marilene Weinhardt. (Org.). *Ressignificações da história pela ficção*. 1ed. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2019. p. 220-247.
	Artigo	NÓBREGA, E. E. M., SOUZA, T. C. P. O país invisível: uma análise do universo distópico de *A Segunda Pátria*, de Miguel Sanches Neto. *Revista e-scrita*, v.7, n.3, p.44-58, 2016. Disponível em:

		https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/view/2626/pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.
	Artigo	CELLA, Thiana Nunes. Do revisitar ao recriar a história nacional: uma possível leitura de A *Segunda pátria*, de Miguel Sanches Neto. *Fólio - Revista de Letras,* v. 10, p. 291-315, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.22481/folio.v10i1.3849. Acesso em: 27 mar. 2022.
Retrato no entardecer de agosto (2016), Luiz Manfredini	-	
A utópica Teresevile (2016), André Jorge Catalan Casagrande	-	
Guayrá (2017), Marco Aurélio Cremasco	Monografia	SILVA, Lucimara Andrade da. *História, Literatura e Historiografia: Representação de Resistência e Luta no romance Guayrá (2017), de Marco Aurélio Cremasco. 2018*. 66 f. Monografia. Universidade Estadual de Londrina, 2018. Disponível em: Acesso em: 27 mar. 2022.
	Artigo	CELLA, Thiana Nunes. Luzes sobre o passado paranaense: a ressignificação das reduções jesuíticas no novo romance histórico *Guayrá* (2017), de Marco Aurélio Cremasco. *Revlet - Revista Virtual de Letras,* v. 2, p. 239-251, 2019. Disponível em: http://www.revlet.com.br/artigos/535.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.
	Artigo	CELLA, Thiana Nunes. As incursões jesuíticas ressignificadas no novo romance histórico *Guayrá* (2017), de Marco Aurélio Cremasco. p. 137-149. *Anais do V SEPEI* – Seminário de Pesquisa, Extensão e Inovação do IFPR Campus Avançado Coronel Vivida, 2019. Disponível em: https://coronelvivida.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/ANAIS-SEPEI-2019.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.
	Artigo	SOARES, Isabelle Maria. *Guayrá*, terra que resiste. *Inventário*. n. 29, Salvador, fev. 2022. p. 277-282. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/inventario/article/view/46541. Acesso em: 27 mar. 2022.
O herói provisório (2017), Etel Frota	-	
Quatro gerações (2018), Ivo Pegoraro	-	CELLA, Thiana Nunes; KLOCK, Ana Maria. Ressignificações do passado paranaense em *Terra vermelha* (1998), de Domingos Pellegrini: da história da terra à história do homem. *EntreLetras*, v. 12, p. 301-318, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.20873/uft2179-3948.2021v12n3p301-318. Acesso em 27 mar. 2022.
Quando Meninos Viram Homens: Sementes da coragem (2021), Marcos Vinícius Bortoli	-	
Quando Meninos Viram Homens: Terra Vermelha (2021), Marcos Vinícius Bortoli	-	

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Ao constatarmos o número de produções acadêmicas e estudos sobre as narrativas híbridas de história e ficção no estado do Paraná, com algumas poucas obras que se caracterizam como exceções, verificamos que esse ainda é um campo carente de um olhar atento e perscrutador. A escassez de investigações acadêmicas das escrituras híbridas paranaenses é especialmente constatada em relação às abordagens do texto literário como gênero romance histórico.

A partir dos dados apresentados no Quadro 4, é possível constatar que as narrativas híbridas críticas são aquelas que recebem a maior atenção do universo acadêmico e que foram as grandes geradoras de trabalhos de pesquisa extensos. Empregadas como *corpus* literário ou objetos de estudo – principais ou parciais –, fomentam um total de 8 teses e 16 dissertações.

Como já mencionamos, até meados de 2022, destaca-se o elevado número de trabalhos sobre as narrativas experimentalistas *Catatau* (1975), de Paulo Leminski – sobre a qual há 7 teses, 9 dissertações e 15 artigos acadêmicos. Entre esses trabalhos acadêmicos, nenhuma das teses foram desenvolvidas em universidades paranaenses, e apenas duas dissertações o foram – na UFPR e UEL. Tais dados apontam, ao mesmo tempo, certo engessamento da fortuna crítica em relação aos estudos sobre a literatura paranaense. O que compele e ratifica a necessidade de estudos mais amplos e aprofundados dessa produção.

O segundo romance histórico que se destaca é *Amar-te a ti nem sei se com carícias* (2004), Wilson Bueno, que gerou quatro dissertações – três desenvolvidas no Mato Grosso do Sul, na UFMS, e uma no Paraná, pela UEPG – e cinco artigos acadêmicos. Esses dados que reiteram o maior interesse da crítica literária nas produções experimentalistas da fase crítica/desconstrucionista, bem como a perpetuação de estudos sobre autores e narrativas já canonizados ou tomados como modelos literários.

Na modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação, salientamos os estudos sobre *Nihonjin* (2011), de Oscar Fussato Nakasato, objeto literário de uma dissertação e uma monografia de especialização – ambos elaborados no Paraná, nas universidades UEM e UTFPR – e sete artigos acadêmicos; e *Um amor anarquista* (2008), de Miguel Sanches Neto, sobre o qual há uma dissertação e duas monografias – todas desenvolvidas no estado, na Unicentro e UTFPR – e três artigos acadêmicos. Por ambos os romances serem

produções recentes, esses dados figuram como indicativos de possíveis investigações futuras, e provável aprofundamento teórico sobre a modalidade de romance histórico na qual se inserem.

Além disso, é nítido o desinteresse acadêmico em relação às narrativas híbridas de história e ficção de autoria feminina, visto que apenas dois títulos recebem abordagem acadêmica. Esse hiato é ainda maior se considerarmos apenas os estudos de âmbito literário ou no contexto do gênero romance histórico.

Sobre *Monte Alegre, cidade de papel* (1974), de Hellê Vellozo Fernandes, há as investigações de Ana Flávia Braun Vieira, quem realiza densas abordagens ao romance e aos textos jornalísticos da autora em sua tese, dissertação e artigo. Entretanto, seus estudos, desenvolvidos na UEPG, investigam o processo de formação social e a história de Telêmaco Borba a partir das narrativas ficcionais da Fernandes (1974).

A segunda obra de autoria feminina abordada é *As cinzas da feiticeira: tributo a Jules Michelet* (2008), de Cerize Aparecida Nascimento Gomes, em "O romance histórico paranaense: perspectivas e pluralidades, primeiras impressões[76]", fruto de nossas pesquisas no âmbito do Grupo de Pesquisa "Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização". Essa lacuna de estudos sobre a produção de autoria feminina – bem como o reduzido número de títulos paranaenses de autoria feminina – também evidencia a necessidade de maiores investigações e elaborações teóricas sobre essa tônica.

Como síntese, sobre os romances históricos paranaenses, encontramos um livro, 8 teses – apenas uma em universidade do Paraná –, 15 dissertações – 6 desenvolvidas por universidades paranaenses –, 5 monografias de conclusão de curso de graduação e uma de conclusão de curso de especialização – todas em universidades do Paraná –, 6 capítulos de livro, 55 artigos e 10 textos curtos. Desses artigos acadêmicos, 10 foram fruto de nossas investigações no âmbito do grupo de pesquisa "Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a

[76] CELLA, Thiana Nunes; BERND, Jorge Antonio; SANTOS, Fábio dos. O romance histórico paranaense: perspectivas e pluralidades, primeiras impressões. *EntreLetras* (Online), v. 11, p. 170-195, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.20873/uft.2179-3948.2020v11n1p170. Acesso em 27 mar. 2022.

descolonização". Do total de 37 exemplares, apenas 21 títulos foram foco de trabalhos acadêmicos – no rol de estudos alcançados pelas nossas buscas.

A partir do Quadro 4 e dos dados apresentados, ao considerar o universo de romances históricos paranaenses, portanto, é possível mensurar a escassez de trabalhos sobre as narrativas híbridas de história e ficção paranaenses – excetuando *Catatau* (1975). O panorama torna-se ainda mais inexpressivo quando consideramos que, de acordo com o portal Paraná Vestibular[77], são ofertados distintos cursos de Letras em 16 campi diferentes no estado do Paraná, por 11 instituições públicas de ensino superior distintas – IFPR, UFPR, UTFPR, UNICENTRO, UNIOESTE, UEM, UEL, UENP, UFFS, UEPG e UNILA. Ainda, ao todo, considerando, nesse contexto, a gama das universidades e faculdades privadas, são 46 instituições diferentes que oferecem o curso de Letras.

Além disso, no estado, 17 instituições de ensino oferecem o curso de Licenciatura em História. Delas, 8 são instituições públicas – UFPR, UNICENTRO, UNIOESTE, UEM, UEL, UENP, UEPG e UNILA. Juntas, essas universidades ofertam o curso em 10 campi, também conforme informações disponibilizadas pelo portal Paraná Vestibular, acessado em agosto de 2020.

A partir desses dados, podemos presumir que não é por escassez de formação ou de cursos nas áreas de Letras e História que no estado não exista um número mais expressivo de estudos sobre a completude das narrativas híbridas de história e ficção paranaense. Esse reduzido número deve-se, muito provavelmente, ao desinteresse do público – paranaense, em especial – em pesquisar e conhecer sua produção literária e sua própria história. Aparentemente, o pouco prestígio das narrativas híbridas de história e ficção se estende à historiografia do estado, principalmente, quando consideramos os eventos bélicos, elementos autóctones, religiosidades, implicações geográficas e processos colonizadores conturbados que ocorreram em nosso território no passado.

Essas são algumas das razões pelas quais desenvolvemos o presente estudo. Por meio deste, buscamos analisar lacunas e sanar hiatos existentes na literatura híbrida de história e ficção do estado e, ao mesmo tempo, melhor compreender o nosso passado e a sua representação pelo discurso historiográfico tradicional.

---

[77] Dados disponíveis em http://www.paranavestibular.com.br/cursos_ler.php?id=9&cid=. Acesso em: 13 jul 2020.

Dentre os estudos realizados sobre narrativas híbridas de história e ficção paranaenses, destacamos as abordagens de Weinhardt (2000; 2004). Apesar de seus estudos debruçarem-se sobre as narrativas do sul do Brasil, não especificamente do Paraná e não de forma diacrônica – como pretendemos –, ressalvamos nosso interesse em seus estudos não pelo aprofundamento específico nas narrativas híbridas de história e ficção paranaense que analisa, mas, sim, por contemplar um número maior de exemplares e por esses não se constituírem em narrativas já reconhecidas no universo acadêmico, estudadas à exaustão.

Como já citamos, Weinhardt (2000; 2004), aborda os romances históricos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesse aspecto, em seus estudos, a autora observa que, até o final do século XX, havia uma produção bastante tímida de autoria paranaense e catarinense quando em comparação com a produção de romances históricos gaúchos.

A partir dos dados levantados na Quadro 4, verificamos um total de 17 romances históricos publicados até o ano 2000. Nas duas primeiras décadas do século XXI, esse número mais que dobrou, matizando a afirmação da autora – e demonstrando o maior interesse pela produção do gênero no Estado.

Weinhardt, em *Ficção histórica e regionalismo: estudos sobre romances do Sul* (2004, p. 24), contempla a produção histórica sulista, delimitada cronologicamente por textos que narrativizam desde “a ocupação do território e os tempos missionários até a revolução gaúcha de 1923”. Além disso, as narrativas analisadas pela pesquisadora contemplam três grandes focos: a- Desenraizados, em que a trajetória, o cotidiano e as trocas culturais dos imigrantes delimitam essa subcategoria; b- Lutas armadas, em que os episódios bélicos definem a temática ficcional, nos quais os eventos como a Revolução Farroupilha e os conflitos do Contestado são reelaborados; e c- Cotidiano: Painéis e retratos, em que a geografia ou paisagem ganha destaque, enfocando painéis rurais ou urbanos, bem como do encontro conflitante entre os dois.

Nessa obra, a autora analisa e/ou cita 26 romances, dos quais apenas três deles são paranaenses: *Rastros de sangue* (1971), de David Carneiro, *Casa verde* (1963), de Noel Nascimento, e *Sombras do caos* (1958), de Tasso da Silveira. Em sua obra, entretanto, Weinhardt (2004) não aprofunda suas abordagens em nenhuma narrativa híbrida de história e ficção paranaense, mas fornece um profícuo panorama das escritas sulistas.

Já em sua obra *Mesmos crimes, outros discursos? Algumas narrativas sobre o Contestado* (2000), a pesquisadora apresenta a análises de três romances históricos, entre os quais duas narrativas históricas paranaenses: *Eles não acreditavam na morte* (1978), de Fredericindo Marés de Souza, e *Casa verde* (1963), de Noel Nascimento. Esses dois títulos são analisados com profundidade, relacionando-os e os comparando à perspectiva apresentada pelos textos jornalísticos que circularam na época. A análise desses discursos jornalísticos, tanto paranaenses como catarinenses, colaboram para um entendimento mais amplo sobre as mentalidades que permearam o imaginário dos estados no início do século XX, durante os conflitos do Contestado, e que podem ter influenciado em suas produções híbridas de história e ficção.

A contribuição desses estudos regionalistas de Weinhardt (2000; 2004) consolidam-se no fortalecimento do gênero romance histórico na região Sul do Brasil. Da mesma forma, a autora não se atém apenas aos regionalismos e às obras que reelaboram os conflitos do Contestado, tampouco privilegia apenas os autores já consagrados; pelo contrário, chama a atenção à necessidade de olhar esse universo literário, tal como o faz com *Eles não acreditavam na morte* (1978), de Frederencindo Marés de Souza, quando afirma que a obra merece algum entusiasmo e que o silêncio da crítica não se justifica (WEINHARDT, 2000).

Adicionamos, ainda, que a pesquisadora não se restringe apenas à produção de nossa região, pois apresenta em seus estudos mais recentes um panorama amplo das produções híbridas de história e ficção nacionais, nos quais também procura delinear o comportamento do gênero, tanto sobre a produção do final do século XX, como referente ao início do século XXI (WEINHARDT, 2011; 2015).

Desse modo, junto a Esteves (2010) e Fleck (2017), Weinhardt (2000; 2004; 2011; 2010; 2015; 2019), configura-se como um dos nomes nacionais mais expressivos da pesquisa sobre romances históricos nacionais consultados nesta tese. Nesse sentido, incluímos também a professora e pesquisadora Naira de Almeida Nascimento (2009; 2020), cujos estudos do gênero e da literatura paranaense são expressivos e revisitados nesta tese.

É a partir dessas considerações, tomando como base a trajetória do gênero apresentada na primeira seção desta tese – contemplando as fases acrítica, crítica desconstrucionista e crítica mediadora –, e a partir do panorama de romances históricos paranaenses – e seus respectivos estudos – apresentados nesta seção,

que nos encaminhamos, à continuação, à análise de seis narrativas representantes da trajetória do romance histórico paranaense.

3 LEITURAS DA TRADIÇÃO AO DESCONSTRUCIONISMO CRÍTICO E À MEDIAÇÃO: RETRATOS LITERÁRIOS PARANAENSES

Após nos dedicarmos à trajetória do romance histórico – sua ascensão na Europa e transposição à América Latina, suas renovações e características preponderantes –, apresentamos os títulos e traços que delineiam a trajetória do gênero no estado do Paraná, que contempla as três fases propostas por Fleck (2017), a acrítica, a crítica/desconstrucionista e a crítica/mediadora. Na sequência, para ratificar a necessidade de estudos mais elaborados sobre as narrativas híbridas de história e ficção paranaenses, apresentamos o estado da arte dessa produção, a qual ainda permanece bastante inexplorada.

A partir de nossos estudos sobre as narrativas híbridas de história e ficção, podemos verificar que a produção desse gênero de romances paranaense é numerosa e bastante plural. A pluralidade do romance histórico paranaense traduz-se nas múltiplas maneiras em que a manipulação do material historiográfico é realizada, bem como na amplitude de temáticas, personalidades e eventos reelaborados em suas composições narrativas.

Nesta seção, ao mesmo tempo em que buscamos expressar a variedade do romance histórico paranaense, almejamos traçar pontos de convergência entre diferentes títulos, temáticas recorrentes, suas atitudes críticas ou acríticas em relação à história tradicional, as múltiplas vozes – muitas delas excluídas dos registros históricos – que encontram espaços de expressão nas ressignificações que essas escritas possibilitam. Nessa empreitada, demonstramos, também, como as narrativas do estado acompanham ou se distanciam da trajetória maior do gênero na América Latina.

Apesar de apresentar narrativas que reelaboram outros estados e países – tais como *As cinzas da feiticeira* (2008), de Cerize Gomes, e *O evangelho segundo Hitler* (2013), de Marcos Peres –, a grande maioria dos romances históricos paranaenses revisita o passado do estado. Nesse ínterim, é ponto relevante e recorrente a presença de temáticas relacionadas aos processos de povoamento e formação de cidades no estado, sejam em narrativas acríticas tradicionais, seja a partir das modalidades críticas/desconstrucionistas ou mediadoras do gênero.

Correspondente a essa tônica, encontramos desde os primeiros romances tradicionais e acríticos, como é exemplar *O drama da fazenda Fortaleza* (1941), o

qual apresenta os contatos e os conflitos entre indígenas, sesmeiros e bandeirantes a partir dos anos finais do século XVIII, até os romances mais recentes, críticos e experimentalistas, como é o caso de *Guayrá* (2017), que reelabora as relações primárias entre as tribos autóctones e os jesuítas nas primeiras décadas do século XVII, pela ressignificação das incursões jesuíticas – dos Sete povos das Missões – e seu desmantelamento. Assim, a partir de distintas atitudes e formas de manipulação do elemento histórico, a temática é revisitada em profusão.

Incluída entre os distintos fatores e cenários da formação da sociedade paranaense, destacamos, também, a formação de colônias ou comunidades paranaenses compostas por imigrantes, especialmente a partir de meados do século XIX. Na representação ficcional, essas são: a colônia agrícola de Superagui, fundada por suíços e franceses, representada em *Origens* (1961); colônias socialistas italianas, com aspectos anarquistas, em *Um amor anarquista* (2008); as comunidades japonesas, em *Nihonjin* (2011); a tentativa de instalação de colônia francesa, em *Retrato no entardecer de agosto* (2016). Essas narrativas revelam as dificuldades econômicas, os preconceitos e as implicações culturais do fenômeno imigratório no estado. Por essa razão, durante nossas análises, frequentemente realizamos abordagens sobre fluxos e deslocamentos migratórios, bem como nos referimos às nuances do processo de povoamento por elas gerados.

O desenvolvimento de cidades e a expansão da ocupação do território, já no século XX, também constituem uma reelaboração frequente na literatura híbrida de história e ficção paranaense, seja ela realizada como simples pano de fundo, seja como mote condutor da narrativa. Dentre seus exemplares, podemos citar *Terra vermelha* (2013) e *O trovador* (2014), que contemplam a formação do norte do estado, e *Quatro gerações* (2018), referente à formação de cidades no sudoeste do estado.

Por consideramos a grande tônica do romance histórico paranaense, essa se caracteriza como nossa delimitação temática para a seleção das narrativas analisadas. É sobre essa temática, portanto, que buscamos nos ater: os processos de conquista, dominação, colonização, povoamento e desenvolvimento do território do estado. Esse fator, além de caracterizar nossa delimitação temática, define nosso enquadramento espacial: o território do Paraná.

Optamos pela manutenção dessa temática e, em contrapartida, pela variação das modalidades do gênero romance histórico por acreditarmos que eles

apresentam, de forma mais acurada e didática, os trânsitos estilísticos formais ocorridos na produção paranaense, bem como sua atitude em relação ao discurso histórico tradicional, os quais transitam da acriticidade em direção à criticidade – ora desconstrucionista, ora mediadora.

Dessa forma, sustentamos a capacidade didática da literatura comparada ao demonstrarmos a variação de atitudes do discurso ficcional frente ao discurso histórico tradicional. A manutenção de uma temática junto à movência das modalidades narrativas, possibilita a visualização do contraste de bases ideológicas que alicerçam as visões de mundo e sociedade – ou imaginários, ideários sociais – representadas nas obras em análise. O cotejo desse trânsito ideológico torna-se, assim, fundamental para a compreensão das transformações ocorridas no núcleo do gênero romance histórico em sua diacronia.

Em linhas gerais, similar à trajetória do gênero romance histórico na América Latina, as narrativas híbridas de história e ficção paranaenses iniciais perpetuam a postura enaltecedora da historiografia, apresentada de forma verossímil, como pano de fundo, junto ao desenvolvimento de uma problemática trama amorosa – características da fase acrítica do gênero. Essa tendência é oriunda das primeiras produções europeias híbridas românticas, cuja trajetória encontrou boa acolhida em grande parte das recém-formadas, ou ainda em formação, sociedades latino-americanas do século XIX, que se valeram da literatura híbrida de história e ficção para a edificação de um projeto de nacionalidade e de identidade – conforme apontamos na primeira seção desta tese.

No estado do Paraná, essa tendência se filia ao movimento cultural e literário denominado de paranismo. A partir de 1853, com o desmembramento do Paraná em relação à São Paulo, ocorre um processo análogo ao do nacionalismo brasileiro, com forte cunho positivista, no qual escritores, historiadores e intelectuais buscaram forjar uma identidade paranaense. Como reflexo, pela historiografia tradicional, é forjada uma imagem da trajetória do estado impregnada dos ideais de progresso e de modernização pela ciência, pautada em princípios econômicos, sociais, políticos e étnicos condizentes com as bases da colonialidade e com o discurso histórico eurocêntrico.

No estado do Paraná, as amarras à historiografia tradicional – e à base ideológica colonial, portanto – são sutil e gradativamente rompidas. Verificamos que sua produção híbrida transita às expressões pautadas na criticidade e na

desconstrução, próprias da fase que o gênero seguiu após as rupturas latino-americanas mais acentuadas em relação às produções acríticas de origem europeia.

Diferentemente da trajetória do gênero na América Latina, constatamos uma transição inicial rumo à criticidade (não desconstrucionista), com narrativas que consideramos mediadoras de transição – tal como *Pioneiros do Iguatemi* (1966), de Helle Vellozo Fernandes – e narrativas mediadoras, tal como *Casa verde* ([1963] 1981), de Noel Nascimento. Essas narrativas são as primeiras a apresentarem perspectivas suprimidas, negligenciadas ou marginalizadas pelo discurso histórico colonial e hegemônico.

Entretanto, apesar da publicação de *Catatau* já em 1975, verificamos que, na produção híbrida paranaense, as narrativas críticas/desconstrucionistas próprias da segunda fase do gênero aparecem, efetivamente, apenas nas primeiras décadas do século XXI. Essas são escritas híbridas que intentam desmitificar, satirizar e impugnar o discurso hegemônico – objetivos próprios da segunda fase crítica/desconstrucionista, cuja gênese deu-se no contexto das produções hispano-americanas inseridas no projeto da nova narrativa latino-americana, estendendo-se, na década de 1970, à produção brasileira.

A consolidação dessa modalidade na trajetória do romance histórico paranaense, por conseguinte, desprende-se do processo nacional e latino-americano, ocorrendo posteriormente. Da fase crítica/desconstrucionista destacamos narrativas como *Santo Reis da Luz Divina* (2004), *Maria Batalhão: memórias póstumas de uma cafetina* (2012), *Guayrá* (2017), dentre outras, mas assinalamos, também, a presença de narrativas que podem ser consideradas como transitórias entre as modalidades desconstrucionistas e a mediadora, como é o caso de *A máquina de madeira* (2012), que, apesar de suas propriedades formais e críticas, não chega a se consolidar como uma obra desconstrucionista.

A fusão das tendências desconstrucionistas e tradicionais confluirá no romance histórico contemporâneo de mediação, resultante dos processos narrativos engendrados no pós-*boom*, no qual os aspectos desconstrucionistas e experimentalistas próprios das modalidades críticas/desconstrucionistas são abandonados (ou parcialmente abandonados) e ocorre a recuperação de outras estratégias escriturais, mais convencionais – como a linearidade, as descrições, o discurso verossímil, as comparações e paralelismos –, próprias das modalidades acríticas primeiras do gênero. Desta última fase, a mais prolífera na conjuntura

paranaense, podemos destacar as obras *Os dias do demônio* (1995), *O último dia de Cabeza de Vaca* (2005), *Terra vermelha* ([1998] 2013), dentre outras.

Para alcançarmos uma perspectiva amplificada da trajetória do gênero no estado, apresentamos, na sequência, análises de dois romances históricos representativos de cada uma das fases: acrítica, crítica/desconstrucionista e crítica/mediadora. Ressaltamos que, para fins de melhor compreensão de cada fase, e para ampliarmos nosso leque literário paranaense, selecionamos um romance histórico principal e, na mediada em que avançamos em sua análise, colocamos essa narrativa em diálogo com outras narrativas para uma melhor compreensão desse percurso.

Dessa maneira, na primeira subseção desta seção, "A historiografia revisitada pelo romance: uma comunhão discursiva à manutenção da tradição", dedicamo-nos aos romances históricos da fase acrítica, na qual, em nosso continente, destaca-se a modalidade tradicional. Nesta, portanto, examinamos títulos que se coadunam às bases ideológicas da colonialidade e à historiografia tradicional.

Representativo dessa fase inicial, selecionamos o primeiro romance histórico paranaense, *O drama da fazenda Fortaleza*, de David Carneiro, publicado em 1941, por Dicesar Plaisant. Para uma abordagem mais ampliada do romance em seu contexto de produção, colocamos sua diegese em diálogo com outras narrativas tradicionais, tais como *Rastros de sangue* (1971), também de David Carneiro e *Monte Alegre, cidade papel* (1974), de Hellê Vellozo Fernandes.

A segunda narrativa analisada dessa fase é *Origens*, romance histórico tradicional publicado em 1961, de Pompília Lopes dos Santos. Nele, a autora lança mão de recursos que o aproximam da literatura de formação, ou seja, aquela que possui fins pedagógicos, bastante comum à modalidade do gênero. A essa narrativa, também relacionamos outros títulos, tais como *Pioneiros do Iguatemi* (1966), de Hellê Vellozo Fernandes, e *Casa Verde* ([1963] 1981), de Noel Nascimento

Na sequência, na subseção "Sob o signo da crítica/desconstrucionista: a impugnação das versões hegemônicas do passado pela ficção", apresentamos narrativas que rompem com o discurso tradicional por meio de uma postura desconstrucionista. Nessa subseção, realizamos um exame de *Guayrá,* publicado em 2017, de autoria de Marco Aurélio Cremasco. Essa obra insere-se na segunda fase – crítica/desconstrucionista – como um novo romance histórico latino-

americano, ao qual relacionamos a narrativa de *Santo Reis da Luz Divina* (2004), também de Cremasco.

Como segundo representante dessa fase, examinamos o romance *O herói provisório*, também publicado em 2017, de autoria de Ethel Frota, o qual apresenta elementos metaficcionais e autoconscientes de maneira acentuada. Essa constituição discursiva identifica-se com o que Fleck (2017) denominou de um novo romance histórico metaficcional. A essa narrativa, aproximamos o título *A máquina de madeira* (2012), de Miguel Sanches Neto e, também, *Santo Reis da Luz Divina* (2004), de Cremasco.

À continuação, na terceira subseção, “Entre a tradição e a desconstrução: o recurso da mediação em novos diálogos entre tradição e renovação”, realizamos uma leitura de *Um amor anarquista* (2008), de Miguel Sanches Neto, publicado pela primeira vez em 2005, o qual carrega o signo conciliador característico da terceira fase, a fase crítica/mediadora. Desse contexto mais atual, estabelecemos conexões com as obras *Retrato no entardecer de agosto* (2016), de Luiz Manfredini e *Nihonjin* (2011), de Oscar Nakasato, as quais, assim como *Um amor anarquista*, exploram as temáticas imigratórias no Paraná.

Apresentamos, como segundo exemplar de romance histórico contemporâneo de mediação, a análise de *Terra vermelha*, publicado em 1998, de Domingos Pellegrini. Esse romance ressignifica a instalação da cidade de Londrina, no norte do estado. Junto a esse romance, dialogamos com outras narrativas de temáticas e estruturas formais semelhantes, tais como *O trovador* (2014), de Rodrigo Garcia Lopes, e *Quatro gerações* (2018), de Ivo Pegoraro.

Essas narrativas híbridas de história e ficção, por meio de diferentes modalidades do romance histórico, de diferentes fases, convergem para a interpelação – crítica ou não, implícita ou explícita – da historiografia tradicional paranaense. Pelo conjunto representativo de romances analisados, pertencentes a cada uma das fases e construídos de acordo com os princípios que os amalgamam nas distintas modalidades, discorremos, na sequência, sobre a trajetória do romance histórico paranaense.

3.1 A HISTORIOGRAFIA REVISITADA PELO ROMANCE: UMA COMUNHÃO DISCURSIVA À MANUTENÇÃO DA TRADIÇÃO

Nesta subseção, que dividimos em duas outras subseções terciárias, realizamos a análise de dois romances históricos paranaenses da fase acrítica, pertencentes à modalidade tradicional do gênero. Iniciamos nossas análises pela modalidade tradicional, em razão de que, em consonância com as pesquisas de Fleck (2017), a produção de romances históricos clássicos na América é praticamente inexistente, com registro de apenas um título, *Mercedes of Castile: or the Voyage to Cathay*, publicado em 1840, pela pena norte-americana de James Fenimore Cooper, modelo exemplar da narrativa clássica scottiana.

Dessa forma, apresentamos a análise de *O drama da fazenda Fortaleza*, de David Carneiro, publicada em 1941, por Dicesar Plaisant. Esse é o primeiro romance histórico paranaense e se constitui de acordo com os paradigmas da modalidade tradicional do romance histórico.

A obra de Carneiro (1941) apresenta no seu universo diegético os conflitos entre indígenas e sesmeiros, nos anos finais do século XVIII e início do século XIX. Nele, há a renarrativização da trajetória de José Félix da Silva, personagem de extração histórica, sesmeiro ambicioso e feroz, dono do maior latifúndio dos Campos Gerais, responsável pelo episódio da Chacina do Tibagi. À história do protagonista, somam-se as desventuras vividas com sua esposa, Onistarda, relatadas em confissão ao padre Pompeu, meio pelo qual acessamos a narração.

Na busca pela compreensão integral dos aspectos inerentes à modalidade tradicional do gênero e, também, da temática específica da obra de Carneiro (1941), sempre que possível, para amplificar nossa perspectiva do romance histórico paranaense, procuramos estabelecer nesta nossa leitura da diegese de *O drama da fazenda Fortaleza* diálogos com outras narrativas tradicionais, tais como *Rastros de sangue* (1971), também de David Carneiro e *Monte Alegre, cidade de papel* (1974), de Hellê Vellozo Fernandes.

Na subseção posterior, examinamos *Origens*, romance histórico tradicional publicado em 1961, de Pomília Lopes dos Santos. Nessa obra apresenta-se uma diegese que se volta à trajetória de uma família que emigra da França pós I Guerra Mundial, primeiramente para o Canadá, passa, então, por Chicago e se instala, finalmente, em Superagui, zona norte da baía de Paranaguá.

Segundo o relato das ações na diegese, na ilha, a família Sigwalt é recepcionada pela comunidade suíça estabelecida no local, fundada em 1851, pelo Cônsul Geral da Suíça no Brasil, Carlos Perret Gentil, entusiasta da imigração dirigida às fazendas cafeicultoras do oeste paulista. Com elementos pedagógicos e apologéticos à historiografia tradicional, a narrativa apresenta eventos importantes da época, detalhes da vida cotidiana na região e seus sincretismos culturais.

Como suporte teórico para nossas análises das narrativas híbridas de história e ficção tradicionais, apoiamo-nos em teóricos como o húngaro György Lukács (2011), o primeiro a definir o gênero romance histórico, respaldamo-nos nos estudos do venezuelano Alexis Márquez Rodríguez (1996) e do espanhol Carlos Mata Induráin (1995); fundamentamo-nos, também, nas conjecturas da pesquisadora espanhola Celia Fernandez Prieto (2003; 2006), do catarinense Gilmei Francisco Fleck (2017) e da paranaense Marilene Weinhardt (2004), os quais convergem à concepção apologética e laudatória presente na modalidade tradicional do romance histórico em relação às versões cristalizadas da historiografia.

Vejamos, pois, à continuação, como essa concepção se materializa, primeiramente, na diegese e no discurso da obra de David Carneiro (1941).

3.1.1 *O drama da fazenda Fortaleza* (1941), de David Carneiro: tradição e saudosismo nas disputas pela posse da terra no Paraná imperial

Representativo da primeira fase das narrativas híbridas de história e ficção, o romance *O drama da fazenda Fortaleza* (1941) é por nós classificado como o primeiro romance histórico paranaense[78], de autoria de David Carneiro. Essa obra foi publicada por Dicesar Plaisant – advogado e editor, responsável pelo lançamento de volumes de literatura e de história paranaenses.

David Antonio da Silva Carneiro (1904 – 1990) foi um importante fundador da historiografia paranaense. Descendente de família renomada, filho de coronel e industrial da erva-mate, foi um importante historiador, romancista, poeta, economista e engenheiro positivista. Escreveu diversos textos sobre a historiografia do Paraná, dentre eles *O Paraná na Guerra do Paraguai* (1941), *O Paraná na história militar do*

[78] Dentro das possibilidades do levantamento realizado até 2022, conforme disposto no Quadro 3 da seção anterior.

Brasil (1942) e *O Paraná e a Revolução Federalista* (1944), entre outros. Também constam, entre seus textos não historiográficos, biografias, poemas, memórias e outras narrativas como *Bárbara Heliodora* (1945), *Veralinda* (1948) e *Rastros de sangue* (1971)[79].

Após sua obra inaugural, *O drama da fazenda Fortaleza* (1941), David Carneiro publica, ainda, outras narrativas híbridas de história e ficção, tal como *Rastros de Sangue* (1975), romance histórico tradicional que apresenta as disputas da Revolução Federalista (1893 – 1895) como força motriz da trama ficcional. Nesse, junto à trama amorosa das personagens ficcionais Júlia de Castro e Carlos Antonio Balster, o narrador extradiegético, com conhecimento e referências às fontes documentais, apresenta dados históricos e detalhes dos planos de batalha, indica e opina sobre as movimentações bélicas e seus desdobramentos.

Carneiro publica, também, a novela histórica *Veralinda* (1948), no qual a problemática relação amorosa entre Veralinda e Jaime é inserida na Curitiba de 1892, revisitando aspectos históricos e "vícios morais" da época. Há, todavia, especulações de outras narrativas de extração histórica publicados pelo autor, mas, até o momento, não foi possível localizá-las concretamente para uma classificação assertiva.

Em *O drama da fazenda Fortaleza* (1941), Carneiro apresenta um painel do interior paranaense durante os últimos anos do século XVIII e início do século XIX. Esse período é assinalado pelo Regime Imperial, pelo início do povoamento do território – especialmente, por colonizadores europeus –, pela instalação do sistema escravagista e pelos embates culturais e conflitos violentos entre indígenas, sesmeiros e bandeirantes.

Nessa conjuntura histórica, o universo diegético nos apresenta à personagem de extração histórica José Félix da Silva, que, conforme a historiografia, foi um sesmeiro, dono do maior latifúndio dos Campos Gerais do Paraná, que atuou como juiz, ajudante de milícias, capitão de ordenanças e fiscal de minas de ouro e diamante (INSTITUTO HISTÓRICO, 1982, p. 412). O fazendeiro mantinha uma

[79] Na dissertação *O Percurso Intelectual de uma Personalidade Curitibana: David Carneiro*, defendida em 2012, Daiane Vaiz Machado traça a trajetória intelectual de David Carneiro, investiga sua notoriedade e lista 89 obras publicadas de sua autoria, além de outras publicações em revistas, boletins e periódicos. In: MACHADO, Daiane Vaiz. *O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro*. 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012. Disponível em: https://hdl.handle.net/1884/27310. Acesso em: 15 mar. 2022.

relação arbitrária e truculenta com a população indígena local – considerados obstáculos para a expansão dos domínios coloniais e latifundiários –, sendo o responsável pelo episódio da chacina do Tibagi.

A chacina do Tibagi foi um massacre contra indígenas que ocorreu no século XVIII, no município de Telêmaco Borba, no Paraná. O episódio ocorreu por represália de José Félix contra os nativos quando um amigo seu, Brígido Alvares, ao voltar à capital, sem escolta, foi emboscado e morto por indígenas Caingangues. Sua cabeça foi decepada e espetada nas cercas da Fazenda Fortaleza, com uma flecha enterrada em cada um dos olhos. Como retaliação, Félix da Silva, junto a Antônio Machado Ribeiro e seus homens, realizam a maior chacina conhecida na região, na qual famílias inteiras de indígenas Caingangue foram assassinadas e seus corpos abandonados na mata.[80]

É a partir desse cenário histórico, portanto, que o universo diegético de *O drama da fazenda Fortaleza* (1941) constitui-se. Em sua composição temática e formal, a narrativa reelabora o imaginário social do início do século XIX, bem como exprime as bases ideológicas vigentes à época de sua produção: alicerçadas na colonialidade do poder, na modernização (e civilização) por meio da colonização. Por essa razão, antes de nos dedicarmos especificamente à narrativa, acreditamos serem essenciais algumas considerações sobre a conjuntura histórica e social de sua produção.

Como vimos discorrendo, os primeiros exemplares dos romances históricos apresentam, frequentemente, os acontecimentos desde uma visada euro/falocêntrica, colonialista e (pseudo)burguesa. No espaço sociocultural latino-americano, essa tendência foi replicada pelas elites independentistas *criollas*, neomonarquistas e seus descendentes que, no intuito de validar o *status quo* estabelecido, replicaram as imagens ficcionais e historiográficas provenientes da metrópole. As mesmas, em geral, foram concebidas a partir de posturas positivistas – e até eugenistas –, centradas na ideia de progresso e na civilização propiciada pelo homem branco.

Em suas narrativas historiográficas e literárias, esse ideário sociocultural amplo causou o alienamento ou o apagamento de sujeitos marginalizados, excluídos

[80] Para maiores informações, ver: FERNANDES, Hellê Vellozo. Monte Alegre cidade-papel. Paraná. Klabin do Paraná, 1974. CARAIOLA, André Miguel Sidor. *Capital do Papel*: a história do município de Telêmaco Borba. Curitiba: A. M. S. Caraiola, 2003.

e subjugados pelo processo de conquista e dominação do continente. Esse é o caso dos inúmeros grupos autóctones brasileiros – antes reais possessores das terras – e, posteriormente, a população africana e afro-brasileira submetida à escravização.

Com a assinatura da Lei Imperial número 704, que declarou o desmembramento do Paraná em relação à São Paulo, em 1853, gradativamente, iniciou-se um projeto local análogo ao do continente. Nesse intento, por vias oficializadas ou não, romancistas, poetas, historiadores e jornalistas conceberam uma proposta estética regional de construção identitária do estado, o qual ficou conhecido como movimento paranista.

Após a Proclamação da República, em 1889, esse contexto regionalista é estimulado, também, pelo movimento nacional – bastante associado ao romantismo, na literatura – em busca de uma identificação social, cultural e de linguagem que representasse o que era ser brasileiro. Nesse ínterim, o paranismo atingiu seu ápice por volta da década de 1920, porém, não alcança a força de um manifesto ou escola artístico literária. De fato, foi uma moção que buscou – por meio da elevação de imagens de heróis, datas comemorativas, grandes figuras públicas, festas e mitos fundacionais republicanos – desenvolver, na população, o sentimento de pertencimento à terra e a valorização da República. É por meio desse movimento, também, que os símbolos paranaenses – como a bandeira, a araucária e a erva-mate – ganharam o reconhecimento e as proporções que se perpetuam na sociedade atual.

Como reflexo desse ideário, uma imagem da trajetória do estado é estabelecida, impregnada do sentido (positivista) de progresso e modernização pela ciência e condizente aos seus próprios princípios econômicos, sociais, políticos, étnicos, e assim por diante. Em outras palavras, constitui-se um discurso apologético sobre o processo de colonização, de modernização, de emancipação política, e assim sucessivamente, por uma ótica colonial ou, mais bem expressa, a partir da concepção de mundo do vencedor, permeada por aquilo que Freire (1987) irá denominar de bases ideológicas excludentes, aquelas que não consideram o vencido, o oprimido, o subjugado.

Em tal cenário, autores como Romário Martins, Guido Viaro e David Carneiro deram espaço, em suas narrativas historiográficas e ficcionais, às temáticas da fauna, da flora e da história do território, selecionando determinados elementos em detrimento de outros, de modo a renarrativizar os “grandes acontecimentos” da

posse da terra do Estado, com seus “grandes heróis” e seus “admiráveis feitos”. Essas produções sustentam o mito civilizatório e perpetuam a colonialidade do discurso tradicional.

É a partir dessas considerações substanciais – e provocadoras – que nos dedicamos à narrativa *O drama da fazenda Fortaleza* (1941). Como demonstramos, à continuação, a composição formal e temática da obra está atrelada aos exemplares de narrativas híbridas de história e ficção pertencentes à fase acrítica do gênero, conforme trajetória estabelecida por Fleck (2017), e classifica-se na modalidade do romance histórico tradicional.

Em sua constituição, há um esforço por alcançar a representação fiel e verossímil de episódios e fatos passados. Na primeira edição de *O drama da fazenda Fortaleza* (1941), há três paratextos que compõem o fragmento inicial do livro: o panegírico redigido por Dicesar Plaisant ao autor, o prefácio do escritor e a introdução da narrativa.

No prefácio do escritor, após expor as razões biográficas e histórico-políticas que o levaram à escrita do romance – mesmo sendo “mais como historiador do que como romancista” (CARNEIRO, 1941, p. 08) –, o autor descreve as características que, segundo a sua perspectiva, definiriam o romance histórico. Além disso, explicita o seu projeto de figurar o caso do drama da fazenda Fortaleza, já relatado anteriormente por Auguste de Saint Hilaire (1779 – 1853), botânico e naturalista francês que esteve no estado em 1820. De acordo com o discurso do autor,

> [...] no romance histórico, VERDADE E FANTASIA devem estar em perfeito equilíbrio, e foi o que procurei estabelecer na descrição deste drama sem saber si o consegui como esperava. [...] Verdadeiros, aqui, são o enredo, são os personagens, tanto os principais quanto os secundários e, bem assim, a psicologia dos atores dessa vida passada, que foi vivida nos Campos Gerais do Paraná [...]. Imaginados são os vazios preenchidos da forma como fiz, subordinando-me, entretanto, aos costumes da região, às tradições, colhidas no lugar, em diferentes épocas.[81] (CARNEIRO, 1941, p. 08).

[81] Por incluirmos em nossas análises textos antigos, muitas vezes com linguagem arcaica, frequentemente, há excertos com vocábulos em desuso ou desatualizados. Por não os considerarmos como erros ortográficos, assim como pelo grande volume de termos obsoletos, optamos por não utilizar a tradicional expressão *sic*, mas esclarecemos que todas as citações seguem, fielmente, os textos originais.

Como podemos abstrair do trecho, mais do que uma instância capaz de integrar os discursos de extração historiográfica e ficcional de maneira polissêmica, o romance histórico é, para o autor, a harmonia da verdade objetivamente tangível e do jogo de imagens criadas a partir do campo da “irrealidade”. Consequentemente, o seu projeto se torna uma estrutura estanque em que se encontram, nas entrelinhas, as noções de veracidade – que deve ser comprovada pelo historiador – e de ficcionalidade, cujas nuances são selecionadas por Carneiro (1941).

Nesse sentido, destacamos que a noção de verdade histórica, buscada pelo autor, está atrelada à história tradicional, hegemônica e colonial. Atualmente, essa noção é entendida como passível de deslocamentos, à medida em que se modifica junto às perspectivas ideológicas de determinado contexto, *lócus* discursivos, e seu momento histórico de elaboração.

Além disso, salientamos que, nesta tese, nossa intenção não é simplesmente distinguir o factual do ficcional, mas, sim, demonstrar as diferentes posturas e formas de manipulação de elementos do passado histórico por distintas narrativas híbridas de história e ficção. Dessa forma, buscamos ratificar como as relações entre o discurso historiográfico e o discurso ficcional, em romances históricos, são capazes de proporcionar uma leitura singular do passado e colaborar em sua compreensão.

A respeito da veracidade histórica, apoiamo-nos em Lima (2006, p. 156), ao refletir seus limites e potencialidades:

> [a] verdade da história sempre mantém um lado escuro, não indagado. A ficção, suspendendo a indagação da verdade, se isenta de mentir. Mas não suspende sua indagação da verdade. Mas a verdade agora não se pode entender como “concordância”. A ficção procura a verdade de modo oblíquo, i.e., sem respeitar o que para o historiador se distingue como claro ou escuro.

Ao seguir os preceitos de uma história documentalmente comprovada, cujas lacunas são preenchidas ficcionalmente, a narrativa é construída por Carneiro (1941) com base na retomada de um cientificismo de teor fundamentalmente colonial e positivista. Essa é uma característica própria dos romances históricos da primeira fase estipulada por Fleck (2017), a fase acrítica, em que são conservados as perspectivas e preceitos eurocêntricos coloniais que deram fundamento, também, à escrita historiográfica rankeana, tradicional e hegemônica.

Em *O drama da fazenda Fortaleza* (1941), em consonância com a estrutura da modalidade tradicional de narrativas híbridas, o desenvolvimento das ações ocorre com o respaldo das inserções do plano histórico. Muitas dessas inserções são realizadas com a ratificação de documentos oficiais, apresentados e transcritos pelo autor.

Na diegese, somos apresentados à personagem de extração histórica Padre Antônio Pompeu, clérigo na cidade de Castro, nos anos de 1820. Padre Pompeu é procurado pela personagem, também de extração histórica, José Felix da Silva Passos – eminente fazendeiro das terras paranaense – para fazer-lhe uma confissão. No universo diegético, a confissão, que não devia durar mais do que poucas horas, estendeu-se por semanas: passou por um velório, ocorreu durante a viagem até a fazenda Fortaleza e se prolongou pela estadia da personagem Padre Pompeu na propriedade.

É a partir dessa confissão que a diegese se desenvolve, ancorada, pois, na verossimilhança que o ato confessional imprime às ações relatadas. Ao mesmo tempo, por meio do relato, que retoma aspectos da vida da personagem protagônica, José Felix, como o fato de este ser um reconhecido sesmeiro, Sargento mór, político rígido, temido e respeitado.

Na urdidura ficcional, José Félix enfrenta um drama amoroso: viveu uma história infeliz com sua amada esposa, Onistarda, e é essa história que o Sargento contará, em confissão, ao Padre Pompeu. Assim, a personagem inicia seu relato com explicações de sua vinda da Europa para o Brasil, como ficou órfão, dependeu de familiares negligentes e foi salvo por um amigo, Antônio Ribeiro de Andrade.

A figura de José Félix da Silva Passos é de extração histórica, uma das peculiaridades que nos leva a uma leitura de *O drama da fazenda Fortaleza* como um exemplar de romance histórico tradicional – que o difere da modalidade clássica scottiana e sua permanência de foco narrativo centrado nas personagens puramente ficcionais (LUKÁCS, 2011; FLECK, 2017). Não obstante, para Fleck (2017, p. 47), essa é a principal distinção entre as modalidades clássica e tradicional, pois na modalidade tradicional do gênero “os fatos históricos não mais constituem ‘pano de fundo’, mas são eles os elementos principais da diegese romanesca.”

No romance de Carneiro (1941), temos, assim, uma alternativa ficcional para a vida de uma renomada personagem histórica cuja configuração, embora apresente traços ficcionais, não altera o curso dos fatos históricos e dos acontecimentos que

envolveram a vida de José Felix, protagonista das ações e episódios históricos narrados. Assim, sua postura de manutenção laudatória e sua forma de manipulação do material histórico mantém, também, a filiação às narrativas apologéticas da modalidade tradicional do gênero.

No relato das ações, a trajetória de José Felix e seu malfadado relacionamento com Onistarda – motivo da confissão da protagonista –, aparece como mote narrativo para revelar aspectos importantes da conquista das terras do Paraná e o trabalho dos europeus donos das sesmarias, ou seus descendentes, que aqui vieram trazer a "civilização", atuando na contenção indígena para a manutenção das terras. Na composição romanesca, as ações do colonizador recebem o aval do foco narrativo – que oscila entre o intradiegético, na voz homodiegética de Padre Pomeu e autodiegética de José Félix, e, também, extradiegético, por meio de uma voz heterodiegética que, por vezes, assume o relato e insere outras personagens à trama. As ações exploradoras e torpes de Félix não são questionadas efetivamente, como demonstramos ao longo de nossa leitura.

Na renarrativização do passado paranaense realizada em *O drama da fazenda Fortaleza* (1941), não é concedido espaço às perspectivas indígenas – ativos participantes desse passado das ações empreendidas pelos colonizadores europeus na ocupação territorial –, cujas perspectivas foram negligenciadas no processo de registro da ocupação das terras do estado sulista brasileiro e, da mesma forma, ocorre nessa modalidade tradicional de ficção híbrida. A manipulação das visões e vozes inseridas na tessitura da obra de Carneiro (1941), realizada pelo narrador extradiegético – que dirige a discursividade do romance em uma voz heterodiegética –, opta, como vimos, às vezes, por dar expressão à voz da personagem Padre Pomeu e, outras, à do sesmeiro – José Felix –, mas jamais a qualquer persona que não represente o poder colonialista/imperial.

A figura de José Félix também é recuperada por Hellê Vellozo Fernandes, em *Monte Alegre, cidade papel* (1974), romance no qual se relatam as atividades dos pioneiros da Indústria Klabin[82] nos sertões do Paraná, terras antes pertencentes a Félix e deixadas a seus descendentes. Em sua narrativa, muito brevemente, e a partir de Saint Hilaire – que viajou pelo Brasil em 1820 –, Hellê Fernandes corrobora

[82] A instalação da indústria de papel e celulose Klabin do Paraná é ponto fundamental no processo de povoamento da antiga região de Monte Alegre, atual território de Telêmaco Borba.

a imagem apresentada por David Carneiro e ressalta a relevância da personalidade na historiografia do estado:

> Como o Sr. José Félix era também mau para os escravos, era por estes detestado tanto quanto pela mulher e a filha, e várias vezes eles quiserem assassiná-lo também. Este desgraçado chegou a tal ponto de desconfiança, que tinha sob chave suas menores provisões e fazia-lhe a barba o seu neto, de oito ou dez anos. [...] Não parti de Fortaleza senão quatro dias depois de minha chegada; durante todo esse tempo seu proprietário teve comigo toda sorte de gentilezas. [...] Era um homem de espírito e bom senso; havia estudado em São Paulo e conversava muito bem; mas, notei que evitava falar de si, de seus negócios, do que lhe dizia respeito e mesmo de tudo o que se relacionava com a região. Falávamos da França e do Rio de Janeiro. (SAINT HILAIRE *apud* FERNANDES, 1974, p. 19).

A retomada apologética de uma figura histórica, peculiaridade cara aos romances da primeira fase do gênero, é, portanto, definitiva para a nossa classificação de *O drama da fazenda Fortaleza* (1941) como um romance histórico tradicional: o foco narrativo está centrado na vida de uma personalidade reconhecida pela historiografia e o cenário histórico é elaborado junto à menção de figuras e fatos autênticos do passado nacional, inseridos na ficcionalização de um caso de amor problemático. Esses elementos de extração histórica colaboram na contextualização da trama e na representação verossímil da trajetória de José Felix:

> Quando me decidi a ir buscar ONISTARDA, já era um homem rico. Foram-me confirmadas as sesmarias do TIBAGÍ e do IAPÓ. BOA VISTA eu comprára com o dinheiro trazido dos SANTOS. Depois comprei mais PIRAÍ-MIRIM que justificaria meu posto de capitão das ordenanças dos bairros em que está. Tinha 3.000 alqueires da FAZENDINHA, 4.000 da FORTALEZA, 14.000 da TAQUÁRA, 6.500 de MONTE ALEGRE. Todas elas cheias de bois, dos quais forneci muitas rezes à expedição de GUARAPUAVA. Já para mim não era necessário que o juiz viesse com sua vara brasonada com escudo das quinas, dar-me posse, repetindo as palavras sacramentais, em nome de El-Rei, porque D. JOÃO mesmo, confirmava as minhas sesmarias e me louvava pelo exemplo que dava na entrada e no estabelecimento da minha FORTALEZA. Atrás de mim, fundaram-se logo, GUARTELÁ, a fazenda do FUGAÇA, o CARAMBEÍ, o CAXAMBÚ... (CARNEIRO, 1941, p. 72).

Além de conferir verossimilhança à trama ficcional, o modo com que esses referentes históricos são apresentados imprime o tom saudosista à narrativa. Essas estratégias também mantêm a ficcionalidade da trama romanesca em segundo

plano, como afirma Márquez Rodríguez (1996, p. 39) sobre essa modalidade, atendendo à veracidade dos fatos e lugares contemplados, "*sin conceder a la ficción mas allá de lo estrictamente necesario para que su discurso fuera novelístico y no cronístico o historiográfico*.[83]"

Muitas vezes, esse painel histórico volta-se ao passado de Portugal, ainda que de maneira superficial, especialmente quando José Felix retoma o seu passado e o de seus antepassados antes de virem ao Brasil, aos quais rememora de forma igualmente laudatória, como podemos verificar na passagem destacada a seguir:

> – Quando foi da guerra entre os dois países irmãos da península, ESPANHA e PORTUGAL, a invasão pelo lado da nossa província causou pânico em toda a população fronteiriça. Meu pai, JOÃO JOSÉ DA SILVA, patriota exaltado, ardoroso e valente, partiu com as primeiras forças, como livre atirador. (CARNEIRO, 1941, p. 22).

Os excertos acima comprovam como os elementos da historiografia oficial são inseridos no universo ficcional e dialogam, assertivamente, com a perspectiva do discurso histórico hegemônico, voltado ao enaltecimento dos sujeitos considerados modelos do passado para o presente. Esse tom apologético e legitimador, conforme expressa Fleck (2017), é intencional nos romances histórico tradicionais da primeira fase do gênero.

Para garantir a representação fidedigna da história, são inseridas notas de rodapé no transcorrer do romance, as quais indicam fatos históricos, explicações e/ou indicam documentos que comprovam as informações apresentadas no texto ficcional, tal como "– Documentos históricos textuais, existentes no Museu Cel. DAVÍ CARNEIRO" (CARNEIRO, 1941, p. 48). Tal estratégia confere ao romance histórico tradicional o seu alto grau de verossimilhança, bem como evidencia a busca por ensinar ao leitor, por meio do texto ficcional, a versão oficial do passado (FERNÁNDEZ PRIETO, 2003; FLECK, 2017).

Essa mesma característica é apresentada em *Rastros de sangue* (1971), na qual a personagem ficcional Carlos Antonio Balster junta-se aos maragatos, para lutar no episódio do Cerco da Lapa, durante a Revolução Federalista (1893 – 1895). Nesse romance histórico tradicional, também de autoria de Carneiro, o tom

[83] Nossa tradução: [...] sem conceder à ficção nada mais que o necessário para que seu discurso fosse considerado romanesco e não crônica histórica ou historiografia. (MÁRQUEZ RODRÍGUEZ, 1996, p. 39).

apologético e didatizante é estabelecido por meio do narrador – em nível extradiegético –, que apresenta dados precisos, retrata e detalha os planos de batalha e os movimentos militares, conferindo-lhes juízo de opinião e alternativas, construindo um quadro verossímil do episódio e de suas personagens.

Rastros de Sangue (1971), uma investigação histórica posta de maneira romanceada, como o denomina o autor, compreende figurações das angústias e tensões de um dos períodos fundamentais na formação do Paraná, conforme apontado por Carneiro: “Por isso mesmo, contrariando a opinião comum entre os historiadores locais que me procederam (especialmente Romário Martins e Francisco Negrão) considero chave na história do Paraná, fulcro de afirmações, o período 1893-94.” (CARNEIRO, 1971, p. 4).

Assim, entrelaçados à trama amorosa das personagens Júlia de Castro e Carlos Antonio Balster, que passa a ocupar lugar secundário na composição diegética, acessamos elementos históricos concretos da Revolução Federalista no Paraná. Tais aspectos são expostos por uma perspectiva legalista e didatizante, enaltecida e comparada pelo autor às “[...] características trágicas de que se revestiu, antes, na Europa, a Revolução Francesa.” (CARNEIRO, 1971, p. 4).

Nesse intento, ocorre a exaltação tanto dos eventos como de personagens de extração histórica, tais como o Marechal Floriano Peixoto e o general Gomes Carneiro, descritos como “líder incontestável” ou “[...] tipo incomparável da dignidade militar e do devotamento cívico”, respectivamente (CARNEIRO, 1971, p. 61-2). Tais fatores endossam a representação do passado com tons efusivos e apologéticos, os mesmos presentes em *O drama da Fazenda Fortaleza* (1941) e, muitas vezes, nas versões laudatórias e tradicionais da história.

Em *O drama da fazenda Fortaleza* (1941), José Felix é apresentado como um típico herói de sua época, um *self-made man*, órfão refugiado que se tornou político militar e alcançou a glória por meio da conquista de terras paranaenses, antes pertencentes aos povos autóctones. Segue, assim, com a caracterização tradicional do gênero em sua modalidade clássica scottiana primeira na qual, igualmente, é mantido o respeito pelos dados da historiografia, de acordo com Fernández Prieto (2003, p. 150). A autora, faz, contudo, uma ressalva que diferencia as duas modalidades acríticas do gênero, ao comentar que os romances históricos tradicionais “[…] *aportan interesantes innovaciones formales y temáticas que las separan del modelo clásico y que se concretan en la subjetivación de la historia y en*

la disolución de las fronteras temporales entre el pasado de la historia y el presente de la enunciación.[84]".

Assim, no relato de Carneiro (1941), a personagem de extração histórica José Félix expõe ao Padre Pompeu o seu drama amoroso: casou-se com Onistarda, mesmo acreditando que ela amava Antônio Ribeiro de Andrade, e que com ele, ela já havia tido relações sexuais, motivo pelo qual a julgava, maltratava e supunha que sua filha não fosse legítima. Onistarda, por sua vez, rebatia sua maldade e, também, insultava-o. Ela, conforme revela o desenvolvimento da trama, planejou, por mais de uma vez, a morte do marido.

Ressaltamos que, de acordo com as categorias instituídas por Genette (2005), o relato é iniciado pela voz autodiegética da personagem José Félix, sendo interrompida, frequentemente, pela voz homodiegética de Padre Pompeu. No entanto, quando essas personagens chegam à fazenda Fortaleza, instala-se, também, uma terceira perspectiva, extradiegética, que se torna predominante, com a voz de um narrador heterodiegético, o qual assume a enunciação e passa a apresentar versões diversificadas da trama romântica, ao mesmo tempo em que expõe – implicitamente – o caráter violento e sanguinário do grande proprietário de terras.

Nesse sentido, algumas reflexões de Padre Pompeu são expressivas, pois a personagem religiosa, cumprindo sua função dogmática, passa a questionar o Sargento-mor que, até então, era muito respeitado e enaltecido por ele:

> A conversa parou. O silêncio prolongou-se, tendo ficado ambos a meditar. Pelo cérebro de ANTÔNIO POMPEU passaram muitas hipóteses. Tinha, entretanto, a impressão de que o Sargento, si nada lhe ocultava, quanto aos fatos da sua vida, ocultava naquele momento, o fundo do seu coração. Teria concebido uma paixão doentia pela filha, desde que a supuzera estranha ao seu sangue? [...]. (CARNEIRO, 1941, p. 148-9).

As dúvidas do padre, no entanto, são dissipadas no transcorrer da narrativa, especialmente quando Félix descobre um engano cometido contra um escravo e o perdoa; considerado como um ato de extrema benevolência, faz Padre Pompeu reconsiderar sua avaliação, relativizando a maldade e crueldade do protagonista:

---

[84] Nossa tradução: [...] fornecem interessantes inovações formais e temáticas que os separam do modelo clássico, e que se concretizam na subjetivação da história e na dissolução das fronteiras temporais entre o passado da história e o presente da enunciação. (Fernández Prieto, 2003, p. 150).

> Já estava inclinado a dar a dona ONISTARDA razão plena, e achar que ela, somente ela, era vítima, nesse estranho drama doméstico, quando a atitude de arrependimento sem restrições, daquele que era o orgulhoso e duro senhor da Fortaleza, o fez novamente cair em dúvida. Não, pensava ele, não poderia ser tão mau um homem que descia do seu orgulho, da ira, do acastelado dos preconceitos, às lágrimas escaldantes de arrependimento mais completo e mais sincero. Mas decerto o mal se patenteava nas ocasiões em que tinha seus arrebatimentos; dessas explosões, por sem dúvida, teriam surgido o drama da Fazenda Fortaleza, esse que estava vendo desenrolar-se sob seus olhos, em ocasião decisiva. (CARNEIRO, 1941, p. 201).

A personagem Padre Pompeu, aliás, é figura que, por apresentar aspectos mais humanizados, veicula em seu discurso imagens e concepções que poderiam ser considerados críticos em uma leitura anacrônica, mas que, no discurso ficcional, reforçam as inter-relações entre a historiografia tradicional e a representação ficcional, tal como pode ser visto no trecho reproduzido a seguir, em que a brutalidade e a violência contra os indígenas é questionada pelo Padre:

> Fez-se uma vala profunda, e aí foram jogados os corpos. Por cima deles, cal viva, e depois, os sete palmos de terra; ficavam assim, por cima desses anônimos selvagens, que menos de meio século antes da vinda de JOSÉ FELIX para a Fortaleza, eram os donos, e donos sem contraste, de todas as circunvizinhanças, uns torrões de terra abundante que haviam possuído. Não é justo, pensava o padre POMPEU, mas tinha receio de manifestar alto essas idéias revolucionárias; não é justo que se espulse do território que é deles, essa gente não vive fora da civilização cristã somente porque lhe falta a instrução. E os civilizados, os brancos, os cristãos, que é que lhes damos? Paz? Amor? Doçura? Instrução? Lealdade? (CARNEIRO, 1941, p. 218).

Contudo, ao permanecer apenas no nível do pensamento, não se configurando em qualquer ação na narrativa, tais questões servem apenas para revelar ao leitor a “justiça” presente no interior do representante do poder eclesiástico no romance, em oposição ao sujeito comum, homem pecador. Esse enfrentamento entre as personagens, em maior ou menor intensidade, também é habitual nas modalidades textuais da primeira fase do gênero. Consoante a Fleck (2017, p. 44), é a partir do enfrentamento entre as personagens principais e as secundárias que “se originam alguns dos argumentos fundamentais da trama.

Assim, um leitor mais atento percebe que os grandes eventos históricos têm repercussões diretas no cotidiano dos sujeitos comuns."

De fato, trata-se de estratégias de manipulação da voz enunciadora heterodiegética. O comando todo da diegese, nesses casos de dupla ou tripla visão – na modalidade tradicional do romance histórico –, é da perspectiva extradiegética que, para assegurar a verossimilhança das ações narradas, recorre às demais visões e vozes enunciativas que, de fato, são por essa perspectiva extradiegética, manipuladas.

Além disso, a escolha lexical ao refletir sobre os indígenas como "anônimos selvagens" e aos brancos como "civilizados" também atua como sinal que denuncia o ideário colonial da época, utilizado para justificar a violação de direitos humanos, a violência atroz, o latrocínio das terras e a imposição da "civilização cristã" sobre um povo que antes da chegada dos europeus já possuía seus sistemas socioculturais, suas crenças, mentalidades ou concepções de mundo – as quais foram escamoteadas e estigmatizadas como selvagens, bárbaras.

Entre os episódios históricos representados no deslindamento de *O drama da fazenda Fortaleza* (1941) estão os constantes conflitos entre José Félix – e seus homens – contra as comunidades indígenas. Esses elementos históricos são trazidos, constantemente, à luz, seja pelas histórias contatadas a Padre Pompeu: "Foi depois de uma batida forte, contra os índios, que resolvi esperimenta-los, arriscando-me." (CARNEIRO, 1941, p. 124); "Perto havia um capão de araucárias onde os índios às vezes se escondiam." (CARNEIRO, 1941, p. 125); "É a casa do Açoriano que no ano passado os índios mataram, deixando a viúva desolada..." (CARNEIRO, 1941, p. 130); seja por meio das divagações de suas personagens, como podemos acompanhar durante uma enumeração de preocupações do próprio Padre Pompeu: "[...]; a luta contra os caingangues e a ameaça contínua deles à fazenda onde os civilizados tinham uma tranquilidade apenas superficial;" (CARNEIRO, 1941, p. 143); essas alusões e comentários tornam, assim, explícito o tom apologético à perspectiva do colonizador, de forma a atribuir aos indígenas a posição de inimigo perigoso.

Essas reflexões nos mostram também que, num primeiro momento, pensa-se no padre como possuidor de uma voz crítica – mesmo que abstratamente, uma vez que ela não se exterioriza no entrecho. Entretanto, a partir das reflexões acima, constatamos que o eclesiástico permanece atrelado à ideologia hegemônica a

respeito da dicotomia civilização x barbárie, colonizador x colonizado, o que ratifica, da mesma forma, a classificação da narrativa como acrítica e apologética da historiografia tradicional.

Após um dos embates, José Félix segue com essa tônica ao refletir:

> JOSÉ FELIX tambem pensava, durante a inhumação dos caingangues, na triste sorte daqueles homes, achando injusto que não tivessem uma consagração fúnebre, só porque eram inimigos. Achava bom e direito que fossem espulsos das suas terras; que fossem dominados, arrazados até. Mas faltava, segundo estava pensando naquele momento, a ele, como vencedor, representante dos brancos e dos vencedores, e de D. JOÃO, rei de PORTUGAL, uma consagração cavalheiresca, à moda antiga, um apresentar armas da vitória, ao herói infeliz, tombado para sempre, na inglória luta... (CARNEIRO, 1941, p. 218-9).

Apesar de se caracterizar como uma tentativa de olhar para a população indígena – vencida e devastada –, a base ideológica das reflexões acima expostas permanece pautada na colonialidade do poder, excludente e redutora das vidas tiradas, que trata dessas mortes de maneira eufemística. O que há é a preocupação em representar José Félix como uma figura honrosa, um vencedor glorioso e civilizado, herói capaz de cotejar ou conceder a dignidade de um enterro que ele considerava respeitável – sem a real preocupação com os vencidos, ou sua representatividade.

Essas passagens, assim como as considerações de Padre Pompeu sobre a vida dos escravos, e outras contradições internas existentes na narrativa, aparentam ser o que Weinhardt (2004, p. 134) já identificou em *Rastros de Sangue* (1971) como uma tentativa de atenuação ou defesa frustrada das personagens, dos episódios históricos conturbados; o que enfatiza, ainda mais, a perspectiva eurocêntrica colonizadora, e, por conseguinte, a postura positivista do autor.

Nesse sentido, podemos estender essas considerações a *O drama da fazenda Fortaleza* ao anunciar que, apesar de suas falhas, essa obra deve ser enunciada

> [...] por representar um tipo de narrativa que, *malgré tout*, tem seu público, ainda que restrito entre indivíduos que, de alguma forma, por razões familiares ou circunstâncias geográficas, sentem-se ligados ou próximos aos episódios relatados. Como já se observou, o interesse pelo passado não é gratuito. Mesmo que a fatura estética

> deixe muito a desejar, a obra pode ter leitores entre pessoas que identificam no discurso aquele universo que tem eco em suas evocações particulares, que apresenta um mundo ao qual estão atadas emocionalmente, ainda que seja para cobrar fidelidade àquilo que acreditam ser veraz, buscando no texto escrito o reflexo das imagens que forjaram para seus antepassados e do espaço em que vivem. (WEINHARDT, 2004, p. 134-5).

Adicionamos, ainda, que, além desses vínculos emocionais, um olhar atento e atualizado às narrativas laudatórias como *O drama da fazenda fortaleza* (1941), possibilita a reatualização de leituras que inovam e desestabilizam percepções cristalizadas do passado paranaense. Sem resvalar em anacronismos, é claro, mas cientes de que a passividade, a brutalidade, o despotismo colonizador deve ser problematizado e contestado por meio de interpretações atuais.

À continuação da narração, a personagem Padre Pompeu retorna para Castro, após diversas tentativas de colaborar para a resolução da difícil relação entre José Félix e Onistarda, bem como entre sua filha Ana Luiza e o índio Maha-min. Depois de dois anos, o escravo Antão vem dar-lhe a notícia da morte de José Félix, a qual não se sabe, ocorreu por envenenamento ou por uma situação natural, cardíaca, sendo a primeira insinuada pelo narrador e confirmada pela personagem, que, inclusive, acusa a figura de Pompeu de cumplicidade.

O desfecho da história não é esclarecedor, pois o clérigo – e a trama narrativa – permanece na incerteza sobre o que aconteceu na fazenda Fortaleza e a quem a verdade pertence:

> – Sim, pensava o padre, eu não sei quem tem, quem teve razão nesta tragédia que hoje terminou pela vitória da astúcia oprimida contra a força opressora... Não sei, não saberei, nem ninguém saberá jamais qual dos dois foi vítima, ou entre os dois qual foi mais vítima, qual dos dois mais culpado... Dois desgraçados foram vivendo junto. Ela viverá daqui por diante; sim, mas com o desinteresse de uma felicidade comum, morta para a curiosidade dos homens... Isso foi o que pensou, encaminhando-se para a igreja, o padre Antônio Pompeu. (CARNEIRO, 1941, p. 249).

Dessa forma, a história de José Félix é finalizada e o percurso do padre continua: “[...] foi caminhando para o altar mór de SANT’ANA. Quem o ouvisse resmungar, nesse momento, saberia que falava do[s] mal guardados que andam nas pequenas vilas, os segredos grandes...” (CARNEIRO, 1941, p. 251).

Por fim, O *drama da fazenda Fortaleza*, em sua essência, perpetua a postura enaltecedora da historiografia convencional, apresentada de forma verossímil, junto ao desenvolvimento da problemática trama amorosa. Não podemos deixar de frisar, no entanto, que essa perspectiva conservadora é conivente com um passado de violência, imposições arbitrárias, inúmeras chacinas e abusos cometidos contra a população autóctone nacional, especificamente, contra as comunidades indígenas que primeiro habitavam o território paranaense.

Nesse sentido, apoiamo-nos nas afirmações de Mata Induráin (1995, p. 59) ao defender o papel exemplificador das narrativas híbridas de história e ficção, que trabalham como indutoras à reflexão do homem contemporâneo sobre si mesmo e sobre o percurso do tempo, pois "*la visión del pasado se ilumina con los conocimientos del presente y, a su vez, la comprensión del pasado enriquece la del mundo actual* […][85]". Assim, tomamos as narrativas tradicionais aqui abordadas como propulsoras de reflexões e questionamentos profundos, os quais convergem para a interpelação – crítica ou não – do passado paranaense e suas implicações no presente.

Na sequência, passamos à leitura de nosso segundo exemplar de romance histórico inserido na modalidade tradicional do gênero.

3.1.2 *Origens* (1961), de Pompília Lopes dos Santos: acriticidade e tradicionalismos no povoamento de Superagui

O processo de colonização, a instalação de cidades e o povoamento do Paraná, como mencionamos, é uma temática bastante recorrente desde as primeiras narrativas híbridas de história e ficção paranaense, seja ela tomada como mote condutor da narrativa, seja na sua representação como pano de fundo. No rol de romances históricos tradicionais sobre a temática, destacamos *Origens* (1961), de Pompília Lopes dos Santos, primeiro romance histórico paranaense de autoria feminina.

De acordo com o Centro de documentação de literatura de autoria feminina paranaense, moderado pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Pompília

[85] Nossa tradução livre: a perspectiva do passado se ilumina com os conhecimentos do presente e, por sua vez, a compreensão do passado enriquece a do mundo atual.

Lopes dos Santos, natural de Curitiba, foi uma importante figura cultural desde jovem, formou-se professora normalista, em 1918; lecionou francês e história da literatura da língua francesa; foi fundadora da Academia Feminina de Letras do Paraná, em 1970; e, também, foi a primeira mulher a ingressar na Academia Paranaense de Letras.

Além de *Origens* (1961), é autora de outras quatro obras: *A fila triste* (1971), *Caminhada: da Universidade a Itaipu* (1975), *Abismo* (1985) e *Afinidade* (1985). Contudo, é com seu romance histórico – *Origens* – que obteve o 1º prêmio do concurso promovido pelo Centro de Letras do Paraná, em 1960.

A eleição da narrativa de Pompília Lopes dos Santos para nossa análise ocorre por três fatores determinantes: é a obra de autoria feminina de estreia, aborda a colonização e povoamento de Superagui, e conforma-se à representação da modalidade tradicional em solo nacional. Há que assinalar, também, que suas estratégias narrativas e perspectivas apresentadas confluem com a tipologia de narrativas acríticas produzidas por mulheres no século XIX, dirigidas a seus pares.

Em *Origens*, publicado pela primeira vez em 1961, Pompília Lopes dos Santos renarrativiza os primeiros anos do povoamento de Superagui – atualmente, ilha de Superagui –, e região, estendendo-se essa ação a Paranaguá e a Curitiba no desenvolvimento da diegese. No universo romanesco, o casal Siqwalt inicia sua aventura imigratória em meados do século XIX, momento em que toda a Europa passava por inúmeros conflitos, problemas econômicos e sociais.

Após passarem por Ontario, no Canadá, e por Chicago, nos Estados Unidos, a família instala-se, definitivamente, no Paraná, em 1858. A busca distante por melhores condições ambientais – pelo estado de saúde do protagonista –, limita o contato entre os familiares à troca de cartas. Esse é o meio pelo qual acessamos a trajetória do casal, a constituição de sua família, a formação dos povoados e cidades no estado, o desenvolvimento agrícola da região e os elementos históricos que constituem o cenário da época.

Desse modo, *Origens* (1961) configura-se como um romance histórico tradicional cuja diegese se constrói a partir de uma arquitetura epistolar, no qual a postura apologética à historiografia tradicional europeia é ostensiva, marcada, também, pelo alto teor de religiosidade cristã e pelo olhar laudatório ao passado e à cultura europeia. Esse último elemento, é bastante frequente nessa tessitura romanesca, uma vez que o universo diegético configura-se a partir da ótica de uma

família francesa, durante seu processo de emigração desde a França e correspondem, no Brasil, àqueles que vieram colonizar, desenvolver ou "civilizar" o "Novo Mundo".

Prelúdios da postura laudatória são apresentados já no prefácio à obra, assinado por Jaime Balão Júnior, no qual ele destaca a grandeza temática da obra, suas peculiaridades estéticas e formais. Reiteradamente, esse discurso evidencia o caráter "essencialmente ético e evangelizador" (SANTOS, 1961, p. 8) da obra, tal como também podemos verificar no excerto, a seguir destacado, em que a modulação apologética à família, à estrutura textual e ao território nacional são explícitas e maciças:

> *Na solidez técnica dos grandes romances, como* ORIGENS*, a longa vida de uma nobre família, pode ser o núcleo da fabulação, desde as origens. O cenário pode ser o panorama dos mares, dos continentes e do mundo; gerações podem ser intérpretes da ação.* [...] *o término numa terra de alma romântica e sonhadora, – a península lírica de Superagui.* [...] *Porém o imenso Brasil tinha, para eles, majestade infinita em tão subida glória viajeira*.[86] (SANTOS, 1961, p. 5-6, grifos da autora).

Essa atitude saudosista perpassa todo o prefácio, que conta com 18 páginas nas quais se versa sobre a eloquência e as habilidades da autora, bem como sobre a importância da narrativa no panorama estadual: "ORIGENS *abre caminho para uma literatura que eleva o Paraná – a literatura das dignidades humanas que, em memória e honra dos pensamentos eternos, narra e relata as vidas dos modelos e patronos de um alto espírito da família.*" (SANTOS, 1961, p. 13, grifos da autora). A exaltação da narrativa ficcional e da história paranaense, bem como do território estadual, mais uma vez, conduz-nos aos princípios paranistas de aclamação e valorização da cultura paranaense, realizado de maneira forçosa e hiperbólica.

Além do prefácio, o tom apologético às personagens e aos eventos históricos – característico das modalidades acríticas do romance histórico – é constante em toda a narrativa, como podemos ratificar no trecho apresentado a seguir, em que os movimentos em direção à abolição da escravatura são exaltados de maneira contundente:

---

[86] Seguindo com nossa escolha pela transcrição literal do texto original, as ocorrências de linguagem arcaica, vocábulos em desuso ou desatualizados foram mantidos sem o uso da expressão *sic*.

> Ficou como regente do Império a princesa D. Isabel que a 28 de setembro premiou o Brasil com a lei declarando livres os filhos de mulher escrava. [...] Em 1885 pudemos apreciar resultados parciais do gigantesco esforço, no teor da lei Saraiva que libertava os escravos sexagenários. (SANTOS, 1961, p. 125-6).

Há, portanto, uma tendência – quase imoderada – à elevação do passado, de engrandecimento dos fatos e de suas personagens. Essa postura também revela o nacionalismo plasmado pelo universo diegético, o qual beira ao ufanismo, e corrobora com a assertiva de que os romances históricos tradicionais atuaram – nas palavras de Aínsa (1991) – como romances forjadores e legitimadores de nacionalidades. Ao considerarmos o momento histórico em que esse romance é produzido e publicado – década de 1960 –, esse aspecto nacionalista ainda pode ser entendido como um adiantamento de certo discurso ufanista que será abandeirado pelas forças cívico-militares durante a instalação e vigência do regime militar (1964 – 1985).

Ao mesmo tempo, são romances que compartilham alguns dos princípios ideológicos perpetuados durante o processo colonizador, quando da instalação das primeiras cidades paranaenses, e os renarrativizam pelo viés do imigrante europeu que encontrou no Brasil um reduto, com o amparo das políticas imigratórias que incentivavam sua vinda, e que, não sem choques culturais, adaptou-se facilmente às terras nacionais.

Sobre o processo de colonização e povoamento da Ilha de Superagui, Guarido (2005) afirma que seu início data ainda do século XVI, quando portugueses esparsos alcançam o, até então, território pertencente aos nativos indígenas. Posteriormente, já no século XIX, em um movimento mais denso, iniciou-se no Superagui uma colônia essencialmente suíça. Sobre esse processo de povoamento e colonização, de acordo com Boutin (1983, p. 2), é possível afirmar que

> [...] na área de influência de Superagüi ocorreram quatro fases no seu desenvolvimento: a primeira luso-indígena; a segunda – com o estabelecimento de fazenda agro-pecuária dos jesuítas; a terceira, com a colônia suíça de 1852 e a quarta com a transformação em simples e modesta colônia de pesca, onde apenas alguns poucos descendentes da colônia suíça, bastante caldeados com nacionais, formam a população local.

A representação de *Origens* (1961), relaciona-se, portanto, com a terceira fase de colonização da ilha de Superagui, quando o cônsul suíço, Carlos Perret Gentil, desembarca em Paranaguá, acompanhado de 12 colonos suíços, com o desígnio de instalar uma colônia pautada na agropecuária, utilizando a mão de obra de seus conterrâneos europeus. Essa operação foi realizada como empreendimento experimental de instalar um sistema de produção que substituísse a mão de obra escravizada, pilar da economia nacional à época.

Na composição romanesca, a postura exaltadora reincide não apenas sobre o transcurso colonizador e as personalidades históricas – tais como a Princesa Isabel, o Major Carlos Augusto Taunay, o General Osorio, dentre outras –, mas, também, sobre as personagens ficcionais que são elevadas a patamares áulicos. Isso ocorre, reiteradamente, com a personagem Marissa, em que seu "estoicismo incomparável" (p. 45) é enaltecido, assim como sua beleza e seu caráter. Nesse sentido, a construção da personagem ficcional Marissa é bastante aproximada àquela almejada pelas composições românticas de heroínas, com caráter plano e atributos típicos da representação da mulher do século XIX. Podemos verificar esse traço nas seguintes reflexões do narrador, em que exalta as qualidades de Marissa, por sua integridade e dedicação ao marido e à família:

> Êle não se apaixonara, apenas, pela linda figura da mulher. Prezava-lhe a alma. Admirava-lhe o espírito. E o que mais o encantava era a sua doce retidão de caráter. Sim, ela sabia ser, a um tempo, suave e firme em suas decisões. [...] mas seria sempre a sua inspiradora, a sua mulher maravilhosa animadora. Afortunadamente, aquela mulher valorosa caminhava ao lado de um homem digno e inteligente. Um homem que merecia sua total dedicação. (SANTOS, 1961, p. 61).

Essa tendência, bastante presente na modalidade tradicional do gênero, de acordo com Fleck (2017, p. 50), indica a intenção de exaltar e mitificar os heróis e personalidades do passado: "pela aclamação de suas qualidades e pelo valor de suas ações, revelando-o[s] como modelo de sujeito do passado para o cidadão/leitor presente". Assim, pelos detalhes laudatórios, é instaurada uma imagem mitificada de suas personagens protagônicas, as quais, metonimicamente, representam todo o grupo de imigrantes. Esses colonizadores, pela trama narrativa, recebem contornos de benfeitores, de salvadores que trouxeram a civilização aos recônditos

paranaenses – sem considerar os fatores precários que, efetivamente, os trouxeram ao Brasil.

Antes do deslocamento ao Paraná, o universo diegético de *Origens* (1961) apresenta a trajetória do casal Marissa – Maria Salomé – e Jean Michel Sigwalt[87], personagens de extração histórica, a partir dos anos 1850. Na narrativa, Jean Michel é um estudante de medicina que possui uma delicada situação de saúde e, incentivado por um amigo, decide que a melhor solução seria uma mudança de ares, prática bastante comum à época:

> – Vejamos: "Meu Amigo: o nosso Jean Michel não tem melhorado. Continua sofrendo dos nervos, apesar dos constantes cuidados médicos e do trato eu lhe damos. Temos consultado os melhores especialistas. Mas todos acabam aconselhando viagens. Falaram sôbre uma mudança para o Domínio do Canadá. Contudo, afirmam que o lugar ideal para a cura completa é o Brasil, aquêle vasto país da América do Sul, que dispõe de excelente clima, em várias altitudes. (SANTOS, 1961, p. 27).

A partir disso, decidem pela mudança para o Canadá, ainda mais próximo da França do que o Brasil. Rapidamente, realizam o casamento dos dois jovens e, em poucos dias, iniciam a viagem até Ontário, onde permanecem por três anos. Na sequência, transferem-se para Chicago, no Estados Unidos, onde se adaptam muito rapidamente, abrem uma farmácia e prosperam. No entanto, a situação de saúde de Jean Michel continua sem mostras de evolução.

A partir desses deslocamentos geográficos, a troca de cartas é a única maneira de comunicação com os familiares e amigos que ficaram na França, no Canadá ou que foram para outras localidades. É a partir da troca e compilação dessas cartas que grande parte da narrativa se desenvolve, sobre as quais nos deteremos de forma particularizada mais adiante.

Nessas cartas, além do afeto, as informações sobre a situação política e social dos países também é frequentemente representada, haja vista que toda a Europa passava por um momento conturbado. Nesse processo, portanto, aspectos da historiografia são apresentados, tais como as questões da Guerra da Criméia, o golpe de estado de 1852, de Luiz Napoleão Bonaparte, como verificamos no

[87] Há bibliografias que grafam seu nome Johann Migwelt Sigwalt.

seguinte excerto, em que Jean Michel comunica-se com o irmão Frederic, que ficara na França:

> – “De 48 até aqui pudemos gozar as vantagens do regime republicano, com o inspirado Luiz Philipe. Agora, parece que retrocedemos. Estamos com o Imperador dos franceses... Só o futuro poderá dizer de sua utilidade ou inutilidade” [...] Veja quanto movimento bélico: o golpe, a submissão da Argélia, a guerra da Criméa... E, não sei o que virá depois... Estou ficando pessimista! (SANTOS, 1961, p. 51).

Dessa maneira, ocorre a representação do pano de fundo histórico mundial, construindo uma imagem simbólica do período, marcado por inúmeros conflitos no território europeu, os quais, por sua vez, inflariam a vinda de imigrantes ao Brasil. Sobre a conjuntura mundial e suas relações com os fluxos migratórios, Magalhães (2017, p. 30) afirma que

> [...] o discurso abolicionista e o excedente de mão de obra na Europa, em virtude da industrialização e da mecanização da lavoura, favoreceram a formulação da política migrantista, processo que se responsabiliza pela vinda de um sem número de trabalhadores para o Brasil desde 1824.

Dentre as muitas cartas trocadas por Jean Michel, a de um velho amigo de família ganha destaque, uma correspondência do então major do exército francês, Carlos Augusto Taunay, primo do futuro presidente da província do Paraná, autor de *A retirada da laguna* (1871), o Visconde Alfredo d'Escragnolle Taunay. Nesta, Carlos Taunay faz menção ao Brasil, terra em que pegou em armas durante o processo de independência brasileira, onde se sentia completamente acolhido, e acreditava ser o local ideal para a total recuperação de Sigwalt. A partir desse relato, inicia-se a longa viagem até as terras brasileiras: “Agora... mais uma vez no Atlântico... E, que longa travessia os esperava! Foi a mais dolorosa que se possa imaginar. Dias e dias... semana, mêses... entre céu e mar!” (SANTOS, 1961, p. 61).

Nessa jornada, o filho mais novo do casal falece por falta de recursos a bordo, motivo pelo qual Marissa adoece laconicamente. Após passarem alguns dias no Rio de Janeiro, a família se desloca novamente para seu destino final: a Ilha de Superagui. Colônia fundada seis anos antes, em 1851, como já mencionamos, pela

também personagem de extração histórica Carlos Perret Gentil, então Cônsul Geral da Suíça no Brasil.

É quando se mudam para o Paraná que se iniciam os relatos sobre os aspectos locais, os primeiros anos do processo de colonização de Superagui, a relação entre europeus e indígenas nativos do território, a hibridização cultural, o desenvolvimento da cidade, assim como de toda a região.

A princípio, a relação com os indígenas é bastante tímida, os quais são considerados como selvagens: “Sim, são poucas as famílias civilizadas que habitam a colônia. Os outros moradores são nativos, semi-selvagens...” (SANTOS, 1961, p. 85). Mais uma vez, as escolhas lexicais de “famílias civilizadas” e “nativos semi-selvagens” demonstram os princípios estruturadores do modelo colonial de pensamento, no qual o binômio civilização e barbárie atua como uma reiteração do projeto romântico estabelecido nas diferentes ex-colônias americanas. Assim, perpetuam-se a crença na modernização e a ideia da civilização da colônia por meio da adoção de ideários e costumes estrangeiros, e, consequentemente, o apagamento da cultura autóctone.

Atestam-se, assim, as raízes apologéticas de *Origens* (1961), próprias da fase acrítica do gênero e da modalidade tradicional do romance histórico. Essa é, pois, a modalidade em que a subjetivação do conteúdo histórico, como a realizada no romance em análise, comunga das concepções de mundo de suas personagens – e estão intimamente atreladas àquelas vinculadas pela historiografia tradicional. Nesse sentido, quanto à composição narrativa de *Origens* (1961), fazem-se representativas as considerações de Fleck (2007, p. 160) ao afirmar que o romance histórico tradicional

> [...] se apresenta com certas renovações estruturais que se manifestam especialmente na subjetivação que ocorre ao filtrar-se o material histórico pela interioridade das personagens. Desta forma o passado histórico se filtra pela voz e visão da personagem que lhe imprime um efeito de experiência pessoal e o discurso é transpassado pelos seus sentimentos e emoções com as quais o leitor tende a se identificar, eliminando a distância temporal que separa a experiência histórica da personagem e o cotidiano do leitor. Estas produções não possuem a essência questionadora dos registros do passado [...] [e acabam] avalizando o discurso histórico hegemônico sob o qual o passado reconstruído foi anteriormente registrado.

Com o decorrer do tempo, de acordo com o discurso do narrador, a família se habitua com a vida local, onde desenvolve uma rede de amigos, de trabalho e se tornam referência cultural, com leituras nos serões, farta biblioteca e música – posição que acentua o caráter de refinamento áureo da família. Também, habituam-se às tradições, aos hábitos alimentares e se integram à forma de subsistência local, que passa a ser bem quista. Segundo expressa a voz enunciadora do discurso,

> [...] de todas as safras retiro o meu quinhão que é, sempre, bem recebido e faz boa figura entre as iguarias de sua mesa. Gosto de vê-lo a elogiar ruidosamente os pratos preparados com esmêro, pela espôsa. A comida é italiana, bem condimentada. Estamos nos habituando ao novo tempêro. Em nossas cartas iremos descrevendo zona por zona desta próspera colônia e apresentando as personagens que, no ambiente, têm papel importante. (SANTOS, 1961, p. 78).

O excerto acima também demonstra como as bases socioeconômicas da colônia estavam alicerçadas no sistema de produção agropecuário, fator essencial para sua manutenção e desenvolvimento. Este, de acordo com Dysarz (2013, p. 38), fundamenta os moldes da formação da colônia de Superagui, que visava à expansão agropecuária, baseada no "fornecimento de lotes de terra a colonos europeus para que fossem pequenos 'proprietários'". O empreendimento de Perret Gentil, nesse sentido, "[...] tornava-se semelhante a outros empreendimentos congêneres no tempo e no espaço, como as colônias Dona Francisca e Blumenau, ou mesmo a colônia Thereza.[88]" (DYSARZ, 2013, p. 38).

Com a continuidade do relato, as personagens vão transitando para Paranaguá e, principalmente, para Curitiba, deslocando o universo diegético para a capital do estado. Na figuração desse espaço, são reproduzidos os movimentos em direção ao crescimento e à expansão da cidade, mostrando como os seus contornos são definidos. Esses aspectos são apresentados detalhadamente, a partir de nomes de lojas, ruas, pontos de referência, tal como podemos ratificar no trecho a seguir destacado:

> Abriu a primeira charutaria de Curitiba. [...] Ao lado da nossa casa fica a confeitaria "Ao Farol" de proprietários alemães, na esquina da

[88] Trataremos de forma mais pormenorizada sobre a instalação de colônias imigrantes no Paraná na terceira subseção.

> rua da Liberdade (Barão do Rio Branco). Atravessando a rua em diagonal vamos encontrar a casa de chapéus e roupas feitas do Snr. Waigang. [...] Na quadra seguinte há a “Casa Gravina”, “A Confeitaria Bube” e na outra, ainda, “A Confeitaria Cometa”; e, na esquina da Avenida Luiz Xavier, a “Padaria do Snr. Adolpho Müller”. Na direção do alto da XV, depois da nossa residência, há somente uma quadra calçada; então encontra-se um grande largo inculto, um enorme banhado. (SANTOS, 1961, p. 184-5).

Essa riqueza de detalhes, essencialmente, busca fundamentar ou reforçar a autenticidade das informações apresentadas pelo universo ficcional. Tal característica além de conferir-lhe verossimilhança – aspecto basilar da modalidade tradicional –, também possibilita a aproximação e integração do narratário ao cenário da época.

Junto à progressão diegética e à transição espacial, a inserção de textos epistolares na composição narrativa é atenuada, torna-se mais esparsa. Entretanto, como mencionamos, a troca de cartas é característica estruturante de *Origens* (1961). Essas cartas são trocadas, especialmente, pelas personagens Tia Rose – que ficara na França –, Marissa e Sophia, a filha mais velha do casal protagonista.

Quem inicia o relato, organiza essas cartas e realiza o encerramento da narrativa é Tia Rose, como narradora homodiegética, portanto, que atua quase como uma testemunha, e interrompe as cartas e a narração para tecer seus próprios comentários. Exemplar desses comentários é o excerto a seguir exposto, em que a personagem narradora explana os meios pelos quais teve acesso aos documentos que fundamentam a composição romanesca:

> – Contei a Sophia que estava anotando tudo o que se passa com nossa família, aquém e além mar. Para auxiliar-me a devotada sobrinha deliberou enviar-me tôdas as cartas que, de qualquer parte recebessem. Assim, disponho de um documentário de imensurável valor.
> Agora, tenho sob os olhos uma carta de Frederic, dirigida a Jean. – “Meu irmão e grande amigo: [...].” (SANTOS, 1961, p. 81).

A inserção de cartas e documentos que comprovam o relato histórico é um recurso literário bastante comum às narrativas híbridas de história e ficção, pois é uma estratégia que confere teor de autenticidade ao discurso ficcional, tornando-o verossímil. Essa estratégia atua, ao mesmo tempo, como uma forma de verossimilhança em que o narrador/autor se exime da responsabilidade sobre os

conteúdos e dados apresentados por esses documentos – sejam eles reais/oficiais, sejam produzidos ficcionalmente.

Por sua característica epistolar, frequentemente, o romance é conduzido em primeira pessoa, pela transcrição e inserção das diferentes vozes autorais das cartas. Essa é uma estratégia de manipulação da linguagem empregada pela narradora e compiladora das cartas, a fim de conferir a impressão de autenticidade às informações nelas apresentadas. Nesse sentido, a narradora, tia Rose, arquiteta a estrutura do relato, dando a conhecer ao leitor somente aquilo que ela deseja e pensa ser relevante.

Essas cartas, muitas vezes, não têm delimitação, dissolvem-se na fluidez da narrativa e nas vozes de suas personagens. Essa característica, ao mesmo tempo em que imprime fluidez e fluxo de consciência – contribuindo na subjetivação do material histórico –, faz, também, a linearidade narrativa parecer rudimentar, com poucos indícios de onde começa ou termina uma e outra carta. Como exemplo, o trecho a seguir destacado inicia a partir de uma fala entre as personagens Jean Michel e Marissa, transita ao fluxo de consciência de Jean Michel, retorna a uma carta e passa à voz narradora:

> Além disso, você chegou aqui ferida por duríssimo golpe. [diálogo]
> Sòmente, a minha Maria Salomé Kasser enfrentaria com serenidade as duras contingências que se lhe têm deparado. Era preciso ter sua fibra para escorar estas situações. Inteligentemente, você descobre o que há de bom em cada lugar. [fluxo]
> - Os anos iam passando, a vida se desenrolando, os filhos mais velhos estavam crescidos e em seu lugar havia, já, uma turminha de crianças. [retomada de carta]
> Jean e Marissa apesar das vicissitudes que enfrentaram, conservavam-se tão ligados afetivamente, como nos primeiros dias de casamento. Isso me pareceu notável. [comentário da narradora]
> Conversavam: – Estamos em 1865 e já temos seis filhos! (SANTOS, 1961, p. 85)

Tais estratégias de manipulação discursiva, empreendidas pela narradora, que está de posse de todas as correspondências e informações, revelam o fluxo de organização diegética que, aparentemente, mostra-se confuso, imbricado, mas que serve como meio de impactar o leitor com a sobrecarga de enunciações advindas de diferentes espaços e vozes inseridas no relato. Ao ter à sua frente todo um vasto conjunto não só de cartas informativas dos diferentes personagens, mas de outras informações disponíveis à época, a narradora – tia Rose – expõe as diferentes

perspectivas com as quais ela mesma lida no ato da organização discursiva do relato.

São pelas cartas selecionadas por tia Rose e inseridas na tessitura do relato que, também, as notícias de outros países chegam até as personagens. Assim, inserem-se aspectos históricos da época na diegese, como é o caso do grande incêndio ocorrido em Chicago, factualmente sucedido em 1971:

> As cartas que receberam de Chicago no decurso de 1871-1872, logo depois do impetuoso incêndio que tanto se alastrou e que tão consideráveis proporções assumiu, destruindo totalmente a cidade, vinham cheias de comentários tristes. Traziam as mais dolorosas notícias. (SANTOS, 1961, p. 102).

Dessa forma, dados e notícias históricas do contexto mundial são selecionados pela narradora e inseridos no universo diegético. Tais dados transitam, também, pelos eventos históricos nacionais, pela situação política e pelo desenvolvimento da região. Essas inserções históricas ocorrem de modo crescente até o final da narrativa, ao mesmo tempo em que as cartas se tornam mais raras.

As inscrições de fatos e elementos históricos, frequentemente, adquirem caráter didatizante. Isso ocorre pela inserção de datas e detalhes que parecem ser forçados, não usuais em situações cotidianas, como podemos verificar no excerto, reproduzido a seguir, em que Jean Michel escreve ao irmão para atualizá-lo sobre os acontecimentos ocorridos no Brasil:

> O ano de 67 culmina com a batalha de Tuyuty. 68 assinala uma série de batalhas e a 1.º de janeiro de 69 deu-se a entrada do Exército aliado em Assunção.
> Em vista da atitude agressiva de Lopez, o General em Chefe do Exército brasileiro, o Conde d'Eu, assumiu o comando das fôrças em abril de 69. A 16 de agôsto do mesmo ano feriu-se o porfiado combate de Campo Grande.
> Correia da Câmara foi ao encontro de Lopez à margem do Aquidaban, intimidando-o a render-se; mas êste resistiu e foi morto a 1.º de março de 1870.
> Só assim, terminou a guerra. E pudemos respirar aliviados. (SANTOS, 1961, p. 124).

Sobre essa particularidade, Fleck (2017, p. 50) aponta que, na modalidade tradicional do gênero, prevalece a intenção de ensinar a versão hegemônica da história ao leitor do presente, provocando, sistematicamente, "um acentuado

didatismo do romance e a sobreposição de elementos históricos na tessitura narrativa". Além disso, esse conteúdo historiográfico obtém o "aval de uma perspectiva muitas vezes bastante convincente, ancorada no foco narrativo escolhido como voz enunciadora do discurso." (FLECK, 2017, p. 50).

Dentre os inúmeros momentos históricos evocados pela narrativa, destacamos a Guerra do Contestado (1912 - 1916). Esta foi uma rebelião desencadeada especialmente pelo protesto dos trabalhadores e camponeses contra as políticas fundiárias na região entre o Paraná e Santa Catarina, estimulados pelo líder messiânico e espiritual José Maria, que defendia o retorno à Monarquia. Esse episódio, em *Origens* (1961), é assim apresentado pela personagem Frederic, irmão de Jean Michel:

> – Dizem que os agressores são fanáticos conduzidos por um supôsto monge... e que operam nos confins de Santa Catarina e Paraná. É isso?
> – É realmente nêsse local, na zona contestada entre os dois Estados vizinhos que agem os indomáveis jagunços. Agora, quanto ao motivo que os impele à luta, os observadores alimentam opiniões diferentes. Uns acreditam em puro fanatismo... outros pensam que ali estejam indivíduos assalariados por inconfessados mandantes, interessados em perturbar a ordem no seio do Paraná. (SANTOS, 1961, p. 195).

Dessa forma, em *Origens* (1961), a Guerra do Contestado é apresentada com certo afastamento, desde a perspectiva governamental republicana, ou seja, daqueles que estavam no poder – sem implicações diretas na vida das personagens. A situação torna-se mais pessoalizada no momento em que o vizinho é convocado a servir ao exército durante a guerra. A partir desse episódio, acessamos o viés daqueles que, com espírito nacionalista, tiveram seus familiares enviados à batalha, e que perderam esses entes queridos, como podemos ratificar no seguinte trecho do romance:

> Em casa de Celeste havia quem chorasse quando deparávamos com notícias dizendo que foi dizimado êste ou aquêle contingente militar. E eram, sempre, pequenos, pequeníssimos contingentes. Os soldadinhos marchavam alegres, desprevenidos... [...] A mãe ingênua, sem pensar no perigo, veio â porta para ver como o Antoninho marchava bem... [...] Quando veio o corpo, muito mutilado, em deplorável estado, a casa ficou cheia. Cheinha de gente. Todos choravam. E, mesmo ali, ninguém sabia porque estavam lutando no Contestado... (SANTOS, 1961, p. 195-6).

Da mesma forma, pelo excerto acima exposto, torna-se patente como a população não tinha real conhecimento do que estava acontecendo. O discurso romanesco evidencia que eles desconheciam os reais motivos da guerra, de modo que nem mesmo os oficiais enviados à batalha sabiam o que lhes esperavam.

Essa é uma problemática comum às narrativas híbridas de história e ficção paranaenses – sejam elas da fase acrítica ou das fases críticas. Como exemplo, podemos citar a narrativa de *Rastros de sangue* (1971), de David Carneiro, em que a personagem protagônica, Carlos Antonio Balster, retorna descrente de sua empreitada, que só havia servido para derramar sangue sem proposições sólidas: “Sou contraste dos meus camaradas. Enquanto estou desanimado, triste, cético, êles estão seguros, confiantes ou esperançados. Abatido, anseio por outra fuga.” (CARNEIRO, 1971, p. 142).

Em *Origens* (1961), no entanto, as personagens não só ignoram as causas e o alto número de mortes causadas pelo exército republicano – além de homens, muitos idosos, mulheres e crianças foram assassinados durante os conflitos –, como também questionam o número de oficiais enviados às diferentes investidas: “– Por que mandam tão poucos soldados? / – E a seguir: – Se eu fosse o Chefe mandaria um número bem grande de homens, para impor respeito. Garanto que voltariam com vida.” (SANTOS, 1961, p. 197).

Salientamos que a Guerra do Contestado (1912 – 1916) foi um conflito bélico também caracterizado por camponeses revoltosos com a situação econômica e social em que se encontravam. Por esse descontentamento, adicionado ao estímulo da existência messiânica de José Maria, os camponeses viam na guerra contra a República uma forma de salvação.

Os conflitos se intensificam em 1912, em decorrência das abusivas repressões da empresa *Lumber – Southern Brazil Lumber & Colonization Company* – contra os “fanáticos”. A empresa, responsável pela construção da ferrovia que ligaria São Paulo e Rio Grande do Sul, pressiona o governo central a intervir na situação, desencadeando inúmeros ataques ao que argumentavam ser uma ameaça à integridade da República. Em 1914, inicia-se a contra-ofensiva, mas, de acordo com Magalhães (2017, p. 36), é somente em 1916 que “as forças de repressão oficial conseguem sufocar o movimento, num massacre sem precedentes. Ao todo foram mortos 20 mil homens.”

Como temos demonstrado ao longo do desenvolvimento desta tese, os embates decorrentes da colonização e dos processos de conquista de terras no Paraná figuram lugar comum na produção de romances históricos no estado. Sobre esses enfrentamentos, versando sobre a guerra de Canudos (1896 – 1897) e o Contestado (1912 – 1916), Weinhardt (2004) assevera que a solução encontrada em nosso país – por aqueles que se denominaram de civilizados – foi o massacre:

> Estão incorporados à tradição brasileira, histórica e literária, relatos de episódios resultantes dos atritos entre tentativas de dominação dos que chamamos civilização e erupções do que nos acostumamos a identificar como barbárie. [...] A história e a literatura do Brasil tropical são ricas em episódios e obras expressivos quanto à incapacidade da cultura em incorporar a contracultura, encontrando na destruição o único caminho. (WEINHARDT, 2004, p. 139).

Figura como exceção nesse cenário a narrativa *Casa Verde*, de Noel Nascimento, publicado pela primeira vez em 1963 e reeditado em 1985, no qual a guerra é apresentada a partir da ótica dos camponeses insurgentes. Esses últimos, consumidos pelo sentimento de injustiça social, ludibriados pelo monge, acreditavam e agiam na defesa de seus ideais, como podemos observar no excerto exposto a seguir:

> Gente cansada da servidão e farta de misérias, sedenta de justiça. Gente que, na ânsia da libertação, antecipa o futuro na mente, julgando-se numa nova Idade de Ouro, num paraíso terrestre criado por um mensageiro divino. Gente que vive os desejos, confundindo a fantasia com a realidade. (NASCIMENTO, 1985, p. 77).

Muito diferente, pois, é essa visão da perspectiva apresentada em *Origens* (1961). Na obra de Nascimento (1985), o olhar periférico aponta as mazelas sociais, inclusive as desigualdades relacionadas à posse de terra e ao trato diferenciado entre os imigrantes e a população nacional, reafirmando as razões da revolta. Vejamos isso no fragmento destacado à continuação:

> E enquanto os imigrantes europeus chegavam e se estabeleciam como proprietários, gozando de favores e privilégios, os caboclos pátrios viam-se preteridos, tratados com desprezo, vítimas de violências praticadas pelos latifundiários e pelas empresas estrangeiras, empregadores de jagunços. (NASCIMENTO, 1985, p. 36).

Essa imagem da Guerra do Contestado (1912 – 1916) diverge, pois, da apresentada em *Origens* (1961), a qual, além de ser bastante curta e superficial, mostra-se alicerçada no ideário colonial, numa visão eurocêntrica, própria daqueles privilegiados sugeridos em *Casa Verde* (1985). Dessa maneira, junto à *Pioneiros do Iguatemi* (1966), de Hellê Vellozo Fernandes, *Casa verde* ([1963] 1985) configura-se como uma narrativa de exceção para sua época no rol de romances históricos paranaenses, pelo teor crítico de sua discursividade.

Em *Origens* (1961), a postura apologética às ações do Estado e seus soldados reafirma as características que a classificam como romance histórico tradicional, pois, nessa modalidade, é comum que não se proponha nenhum questionamento ou reflexão crítica acerca das consequências das ações de seus pretensos heróis. No entanto, faz-se importante ao romance híbrido dessa natureza trazer os dados de forma verossímil para que o leitor entre em contato, novamente, com a versão já consagrada na escrita historiográfica precedente.

Ademais da Guerra do Contestado (1912 – 1916), outros conflitos são mencionados e discutidos na diegese de *Origens* (1961), como a Guerra do Paraguai (1864 – 1870) e, mais especificamente, a revolta do Cerco da Lapa (1894). Esta última é apresentada em inserções que perpetuam o caráter didatizante e laudatório da narrativa, como podemos apreciar no fragmento selecionado à continuação:

> – Como conseqüência da proclamação da República, em janeiro de 1980 houve a separação entre o Estado e a Igreja. [...] O 1.º presidente foi Deodoro? [...]
> Deodoro, não quiz alimentar a guerra civil e passou o Govêrno ao seu substituto legal, o Marechal Floriano Peixoto.
> Em 93 o teatro dos acontecimentos bélicos foi nosso Paraná.
> – Trata-se do famoso cêrco da Lapa, não é? [...] Houve heroísmo, sim, Senhor! Fibra! (SANTOS, 1961, p. 161).

Essas inserções detalhadas tornam-se mais frequentes quando o restante das personagens da família Sigwalt muda-se da França para o Brasil, pois há a necessidade de atualizar os familiares da situação nacional. A essa altura, a personagem Tia Rose – com quem a maior parte das cartas eram trocadas e a partir das ações de quem se conduz a narrativa –, também vem para o Brasil. Nessa transição, os textos epistolares passam a ser menos frequentes, dando início a relatos sobre o que ocorre com os familiares, aproximando-se ao diário ou à crônica

familiar, especialmente sobre os filhos e netos do casal protagonista, delineando uma árvore genealógica da família, conforme podemos observar no trecho abaixo destacado:

> Faleceu Teolindo. Mais tarde morreu o 4.º de seus filhos.
> Maria Joana, a espôsa de Dalton, era conhecida entre as crianças, por: tia Marica. [...] Ela e Dalton deixaram duas filhas e quatro filhos. As duas moças são professôras. Um dos jovens é Juiz de Direito na Capital.
> Polymnia casou-se com Apolônio, seu colega de Magistério. Ambos são lentes de ginásio, ora aposentados. (SANTOS, 1961, p. 209).

É com essa postura de crônica familiar que a narrativa é encerrada: “Uns após outros foram desaparecendo do cenário humano – os nossos caros parentes. Sim, morreram como morrem os justos; com a graça de Deus.” (SANTOS, 1961, p. 209). Ao término da narrativa, o retorno dos descendentes da família à Superagui é retratado com ares de ritual divinizado: “Respeitosos, como quem penetra em um Templo, como se pisassem em tapete sagrado, olhando para cada pedra como quem olha para algo que fora mirado por seres imaculados, penetram, muito mais tarde, os descendentes de Jean Michel [...].” (SANTOS, 1961, p. 210).

Entrementes, como última surpresa, o local onde deveria ser o cemitério em que Jean Michel estaria enterrado foi inundado pelo mar, que destruiu e carregou os jazigos. Dessa maneira, liricamente, a narrativa retorna ao seu ponto de início, a prófuga trajetória de imigrantes que se instalam no Brasil e fazem do Paraná sua terra, a travessia dessas personagens pelo mar: “Ainda uma vez o mar... O mar a receber de suas mãos trêmulas as flores que tombavam ante seu espanto. E ficaram inertes a fita-las até desaparecerem na distância.” (SANTOS, 1961, p. 210).

Dessa forma, lírica e idealista, o romance finaliza-se, reafirmando seus preceitos apologéticos aos ancestrais imigrantes que chegaram à Ilha de Superagui. Assim, o romance de Santos (1961) mostra-se fiel aos ideais eurocentristas, perpetuados e exaltados pelas narrativas híbridas de história e ficção da primeira fase da trajetória do gênero romance histórico, a fase acrítica.

Como reação a essa postura laudatória e de base ideológica colonial, em toda a América Latina, surgem obras com posicionamentos críticos e desconstrucionistas, incorporadas na segunda fase da trajetória do romance histórico – em consonância ao que já desenvolvemos na primeira seção desta tese. Essas narrativas

desconstrucionistas e experimentalistas consolidam-se as modalidades do novo romance histórico latino-americano e da metaficção historiográfica.

À continuação, apresentamos de que maneira essas obras críticas, desconstrucionistas e experimentalistas estão representadas na trajetória do romance histórico paranaense.

3.2 SOB O SIGNO DA CRÍTICA/DESCONSTRUCIONISTA: A IMPUGNAÇÃO DAS VERSÕES HEGEMÔNICAS DO PASSADO PELA FICÇÃO

Após havermos exposto nossas leituras das obras paranaenses selecionadas como representantes da modalidade tradicional do romance histórico, nesta subseção, dedicamo-nos às modalidades críticas/desconstrucionistas do gênero romance histórico, pertencentes à segunda fase do gênero. Essas narrativas rompem, radicalmente, com os padrões estéticos perpetuados pelas modalidades anteriores e posicionam-se criticamente frente ao discurso historiográfico hegemônico. Pelo emprego de recursos escriturais específicos, tais obras empreendem a desconstrução do discurso hegemônico da historiografia tradicional e das imagens sacralizadas dos heróis do passado, edificadas tanto pela escrita da história tradicional como pelas modalidades acríticas do romance histórico.

Na trajetória da literatura híbrida de história e ficção paranaense, o romance experimentalista *Catatau* (1975), de Paulo Leminski, é, como já enunciamos, marco inicial fundamental da fase crítica/desconstrucionista, por seu caráter inaugural e renovador. No entanto, exatamente por essas propriedades, essa narrativa já foi amplamente investigada e analisada em trabalhos anteriores[89], motivo pelo qual não a contemplamos em nossas análises. Isso não implica, é claro, o não

[89] Os aspectos renovadores, críticos/desconstrucionistas, dessa obra podem ser encontrados em estudos como, por exemplo, "O *Catatau*, de Paulo Leminski: ou da incompatibilidade da lógica cartesiana com o espaço onírico ao sul do Equador", de Antonio Esteves (2010), e a tese de Claudio R. Souza, *Catatau: Literatura de obstrução em país bloqueado* (2008). Além desses, há outros estudos densos que se ocupam dessa narrativa híbrida de história e ficção escrita por Paulo Leminski, e todos podem ser encontrados no "Quadro 4 – Relação de estudos sobre os romances históricos paranaenses". Dessa listagem, ainda destacamos a tese *Quatro clics em Paulo Leminski* (2019), de Rafael Fava Belúzio, que, além de investigar a poética leminskiana, apresenta um inventário dos estudos, textos jornalísticos e outras publicações já realizadas sobre a vida e a obra do célebre autor paranaense. Outra compilação saliente é o número 2, Ano 2, da revista *Circuladô* - Revista de Estética e Literatura do Centro de Referência Haroldo de Campos – Casa das Rosas, dedicada, exclusivamente, à pluralidade literária de Paulo Leminski.

reconhecimento de sua relevância no percurso do gênero híbrido de história e ficção no estado do Paraná.

Diacronicamente, na trajetória do romance histórico, as produções pertences às modalidades crítica/desconstrucionistas do gênero – a exceção de *Catatau* (1975) – ocorrem tardiamente quando comparada à trajetória do gênero em solo nacional e na América Latina (1930/1949).

Conforme mencionamos, Menton (1993) aponta para o ano de 1976 como início da produção de novos romances históricos brasileiros, tendo como marco inicial com *Galvez imperador do Acre* (1976), do escritor e jornalista amazonense Márcio Souza. Entretanto, a publicação de *Catatau* (1975), de Paulo Leminski, adianta seu exórdio para 1975 – como já demonstramos na seção anterior.

A lacuna no recorte realizado por Menton (1993) que, apesar de não exclusivo afeta-nos a todos, explicita como a crítica literária silencia campos intelectuais não exatamente ligados ao poder discursivo predominante. Torna-se fundamental, portanto, apontarmos que este é o espaço ocupado pela literatura paranaense, como uma produção literária periférica que, com raras exceções, permanece às margens da crítica especializada e, quando contemplada, frequentemente, permanece engessada a parâmetros nem sempre adequados às suas singularidades.

Após essas duas narrativas, há uma profusão nacional de romances históricos desconstrucionistas e experimentalistas, como são exemplares *Calvário e Porres do Pingente Afonso Henriques de Lima Barreto* (1977), de João Antônio, *Em liberdade* (1981), de Silviano Santiago, *Mad Maria* (1986), de Márcio Souza, *Memorial do fim*: *a morte de Machado de Assis* (1991), de Haroldo Maranhão, dentre outros.

No Paraná, no entanto, essas narrativas só serão produzidas novamente nos primeiros anos do século XXI. A partir de nossas buscas, encontramos, títulos representativos dessa fase publicadas a partir de 2004, com *Santo Reis da Luz Divina* (2004), de Marco Aurélio Cremasco, e *Amar-te a ti nem sei se com carícias* (2004), de Wilson Martins, seguidos pelas obras: *Maria Batalhão: memórias póstumas de uma cafetina* (2012), de Dante Mendonça; *Guayrá* (2017), também de Cremasco; e *O herói provisório* (2017), de Etel Frota.

À continuação, realizamos um exame do romance *Guayrá,* publicado em 2017, de autoria de Marco Aurélio Cremasco, o qual se ajusta à modalidade do novo

romance histórico latino-americano e reelabora as incursões jesuíticas realizadas no interior do Paraná no século XVII. Devido às suas características estilísticas e temáticas, colocamos esse relato em diálogo com outra diegese experimentalista, *Santo Reis da Luz Divina* (2004), também de Cremasco.

Na sequência, realizamos um exame de *O herói provisório* (2017), de Etel Frota, por nós classificado como um novo romance histórico metaficcional, devido à sua particular autoconsciência narrativa. Esse romance ressignifica o Episódio Cormorant (1850), também conhecido como Incidente de Paranaguá, que culminou com a batalha naval entre o cruzador inglês *HMS Cormorant* e a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres de Paranaguá, em 1850. No romance, a história pouco conhecida do Tenente Joaquim Ferreira Barboza é reelaborada e ganha novos contornos por um prisma humanizador e desconstrucionista.

Das narrativas eleitas para análise, *O herói provisório* (2017) é uma exceção dentro de nossa delimitação temática, pois é o único que não reelabora, efetivamente, o processo de colonização e/ou povoamento do estado – tópico norteador por nós selecionado para o estabelecimento da trajetória do romance histórico paranaense, objetivo primeiro desta tese.

No entanto, seu universo diegético ressignifica o período colonial de meados do século XIX, assinalado pelo sistema escravocrata, pelos conflitos dele decorrente, e pela sociedade da época, e, assim, reconstrói o imaginário do período colonial, essencial para repensarmos, também, a trajetória da formação do Paraná.

Ainda, apesar de não se configurar como uma metaficção historiográfica, configura-se como a única obra paranaense dessa fase em que a característica da metaficcionalidade se apresenta de forma consistente e contínua, ao mesmo tempo em que reelabora o passado do estado. Esse é motivo pelo qual acreditamos em seu potencial representativo para a trajetória do romance histórico paranaense, e o contemplamos em nossas análises.

Para a análise e classificação dessas narrativas, apoiamo-nos nas concepções teóricas sobre o novo romance histórico latino-americano do teórico e crítico uruguaio Fernando Aínsa (1991) e, ainda, do estadunidense Seymour Menton (1993). Do mesmo modo, apoiamo-nos aos desdobramentos teóricos realizados pela espanhola Celia Fernández Prieto (2003), pela argentina María del Carmen Tacconi (2013) e pelo catarinense Gilmei Francisco Fleck (2017), os quais apontam diferentes especificidades em torno dessa escrita crítica/desconstrucionista. Sobre

as estratégias metaficcionais e a modalidade da metaficção historiográfica, tomamos como base fundamental as teorias da canadense Linda Hutcheon (1991; 2013), preceptora do termo, e os aportes teóricos de Patricia Waugh (2003) e de Gilmei Francisco Fleck (2017). Para a realização das análises narrativas, apoiamo-nos, também, em Genette (2005; 2006), Nitrini (2010), Nascimento (2020), Larios (1997), Walsh (2013), dentre outros teóricos e historiadores.

3.2.1 *Guayrá* (2017), de Marco Aurélio Cremasco: as incursões jesuíticas sob o signo pluriperspectivista – óticas revitalizadas

As representações do processo de colonização paranaense recebem um enfoque renovador a partir das ressignificações realizadas pelas narrativas híbridas de história e ficção da segunda fase do gênero romance histórico, a fase crítica/ desconstrucionista. Composto sob os signos da criticidade, do desconstrucionismo e do experimentalismo linguístico, o novo romance histórico *Guayrá*, de Marco Aurélio Cremasco, publicado em 2017 pela editora Confraria do Vento, reelabora os contatos iniciais entre a população do "Velho" e do "Novo Mundo"; especialmente, aqueles desencadeados pelas incursões jesuíticas na região do Guairá.

Dessa forma, o relato romanesco lança luzes sobre o passado obscuro do século XVII paranaense, praticamente apagado da historiografia do estado. A diegese proposta por Cremasco recupera um período histórico em que a maior parte do território do atual paranaense pertencia à Espanha e era ocupado por inúmeras reduções criadas pelos jesuítas espanhóis.

Marco Aurélio Cremasco é um engenheiro químico de formação, doutor em engenharia mecânica, professor universitário e escritor paranaense. É autor de diversos títulos na área de química e engenharia mecânica, tais como *Fundamentos da transferência de massa* (2015), *Difusão mássica* (2019) e *Vale a pena estudar engenharia química* (2005).

Como escritor literário, transita entre a prosa e a lírica, com publicações de crônicas, contos, romances e poesias. Entre suas obras poéticas estão *Vampisales* (1984), *Viola caipira* (1995), *A criação* (1997), *fromIndiana* (2000), *As coisas de João Flores* (2014) e *Bilros* (2020). Publicou suas crônicas em *Onde se amarra a terra vermelha* (2019) – com o qual foi finalista do Prêmio Jabuti de 2019 –, e seus contos

aparecem em *Histórias prováveis* (2007) e *A solidão dos anjos* (2021). Compondo sua prosa romanesca estão *Santo Reis da Luz Divina* (2004) e *Guayrá* (2017), ambos romances históricos pertencentes à fase crítica/desconstrucionista.

O seu romance inaugural, o novo romance histórico *Santo Reis da Luz Divina*[90], publicado em 2004 pela editora Record, foi também o vencedor do Prêmio Sesc de Literatura de 2003 e indicado ao Jabuti de 2005. Nesse romance, Cremasco apresenta a formação e a trajetória da família Reis, ambientada no interior do Paraná, contemplando um período que vai da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), em meados do século XIX, ao governo Collor, na década de 1990.

Sua composição diegética é dividida em três linhas narrativas principais, nas quais são figuradas as histórias de três personagens: o coronel Dionísio Figueira Barros, herói da Guerra do Paraguai (1864 – 1870); Santo Reis, farmacêutico que se torna uma lenda durante a entrada do Estado Novo; e Marco Reis Vitalli, que reconta a história da avó, dona Esperança, durante o período da ditadura militar. Dona Esperança é neta de Coronel Dionisio, esposa de Santo Reis e avó de Marco Reis Vitalli – personagem que relata ao neto a existência de seus antepassados e atua como elo viabilizador da narrativa.

Nesse roteiro, o universo diegético ressignifica episódios emblemáticos do passado nacional, tais como a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), os períodos políticos assinalados pelo Estado Novo (1937 – 1946) e pela Ditadura Militar (1964 – 1985). Ao mesmo tempo, a narrativa recupera, criticamente, aspectos da memória

---

[90] Sobre essa narrativa de Cremasco, inseridos no Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”, como resultado de nossas investigações sobre o romance histórico paranaense, destacamos o artigo “Da antropofagia à transculturação: o local da diferença no novo romance histórico *Santo Reis da Luz Divina*, de Marco Aurélio Cremasco” (2019), no qual realizamos uma interpretação da narrativa sob o crivo de teorias relacionadas à antropofagia, à transculturação e ao entre-lugar da literatura latino-americana, e defendemos o seu caráter de resistência crítica frente à representação tradicional da história; texto disponível como: CELLA, Thiana Nunes. Da antropofagia à transculturação: o local da diferença no novo romance histórico *Santo Reis da Luz Divina*, de Marco Aurélio Cremasco. In: CONGRESSO INTERNACIONAL HUMANIDADES NAS FRONTEIRAS: Controvérsias Contemporâneas, 2., 2020, Foz do Iguaçu. *Anais do II Congresso Internacional Humanidades nas Fronteiras:* Controvérsias Contemporâneas, 2019. v. 2. p. 315-326. Disponível em: https://drive.google.com/open?id=1YqaetFxykk27PmDGiKGdY-WUMWO08T5l. Acesso em: 15 fev. 2022. Também ressaltamos o artigo “A Guerra do Paraguai à luz aos Romances *Santo Reis da Luz Divina* e *Río Escarlata*”, no qual examinamos as distintas posturas na ressignificação da Guerra do Paraguai realizada pelas narrativas ficcionais em análise; texto disponível como: ALBUQUERQUE, Adenilson B.; BERNDT, Jorge A.; CELLA, Thiana N. A Guerra do Paraguai à luz aos romances *Santo Reis da Luz Divina* e *Río Escarlata*. Contexto - Revista do programa de pós-graduação em Letras, v. 39, p. 223-240, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/contexto/article/view/35854. Acesso em 15 fev. 2022.

coletiva paranaense, desconstrói imagens cristalizadas pela historiografia tradicional e revela versões até então negligenciadas e apagadas pelo discurso oficial.

Sua segunda obra, também exemplar do novo romance histórico latino-americano, é *Guayrá* (2017). A essa obra, dedicamo-nos na análise a seguir.

Antes de adentrarmos ao universo diegético, ressaltamos que, conforme já afirmamos em estudos anteriores (CELLA, 2019, p. 241), o termo *Guayrá*, de origem indígena, relaciona-se à denominação de uma tribo indígena que habitava as margens do rio Paraná, nas imediações de Sete Quedas. O termo também pode denominar como era chamada a região que hoje compreende o território entre o norte, noroeste, sudoeste e centro do estado do Paraná, delimitado pelos rios Paraná, Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Piquiri e parte do Iguaçu. Esse espaço também se estendia às terras do que hoje são territórios da Argentina e do Paraguai.

Guayrá (ou *Guayracá*) ainda se relaciona à existência de um influente cacique, cujo poder se estendia pelas margens do Rio Paraná. Por isso, devido às características geográficas de extensão de seu poder, o seu nome está associado às cataratas Sete Quedas do Rio Paraná e à região.

Ademais, em uma análise mais aprofundada, de acordo com Marco Aurélio Cremasco (2017, p. 306), a palavra pode ser dividida da seguinte maneira: “GUA”: algo ou alguém que pertence a determinado tempo e espaço; “Y”: atributo do que é capaz de resistir, não arrebentar ou quebrar; “R”: ocorre em construções possessivas, indica o elemento possuído; “A”: pronome demonstrativo: aquele lugar, direção, maneira. Assim, *Guayrá* pode ser compreendido como sinônimo de resistência: lugar que resiste, terra intransponível; tempo que persiste, tempo que resiste. A narrativa híbrida de história e ficção homônima, como demonstramos à continuação, também é sinônimo de resistência, de combate frente ao esquecimento e ao apagamento de versões do passado paranaense, negligenciadas pela historiografia tradicional.

A urdidura romanesca de *Guayrá* (2017) ressignifica parte do território que hoje identificamos como o interior paranaense durante as primeiras décadas do século XVII. Esse período é marcado, principalmente, pela instalação das incursões guaraníticas e pelos inúmeros conflitos entre os indígenas e os jesuítas espanhóis, assim como pelos embates da população autóctone com os bandeirantes espanhóis e portugueses.

Naira Nascimento (2020), em “*A Guairá*: um canto épico finissecular”, apresenta uma perspectiva amplificada em relação ao território e ao imaginário social do Guairá. A partir de sua análise da obra *A Guairá* (1891), de Rocha Pombo, e do ideário por ela elaborado, a autora argumenta que, apesar de estar associada à identificação nacionalista, o imaginário guairense também está relacionado, intrinsecamente, à consolidação da identidade regional:

> *A Guairá* coloca-se muito mais num quadro de regionalização que propriamente de nacionalização. Tendo se transformado em membro federativo da república, na época da sua publicação em 1891, a obra de Rocha Pombo assinala, no seu projeto, a intenção de estimular os laços identitários ao Paraná e a proximidade geográfica entre o território paranaense e o mapa da Guairá, que coincide em grande parte com o estado, não parece mera coincidência. E, diferentemente do texto literário, a heterogeneidade dos povos nesse domínio nunca chegou a criar uma unidade semelhante àquela festejada pelos guairenses. O fato é que a existência da Província do Paraná era muito recente, tendo sido criado por desmembramento da Quinta Comarca de São Paulo, em 1853. A narrativa dos guairenses funciona, desse modo, como uma proto-história do recém-estado brasileiro, explicando suas origens e conferindo-lhes um traço identitário. (NASCIMENTO, 2020, p. 239).

Esses aspectos de identificação, bem como a problematização crítica dos mesmos, são aspectos refletidos, também, na obra de Cremasco. O universo diegético de *Guayrá* (2017) reconstrói um painel cultural amplo sobre a população autóctone, sob a perspectiva humanizadora daqueles que aqui existiam antes da chegada dos jesuítas, colonizadores e bandeirantes.

Em sua constituição estético formal, alicerçada em intrincados recursos linguísticos e estratégias estilísticas experimentalistas, pela pluralidade de fios narrativos e pela fusão crítica e desconstrucionista de elementos históricos amalgamados à trama ficcional, a composição de *Guayrá* (2017) conforma-se às narrativas próprias da segunda fase do gênero romance histórico e à modalidade do novo romance histórico latino-americano.

Em consonância com as premissas dessa produção latino-americana crítica frente ao passado histórico consignado nos registros oficiais, o relato ficcional interpela e ressignifica, de forma plural e crítica, a violenta história das reduções jesuíticas na, então, Província Jesuítica do Paraguai. Esse território, hoje, é identificado à região de Guaíra, local fronteiriço entre o Paraná e o Mato Grosso do

Sul, no Brasil, e o Paraguai. Ainda, as ações do universo ficcional também transitam pela Argentina ao longo do desenvolvimento narrativo, na busca pela “Terra prometida”.

Na tessitura ficcional, uma das principais linhas enunciativas descreve a trajetória da personagem Itawerá, também chamado de Jesus e de Jesus Itawerá, indígena que busca a vingança pela morte de seu pai, Atyguajé, líder da comunidade em que viviam antes da chegada dos “jurua” – como eram denominados os não nativos no romance –, também chamados de mamelucos, jesuítas, campeiros, estrangeiros. Esse fato, como se comprova no deslinde da diegese, altera completamente o curso da história daqueles grupos humanos nativos das terras cobiçadas por esses invasores.

Ao mesmo tempo, por meio de diferentes fios narrativos, a voz enunciativa – frequentemente enunciando desde o nível intradiegético, mas oscilando entre voz homodiegética e autodiegética (GENETTE, 2005) – engendra a reelaboração dos ataques bandeirantes às reduções do Guairá. Esses conflitos culminam com a fuga dos guairenhos pelo Paranapanema, guiados pela personagem Antonio Ruiz de Montoya, reconhecida personalidade de extração histórica que é reelaborada e desmistificada no universo ficcional. Ao término da narrativa, após a morte de milhares de indígenas e a destruição de centenas de *villas*, a travessia da personagem Itawerá reduz-se à busca pela Terra sem Mal, representativa tanto de um local livre e de pertencimento à população indígena, como do paraíso cristão.

O início dos conflitos é assim anunciado: “A paz no Paku foi rompida quando os campeiros atacaram a aldeia de Guaimbaró, na beira do Pirapó. Guaimbaró buscou ajuda de Mboixá para vingar a morte de tantos.” (CREMASCO, 2017, p. 18). Dessa maneira dá-se início à representação e à narração de inúmeros episódios de conflitos violentos entre indígenas e estrangeiros: “Com o tempo combateram, expulsaram invasores espanhóis e portugueses que se aventuraram por aquele tekoá.” (CREMASCO, 2017, p. 18). A presença dos primeiros jesuítas é descrita, tal como ao longo de todo o relato, com referências às crenças religiosas anteriores, com o olhar curioso do autóctone que estranha as criaturas recém-chegadas, como podemos conferir no excerto destacado abaixo:

> Junto deles, dois estrangeiros: altos, tez branca, cobertos por vestes escuras, estranhamente, até os tornozelos. Pelos faciais quais

> macacos. Portavam duas taquaras nas mãos: a menor, posta cruzada, pouco acima do meio da taquara maior, lembrando os troncos das palmeiras que sustentam a rede de Nhanderu. (CREMASCO, 2017, p. 23).

Nhanderu, também chamado de *Nhamandu*, é a denominação do deus supremo de origem tupi-guaranítica, figura mitológica criadora de outras deidades, tais como *Tupã*, *Karai*, *Nhandu Karai*, as quais também são inseridas na tessitura narrativa de *Guayrá*. Essa, aliás, é uma particularidade relevante para a compreensão e exame da diegese: Marco Aurélio Cremasco realiza intensa investigação histórica, cultural e linguística, e, assim, reelabora circunstâncias e retrata mitos, adensados por crenças religiosas, costumes tradicionais, aspectos da geografia local, permeados pelo trabalho detalhado com a língua nativa, pertencente à família linguística tupi-guarani.

O intenso trabalho linguístico lexicográfico que, muitas vezes beira ao barroquismo, é traço relevante na modalidade do novo romance histórico latino-americano, marcado pelo experimentalismo linguístico, pelo qual podemos verificar que "*el lenguaje se ha vuelto la herramienta fundamental de la nueva novela histórica y acompaña la preocupada y desacralizadora relectura del pasado*[91]*"* (AÍNSA, 1991, p. 85).

Sobre esse traço peculiar do uso da linguagem na segunda fase do romance histórico, no contexto latino-americano, Fleck (2017, p. 58) respalda nossa assimilação de tal aspecto como uma forma de resistência, recuperação e valorização dos traços de oralidade oriundos das civilizações anteriores à colonização europeia. Ainda que não institua consideravelmente neologismos, o uso de regionalismos e de "misturas selvagens" são recursos que "provocam a 'desterritorialização' da língua pelos colonizados, como um dos elementos de dominação impostos pelos centros de poder ao longo da história da América Latina." (FLECK, 2017, p. 63).

Frequentemente, os artifícios de configuração linguístico-cultural conferem refinamento estético à composição romanesca, tornando-a, muitas vezes, essencialmente poética. Para exemplificar essas características, o trecho, a seguir

[91] Nossa tradução livre: a linguagem se tornou ferramenta fundamental da nova novela histórica e acompanha a preocupada e dessacralizadora releitura do passado. (AÍNSA, 1991, p. 85).

exposto, apresenta a personagem Atyguajé, contando ao filho uma lenda: a história de um amor não correspondido, que dá vida à ariranha e ao deus *Guaryrakã*:

> Yasy se revelou por não ter correspondido a Yrupê. Rogou Nhanderu que lhe desse uma lembrança daquele amor. O nosso pai tomou duas pétalas da flor yrupê, uma branca e outra vermelha: da primeira, criou o guairaká, a ariranha feroz e protetora do Paranapané, e com a segunda, fez brotar o sangue de Yrupê e desse sangue renasceu a flor do Paranapané para se unir a Yasy. Da união dessa flor com a lua, nasceu Guaryrakã, o senhor do Guayrá, o antepassado que nos gerou, amparou e que está enterrado aos pés de yvyrasy do Paku. (CREMASCO, 2017, p. 82).

Esse momento fraternal entre pai e filho, no entanto, é rompido por uma sequência violenta de espancamento. Essa é outra peculiaridade relevante na narrativa: a violência extrema. Carnificinas, rituais de canibalismo e misticismo violento permeiam todo o romance, também. No relato, os embates entre as diferentes tribos indígenas, e entre os nativos e colonizadores espanhóis e portugueses, são constantemente reelaborados por meio de descrições detalhadas.

Ao mesmo tempo, o excerto anterior também demonstra de maneira sensível e humanizada como a população indígena possuía um sistema de crenças bem estabelecido antes da invasão colonizadora. Assim, o universo diegético de *Guayrá* (2017) abre espaço para a perspectiva autóctone, pela qual acessamos uma realidade permeada por seus ideários culturais e sistemas sociais – os quais foram brutalmente obliterados e escamoteados pelo processo de colonização, sob o pretexto de civilizar, salvar ou modernizar o “Novo Mundo”.

Nesse sentido, Cremasco (2017) apresenta uma base ideológica inclusiva, que traz à luz uma perspectiva preterida pelo discurso histórico eurocêntrico: a ótica da população autóctone, a oprimida população indígena, massacrada, explorada, dizimada e, sistematicamente, esquecida. Essa reelaboração do passado pela ficção apresenta, portanto, a visão dos vencidos, ou a história vista de baixo, na acepção de Jim Sharpe (1992). Essa concepção é problematizada por Sharpe (1992) em relação à abrangência e, por conseguinte, sua difícil definição. No entanto, o estudioso assevera que

> [...] aqueles que escrevem a história vista de baixo não apenas proporcionaram um campo de trabalho que nos permite conhecer mais sobre o passado: também tornaram claro que existe muito mais,

> que grande parte de seus segredos, que poderiam ser conhecidos, ainda estão encobertos por evidências inexploradas. Desse modo, a história vista de baixo mantém sua aura subversiva. (SHARPE, 1992, p. 62).

A história vista de baixo – aquela proporcionada pela perspectiva do subalterno, do oprimido, do vencido –, retrata uma versão do passado a contrapelo da historiografia tradicional. Essa última, em conformidade a Burke (1992), é alicerçada na sucessão de acontecimentos, respaldados em fontes documentais, retratando episódios eminentes, muitas vezes políticos, pautados em ações de personalidades reconhecidas pelo poder eurocêntrico.

Para explicitarmos o *lócus* discursivo crítico e interpelador veiculado em *Guayrá,* tomamos como contraste a perspectiva tradicionalista expressa pelo historiador paranaense Romário Martins (1950), que reafirma a ótica colonizadora e reitera, elogiosamente, a grandeza das missões jesuíticas:

> A história das fundações indio-cristãs levadas a efeito por missionários da Companhia de Jesus na Província de Guaíra, constitue o *magistral* esboço do sistema, novo então em todo o mundo, adotado pelos jesuitas para a *conversão e civilização* dos indígenas. Os episódios de que se viu cercada essa *formidável empresa de superior idealismo religioso*, rematados pela *conquista* bandeirante vinte anos após, [...]. Em Guaíra o sistema teve os seus delineamentos práticos, a demonstração de sua eficiência, os seus primeiros resultados anunciadores do que nenhum outro plano de ação civilizadora do gentio lhe superaria em resultados. (MARTINS, 1950, p. 71 - grifos nossos).

O discurso apresentado pelo renomado historiador paranaense, responsável pela primeira compilação de toda a história do estado em volume único, é representativo do tom laudatório e apologético apresentado pela historiografia tradicional, eurocêntrica e, muitas vezes, de caráter positivista. Esse discurso é conivente, portanto, às mentalidades coloniais, que justificaram a mortandade de indígenas pela “ação civilizadora do gentio”.

Essa postura política e ideológica da historiografia tradicional desconsidera, quase completamente, fatores como a mortandade, a exploração arbitrária e o extermínio violento da população autóctone durante os inúmeros conflitos na realização das reduções guaraníticas. Nesse ínterim, há a destruição e o apagamento sistemático de qualquer indício de legitimidade ou superioridade

cultural indígena. De acordo com Sá (2012), essa anulação da perspectiva indígena ocorre também como estratégia socioeconômica que articula a deslegitimação da posse de terras pelos indígenas. Segundo o autor,

> [...] ao desprover os índios de importância histórica, negam-se os laços culturais que ligariam os caboclos e índios destribalizados aos seus ancestrais e, como consequência, anulam-se as demandas que esses caboclos ou indígenas poderiam ter sobre a terra de seus antepassados. A eliminação – física ou simbólica – dos índios resolve as disputas de terra entre os habitantes originais do país e os grandes proprietários […]. (SÁ, 2012, p. 202).

De fato, escritores – tal como Rocha Pombo –, intelectuais e historiadores tradicionais esquivaram-se de discussões essenciais na representação artística ou histórica do indígena, em especial, referente à posse da terra, pois "reconhecer os direitos dos nativos equivaleria a reconhecer o direito deles pelo território do qual foram espoliados." (NASCIMENTO, 2020, p. 241). Esse aspecto da colonização nacional explicita que, com efeito, a história é contada não apenas pelo que elege contar, mas também pelo que escolhe silenciar, como exprime White (2001, p. 107) ao afirmar que "nossas explicações das estruturas e dos processos históricos são determinadas mais pelo que deixamos de fora das nossas representações do que pelo que nela incluímos". Sobre esse tópico, já asseveramos em estudos anteriores que

> Devido a essa seleção de elementos históricos é que as sequências narrativas podem apresentar várias perspectivas e ser representadas de inúmeras maneiras. Todavia, a escolha ou abandono de eventos e elementos históricos não é neutra, é ideológica, sendo determinada pelas relações sociais, políticas e econômicas e subjetivas do historiador. Dessa forma, aos acontecimentos históricos caberia a sua neutralidade, pois são passíveis de inclusão nessas sequências, dotados de diferentes sentidos, trágicos ou cômicos, mas ao serem selecionados ou abandonados logo perdem essa neutralidade, pois, como afirmado, a inclusão ou a exclusão de fatos históricos é ideológica. Assim, além da relevância do que se inclui e de como se introduz na estória, a mesma também é determinada, se não predominantemente determinada, por aquilo que é deixado de lado [...]. (CELLA, 2016, p. 22-23).

A menção às fraturas indígenas do historiador paranaense é enxuta e superficial: "Escravizados ou emigrados os guaranís dos seus mais numerosos agrupamentos e vencidos os espanhóis nos seus últimos redutos, o território de

Guaíra foi envadido pelos Gês de além Paraná cujas tribus passaram a se estabelecer nos seus vastos domínios." (MARTINS, 1950, p. 58). Tal discurso, também explícito pelo uso do termo "invadido" – a invasão de uma terra que lhes pertencia –, salienta a parcialidade do relato e a ausência de uma perspectiva inclusiva e mais humanizada em relação à população nativa e o projeto de desmantelamento de suas existências.

Esse projeto homicida e de apagamento é, mais uma vez, respaldado pelo discurso de integração do indígena à civilização, do combate à barbárie e de modernização. Daí a relevância e a necessidade do olhar decolonial às dicotomias do mundo colonial/moderno, sustentado por um sistema que operou a super-humanização do colonizador sobre a desumanização indígena, sua aniquilação e apagamento, que perpetuam a constituição de identidades nacionais e imaginários sociais construídos a partir da negação (WALSH, 2009).

A ruptura com esses padrões coloniais de poder, saber e ser, portanto, requer uma atitude de resistência, insurgência e recriação, de questionar e desafiar a razão colonial. Nesse processo, no qual tomamos a escrita literária como uma arma e ferramenta de desalienação e transformação, o olhar decolonial sobre as figurações de *Guayrá* (2017), "*abren camino a un entreteje pedagógico decolonial dirigido a liberarse tanto del sistema y condición de opresión colonial, como de uno mismo de sentido intra-, inter- y supra-humano*.[92]" (WALSH, 2013, p. 53).

Consoante a Fleck (2017, p. 57), os registros históricos realizados por meio da perspectiva eurocêntrica são motrizes para a produção literária de romances históricos latino-americanos, em especial, as releituras que ressignificam e dialogam com os períodos do descobrimento, da conquista e da colonização. Nesse sentido, o autor afirma que

> [...] a visão unilateral dos registros efetuados pelos cronistas e conquistadores europeus ganha novas perspectivas nas obras dos romancistas históricos latino-americanos. Estes buscam desterritorializar o espaço imaginário que foi territorializado pela escrita eurocêntrica, assim como foi o espaço geográfico, e, pelas releituras críticas da história, empreendem a reterritorialização desse espaço com perspectivas do passado no qual o protagonismo não se restrinja aos "heróis sacralizados" pelo discurso historiográfico

[92] Nossa tradução: Eles abrem caminho para um entrelaçamento pedagógico decolonial que visa libertar-se do sistema e da condição de opressão colonial, bem como de si mesmo em sentido intra, inter e supra-humano. (WALSH, 2013, p. 53).

> hegemônico, territorialista e excludente, mas evidencia também a experiência das margens, das vozes silenciadas, das comunidades e dos sujeitos propositalmente negligenciados nos relatos oficiais. (FLECK, 2017, p. 57).

À luz dessas asserções, *Guayrá* (2017) reproduz, criticamente, uma possível versão do passado paranaense, na qual as versões cristalizadas da história são rejeitadas e contestadas "na busca de mostrar outros ângulos dos fatos registrados pela escrita europeia da época e, finalmente, dar voz aos vencidos." (FLECK, 2017, p. 57). Tal perspectiva romanesca é possível de se verificar no trecho a seguir exposto, em que a postura de resistência indígena suscita a contestação do passado oficializado:

> Os ataques verbais de Maceta continuavam em Loreto. Cataldino, em Inácio, resignava-se a informar os passos, as palavras do cacique, e ordenou a Maceta que encontrasse meios para isolar Kuarasy. Atyguajé soube da intenção dos inacianos e reuniu o conselho de Ytaúbusu, para o qual convocou Jaguapytã. – Os padres nos põem em guerra. Anhá os trouxe na suavidade das falas para nos privar do antigo e bom modo de viver. Não basta cercearem nossa liberdade, ainda querem nos reduzir à sua maneira de viver? Não permitiremos: ou os expulsamos ou os devoramos. Decidiram pela expulsão dos padres. (CREMASCO, 2017, p. 75).

Quando sustentamos que essa é uma possível representação dos episódios históricos, tomamos as narrativas híbridas de história e ficção das modalidades críticas/desconstrucionistas como um espaço promotor de múltiplas e diferenciadas perspectivas sobre um mesmo passado histórico. No novo romance histórico, é por meio dessas possibilidades variadas, ancoradas em distintos pontos de vista – e distintos fios narrativos –, que a ficção alcança a representação do passado enquanto referente – ainda que para problematizar essa representação. De acordo com Aínsa (1991), a presença de múltiplas perspectivas assegura a impossibilidade de acesso a uma única verdade e coloca diferentes prismas, muitas vezes contraditórios, em confronto.

Para acentuar a desestabilização e a manipulação do material histórico, os artifícios desconstrucionistas e experimentalistas são transpassados ao nível estético formal. A composição narrativa de *Guayrá* (2017) apresenta intensa multiplicidade de vozes enunciativas. No relato, o narrador é raramente identificável e oscila entre vozes enunciadoras heterodiegéticas e homodiegéticas. Nesse tópico,

a alternância de vozes enunciadoras, o grande número de personagens e até mesmo a variação de nomenclaturas de uma única personagem, amplificam e fragmentam as possibilidades significativas.

A estrutura romanesca é dividida em quatro grandes partes: “O canto resplandecente”, “Os altares”, “As ruínas" e “A Terra sem Mal”. Essas partes são subdivididas em capítulos e subcapítulos bastante curtos – frequentemente de poucas linhas –, os quais não apresentam identificação da voz enunciativa, flutuam por diferentes espaços geográficos e transitam temporalmente de forma cronológica não linear. O relato apresenta, ainda, em nível enunciativo/narrativo, a inclusão de analepses – na forma de memórias das personagens – e prolepses – ao modo de alusões e comentários extradiegéticos sobre o futuro das personagens, da região geográfica ou dos eventos pósteros.

Esses recursos estilísticos, bem como o projeto ideológico problematizador, também são encontrados em outros novos romances históricos paranaenses, em especial, em *Santo Reis da Luz Divina* (2004), primeiro romance histórico de Cremasco, também constituído de capítulos curtos, com agilidade narrativa e estratégias escriturais como analepses e prolepses, assim como outras formas de anacronismos, exageros e distorções históricas deliberadas. Algumas dessas peculiaridades podem ser aferidas no trecho a seguir destacado, em que o recrutamento à Guerra do Paraguai é representado cômica e criticamente:

> O Imperador dará uma grande festa. Avisem a todos e, em especial, aos desempregados, vagabundos, à escória da Corte que emporcalha o Paço Imperial. Tragam a banda e o bando. Dos embriagados, teremos os Voluntários da Pátria. Boa música, senhor Coronel. Bom vinho, não é mesmo, meu bom sujeito? Então tome mais! Posso embebedar-me. Fará diferença? Penso que não, pois as noites foram criadas para a farra, senhor Coronel. Que assim seja, tome mais. (CREMASCO, 2004, p. 19).

Nesses novos romances históricos paranaenses, a reelaboração ficcional é interpeladora do passado e é capaz de promover a representação de versões do passado que nem sempre o discurso histórico consegue alcançar. Mario Vargas Llosa (2007, p. 16), por essa perspectiva, afirma que as “fraudes”, as elaborações e

exageros da literatura servem para expressar "[...] *una curiosa verdad, que sólo puede expresarse encubierta, disfrazada de lo que no es.*[93]".

Em *Santo Reis da Luz Divina* (2004), portanto, as visões cristalizadas da Guerra do Paraguai (1864 – 1870) são desestabilizadas, assim como ocorre com a imagem do herói de guerra – característica presente também em *O herói provisório* (2017), de Etel Frota, ao qual nos dedicamos na próxima subseção.

No universo diegético de *Santo Reis da Luz Divina* (2004), é sobre a personagem de extração histórica, o Coronel Dionisio Figueira Barros, que a desmitificação do herói ocorre: ele participou ativamente da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), porém, não consente com o saudosismo recebido por sua prática militar, rememora a vergonha dessa participação como uma penitência constante, como podemos atestar na passagem do romance abaixo destacada:

> Os negros estão mortos por ser assim fácil eliminá-los sem custo e sem remorso. Vou rogar a Nossa Senhora da Glória para que olhe por nós do mesmo modo que não olhamos para as mães daqueles cristinhos paraguaios, mortos por defenderem os corpos estraçalhados de seus pais e de seu país. Ganhei honra de ser sepultado vivo na vergonha. [...]. Hoje, trago a cicatriz acima do joelho e no fundo da alma. Feridas que amargam a lembrança e me deixam com vergonha de sorrir. Amanhã, sim, amanhã serei homenageado nessa santa cidade de São Paulo. (CREMASCO, 2004, p. 33).

Esse demérito, além de reproduzir o caráter inumano da guerra e a crueldade perversa durante as batalhas, também representa a forma atroz com que a vida negra era tomada, como um objeto descartável. Essas inserções conferem, também, o tom de criticidade, interpelação e problematização à *Guayrá* (2017). Ao mesmo tempo, tais elementos vão ao encontro das ideias pregadas pelo novo romance histórico latino-americano: o enfrentamento com a história tradicional, que relata a versão dos vencedores, personificados como verdadeiros heróis de guerra, salvadores de uma causa, dignos de respeito e admiração.

O Coronel Dionisio, na narrativa ficcional, é exemplar da subversão dos moldes eurocêntricos e instala a reflexão crítica ao expor as falhas éticas e morais durante a guerra, assim como por fornecer perspectivas contestatórias da exposta

[93] Nossa tradução: [...] uma verdade curiosa, que pode expressar-se apenas encoberta, disfarçada do que não é. (VARGAS LLOSA, 2007, p. 16).

pela história tradicional. Exemplar desse prisma impugnador, é o excerto apresentado a seguir, em que a violação das mulheres, prática frequente em guerras, é exposta de maneira crítica e explícita: “Desabrochei flores paraguaias na marra. Quantas vestes, tais como pérolas, arranquei aos dentes para mergulhar, famintos, a língua no suor de suas vaginas. Tragam-me suas donzelas. Tragam-nas que as tragarei para o meu poço de culpa.” (CREMASCO, 2004, p. 35).

Em *Guayrá* (2017), os elementos históricos estão intrinsecamente amalgamados à ficção. As personagens e os fatos históricos misturam-se à mitologia, às lendas guaraníticas e tupis, e à elaboração criativa do autor.

Junto a essa cuidadosa reconstrução histórica, há a reelaboração crítica e desmistificadora do passado e de seus protagonistas. Dentre as contestações do texto, verificamos a problematização do papel da igreja durante o período. Essa é uma tarefa essencialmente crítica, uma vez que a motivação religiosa é desencadeadora das reduções jesuíticas: utilizando o cunho civilizador e evangelizador – com o pretexto da salvação dos selvagens e de criação de uma comunidade cristã sem maldades –, os padres jesuítas organizaram aldeamentos indígenas como meio à realização dessa tarefa.

Para a ressignificação impugnadora da empreitada jesuítica, *Guayrá* (2017) é permeado por inserções críticas explícitas e comentários sobre a Igreja, as quais demonstram o caráter articulista e dúbio da instituição, bem como de seus seguidores: “A máscara da Igreja é como as máscaras da comédia e da tragédia grega: depende de como a manipulamos, ela mais bem nos acomodará à face.” (CREMASCO, 2017, p. 227).

Ademais, a desmistificação dos representantes religiosos ocorre em toda a narrativa, seja por meio de posturas desonestas, mentiras e artimanhas arquitetadas por suas personagens, seja pelas inclusões de diálogos satíricos – muitas vezes, apresentados por meio de vocabulário vulgar, aproximando-se ao cômico grotesco: “Aconselharei os irmãos da Ordem para explorarem esse demônio, dizendo que, em vez de corda para enforcar, ele sufoca com um pênis monstruoso aquele que se aventurar à mata para fornicar” (CREMASCO, 2017, p. 96), ou pela presença de episódios sobre a sexualidade (mesmo que reprimida) dos mesmos:

> Nudez coberta. Pecado descoberto, instalado. Santos postos em todos os cantos das reduções. O medo das profundezas infernais. A

> cabra monstruosa à espera do pecador. Tudo é pecado. Tudo. [...] Tenho em mãos, Irmão Diego, cartas dos espanhóis de Villa Rica que nos acusam de indolentes, perniciosos – disse, enfurecido, Oñate. – Leia, leia. Alegam que aprisionamos os gentios e o pior. Pior, padre Oñate? – perguntou Diego de Torres. Lançamos mão do flagelo para aplacarmos a luxúria – alardeou Oñate. – Acusam Ruíz de Montoya desse pecado e por ele ter oferecido o próprio corpo às formigas, cujo tamanho passa de quatro vezes daquelas encontradas na Europa. Nada é fácil, padre Onãte – retrucou Diego de Torres. (CREMASCO, 2017, p. 60).

Também como recurso que desestabiliza a interpretação do universo narrativo e o confronta à representação histórica tradicional, está a forma – e a escolha vocabular – com que as vidas e a morte da população nativa são apresentadas, beirando à animalização e à objetificação. Essas escolhas causam estranhamento, também proposital, e compõem as estratégias narrativas para desestabilizar o leitor e potencializar a releitura crítica sobre o passado. Esses contornos estilísticos podem ser verificados no trecho do romance a seguir mencionado:

> Cabeças mortas no Guayrá. Cadáveres aos abutres. O que resta é conduzido com paciência e prudência, pois o destino reserva mais do que gado e substitui a carne humana no apetite voraz da fome. Chega cabisbaixo, o gado. Chega e, imediatamente, é posto em um curral. Rumina o tempo, o tempo de ser abatido. Os velhos guayrenhos veem-se naqueles animais. O futuro que se apresenta nada difere do destino de ser vaca. (CREMASCO, 2017, p. 55).

Esses paralelismos e comparações são formas de ressignificar, pela ficção, um passado antes apresentado sob uma ótica outra, áulica, voltada à missão catequizadora da igreja e à salvação das almas dos nativos: “uma página de *relevo e brilho na história americana*, escrita em *esplendidas realidades pelos insignes missionários* da Companhia de Jesus.” (MARTINS, 1950, p. 71 - grifos nossos).

Ao apresentar uma postura combatente a essa representação anterior, mais uma vez, essas características aproximam *Guayrá* (2017) ao que denominamos de novo romance histórico latino-americano, na acepção de Fleck (2017), Menton (1993), Aínsa (1991) e Larios (1997), pois o discurso romanesco nele construído apresenta uma postura crítica e desconstrucionista, linguagem e recursos narrativos experimentalistas, bem como estratégias pautadas na dialogia bakhtiniana, tal como a heteroglossia e a polifonia, bem como traça relações de intertextualidade,

postuladas por Kristeva (1979) e Genette (2006). Esses procedimentos estilísticos atuam na tarefa de desestabilizar a leitura e o entendimento da história tradicional como representação fiel do passado, a fim de causar uma reflexão sagaz e um exame contestador do período ressignificado pela diegese.

A respeito desses mecanismos formais e estilísticos, Larios (1997) defende que o novo romance histórico latino-americano

> […] *tiene una pretendida "cientificidad" alcanzada por un laborioso acopio de documentos y referencias históricos que le permite no supeditar el nivel histórico al novelesco, incluso, las más de las veces, éste cede a la construcción histórica;* […] *se vuelve crítica del presente e intenta, en el orden consciente de su generación, a través de la impugnación, la parodia, la ironía, la desconstrucción, el anacronismo, la simultaneidad de un pasado alterno, una visón totalizadora del mundo. Instaura en su nuevo saber narrativo lenguajes especializados, exclusivos, intertextualizados, con los que le disputa al saber científico de la historia la tarea final con el pasado histórico: su comprensión*[94]*.* (LARIOS, 1997, p. 133).

Os recursos escriturais listados pelo autor, portanto, coadunam-se às características identificadas em *Guayrá* (2017) na condução da diegese por rumos divergentes dos sistematizados pela historiografia oficial e desestabiliza sua legitimidade. Da mesma forma, consoante a Aínsa (1991, p. 83), a releitura da história pela ficção, nos novos romances históricos latino-americanos, viabiliza a impugnação das versões oficializadas e fragiliza a noção de "verdade" perpetuada pelo discurso hegemônico. Para o autor,

> […] *la relectura histórica propuesta en el discurso ficcional impugna la legitimación instaurada por las versiones oficiales de la historia.* […] *La narrativa pude llegar a "suplir las amplias deficiencias de una historiografía tradicional, conservadora y prejuiciada, para la cual los problemas son siempre menores, y no pasan de ser locales", dando voz a lo que a la historia ha negado*[95]*.* (AÍNSA, 1991, p. 83).

---

[94] Nossa tradução: [...] possui uma pretensa "cientificidade" alcançada por uma laboriosa coleção de documentos e referências históricas que lhe permite não sujeitar o nível histórico ao romance, mesmo que, na maioria das vezes, ceda à construção histórica; [...] critica o presente e busca, na ordem consciente de sua geração, por meio da impugnação, da paródia, da ironia, da desconstrução, e do anacronismo, a simultaneidade de um passado alternativo, uma visão totalizadora do mundo. Estabelece em seu novo saber narrativo linguagens especializadas, exclusivas e intertextualizadas, por meio das quais disputa, com o conhecimento científico da história a sua tarefa final sobre o passado histórico: sua compreensão. (LARIOS, 1997, p. 133).

[95] Nossa tradução: [...] a releitura histórica proposta pelo discurso ficcional impugna legitimidade instaurada pelas versões oficiais da história [...] A narrativa pode até "suprir as amplas deficiências de

A concepção apresentada por *Guayrá* (2017), tal como já sublinhado, é aquela negada pelo discurso oficial, omisso à truculência colonizadora. Na realização dessa tarefa, junto ao pluriperspectivismo, algumas peculiaridades composicionais aproximam-se aos recursos escriturais bakhtinianos, alicerçados na máxima dialógica: a heteroglossia, a polifonia.

Tais características têm como princípio identificador as relações, mais ou menos entrecruzadas, entre as diferentes entidades discursivas presentes no texto literário. Refletindo sobre a poética de Dostoiévski, Bakhtin (2010) defende sua tese de texto polifônico[96] – e dialógico, em oposição ao texto monológico –, no qual a multiplicidade ocorre por meio de vozes ideologicamente distintas e independentes entre si, que resistem ao discurso autoral e são representativas da diversidade social que o autor pretende representar na sua escrita.

Em *Guayrá* (2017), a voz do herói é liberta do atrelamento à voz do autor, deixa de ser seu eco ou receptáculo, e o mesmo acontece com a voz das outras personagens, as quais se 'libertam' da voz do autor e caminham como vozes plenivalentes, que não se submetem umas às outras. Nesse sentido,

> [...] aquilo que era toda a realidade torna-se aqui um aspecto da realidade; aquilo que ligava o todo – a série do enredo e da pragmática e o estilo e tom pessoal – torna-se aqui momento subordinado. Surgem novos princípios de combinação artística dos elementos e da construção do todo, surge, metaforicamente falando, o contraponto romanesco. (BAKHTIN, 2010, p. 50).

Por meio da linguagem, portanto, evidencia-se a interação de diferentes *lócus* discursivos, ou seja, posições de enunciação ideologicamente distintos, para representar modos de ver, de entender e agir sobre o mundo. Em *Guayrá* (2017), a multiplicidade de vozes é uma constante: diferentes personagens apresentam

---

uma historiografia tradicional, conservadora, e preconceituosa, para a qual os problemas são sempre menores, e que são apenas locais", dando voz ao que a história negou. (AÍNSA, 1991, p. 83).

[96] Ressaltamos, aqui, nossa escolha lexical para uma aproximação aos recursos escriturais bakhtinianos, uma vez que a composição polifônica aos moldes de Dostoievski é muito mais complexa e rara de ser alcançada, nela: "A voz do herói sobre si mesmo e o mundo é tão plena como a palavra comum do autor; não está subordinada à imagem objetificada do herói como uma de suas características, mas tampouco serve de intérprete da voz do autor. Ela possui independência excepcional na estrutura da obra, é como se soasse ao lado da palavra do autor, coadunando-se de modo especial com ela e com as vozes plenivalentes de outros heróis" (BAKHTIN, 2010, p. 5). No entanto, apesar da laboriosidade na definição de um texto plenamente polifônico, sua teoria nos ampara como matriz estilística.

distintas posturas, modos de compreender, entender, pensar e agir no universo narrativo. No plano enunciativo, essas posturas distinguem-se, também, pelas escolhas composicionais que identificam ou representam classe social, gênero, etnicidade, característica da qual o fragmento a seguir é representativo:

> A cada virada para trás de Anhá, para ver se Potyporã o seguia, uma curva no rio foi criada, moldando o Yvaí na forma de casco de um veado. Blasfêmia! – recriminou Maceta. – O Yvaí é assim por vontade divina. Na manhã do outro dia foram acordados por guerreiros de Akuti. [...] Akuti não entendeu o que era pecado, fazendo Marón deixar a evangelização para ensiná-los a usar cunhas de ferro. Não sabem o que é trabalho – comentou Maceta a Marón –, porém, com o tempo, a palavra de Cristo, o temor a Salatiel, tamparão as vergonhas e terão calos nas mãos. (CREMASCO, 2017, p. 100).

O excerto acima representa o conflito entre essas perspectivas contrastantes e ressalta os embates entre os dois mundos, suas histórias criacionais e crenças religiosas. Dessa forma, diferentes concepções culturais, ideários opostos e heterogêneos acompanham a construção discursiva de *Guayrá* (2017), evidenciando o choque entre os diferentes modos de conceber e viver o mundo. O espaço diegético torna-se, assim, o lugar privilegiado no qual as distintas vozes podem se manifestar, expondo a dialogia típica de construções discursivas críticas e desconstrucionista da segunda fase da trajetória do romance histórico.

As variações lexicais, que acompanham as distintas personagens, suas etnias, gêneros, mentalidades e os espaços que ocupavam, caracterizam a heteroglossia em *Guayrá* (2017), as quais podem ser verificadas desde a junção de nomes como Moysés Jaguaçarovy, junção de um nome cristão e um nome Guarani, até a constituição da urdidura diegética:

> Kavuré reagiu e foi morto por Abapuru, que fez jus ao nome. Assassinos! Queimem no inferno – praguejou Maceta abraçado a Indajé, cujo corpo deslizou, qual serpente, dos braços do sacerdote. Creio em Deus, padre, é o suficiente para encontrar o paraíso – riu Frederico de Melo. (CREMASCO, 2017, p. 185).

A heteroglossia, ou plurilinguismo, é a pluralidade de falares, conjunto múltiplo e heterogêneo de expressões e ideologias em permanente interação, composta pela

confluência de vozes, estilos, intenções, opiniões, gêneros. Bakhtin (2002), ao abordar o romance humorístico, afirma que essa particularidade ocorre quando

> [...] introduz-se "linguagens" e perspectivas ideológico-verbais multiformes – de gêneros, de profissões, de grupos sociais (a linguagem do nobre, do fazendeiro, do comerciante, do camponês) – linguagens orientadas e familiares (a linguagem do mexerico, da tagarelice mundana, a linguagem dos servos), etc., na verdade, isto ocorre principalmente nos limites da língua literária escrita e falada, além disso, na maioria dos casos, essas linguagens não são reforçadas por personagens definidos (heróis, narradores), mas são introduzidas sob forma impessoal “por parte do autor”, alternando-se (sem levar em conta as fronteiras formais precisas) com o discurso direto do autor. (BAKHTIN, 2002, p. 116).

Em *Guayrá* (2017), esses elementos estão presentes nas diferentes posturas, nacionalidades, etnias, formas de falar de distintas personagens, as quais também são problematizadas no próprio plano da narrativa:

> Sob a luz do sol, encontraram um guerreiro. Sumé! O saudou Tukãsu. Montoya sentiu-se seguro, era a terceira vez que o recebiam dessa forma. Nas anteriores, nasceram reduções. *Sumé!* Montoya notou que os nativos passaram a chama-lo de *Sumé* em vez de avaré. Tal observação misturou-se com o pavor da morte. Rezou. (CREMASCO, 2017, p. 103).

Ainda, a paródia, as construções satíricas e irônicas, junto às intertextualidades com o texto bíblico, são frequentes no romance e sustentam o tratamento desconstrucionista e desmistificador dado ao passado e às personagens históricas. Sobre essa temática, apoiado em Aínsa (1991), ao discutir e apontar as características do novo romance histórico latino-americano, Fleck (2017) indica para duas das especificidades anunciadas pelo crítico uruguaio, a saber:

> 9- A releitura distanciada, carnavalizada ou anacrônica da história, que caracteriza essa narrativa, reflete-se numa escritura paródica. No interstício deliberado da escritura paródica, surge um sentido novo, um comentário crítico a respeito do significado peculiar de uma textualidade assumida, no qual a história reaparece sob uma visão burlesca ou sarcástica. No dualismo presente na não seriedade e na extrema seriedade com que a história é tratada nessa reescrita, decodificam-se seus signos e ela é despojada do absolutismo de suas verdades a fim de construir alegorias e fábulas morais;
> 10- A utilização deliberada de arcaísmos, pastiches ou paródias, associadas a um agudo sentido de humor, pressupõe uma maior preocupação com a linguagem, que, como ferramenta fundamental

> também desse novo tipo de romance, leva à dessacralizadora releitura do passado a que se propõem tais obras. (FLECK, 2017, p. 70).

Tais especificidades são constantes no relato de Cremasco (2017). As inserções paródicas ocorrem em *Guayrá* (2017), numa releitura, muitas vezes satírica e bem-humorada, dos textos bíblicos, o que caracteriza, novamente, uma crítica à instituição religiosa, que comandava e atravessava os sertões paranaenses, e por onde mais passassem as reduções jesuíticas. De acordo com Fleck (2008), ressaltamos que a paródia é uma forma de apropriação de discursos precedentes, e torna-se, na escritura ficcional, a retomada transtextual – manifesta ou secreta (GENETTE, 2006, p. 7) – de textos anteriores e alheios com o propósito de reinterpretá-los. Por meio desse recurso, o texto paródico é capaz de "[…] inverter padrões, desestabilizar, distorcer, ridicularizar ou simplesmente dar aos textos primeiros uma nova e surpreendente versão, [...]." (FLECK, 2008, p. 71).

Discorrendo sobre a paródia, a intertextualidade e o discurso da história, Hutcheon (1991, p. 164) salienta o caráter de apresentar "uma sensação da presença do passado" proporcionado pela paródia, "um passado que só pode ser conhecido a partir de seus textos, de seus vestígios – sejam literários ou históricos." Nesse sentido, em consonância aos propósitos das narrativas híbridas de história e ficção pertencentes ao grupo crítico,

> [...] as produções paródicas fazem circular outras possibilidades de leitura da história e ainda sugerem instigantes interpretações do passado. Assim, mais do que uma estratégia de subversão, a paródia autoriza e instaura o desafio ao discurso tradicional, tanto literário quanto histórico, e influi na dessacralização dos fatos a partir de uma perspectiva às avessas. (KLOCK, 2021, p. 101).

Além disso, em *Guayrá* (2017), há um jogo entre espaço e tempo, os capítulos, em geral bastante curtos, não seguem uma linearidade ou semi-linearidade temporal, bem como não apresentam qualquer tipo de informação específica que possa colaborar na identificação cronológica. Os espaços geográficos também são bastante fluídos, as reduções são frequentemente alteradas, bem como as personagens enfocadas.

Essas estratégias, seja pela ruptura com a linearidade narrativa, seja pela pluralidade interpretativa, também são expressivas da necessidade de afastar o

discurso literário híbrido da concepção cronológica e linear da historiografia – cartesiana, centrada na história dos acontecimentos (*événementielle*) – que, por conseguinte, desestabiliza a versão histórica tradicional e viabiliza a ressignificação do passado pela ficção.

Nesse sentido, identificamos a confluência daquilo que João Luiz Lafetá (2000) chamará de projeto estético e projeto ideológico. Ambos os projetos trabalham, portanto, em direção à ruptura com os padrões anteriores, sejam eles representados pela historiografia, seja aqueles identificados na literatura precedente – tal como demostramos em nossa leitura das modalidades tradicionais do gênero romance histórico.

Como já mencionamos, ao se afastar da representação convencional da história e ao apresentar a perspectiva do vencido, do marginalizado, há uma aproximação de *Guayrá* (2017) com uma peculiaridade relevante de duas outras tipologias, a metaficção historiográfica e o romance histórico contemporâneo de mediação: o foco narrativo ex-cêntrico (HUTCHEON, 1991). Assim, as três modalidades do grupo de narrativas híbridas críticas compartilham a busca por revelar perspectivas e versões negligenciadas ou omitidas no relato historiográfico

A opção por esse tipo de focalização, como já assinalado, procura evidenciar e privilegiar perspectivas apagadas ou silenciadas pelo discurso colonial, aquelas até então rechaçadas, deixadas à margem, em detrimento de enfocar grandes personagens da história tradicional. Ao revelar a ótica da população indígena, a narrativa possibilita “pela metáfora do uso da palavra, expressar suas visões e vivências de um passado de dominação e subjugação.” (FLECK, 2017, p. 106). Essa reflexão é realizada no nível enunciativo, metafórica e literalmente, pela personagem Itawerá. Nas últimas páginas do romance, podemos contemplar sua efetivação:

> Aproximei, passei o dedo e o lambi. Devorei-o. A cada mordida, verti a lágrima de milhares de mortos. A cada dentada, um pedaço reconstruído do Guayrá em mim. A cada rasgo naquela carne, a minha saliva amolecia as dores das mulheres e dos guerreiros que não puderam lutar. Tenho-o, Jaguaçorovy. Que venham os mamelucos para vingá-lo. A minha vingança está na fome de meu espírito, na selvageria que sequer Cristo salva, pois em ti tenho a Ele. Tomei um de seus dedos, quebrei-o e suguei o tutano. Com o osso fiz uma incisão na minha perna direita, que dói. Ganhei outro nome: daquele sem voz e amedrontado, perdido no esquecimento. Antes de sair, ouvi o trepidar das chamas. (CREMASCO, 2017, p. 298).

No excerto acima, fica explícita a dor pela perda e a revolta por aqueles que não puderam lutar, que foram mortos e esquecidos sistematicamente. A voz enunciadora, assim, assume a multiplicidade de dizeres, choros e lamentos de tantos que pereceram e que, como quem não tem espaço nesse universo de louvações, lamenta o destino de ser anulado, silenciado e esquecido.

Essa voz, ficcionaliza, ainda, uma legião que teve a voz silenciada por meio do extermínio da própria língua: “Temos de levar a Igreja a esses traidores, porquanto vindo de todo Guayrá e eliminando as diferenças de fala, tudo a eles será possível. Será o começo de fim. Devemos confundi-los com a nossa linguagem para não mais se entenderem.” (CREMASCO, 2017, p. 109). Revela-se na narrativa de Cremasco (2017), portanto, a estratégia colonizadora apontada por Silviano Santiago (2000, p. 14):

> [...] na terra descoberta, o código linguístico e o código religioso se encontram intimamente ligados, graças à intransigência, à astúcia e à força dos brancos. Pela mesma moeda, os índios perdem sua língua e seu sistema do sagrado e recebem em troca o substituto europeu. Evitar o bilinguismo significa evitar o pluralismo religioso, significa também impor o poder colonialista. Na álgebra do conquistador, a unidade é a única medida que conta. Um só Deus, um só Rei, uma só Língua: o verdadeiro Deus, o verdadeiro Rei, a verdadeira Língua.

No espaço da América Latina, em consonância ao autor, apesar de toda intenção e estratégias colonizadoras, há uma gradativa impregnação do elemento mestiço, do híbrido, minando a noção de unidade e pureza europeia: “uma mistura sutil e complexa entre o elemento europeu e o elemento autóctone – uma espécie de infiltração progressiva efetuada pelo pensamento selvagem, ou seja, abertura do único caminho possível que poderia levar à descolonização.” (SANTIAGO, 2000, p. 15).

No espaço em que se exigia o silêncio e a subserviência indígena, abre-se caminho para uma transformação a que Santiago (2000, p. 16) denominou como um “movimento de desvio da norma, ativo e destruidor”. Ação pautada especialmente pela atitude de falsa obediência: de assimilação e agressividade, aprendizagem e reação crítica.

Na narrativa em análise, essa peculiaridade é abertamente representada em prol da defesa da língua e dos costumes nativos. Nesse sentido, Demarchi (2017, s.n.), comentando sobre *Guayrá* (2017), afirma que "o vocabulário de Cremasco serve para a compreensão central dessa guerra: em Guarani, língua e alma são sinônimos, daí que, quando o povo perde a sua língua, perde a sua alma". Assim, a atitude indígena é de resistência frente à perda da língua, pois a sabem portadora da identidade, da liberdade: "Os estrangeiros, de fato, precisam entender o que se esconde por trás de nossas palavras? Conhecendo-as, dominam-nos." (CREMASCO, 2017, p. 83).

O plano enunciativo de Cremasco (2017), portanto, alia-se ao latino-americano das escritas híbridas de história e ficção ao compartilhar da atitude de resistência à colonização e à dominação europeia, inclusive, no contexto da dominação linguística, pois, como podemos ver também na obra crítica do romancista paraguaio Augusto Roa Bastos, o tema da luta e resistência pela língua é tópico inerente à escrita desconstrucionista da segunda fase da trajetória do romance histórico em nosso continente, como podemos observar no fragmento da metaficção historiográfica, *Vigilia del Almirante* (ROA BASTOS, 1992, p. 333), abaixo exposto:

> *El primer paso de una conquista – dice Milià – es la ocupación de un territorio. Su último paso, el definitivo, se da cuando la lengua de un pueblo ha sido también ocupada. No es extraño, pues, que uno de los últimos refugios de la resistencia de los pueblos haya estado siempre en su lengua.*[97]

Dessa maneira, como o título *Guayrá* profetiza, a narrativa híbrida de história e ficção de Cremasco (2017) une-se à latino-americana crítica/desconstrucionista. Atua, assim, como delação e resistência contra o apagamento do passado colonial arbitrário, violento e perigoso, que os relatos oficiais da história não englobam.

O empenho em revelar imagens pretéritas omitidas e mascaradas e soerguer vozes e sujeitos subjugados pela colonialidade do poder, do saber e do ser é compartilhado por inúmeros romancistas no espaço da América Latina pós-colonial.

[97] Tradução de Josely Vianna Baptista: O primeiro passo de uma conquista – diz Meliá – é a ocupação de um território. Seu último passo, o definitivo, dá-se quando a língua de um povo também foi ocupada. Não é estranho, pois, que um dos últimos refúgios da resistência dos povos tenha estado sempre na língua (ROA BASTOS, 2003, p. 260).

Aliada a esse desígnio latino-americano, vinculada ao conjunto das narrativas híbridas de história e ficção pertencentes à fase crítica/desconstrucionista, adicionamos a obra *O herói provisório* (2017), de Etel Frota, à qual nos dedicamos na sequência.

3.2.2. *O herói provisório* (2017), de Etel Frota: figurações metaficcionais e desconstrucionistas do Episódio *Cormorant*

Vislumbradas as principais diretrizes críticas e desconstrucionistas presentes na obra selecionada de Cremasco (2017) – como exemplar da modalidade do novo romance histórico latino-americano no contexto paranaense – evidenciamos que as renovações engendradas pelos romances históricos crítico/desconstrucionistas latino-americanos, revelam versões do passado suprimidas ou camufladas pela história tradicional. Nesta abordagem à segunda fase do romance histórico, voltamo-nos, agora, ao período colonial brasileiro, marcado pela chaga do sistema escravagista. Esse período histórico é posto à luz problematizadora por meio do novo romance histórico metaficcional *O herói provisório*, de autoria de Etel Frota, publicado em 2017 pela Travessa dos Editores.

Etel Frota, natural de Cornélio Procópio – Paraná, foi médica, professora e bancária; atualmente, é escritora, poeta e letrista. É autora de diversas composições musicais e obras que misturam poesia e canção. Entre suas publicações está *Artigo oitavo*: poesia escrita, falada e cantada (2002), *Lyricas, a construção da canção* (2007) e, após quatorze anos de investigações, o romance histórico *O herói provisório* (2017) marca a sua estreia na prosa romanesca.

Em *O herói provisório* (2017), a autora delineia o Paraná de meados do século XIX, marcado pelo coronelismo e pela escravatura, bem como pelos conflitos gerados na região da baía de Paranaguá. Seu universo diegético circunda o Episódio *Cormorant*, ocorrido em 1850, e os atores envolvidos no episódio – em especial, o capitão Joaquim Ferreira Barboza, figura tomada pela população à época como um herói, que perde seu posto oficial e é obliterado pela historiografia tradicional.

O episódio *Cormorant* foi o estopim dos inúmeros conflitos gerados pelo tráfico de escravos na costa sul brasileira, impactado pela atuação inglesa como

guarda dos mares, regida pela promulgação do *Slave Suppression Act*, em 09 de agosto de 1845. Também conhecida como *Bill Aberdeen*, foi uma lei inglesa que concedia à Real Marinha Britânica a autoridade de investigar e aprisionar embarcações – particularmente, as destinadas ao tráfico humano – quando navegassem pelo Atlântico Sul.

No Brasil, apesar de grande resistência pelos interesses econômicos locais, e muito por força de acordos internacionais firmados em 1827, o tráfico negreiro foi abolido, oficialmente, em 07 de novembro de 1831, pela Lei Feijó, lei regencial que proibia o tráfico humano e tornava livres os africanos que desembarcassem no Brasil após essa data. Entretanto, a execução e a fiscalização do cumprimento da lei não impediram que, aproximadamente, 470 mil escravizados fossem trazidos ao Brasil no período, até 1845.

A atuação inglesa, nesse contexto, foi considerada como uma forma de pressionar a inoperância do governo brasileiro à efetiva extinção do tráfico humano e, posteriormente, do sistema escravagista. Apenas em 04 de setembro de 1850, como uma das consequências do episódio *Cormorant*, foi promulgada a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu, definitivamente, o tráfico de humanos escravizados no Brasil e estabeleceu medidas de repressão à prática, como o patrulhamento da costa sul pela Marinha brasileira.

Há que salientar, portanto, a existência de implicações e atritos econômicos entre Brasil e Inglaterra. A atuação inglesa também impactou como estratégia de represália à taxação de mercadorias inglesas, ao mesmo tempo em que fortaleceu o imperialismo inglês no século XIX.

O episódio *Cormorant* foi a primeira e única batalha naval travada em águas nacionais, sucedida no dia 1 de julho de 1850. Ele consistiu no embate entre o cruzador inglês *HMS Cormorant,* comandado pelo capitão Herbert Schomberg, e a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, na Ilha do Mel, sob o comando do, então, capitão Joaquim Ferreira Barboza – personagem de extração histórica reelaborada como protagônica no universo diegético de *Um herói provisório* (2017).

A batalha reduziu-se à troca de tiros de canhões desencadeados pela apreensão de duas embarcações nacionais suspeitas – uma terceira embarcação, a Astro, autoafundou-se para evitar ser capturada – e pela rejeição, por parte das autoridades brasileiras, do documento de apreensão apresentado pelo capitão Schomberg, por não ter encontrado efetivamente africanos escravizados nos navios.

Quando saía pela baía da Fortaleza, rebocando os navios apreendidos, no ato de entregar ofício solicitando a liberação dos navios, o *HMS Cormorant* executou um tiro de pólvora seca, interpretado como belicoso pelo capitão brasileiro, que desencadeou bombardeio recíproco – fazendo com o que a embarcação inglesa se retirasse e abandonasse as embarcações, incendiando-as antes.

A população local tomou o ato como bravura, creditando papel heroico ao capitão Joaquim Ferreira Barboza, que recebeu agradecimento oficial do, à época, presidente da província do Paraná pela guarnição da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres e pela atuação dos civis que atuaram no combate. Todavia, no cenário nacional, o governo Imperial precisou se retratar perante a Inglaterra e o capitão foi rebaixado de posto.

O episódio, considerado o primeiro grande movimento em direção à abolição da escravidão no Brasil, é revisitado em *O herói provisório* (2017) sob uma ótica contestadora da historiografia tradicional. A partir de uma intrincada trama narrativa, em que diferentes relatos são entrelaçados, acessamos perspectivas humanizadas, trajetórias de africanos escravizados, relatos de mulheres, em geral, o olhar daqueles que não possuem espaço nos registros oficializados e que colaboram a preencher os vazios deixados pela história.

Da mesma forma, a tessitura ficcional promove a desmitificação de imagens cristalizadas de personalidades e acontecimentos históricos. Esse empreendimento é alcançado, especialmente, por meio de recursos escriturais autoconscientes que evidenciam e demarcam como sua atitude impugnadora converge para a construção de um texto plural e questionador, capaz de interpelar e ressignificar a representação tradicional do passado paranaense.

Cabe, aqui, ressaltarmos que a composição narrativa manipula o material histórico de maneira autoconsciente e explícita. Em outros termos, está abertamente ciente de seu status de artefato literário. Entretanto, a discussão na construção diegética permanece voltada à escrita da história e à impossibilidade de se conhecer o passado pela representação discursiva. As menções ao seu próprio processo criativo são esporádicas, de modo que *O herói provisório* (2017) não apresenta, significativamente, estratégias escriturais em que se autodiscute ou se interpele seu processo narrativo e suas construções literárias. Em outras palavras, não expressa substancialmente a sua autorreflexividade. Essas estratégias estão presentes, mas

não são determinantes na estrutura geral da obra, e coadunam-se ou se aliam aos demais recursos sem regê-los ou se sobrepor a eles.

Tal uso da metaficcionalidade em um romance crítico possibilita classificá-lo como um novo romance histórico metaficcional, já que essa estratégia não é recorrente o suficiente para afirmarmos que se trata de uma metaficção historiográfica. Segundo Fleck (2017), essa modalidade de escrita híbrida de história e fixação mais desconstrucionista diferencia-se dos novos romances históricos que empregam recursos metaficcionais à medida que a metaficação historiográfica privilegia tais recursos, sobrepondo-os a todos os demais, dando-lhes teor metaficcional sobressalente, seja ela plena ou não.

Junto à figura do capitão Joaquim, há a construção de outras personagens densas fundamentais à narrativa, as quais se configuram como personagens metonímicas e caricatas, em outras palavras: figuras que representam toda uma categoria ou grupo social, caracterizadas de modo a reelaborarem – e desmitificarem criticamente – determinadas posições sociais e étnicas.

Dentre essas personagens, destacamos a africana escravizada[98] chamada Ignácia, que sofre todo tipo de perseguição por sua senhoria, cuja crueldade a leva ao extremo do infanticídio e, consequentemente, à demência; Dona Eulália, grande proprietária de terras – de Ignácia –, cuja perversidade não tem limites, beirando à insanidade perversa, e que sofre de compulsão alimentar, relacionada a sua infertilidade e abusos sofridos pelo pai na infância; Frei Tristão, quem vive uma castidade coercitiva – e um amor platônico e impossível com Maria Rocha – e abandona sua religiosidade; a enfermeira Maria Rocha, mulher livre e autônoma mal compreendida pela sociedade à época, que, por isso, se vê obrigada a deixar Paranaguá; o poeta Manoel, icônico intelectual inconformado com a realidade em que vivia, desencadeador de discussões críticas no plano narrativo; dentre outras personagens secundárias, tanto de extração histórica como puramente ficcionais, que se fundem ao universo diegético.

É a partir da caudalosa construção dessas personagens – que instauram o pluriperspectivismo narrativo – que a trama narrativa reelabora o Brasil colonial de

[98] Destacamos, aqui, a utilização do termo escravizada ou escravizado em detrimento dos termos escrava e escravo, como uma forma de fazer ecoar, reiteradamente, que esses não eram meramente escravos, mas foram humanos livres submetidos à escravização por um sistema social e econômico arbitrário, racista e desumano.

meados do século XIX. Ao mesmo tempo, apresenta as problemáticas sociais atreladas à situação de subserviência nacional e à decadência do sistema escravocrata – desumano, truculento, hediondo.

Paralelamente, a constituição diegética desestabiliza, intrinsecamente, constructos sociais que permeiam o imaginário social relacionado à época – seja a imagem do herói, do sacerdote, da guerra. Já em seu prólogo (sobre heroísmos e provisoriedades) a autora apresenta indícios da busca por demonstrar a provisoriedade de que trata o seu título:

> Há os mártires.
> Esses, imolados na ação, são incontestes e têm posteridade garantida.
> Já do herói que sobrevive ao ato heroico se requer arte e malícia, bons contatos e traquejo social para a preservação dos critérios. Afinal, provisória é a vida, provisórios são os grupos, os afetos, os interesses. Provisório é o humano. Sendo, pois, o heroísmo um atributo humano, já vem marcado pela provisoriedade.
> Como se tentará demonstrar. (FROTA, 2017, p. 9).

A efemeridade e a deformidade do humano, portanto, são temáticas constantes em toda a narrativa e recebem contornos críticos quando entrelaçadas à problematização de categorias sociais e discussões políticas. A questão estende-se, também, à efemeridade do passado, da história e à impossibilidade de sua representação discursiva imparcial, como podemos observar no excerto abaixo destacado:

> Prestes a protagonizar a ação heroica para a qual fora escalado, ao herói foi confiscado o enredo da história que protagonizaria. O futuro Historiador, como já se viu, tratará de dar uma ajeitadinha nos fatos, com o recurso de adjetivos e ligeiras alterações nas denominações. (FROTA, 2017, p. 226).

Assim, o discurso histórico é problematizado desde o seio ficcional, desestabilizando sua categoria de veracidade e propondo uma leitura outra sobre o passado, na qual os hiatos históricos são preenchidos por meio da ficcionalidade. O emprego dos recursos metaficcionais – que evidenciam os procedimentos escriturais, com ironia e humor, mencionam as estratégias de “dar uma ajeitadinha” e “ligeiras alterações” com relação à escrita da história tradicional – mostra-se contundente no relato.

Além da problematização autoconsciente de sua tessitura diegética desde o prólogo da narrativa, *O herói provisório* (2017) apresenta, reiteradamente, indícios e comentários sobre sua natureza discursiva, aproximando-se, assim, da modalidade crítica do novo romance histórico latino-americano metaficcional proposta por Fleck (2017). Com efeito, junto ao prólogo, há a inserção de uma nota de rodapé explicativa de parte das estratégias narrativas – pautadas na intertextualidade – adotadas pela autora:

> Na construção desta ficção foram utilizados, na íntegra, trechos de documentos e de livros, "Memória Histórica de Paranaguá" (Antonio Vieira do Santos, 1850), "A História do Incidente Cormoran" (David Carneiro, 1950), "O Cobrador" (Rubem Fonseca, 1979), além de outras citações pontuais. Destacados durante o relato, de forma indiferenciada, estes excertos foram formatados com uma única tipografia, a mesma deste parágrafo, que aparece em itálico quando citados em falas de personagens. (FROTA, 2017, p. 9).

Certamente, o primeiro questionamento na leitura desta tese é a razão para que a tipologia padrão tenha sido quebrada. Trata-se, pois, de uma decisão de ordem crítica, buscando criar efeitos na recepção deste texto. Portanto, para o desenvolvimento da presente análise e transcrição de excertos, realizamos a reprodução fiel a partir do texto de origem, o que implica adotarmos a modificação do estilo de fonte – e do estilo itálico – conforme proposto por Frota (2017) sem considerá-los grifos da autora, mas, sim, um recurso estilístico do texto literário.

Assim, a autora apresenta indicações no espaço paratextual – como um guia – para a compreensão da estruturação de sua narrativa, deixando explícita sua autoconsciência textual e mostrando que seu texto é, também, elaborado a partir de outros textos, sejam eles historiográficos ou ficcionais – sobre os quais tece interpretações críticas a partir da voz de um narrador extradiegético intruso, que, ao final da narrativa, define-se como um *alter ego* da autora: "[...] e pela última vez se intromete o Narrador – no final das contas apenas um *alter-ego* a possibilitar à autora se safar de algumas armadilhas [...]." (FROTA, 2017, p. 280).

Além das indicações realizadas no prólogo pela autora, todo o relato ficcional cumpre com a transição no estilo de fonte por ela explicitado – oscilando entre a datilografia, o itálico e a fonte padrão. Essas alterações são estratégias escriturais

que alicerçam, também, os aspectos desconstrucionistas e experimentais da obra, que, num processo de empréstimos intertextuais, recortes e colagens, arquitetam um texto plurissignificativo e interpelador. Por essa razão, optamos pela manutenção da formatação original empreendida em *O herói provisório* (2017), por acreditarmos na relevância e potencial expressivo desse recurso escritural.

Nesse sentido, salientamos que as alternações de fonte são, ainda, uma forma de fornecer ao leitor as chaves das várias possibilidades de leitura e interpretação da composição diegética, convocando-o a participar ativamente no jogo das representações. Esta acaba sendo, portanto, uma "facilitadora" ao leitor implícito, já que "avisa" se tratar de uma estratégia de colagem. Em nosso entendimento, a ausência de tais marcações – se os trechos fossem introjetados sem avisos –, o nível metaficcional e de elaboração rebuscada seriam ainda maiores. De fato, os diálogos intertextuais, sejam aqueles explícitos na tessitura narrativa ou encobertos, articulam a expansão do campo semântico e da densidade do relato ficcional.

A presença de relações intertextuais como recurso formal é, portanto, uma constante na elaboração estilística e formal do relato de Frota (2017). Essas ocorrem de forma indireta, sem sua indicação de obra ou temporalidade, ou por meio da fala de suas personagens, como é o caso do conto "*H. M. S. Cormorant* em paranaguámiolo", de Rubem Fonseca, em que o autor também dialoga com o episódio histórico e discute a atuação Inglesa em mares nacionais. Na diegese, é pelo foco narrativo do poeta Manoel que uma das intertextualidades é realizada, anunciando o discurso antes de a batalha iniciar: "Cormoran só invadiu Paranaguá porque Byron, Keats, Shelley invadiram antes a minha mente. De pé sobre o balcão da taberna do Gordo Léo, cambaleando perigosamente, o poeta Manoel discursava para uma plateia ausente [...]." (FROTA, 2017, p. 233).

De acordo com Genette (2006, p. 8), a intertextualidade é caracterizada pela "relação de co-presença entre dois ou vários textos, isto é, essencialmente, e o mais frequentemente, como presença efetiva de um texto em um outro." Essa presença pode ocorrer de formas mais ou menos explícitas. Entre essas possibilidades, a sua forma mais explícita, é a tradicional citação, com aspas que delimitam o texto; sua forma menos explícita é o plágio, um empréstimo literal e não declarado; e, em sua forma mais implícita e não literal é a alusão.

Em *O herói provisório* (2017), essas formas de co-presença entre os textos ocorrem de formas variadas, com ou sem a marca da citação, por alusões a outros textos, bem como por discussões de textos anteriores. Essas características também aproximam a composição narrativa ao conceito de transtextualidade, ou transcendência textual, definido por Genette (2006, p. 7) ao tratar das relações manifestas ou implícitas de um texto em outro texto, definindo-o como "tudo que o coloca em relação, manifesta ou secreta com outros textos".

Para o autor, a transtextualidade abrange outras cinco categorias de interações textuais. Dentre elas estão a paratextualidade ou paratexto, em que há a relação com outros elementos textuais pontuais, tais como ocorrem na inscrição de título ou subtítulo, prefácios ou posfácios, advertências, prólogos, notas marginais ou de rodapé, epígrafes, e tantos outros. Esses são sinais acessórios, paratextuais, que não se encontram na estrutura ou corpo do universo narrativo, muitas vezes, aparecem como um aparato – tal como ocorre no prefácio de *O herói provisório* (2017) – que inscreve um comentário, oficial ou oficioso, ao texto.

Na composição da narrativa em análise, a paratextualidade ocorre densamente nas epígrafes dos capítulos, as quais lançam novas perspectivas e críticas sobre o conteúdo a ser apresentado, tal como ocorre com o poema Zong!#7, traduzido como Astro!#1, de M. NourbeSe Philip – tradução de Caetano Galindo –, que é inserido como epígrafe ao capítulo em que se narra e se discute o afundamento do navio Astro durante o episódio nacional e o compara ao afundamento do navio Zong (ou Zorg), comandado por Luke Collingwood, e que foi representado pela pintura de Joseph Mallord William Turner, *The slave ship* (1840):

> Astro!#1
>
> primeiro:
>
> o quando
>
> o quais
>
> o quem
>
> o foi
>
> o jogado
>
> ao mar
>
> o ser
>
> vo aprisionado
>
> existir não
>
> (FROTA, 2017, p. 229).

A elaboração de todo o capítulo, portanto, aparece como referência e interação aos textos, à obra de arte e aos fatos anteriores:

> Turner fixou nesse quadro os momentos em que Luke celebrizou o seu Zong. [...] No século XVII, a desova dos negros doentes do Zong, próximo à costa da Jamaica, foi testemunha. [...] Nessa manhã, quase setenta anos após o massacre do Zong, o Astro vai rapidamente afundando à vista do Cotinga, até que somente seus mastros fiquem fora d'água. (FROTA, 2017, p. 230-1).

A segunda categoria elencada por Genette (2006, p. 9) é a metatextualidade, definida como o diálogo realizado com o texto sem citá-lo necessariamente, é uma interação de análise, discussão ou exame do texto anterior (também chamado de hipotexto). É uma relação necessariamente crítica, por isso é a modalidade, por excelência, da crítica literária. Em *O herói provisório* (2017), a metatextualidade, nos moldes propostos por Genette (2006), ocorre especialmente com os textos historiográficos de David Carneiro (1950) e Antonio Vieira dos Santos (1850), assim como com outros textos literários, tais como os *Sermões* de Padre Antonio Vieira e os ensaios de Feuerbach.

A terceira categoria é a intertextualidade, já delineada anteriormente. A quarta, sobre a qual o autor se detém mais pontualmente, é a hipertextualidade, que, *grosso modo*, é o texto – que denomina de hipertexto – o qual é derivado de outro texto preexistente – nomeado como hipotexto –, "que o evoca mais ou menos manifestadamente, sem necessariamente falar dele ou citá-lo." (GENETTE, 2006, p. 13). Se enquadram nesse conjunto de relações aquelas obras, ou mesmo grupos textuais, que têm outra obra anterior, que se articula como um alicerce para as obras posteriores (hipertextos). Como exemplo, o autor cita a *Odisseia*, de Homero, que é o hipotexto a partir do qual foram produzidos a *Eneida*, de Virgílio, ou mesmo *Ulisses*, de James Joyce. O *Diário de bordo* (1492-1493), de Cristóvão Colombo, por exemplo, é hipotexto de todos os romances que recuperam esse fato histórico, sendo eles os hipertextos dessa escrita primeira. O mesmo ocorre com os romances brasileiros que recriam a chegada de Cabral às costas do litoral sul da Bahia, em 1500, que tem como hipotexto a *Carta de achamento* (1500), do escrivão Pero Vaz de Caminha.

A quinta categoria delineada por Genette (2006) – segundo o autor, a mais abstrata –, é a arquitextualidade, trata-se de uma interação completamente

silenciosa, como, no máximo, uma menção paratextual, de caráter essencialmente taxonômico ou genérico, como romance, ensaios – de caráter titular ou infratitular –, em que,

> [...] essa relação pode ser silenciosa, por recusa de sublinhar uma evidência, ou, ao contrário, para recusar ou escamotear qualquer taxonomia. Em todos os casos, o próprio texto não é obrigado a conhecer, e por consequência declarar, sua qualidade genérica: o romance não se designa explicitamente como romance, nem o poema como poema. (GENETTE, 2006, p. 11).

Essa categoria de relações entre textos refere-se aos vínculos intrínsecos que os diferentes gêneros – lírica, prosa e drama – cultivam entre si, sem que necessitem ser nomeados ou aludidos. Nos romances históricos, porém, é frequente o uso de taxonomias como romance, ou mesmo de um prólogo ou nota explicativos, como estratégia para eximir ou redimir o autor e/ou a narrativa da qualquer implicação com a representação do passado, o qual é realizado, muitas vezes, de maneira ambígua e provocativa. Essas estratégias são encontradas, por exemplo, no romance brasileiro *Em liberdade* (1980), de Silviano Santiago, *O evangelho segundo Hitler* (2013), de Marcos Peres, ou a nota do autor proposta por Rodrigo Garcia Lopes, em *O trovador* (2014, p. 5): “Esta é uma obra de ficção. Qualquer semelhança com nomes, datas, eventos e pessoas reais, vivas ou mortas, é mera coincidência” – sobre esse último título, estendemo-nos na próxima subseção.

Ressaltamos, ainda segundo Genette (2006), que essas relações transtextuais não ocorrem de maneira isolada: elas são comunicantes, convergem e confluem para a transcendência textual. Da mesma forma, essas categorias de interações textuais não devem ser consideradas como categorias ou gêneros de obras inteiras –, mas, sim, como aspectos da textualidade, e adicionamos: escolhas estilísticas, como estratégias narrativas. Nas palavras do autor,

> [...] as diversas formas de transtextualidade são ao mesmo tempo aspectos de toda textualidade e, potencialmente e em graus diversos, das categorias de textos: todo texto pode ser citado e, portanto, tornar-se citação, mas a citação é uma prática literária definida, que transcende evidentemente cada uma de suas performances e que tem suas características gerais; todo enunciado pode ser investido de uma função paratextual, mas o prefácio (diríamos de bom grado o mesmo do título) é um gênero; a crítica (metatexto) é evidentemente um gênero; somente o arquitexto,

> certamente, não é uma categoria, pois ele é, se ouso dizer, a própria classificação (literária): ocorre que certos textos têm uma arquitextualidade mais pregnante (mais pertinente) que outros, e, como tive ocasião de dizer em outro lugar, a simples distinção entre obras mais ou menos providas de arquitextualidade (mais ou menos classificáveis) é um esboço de classificação arquitextual. (GENETTE, 2006, p. 17-8).

Como vimos apresentando, em *O herói provisório* (2017), as relações transtextuais ocorrem de formas diversificadas e convergentes, com citações, alusões e discussões críticas de textos anteriores, inseridas no universo diegético de maneira silenciosa ou por meio de inscrições transtextuais, ora imprimidas por meio do narrador heterodiegético intruso, ora subjetivizadas por suas personagens, tal como podemos verificar no trecho a seguir, em que Frei Tristão revisita os textos de Feuerbach:

> Traduzia mentalmente, um Deus moral sem natureza não tem base; mas a base da moralidade está na diferença sexual. Desfilavam pela sua memória, novamente, reminiscências de Corpo Santo. As intermináveis tardes em que teorizavam sobre o celibato, mesmo o animal é capaz do amor abnegado através da diferença sexual, sente saudade desse tempo [...]. (FROTA, 2017, p. 185).

Dessa forma, a composição narrativa de Frota (2017) erige a sua transcendência textual ou, ainda, sua estrutura arquitextual, como forma de hipertexto de diversos hipotextos anteriores. Esses diálogos são apresentados tanto para corroborar com o plano das ações, como são incorporados à tessitura de forma irônica ou satírica, de modo a atuar como contraponto, como recurso que articula ou reafirma a desconstrução – das personagens, da historiografia, da representação discursiva, como é possível observar no fragmento exposto abaixo:

> E porque, afinal, essa aflição pelo moço poeta Manoel, a quem sequer conhecia há poucos meses? *E o que haverá de secreto entre esse moço e sua irmã?*, não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz da paixão de Cristo, que o vosso em um destes engenhos, há cruz das paixões da carne, os açoites dos remorsos, dos desejos inconfessáveis. *Oh, Senhor, tem de piedade de mim. Rogai por mim, me livrai do desejo por prazeres pecadores, minha Nossa Senhora dos Prazeres Castos.*
> Com o Sermão XIV caído no chão, revirando-se no leito a todo momento, o corpo em agitação, acabou adormecendo de exaustão. (FROTA, 2017, p. 156).

Além do diálogo estabelecido com outros textos literários, a narrativa insere associações intertextuais com o discurso historiográfico, seja por meio de comentários sobre textos e historiadores (metatextualidade), seja ao incluir trechos historiográficos, dados e informações precisas respaldadas por documentos oficiais – os mesmos que intenta impugnar. Esse aspecto é permanente em toda a constituição narrativa, mas é intensificado junto ao desenvolvimento dos episódios históricos que reelabora. Tal como podemos ratificar no seguinte excerto, em que os mecanismos de manutenção do tráfico ilegal de humanos são demonstrados:

> O inglês Herbert Schomberg, comandante do H.M.S. Cormoran, tinha os nomes dos negreiros suspeitos e recebera notícia de que eles burlavam a lei, descarregando escravos no Superagui, entrando pela Baía de Paranaguá e passando a Fortaleza a coberto de qualquer verificação, si por acaso alguma fosse feita insolitamente. Depois de pequeno descanso, aguada e reabastecimento, voltavam a apanhar os pretos da península exterior à baía de Paranaguá de onde abalavam com carga dividida, em transporte de cabotagem costeira e de menor calado para os portos onde o comércio se podia fazer sem perigo, levando seus papeis em ordem, ainda quando transportavam escravos. (FRETE, 2017, p. 221).

Essas características, representativas das modalidades desconstrucionistas de romance histórico, lançam um novo olhar também ao narratário, pois a percepção e análise crítica dessas interações pressupõe – e/ou exige – um leitor especializado, capaz de realizar uma potencial participação efetiva e experienciada na construção de sentidos à linguagem literária, atuando como um colaborador que tenha a perícia de

> [...] reestabelecer e ordenar as sobreposições temporais das anacronias exacerbadas; compreender as metáforas e outras figuras de linguagem utilizadas pelos romancistas ao empregar uma escrita barroca, quando não o experimentalismo linguístico e estrutural; correlacionar as diferentes perspectivas pelas quais a temática do romance é trabalhada; amalgamar os fios da construção discursiva para obtenção da carga ideológica que subjaz à escrita; e, apenas como exemplo mais prático, reconhecer as tantas e imprescindíveis intertextualidades com as quais dialoga a escrita romanesca contemporânea. (FLECK, 2017, p. 100-1).

Essas necessidades requeridas pelas narrativas híbridas de história e ficção crítica/desconstrucionistas, são também responsáveis pela releitura impugnadora do passado, pois articulam a multiplicidade de perspectivas, de opções representativas e a impossibilidade de representar o passado de forma linear, completa ou precisa, como já indicou Aínsa (1991, p. 83): "[...] *la imposibilidad de lograr el acceso a una sola verdade del hecho histórico*.[99]"

Nas modalidades crítica/desconstrucionistas – novo romance histórico e metaficção historiográfica – essas particularidades atuam como uma ferramenta de expansão representativa, pelas quais, nas palavras de Sandra Nitrini ([1997] 2010, p. 163), "o texto literário se apresenta como um sistema de conexões múltiplas." Nesse sistema, as relações de intertextualidade, especificamente, configuram-se como uma possibilidade de expansão discursiva, de ampliação do campo semântico proposto pela urdidura narrativa, que "confere ao texto uma riqueza, uma densidade excepcional." (NITRINI, 2010, p. 165). A respeito da atuação global das relações intertextuais nas narrativas ficcionais, Nitrini (2010, p. 164-5) assevera que

> [...] a intertextualidade introduz um novo modo de leitura que solapa a linearidade do texto. Cada referência textual é o lugar que oferece uma alternativa: seguir a leitura encarando-a como um fragmento qualquer que faz parte da sintagmática do texto ou, então, voltar ao texto de origem, operando uma espécie de anamnésia, isto é, uma invocação voluntária do passado, em que a referência intertextual aparece como elemento paradigmático 'deslocado' e provindo de uma sintagmática esquecida. Estes dois processos operando simultaneamente semeiam o texto com bifurcações que ampliam o seu espaço semântico.

Além da inserção das interações intertextuais – ou transtextuais –, em *O herói provisório* (2017), há a confluência de diferentes gêneros textuais inseridos na composição narrativa, tais como cartas, notícias e documentos oficiais, os quais também rompem com a linearidade narrativa e colaboram com a representação pluriperspectivista – já estabelecida pela multiplicidade de personagens e focos narrativos e, pelo papel desempenhado pelo narrador, articulador da confluência das distintas linhas narrativas.

---

[99] Nossa tradução: [...] a impossibilidade de alcançar o acesso a uma só verdade do feito histórico. (AÍNSA, 1991, p. 83).

Nesse sentido, o universo diegético é construído de forma a romper ou desestabilizar a verossimilhança narrativa, pois apresenta – e relembra constantemente – ao narratário que ele está diante de uma construção discursiva. Além disso, essas inclusões questionam a representação discursiva do passado pela historiografia, propondo a contínua problematização de sua reprodução discursiva.

Na tessitura romanesca, pautando-nos na acepção de Genette (2005), esses lembretes são apresentados por meio de relatos do narrador extradiegético, que não participa efetivamente da história que narra, e com focalização zero, em que detém conhecimento dos pensamentos e sentimentos das personagens; ao mesmo tempo, é autoconsciente de sua função narrativa, assume postura intrusa e assiste ao desenvolvimento das ações desde um *lócus* distanciado: “Afastado da turba, o Narrador a tudo observava.” (FROTA, 2017, p. 18). Assim, o próprio papel do narrador é matéria ficcional da tessitura romanesca.

As intervenções intrusas na narrativa são frequentes e ocorrem de modo tanto a explicar condições, incluir informações, tecer críticas explícitas quanto a galhofar de eventos e personagens, como podemos verificar no excerto reproduzido a seguir, em que o narrador discorre sobre as inconsistências da guerra – referindo-se à batalha de Catalan de forma metonímica –, denuncia, metaforicamente, as arbitrariedades sociais e de domínio do conhecimento, bem como das relações de poder:

> Desgosta ao Narrador, notório pacifista, ter que se haver com detalhes das estratégias de guerra. Mais ainda o desgosta admitir usá-las como metáfora. O fato é que lhe ocorre, neste momento, que as divisões dos exércitos mimetizam à perfeição a trajetória das lutas do homem consigo mesmo e com seus pares, nos embates do cotidiano. A infantaria, linha de frente da batalha, explora as possibilidades de avanço, é a carne de teste para o fogo inimigo; alguns aí mesmo perecem, ingênuos e descartáveis, antes mesmo de entenderem direito qual é a guerra. [...] Necessitam, no entanto, que suas vitórias sejam garantidas pela artilharia, o pessoal da linha recuada, os que entendem de cálculos e manejam máquinas. Os que se escondem atrás de canhões, os covardes. Cautela e cálculo, eis o que ganha as batalhas. (FROTA, 2017, p. 160).

A utilização dessa estratégia metanarrativa é a principal responsável pela promoção da sua autoconsciência discursiva, bem como pela caracterização de sua metaficcionalidade, determinada pela habilidade do texto literário em refletir e

problematizar a sua condição de texto literário. De acordo com Hutcheon (2013, p. 28), essas são estratégias de narrativas abertamente narcisistas, em nível diegético, pois demonstram sua condição autoconsciente: "*are also explicitly aware of their status as literary artifacts, of their narrative and the world-creating processes, and of the necessary presence of the reader*[100]".

No entanto, para a classificação total de *O herói provisório* (2017) como um exemplar da modalidade metaficção historiográfica proposto por Hutcheon (1991; 2013) e revisitado por Fleck (2017), falta-lhe a presença de uma discussão mais assídua, recorrente e aprofundada desses aspectos autorreferencias identificáveis no relato e sua efetiva constituição como núcleo irradiador da narração – como ocorre em *Santa Evita* (1995) ou em *Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz* (1997) –, em outras palavras, a discussão teórica de seu *status* de artefato literário, pois "*Overtly narcissistic novels place fictionality, structure, or language at their content's core.*[101]" (HUTCHEON, 2013, p. 29).

A metaficcionalidade é um traço frequente na composição diegética em análise, mas a sua discussão – teórica ou temática – não chega a se constituir como um dos núcleos temáticos ou um fio condutor da diegese. O que ocorre é a presença desse narrador intruso que reflete e problematiza a composição do universo narrativo, bem como a sua função como narrador, o que gera a desestabilização e a inconfiabilidade tanto do discurso ficcional como do histórico – sem entrar, todavia, na discussão de sua própria condição formal:

> O narrador acorre, pressuroso, ao ajuntamento de gente exaltada, ainda mais perplexo do que Frei Tristão. Pela mão do sacerdote larga também por um momento a pena, exausto que anda pelo peso das invencionices que vem cometendo – testemunhando o que não viu, dando voz a quem não ouviu, afirmando certezas que não possui, aviltando memórias de prováveis santos e santificando a de possíveis vilões. Corre a aproveitar-se, pois, do conforto de – misturado à multidão – ouvir e dar ciência dos acontecimentos desse dia e dos subsequentes, pelo relato de um futuro Historiador, que, um século depois do ocorrido, aparentará ter sido testemunha ocular dos fatos. (FROTA, 2017, p. 219).

[100] Nossa tradução: são também explicitamente cientes de seu status de artefato literário, de sua narrativa e dos processos de criação do mundo ficcional, e da presença necessária do leitor. (HUTCHEON, 2013, p. 28).

[101] Nossa tradução: Romances abertamente narcisistas situam a ficcionalidade, a estrutura ou a linguagem como núcleo do conteúdo. (HUTCHEON, 2013, p. 29).

Nesse sentido, apesar de apresentar a autoconsciência narrativa como uma particularidade relevante no sistema global da narrativa, a presença desses recursos escriturais não se sustenta como fator determinante para sua classificação enquanto metaficção historiográfica, conforme a modalidade crítica/desconstrucionista proposta por Hutcheon (1991; 2013) e Fleck (2017). Em outras palavras, a narrativa é autoconsciente de seu status de artefato literário, mas não é internamente ou profundamente autorreflexiva, não é plenamente narcisista – para usar o termo de Hutcheon (2013) – de sua própria forma, de sua própria estrutura. A presença da metaficcionalidade em *O herói provisório* (2017) garante-lhe o diferencial apontado por Fleck (2017) entre os novos romances históricos latino-americanos que, além de toda a carga desconstrucionista neles presentes devido ao uso das estratégias bakhtinianas e outras que subvertem o discurso histórico tradicional, adiciona o potencial das estratégias metaficcionais ampliando, assim, o seu escopo discursivo desconstrucionista.

Conforme já asseveramos na primeira seção desta tese, para a classificação de uma narrativa híbrida de história e ficção como metaficção historiográfica, o recurso metaficcional deve ocupar papel fulcral na própria trama narrativa, ao qual as outras estratégias composicionais devem estar subordinadas. Assim,

> [...] nessas composições, as características comuns às modalidades críticas servem apenas como base para que a metaficcionalidade possa ser gerada como núcleo central da narrativa. Ela constitui a força motriz que move a ficção e impregna as demais características. Isso produz uma diegese na qual é impossível tratar de temas como “verdade” e “mentira”. O uso de recursos metaficcionais é constante, gerados das mais diversas formas, num intenso diálogo da voz que emite o discurso com seus supostos receptores. (FLECK, 2017, p. 94).

Dessa maneira, ainda que a presença de metaficcionalidade seja marcante, ela não se constitui como uma linha narrativa indispensável para a composição romanesca. *O herói provisório* (2017), portanto, conforma-se como um novo romance histórico latino-americano metaficcional, modalidade na qual a metaficção é uma característica complementar junto aos outros recursos desconstrucionistas, não se configurando, assim, como “a força motriz maior da releitura do passado, nem se pode vê-la como um elemento norteador que levará as outras estratégias narrativas

a determinado ponto do processo de revisitação dos eventos históricos pela literatura.” (FLECK, 2017, p. 93).

Como afirmamos anteriormente, há a construção de distintas personagens densas, as quais são apresentadas a partir de diferentes linhas narrativas, as quais se entrecruzam e se constituem em um fluxo temporal não linear, com focos narrativos irregulares, que abordam diferentes períodos, retomam eventos anteriores, e tecem o emaranhado diegético. Esse entrelaçamento das personagens e a tessitura que relaciona as distintas linhas narrativas, podem ser acompanhados na transcrição a seguir, em que, pelo recurso da analepse, prenuncia-se o entrecruzamento das personagens e das diferentes linhas narrativas:

> Três anos antes.
> No trapiche da Rua da Praia, Frei Tristão de Almeida tem a desagradável sensação de que seu corpo ainda balança. Sabe que os pés estão fincados na areia do chão, sabe o que o corpo está parado, mas é como se essa informação ainda não lhe tivesse chegado à cabeça. O calor estonteante, as exalações pútridas da água rasa do rio nas proximidades do embarcadouro, misturadas ao cheiro de fritura que vem de um bar próximo, agravavam o mau estado em que já se achava. Não é, ainda, amigo do herói, o Capitão Joaquim – que, aliás, nem Capitão ainda é – não é amigo de ninguém, mal sabe onde está. Acabou de chegar. (FROTA, 2017, p. 19).

Por meio desses recursos composicionais, o romance também transita entre o passado e o presente da narrativa, ao mesmo tempo em que flerta com o futuro das personagens, dos acontecimentos ficcionais e históricos. Nesse processo, o papel do narrador é daquele que, consciente de todo o desenvolvimento do relato, tece o emaranhado diegético instigando e brincando com o narratário.

Para além do Capitão Joaquim, dentre as personagens construídas pelo universo diegético, destacamos a figuração de Ignácia, africana escravizada – subjugada por Eulália –, que representa, metonimicamente, a população escravizada no território paranaense. Ignácia é uma menina que, após o falecimento de sua primeira senhora, é vendida à Eulália, que fica encantada por sua aparência, seus bons modos e por sua perfeita dicção do português:

> A visão da negrinha magnetizou a Senhora Eulália. No momento em que lhe deitou os olhos, a quis para si, para o seu lado, para lhe fazer companhia, [...]. Para que ficasse sentada aos pés de sua cadeira,

> como uma escultura perfeita para ornamentar a sua sala, sua boneca favorita, um dos gatinhos de sua infância, uma filha adotada [...] e as palavras saíram da boca da escrava, claras, articuladas, *veja isto, Aloísio, quem por ventura ouvisse essa negrinha falando sem que estivesse vendo sua cara, pensaria se tratar de uma menina educada em Escola Normal na Corte*. [...] *dívida de gratidão, veja isto, Aloísio, repare como fala essa moleca*! (FROTA, 2017, p. 67-8).

A forma como a menina é descrita nesse encontro, assim como é tratada e considerada, assemelha-se ao tratamento para com um animal de estimação – tal como é explícito no trecho acima. Essa colocação alça, por sua vez, a reflexão crítica do discurso e do sistema escravocrata que tratava seres humanos como objetos e/ou animais, desumanizando-os.

Ocorre, também, a manipulação do discurso laudatório quanto ao tráfico de humanos, realizado por meio da ironia, utilizando termos como “competente”, “esquema bem montado”, “laboriosa” para indicar as estratégias dos traficantes, ou mesmo pela forma, pretensamente, eufemista ao tratar desses aspectos, como é possível ratificar no trecho a seguir exposto:

> Não é será à toa, portanto, que no próximo ano, Paulino José de Soares de Sousa, Ministro das Relações Exteriores, precisará dar um puxão de orelhas na laboriosa, mas às vezes um tanto gananciosa classe dos traficantes, já que o excesso sobre as necessidades do comércio interno de escravos chegará, em 1848, a 8.000 peças! (FROTA, 2017, p. 70).

Sobre essa temática, o discurso histórico tradicional estabelece que houve uma utilização menor de mão de obra escravizada no território do estado quando comparada a regiões brasileiras, de forma a pensar que a escravatura paranaense tenha sido mais amena em comparação ao restante do país. Desse modo, registrou-se que,

> [...] no território paulista, que desde 1853 em diante constituiu a Província, hoje Estado do Paraná e onde a indústria fundamental foi a pecuária a cargo de índios e seus mestiços, e não a agrícola para a qual o negro era preferido, – a introdução de africanos foi insignificante e ao tempo da proclamação da República (recenseamento de 1890) a proporcionalidade do negro com o total da população atingia apenas a 5,17%, um dos três menores coeficientes de todo o país, [...]. Os tipos cruzados das três raças fundamentais brasileiras (portuguêsa, brasilio-guaraní e africana) era também, a esse tempo 18,66% (proporcionalidade do sul), enquanto

> no Norte do país, na Baía por exemplo, era ainda de 46,19. (MARTINS, 1950, p. 130).

De fato, o percentual de humanos escravizados no Paraná foi inferior aos números contabilizados em outras áreas, como no Recôncavo baiano e em São Paulo, mas que "apesar do percentual baixo de cativos, nunca superando um quarto da população total, foi uma sociedade escravista" (GUTIÉRREZ, 2006, p. 120), na qual os métodos de dominação pautados na violência extrema estavam presentes – mesmo que apresentado de maneira eufemista, nesse "hediondo comércio", como afirma o autor, "[...] ao negro coube continuar e desenvolver o esforço economico da colonia na grande lavoura de café, do açúcar, do algodão e do fumo, e concorrer com o seu sangue, forte e generoso, como elemento de nossa terra." (MARTINS, 1950, p. 132).

Há que salientar, também, que, de acordo com Gutiérrez (2006), existe uma disparidade em relação aos números dispostos nas *Listas nominativas* – recenseamento de 1817 – que arrolaram as características demográficas e sociais do estado em relação aos números registrados pelo *Inventário de bens rústicos* de 1818. Fato que faz com que os dados em que se pautam a historiografia também sejam questionáveis.

A discussão sobre os números, limites e concepções sobre o período escravista no Paraná é apresentada, também, em nível diegético – ao tratar do processo de branqueamento da pele ocorrido no território –, por meio do narrador que questiona o passado, como podemos observar no fragmento abaixo exposto:

> Mas é fato que isso ocorrerá, e gerará uma interessante tese que virá a ser muito disseminada nos próximos séculos: a escravidão, no Paraná, foi branda e escassa. Apenas para deixar, desde já, ajustado esse dado histórico: em 1871, o Censo Geral do Império divulgará que, em 1854, no Paraná, em cada 100 homens livres, 46 serão pretos ou pardos. Cinco anos antes, teria sido mais ou menos essa a proporção de peles negras que Frei Tristão via pelas ruas. (FROTA, 2017, p. 179).

No universo ficcional, Ignácia – e outras personagens secundárias – representa a vida daqueles que foram subjugados pelo sistema escravagista, conscientes e resistentes à precária situação da escravização ilegal em solo brasileiro: "[...] Ignácia se sabia livre pela Lei Feijó, como as dezenas de milhares de

escravos trazidos a este Império depois de sua promulgação. [...] Sequestrada de sua pátria, trazida à força contra todas as leis, mantida cativa, Ignácia se sabe livre." (FROTA, 2017, p. 71-2).

Ignácia é violentada pelo patrão, perseguida e torturada pelo feitor da fazenda, foi colocada em meio a uma rede de mentiras que a acusava de roubo, infelizmente, situações frequentes à população escravizada na época. Na tessitura narrativa, essas são circunstâncias apresentadas a partir da ótica escravizada, de maneira a explicitar e denunciar a violência atroz, ao mesmo tempo em que humaniza e dá participação à população que sofreu as arbitrariedades deste período, como podemos verificar no excerto a seguir, em que Ignácia é submetida ao chicoteamento:

> Quando a primeira chibatada cortou a sua carne, Ignácia em um instante compreendeu o enredo do que passara nesses últimos cinco dias de silêncio e pesadelo. Varada pela dor e pelo susto, enxergou Dita se afastando dali com Tunim no colo, contando alguma coisa muito engraçada para o menino, que ria, enquanto a velha, rindo com a boca, espiava para trás com o canto dos olhos marejados de lágrimas, e nessa mirada havia uma tal compaixão, que Ignácia soube que – ao menos naquele momento – não havia que temer pelo filho. (FROTA, 2017, p. 199).

É dessa forma, também, que o texto tece sua crítica ao período e demonstra como os afrodescendentes escravizados sobreviveram a situações subumanas que não podem ser relativizadas, nem esquecidas. Essa marca da tessitura narrativa, vai ao encontro da – e problematiza a – atividade colonizadora, conforme Walsh (2013, p. 58), que promoveu a desumanização e coisificação de humanos escravizados, e, ao mesmo tempo, impele-nos ao ato de revisitar decolonial, de resistência e ressignificação: "*pone en escena los actos de deshumanizar, desarticular, silenciar, objetivizar, cosificar y mercantilizar, a la vez que da presencia vital a estrategias decoloniales de resistencia, insurgencia, re-existencia y re-creación*.[102]". Esse é, pois, aos nossos olhos, o papel do romance histórico em sua fase crítica, seja ela desconstrucionista ou mediadora. A promoção de sua leitura, estudo e análise torna-se, assim um ato decolonial, uma esperança na ampliação da conscientização sobre

[102] Nossa tradução: [...] põe em cena os atos de desumanização, desarticulação, silenciamento, objetivação, coisificação e mercantilização, ao mesmo tempo em que dá presença vital às estratégias decoloniais de resistência, insurgência, re-existência e recriação. (WALSH, 2013, p. 58).

o passado para que, então, as mudanças no presente possam ocorrer. O romance histórico, visto assim, é via de decolonização efetiva e eficiente.

A articulação desse intento re-humanizador é marca frequente em *O herói provisório* (2017), de que é representativo o excerto a seguir citado. Nele a punição sofrida pela personagem segue sendo descrita, e – ainda que metaforicamente – é causada de terror e espanto:

> As chicotadas, uma depois da outra. O sangue nobre bantu escorrendo para o solo desses trópicos de vocação triste. O céu enegrecendo. A voz de Dita se afastando agora cantava para o negrinho, *eram duas ventarolas ventando no ar, uma era Iansã, epa hei, a outra era Iemanjá, odaciabá. Uma última vez, já distante, a gargalhada de Tunim, que Nossa Senhora lhe abençoe, Dita*. A escuridão, no céu e na consciência. A grandiosa tempestade durou desde as 7 até as 9 horas da noite, deixando atemorizados todos os habitantes da Cidade. (FROTA, 2017, p. 203).

A partir desse episódio, há uma comoção na cidade, na qual o Frei Tristão protagoniza o papel de defensor da população escravizada, e impele à revisão impugnadora do sistema colonial – atribuindo, ao mesmo tempo, a criticidade à narrativa. Salientamos, ainda, que, diferentemente da figura de padre Pompeu, em *O drama da fazenda Fortaleza* (1941), Frei Tristão atua ativamente no universo diegético por mais de uma vez, desestabilizando e impactando a população representada no universo diegético – ainda alicerçada no ideário colonial. Podemos verificar seu papel arguidor no excerto transcrito a seguir, em que publicamente roga pela segurança das personagens estigmatizadas:

> *Vocês devem estranhar a presença de um sacerdote novato neste altar, vestindo uma estola vermelha, a cor do sangue, em um domingo qualquer, que não celebra nenhum mártir. Neste momento da sagrada missa, peço a vocês um momento de oração pelo sangue derramado da escrava Ignácia, supliciada no tronco e desde então desaparecida com seu filho Antonio*, e um murmúrio ecoou na pequena multidão, *peçamos a Deus que esteja bem*. Os negros boquiabertos. Nunca, em tempo algum, tinham vivido situação tão inusitada: um padre rogando por um escravo fujão. E a transgressão não tinha terminado, *oremos também para que reencontre a alegria de viver a enfermeira Maria Rocha, abatida também na semana que passou pela hipocrisia dos homens. Algumas pessoas deixaram a igreja, assustadas.*
> Frei Tristão continuou, inspirado, destemido, *era o Espírito Santo falando por aquela boca*, como diziam depois entre si os escravos, a

> voz sussurrada de medo. Falou da lei dos homens, da lei de Deus, da hipocrisia e do chamado do amor. (FROTA, 2017, p. 211-2).

Paralelamente, a personagem de Frei Tristão atua como figura de desconstrução do papel prenunciado por um eclesiástico: além de colaborar na fuga de Ignácia, ele é provedor de questionamentos e crises existenciais que denunciam a precariedade e a solidão da vida celibatária – já implícitas na menção de Maria Rocha, por quem se apaixonara –, contesta a subordinação político social que lhe era imposta, bem como problematiza o papel da Igreja e seus representantes – e o seu próprio – perante à injustiça da escravidão, como fica eminente no fragmento destacado a seguir:

> Desde que chegara ao Brasil, ao lado dos tormentos pelos quais voltara a passar com os apetites do corpo, Frei Tristão constatava, cotidianamente, as marcas dos tormentos pelos quais passavam os dos escravos, tatuadas em suas peles. Não havia base teológica de celibato, nem pregação de redenção pelo calvário que dessem conta de serenar sua inquietação. [...] A leitura que vinha fazendo dos sermões de Vieira lhe despertava sensações antagônicas. [...] mas havia, cada vez mais, uma indignação que ia se tornando náusea, ante a justificação teológica da maldade, [...]. (FROTA, 2017, p. 178-9).

Como vimos delineando, a crítica ao papel das instituições religiosas é uma marca frequente nas narrativas híbridas de história e ficção pertencentes às modalidades críticas. Essa marca recebe um teor ainda mais perscrutador e significativo nas narrativas que reelaboram o processo de formação das sociedades latino-americanas haja vista o papel central das instituições cristãs no processo de dominação e silenciamento da população autóctone, bem como pela justificativa de redenção daqueles considerados “selvagens”.

Essa desconstrução da personagem sacerdotal é apresentada, além de *Guayrá* (2017) e *O herói provisório* (2017), por *A máquina de madeira* (2012), de Miguel Sanches Neto, em que a personagem de extração histórica protagônica é o padre Francisco João de Azevedo, suposto precursor da primeira máquina de escrever. No universo diegético de *A máquina de madeira* (2012), padre Azevedo, que também é professor e inventor, articula a contestação do papel da Igreja, denuncia as arbitrariedades do período colonial, e rompe com as imagens cristalizadas do passado veiculadas pelo discurso tradicional.

Além disso, o padre Azevedo vive um relacionamento proibido com Benedita, empregada que o ajudava nos afazeres domésticos, com quem teve um problemático romance, do qual resulta uma filha que jamais pôde ser reconhecida: “Órfã de um pai vivo, é isso que ela é, pensou Azevedo. Ali estava a sua filha, que levava somente o nome da mãe, pois o pai era desconhecido, embora todos o conhecessem.” (SANCHES NETO, 2012, p. 196).

Essa não é uma novidade das narrativas críticas contemporâneas – haja vista narrativas anteriores como *O crime do padre Amaro* (1875), de Eça de Queiroz – mas a sua presença, junto aos outros recursos crítico/desconstrucionistas, colaboram para a formação de textos profundamente questionadores. A confluência desses traços, portanto, compõe obras que problematizam o passado narrado pela história tradicional e o processo de formação de nossa sociedade.

Entre as imagens contestadas pelo universo diegético de *O herói provisório* (2017) está a figura do herói, processo que confere o título da narração. Como já apontamos, o Capitão Joaquim Ferreira Barboza é concebido como um herói de guerra, que lutou em inúmeras batalhas, e finaliza sua atividade militar com a participação no episódio *Cormorant*.

O Capitão é reelaborado como um homem marcado pela guerra, cansado do papel sombrio das lutas, que não se percebe como um herói. Em suas conversas com Frei Tristão expõe como é assombrado pelas imagens de sua participação nas batalhas de Catalán e da Cisplatina, perseguido por pesadelos: “Cada uma dessas imagens – as reais e as imaginárias, que já não distinguia em seus pesadelos – lhe trazia monstruosos remorsos.” (FROTA, 2017, p. 157). Esteve por “[...] quase duas décadas a fio encharcando o chão do pampa de sangue lusitano, brasileiro e castelhano [...],” (FROTA, 2017, p. 163) na reconquista da Cisplatina, sobre a qual também reflete:

> *Foi um massacre do qual participei, Frei Tristão. E se não fôssemos nós os a vencer, teríamos sido nós os massacrados.* [...] Aos mortos, a posterioridade. Aos que sobrevivem, tendo se destacado n’esta gloriosa e memorável batalha, as condecorações. Ao Furriel Joaquim Ferreira Barboza duas medalhas e uma espada que Lurdinha areou religiosamente, uma vez por semana, até o dia em lhe foi confiscada, e o resto de uma longa vida para se haver com os seus fantasmas. (FROTA, 2017, p. 162).

É por sua última atuação militar que perde a espada, e pela qual a desconstrução do herói se torna evidente, também, no desenvolvimento das ações no universo ficcional. Após sua atuação no episódio *Cormorant*, por ter atacado a embarcação inglesa, o protagonista perde o seu título de capitão, depois, é dispensado e retirado de seu ofício, tendo seus uniformes, espada e medalhas confiscados: concretizando a total anulação de seus atos heroicos. Assim, é retirado, explicitamente, de sua categoria de herói e resguardado ao esquecimento, como fica exposto no excerto abaixo exposto:

> No próximo ano, encontraremos Joaquim amargurando a provisoriedade de seu heroísmo, na Capital da Província de São Paulo, respondendo a Conselho de Guerra por sua atuação no episódio Cormoran. Será absolvido – a história tampouco registrará do que estaria sendo acusado. (FROTA, 2017, p. 254).

Outro ponto na constituição semântica da personagem que colabora para a desconstrução da figura heroica é que o Capitão se envolve, afetivamente e platonicamente, com Ignácia – quem amamentara seu filho quando do falecimento de sua esposa –, sendo ela a personagem representante de toda a categoria que, direta e indiretamente, ajudou a manter escravizada por sua atuação na batalha do *Cormorant*. Por seus sentimentos, recolhe-a e colabora em sua recuperação, passam a viver juntos e assume a tarefa de cuidá-la devido ao seu débil estado mental – provocado pelas tragédias que viveu.

Essa conjunção ganha uma dimensão ainda mais emblemática e contraditória haja vista o grande número de vidas negras supostamente ceifadas pelos afundamentos de navios durante o episódio comandado pelo Capitão. De acordo com o narrador, nessa ocasião

> [...] abriu[-se] um grande rombo no costado de sua embarcação. É quase certo que não havia registro prévio em sua memória da imagem dantesca de braços e pernas negras se debatendo na esteira rútila de um sol a nos ofuscar e a avermelhar ainda mais as águas tingidas de sangue desse Caribe coalhado de Corpos. Haverá quem diga que nesta manhã, enquanto o Astro afunda rapidamente nas águas do Cotinga, debate-se no seu porão um incerto número de braços e pernas negros acorrentados entre si. [...] Haverá quem diga tanta coisa, e jamais saberemos. (FROTA, 2017, p. 231).

Dessa forma, pelo emaranhado ficcional de suas personagens – sejam elas puramente ficcionais ou de extração histórica –, a narrativa articula a desconstrução do herói e instala a problematização da representação do passado paranaense. Assim, o caráter interpelativo e impugnador é ocasionado tanto ao revelar perspectivas negligenciadas pelo discurso tradicional, como ao implantar as incertezas de seu discurso – como o faz tantas vezes a figura do narrador do romance.

Nesse sentido, a escritura híbrida analisada aproxima-se ao intento decolonial, ao denunciar a colonialidade, que é cúmplice e autora do sistema escravagista; e se emparelha ao intento de gerar a de(s)colonização por meio da desconstrução ou, nas palavras de Mignolo (2020, p. 121), "da descolonização como uma forma de particular de desconstrução."

O apelo desconstrucionista de *O herói provisório* (2017), a desconstrução do herói e do episódio *Cormorant* engendram uma reescrita paródica do passado. Essa desestabilização disruptiva é articulada pela manipulação e distorção dos materiais históricos ao incorporá-los ao tecido ficcional, marcadas pelas inscrições irônicas, pela ambiguidade, pelos exageros.

Como já afirmamos ao tratar de *Guayrá* (2017), a reelaboração paródica é uma forma de apropriação do discurso alheio pautado no intuito de os reinterpretar, e não somente retomar textos anteriores. Assim, a paródia é uma forma crítica e distanciada de apropriação de discursos precedentes a fim de dessacralizá-los, de forma a romper, distorcer, inverter e desestabilizar padrões anteriores. (FLECK, 2008, p. 71). A paródia revela e reafirma a presença do passado – acessado por meio de textos históricos e literários – e, ao mesmo tempo, aponta às inadequações de determinadas convenções e representações. Nas palavras de Hutcheon (2013, p. 50),

> […] *parody develops out of the realization of the literary inadequacies of certain convention. Not merely an unmasking of a non-functioning system, it is also a necessary and creative process by which new forms appear to revitalize the tradition and open up new possibilities to the artist. Parodic art both is a deviation from the norm and includes that norm within itself as background material. Forms and conventions become energizing and freedom-inducing in the light of parody*.[103]

[103] Nossa tradução: A paródia desenvolve-se a partir da constatação das inadequações literárias de certas convenções. Não é apenas um desmascaramento de um sistema que não funciona, é também

Assim, em *O herói provisório* (2017), a reescrita paródica, engendrada, muitas vezes, por uma ruptura irônica com os discursos históricos, leva à ressignificação do passado, de modo a dessacralizá-lo e, conjuntamente, reafirmar o seu vínculo a ele. No universo diegético, o discurso paródico conflui junto os recursos transtextuais (GENETTE, 2006) presentes na tessitura ficcional, seja pelo olhar crítico do narrador, seja pela presença da ambiguidade – a imitação pelo avesso –, pelo tom irônico dado ao discurso laudatório adotado pelo texto historiográfico tradicional, ou mesmo pela desconstrução – e re-humanização – das personagens e imagens cristalizadas historicamente. Mais especificamente, é possível verificar o recurso paródico e irônico no trecho a seguir destacado, em que as atitudes e as consequências sobre o tráfico ilegal de humanos culminam na batalha ressignificada no plano da narrativa:

> Antes de zarpar, no entanto, recebeu um ofício do juiz municipal de Paranaguá Dr. Filastro Nunes Pires, que nesse meio tempo decidira manifestar sua surpresa e indignação com a atitude inglesa, que repelia com veemência, afirmando que quando provado estivesse que os navios ora capturados se empregavam ou se haviam empregado no tráfico ilícito de africanos, estando eles fundeados no porto desta cidade, as autoridades do paiz saberiam cumprir os seus deveres procedendo em conformidade das Leis concernentes a tal tráfico. Na certa, reflete o Narrador, com o zelo e rigor com que vinham fazendo há dezenove anos. (FROTA, 2017, p. 237).

Essas estratégias, pelas infiltrações textuais de práticas discursivas anteriores, criam uma narrativa complexa, capaz de fazer circular novas reinterpretações da história e contestar o conhecimento sobre o passado em sentido único e centralizado. Criam, portanto, um espaço em que o narratário é interpelado a cooperar na filigrana das possibilidades de reconfigurar – resistir, criticar, subverter, impugnar – sujeitos e fatos de nossa história.

---

um processo necessário e criativo pelo qual novas formas aparecem para revitalizar a tradição e abrir novas possibilidades para o artista. A arte paródica é, ao mesmo tempo, um desvio da norma e a própria inclusão dessa norma em si mesma como material de fundo à produção. As formas e convenções tornam-se energizantes e indutoras de liberdade à luz da paródia. (HUTCHEON, 2013, p. 50).

Na esteira das estratégias crítica/desconstrucionistas presentes em *O herói provisório* (2017), ressaltamos a articulação entre diferentes fios narrativos, que acompanham as diferentes personagens, em diferentes temporalidades, num fluxo incessante que se move do passado, ao presente da narrativa e até mesmo ao futuro – por meio das densas analepses e prolepses – que constituem o cosmo diegético com consistência e engenhosidade: “Isto posto, com o conhecimento privilegiado de que este afeto não terá um final feliz, tratemos de usufruir o que resta de serenidade a esta cena.” (FROTA, 2017, p. 164).

É, portanto, por meio de suas estratégias formais e narrativas críticas e desconstrucionistas que *O herói provisório* (2017) reelabora o passado paranaense, preenche os vazios da história tradicional e alça questionamentos profundos sobre o período escravagista. Isso vem a confirmar, como já afirmou Esteves (2010, p. 20), que o discurso literário “[...] conta histórias que a história escrita pelos historiadores não sabe, não quer ou não pode contar.”.

Nesse sentido, mais uma vez, as narrativas híbridas de história e ficção são capazes de provocar um repensar crítico sobre o nosso passado e a constituição de nossa sociedade, assim como problematizam a capacidade e as relações entre as representações articuladas pelo discurso histórico e pelo discurso literário.

Esse intuito de ressignificação crítica do passado, instaurada na segunda fase da trajetória do romance histórico, conforme mostram os estudos de Fleck (2017), é também inerente à terceira fase, a crítica/mediadora, desse percurso das escritas híbridas de história e ficção. A essa fase dedicamo-nos na sequência deste estudo.

3.3 ENTRE A TRADIÇÃO E A DESCONSTRUÇÃO: O RECURSO DA MEDIAÇÃO EM NOVOS DIÁLOGOS ENTRE TRADIÇÃO E RENOVAÇÃO

Cientes das prerrogativas de escrita híbrida das fases acrítica e crítica/desconstrucionista do romance histórico, discutidas nas seções e subseções anteriores, nesta subseção, buscamos refletir sobre as renovações do romance histórico, ocorridas, especialmente, após a década de 1970, que estabeleceram a terceira fase do gênero, a crítica/mediadora. Essa fase é assinalada pela emergência de narrativas híbridas de história e ficção que estabelecem as conciliações entre os traços mais conservadores – oriundos das escritas híbridas de

história e ficção das modalidades clássica e tradicional – junto às características mais críticas – provenientes das modalidades do novo romance histórico e da metaficção historiográfica – em combinações próprias daquilo que Fleck (2017) classificou como a modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação.

As figurações do passado paranaense por narrativas híbridas de história e ficção passam a apresentar uma ênfase crítica e não desconstrucionista já na década de 1960, com romances por nós considerados de exceção, mas é somente a partir da década de 1990 que a modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação compõe, efetivamente, essa produção.

Tal constatação em nossa tese corrobora a afirmação de Fleck (2017) de que essa tendência mediadora do romance histórico se consolida após a década de 1970, na passagem dos experimentalismos do *boom* para as acomodações na narrativa latino-americana defendidas pelos escritores do pós-*boom*. Essas, em essência, buscavam aproximar-se de um leitor menos especializado, requerido para a leitura das obras desconstrucionistas do *boom* e, consequentemente, pelas obras características da segunda fase da trajetória do romance histórico.

Nesta terceira subseção da terceira seção de nossa tese, demonstramos como, na trajetória do romance histórico paranaense, essas narrativas ficcionais mais contemporâneas, articulam a revisitação crítica ao passado paranaense por meio da modalidade mediadora. Compõem essa fase obras que reconciliam a atitude saudosista sobre o discurso histórico tradicional com o seu extremo oposto, sua desconstrução feroz e subversiva.

Nesse entre-lugar dos romances históricos contemporâneos de mediação, expomos como as narrativas paranaenses da terceira fase revelam versões do passado pela perspectiva de pessoas comuns, distintas daquelas apresentadas pelas narrativas da fase acrítica, mas, também, sem o intento subversivo ou dessacralizador de grandes personalidades, muito comum nas modalidades críticas/desconstrucionistas. Esse conjunto de narrativas híbridas paranaenses mais contemporâneas contemplam, pois, todas as características apontadas nos estudos de Fleck (2017), como premissas da modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação.

Nesse sentido, as escrituras híbridas mediadoras ocupam o espaço intersticial já apontado por Santiago (2000), o entre-lugar do campo literário: consideramo-las narrativas que se alimentam das particularidades tradicionais, reconhecem sua

relevância e suas fraquezas, assimilam e infiltram, progressivamente, o modelo original, transmutando-se, desarticulando e se rearticulando num resultado interpelador “[...] de acordo com suas intenções, segundo sua própria direção ideológica” (SANTIAGO, 2000, p. 20).

Para exemplificarmos essa transformação no gênero, apresentamos a análise do romance histórico *Um amor anarquista*, de Miguel Sanches Neto, publicado em 2005, que carrega o signo conciliador característico da terceira fase: a crítica/mediadora. Desse contexto mais atual, devido às afinidades temáticas, buscamos estabelecer o diálogo com outras duas narrativas dessa modalidade, as obras *Retrato no entardecer de agosto* (2016), de Luiz Manfredini e *Nihonjin* (2011), de Oscar Nakasato, que, também, exploram o contexto imigratório no Paraná.

Para a realização da abordagem analítica de *Um amor anarquista* ([2005], 2008), apoiamo-nos, principalmente, nas teorias de Fleck (2017), em Klock (2021) e Fernández Prieto (2003; 2006). Em relação ao discurso historiográfico imigratório no Paraná, apoiamo-nos no historiador Wilson Martins (1989), nos estudos de Isabelle Felici (1998) e na dissertação de Gabriel Peruzzo (2012).

Como segundo exemplar de romance histórico contemporâneo de mediação paranaense, apresentamos *Terra vermelha*, publicado em 1998, de Domingos Pellegrini. Nesse romance, Pellegrini também explora o processo de povoamento do Paraná, especialmente do norte do estado, e Londrina. Essa temática, atrelada à construção da estrada de ferro São Paulo-Paraná, impele a relacionarmos *Terra vermelha* a outros romances históricos contemporâneos de mediação que reelaboram o processo colonizador do estado, são elas: *O trovador* (2014), de Rodrigo Garcia Lopes, e *Quatro gerações* (2018), de Ivo Pegoraro.

Para o enfoque analítico dessa segunda obra, além das teorias do romance contemporâneo de mediação de Fleck (2017) e Klock (2021), apoiamo-nos em Mata Induráin (1995), Benjamin (2012), Nascimento (2009), Mendonça (2015), Ribeiro (2017), dentre outras perspectivas que colaboram para a interpretação crítica do romance. Assim, na sequência, abordamos as obras selecionadas como exemplares paranaenses da terceira fase da trajetória do romance histórico: a crítica/mediadora, por meio da leitura de romances históricos contemporâneos de medição (FLECK, 2017).

3.3.1 *Um amor anarquista* ([2005] 2008), de Miguel Sanches Neto: fluxos imigratórios, comunidades coloniais e identidade cultural pelo traço mediador

As figurações do processo de colonização e povoamento paranaense, realizadas a partir das narrativas híbridas de história e ficção mediadoras, apresentam uma nova tônica na manipulação do material histórico. Elas são escritas romanescas com traços que conciliam uma atitude crítica sem a intenção de articular impugnação ou subversão total do discurso tradicional, seja da historiografia seja do romance acrítico. Isso ocorre porque a sua intencionalidade mais relevante é apresentar perspectivas antes postas à margem, vivências de personagem invisibilizados pelo discurso historiográfico hegemônico e mesmo aquele tradicional do romance histórico em suas manifestações acríticas. Daí resulta o seu teor crítico.

A manifestação dessa postura mediadora/conciliadora, classificada pela modalidade do romance histórico contemporâneo de mediador, incide na narrativa paranaense *Um amor anarquista*, de Miguel Sanches Neto, publicado pela primeira vez em 2005, e reeditado em 2008, pela editora Record. Esta última edição é a utilizada para análise e escrita desta tese. É a partir da análise desse romance que apresentamos a primeira abordagem referente à terceira fase da trajetória do romance histórico proposta por Fleck (2007; 2017) no seu percurso dentro do estado do Paraná.

Miguel Sanches Neto, natural de Bela Vista do Paraíso, é professor universitário – doutor e atuante na área de Letras e literatura –, escritor e crítico literário paranaense, atual reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Além de três romances históricos, é autor de poesias, contos, crônicas, romances, crítica literária e colunas jornalísticas, nas quais, também, inscreve-se na crítica literária.

Sua crítica literária inclui textos como *O ideal do crítico*: *Machado de Assis* (2008), *O artifício obsceno*: *visitando A Polaquinha* (2010), *O lugar da literatura*: *ensaios sobre inclusão literária* (2013), *O silêncio das crianças: representações da infância na narrativa contemporânea* (2010), dentre outros. Tais textos analíticos evidenciam o leitor crítico e preparado que subjaz à produção literária do autor.

Sua produção em prosa curta está publicada em coletâneas de contos como *Primeiros contos* (2008) e *A bicicleta de carga: e outros contos* (2018); seu repertório de crônicas inclui *Impurezas amorosas*: *crônicas ilustradas* (2006), *Um camponês na*

capital: *crônicas* (2009), *Museu da infância eterna* (2020) e *Herdando uma biblioteca* (2020) – que transita na ensaística autobiográfica, publicado primeiramente em 2004, reeditado pelo autor em 2020. Já a criação poética do autor foi reunida em *Venho de um país obscuro e outros poemas* (2005).

Entre suas obras romanescas – excetuando narrativas híbridas de história e ficção – estão seu romance de estreia, memorialista, *Chove sobre minha infância* (2000); o romance policial *A primeira mulher* (2008); *Chá das cinco com o vampiro* (2010); *A bíblia de Che* (2018), continuação de seu primeiro romance policial; dentre outros. Essa prolífera produção rende ao autor o destaque que a crítica tem dado à sua literatura.

Na esteira de narrativas híbridas de história e ficção, Miguel Sanches Neto é autor de três romances históricos. O primeiro deles é o romance histórico contemporâneo de mediação *Um amor anarquista,* publicado pela primeira vez em 2005, pela editora Record. Nesse relato híbrido se reelabora a tentativa de instalação da Colônia Socialista de Cecília no interior paranaense – e compõe o *corpus* literário de nossa análise.

Seu segundo romance histórico é *A máquina de madeira*[104], publicado em 2012, pela Companhia das Letras. O romance dá visibilidade à trajetória de Padre Azevedo, pioneiro inventor da máquina de escrever. Nessa ressignificação do passado pela ficção, reelabora-se, criticamente, o Brasil do século XIX, constrói-se um retrato da sociedade burguesa e se revelam aspectos da construção identitária nacional. Da mesma forma que o anterior, *A máquina de madeira* (2012), ao nosso ver, constitui-se como um romance histórico contemporâneo de mediação, segundo as especificidades dessa modalidade apontadas por Fleck (2017).

Já o romance histórico mais recente do autor é *A segunda pátria*[105]*,* publicado em 2015, pela Editora Intrínseca. Nele, reelabora-se o sul brasileiro às avessas

---

[104] Sobre *A máquina de madeira* (2012), publicamos o capítulo de livro "Escritas híbridas de história e ficção, da pesquisa à prática docente: a mediação como ferramenta para a reescrita do passado em *A máquina de madeira*, de Miguel Sanches Neto", em que versamos sobre o ensino de literatura a partir de romances históricos. Para maiores informações recomendamos: CELLA, Thiana Nunes; FLECK, Gilmei Francisco. Escritas Híbridas de História e Ficção, da pesquisa à prática docente: A mediação como ferramenta para a reescrita do passado em *A máquina de madeira*, de Miguel Sanches Neto. In: FLECK, Gilmei F.; CORSI, Margarida S.; CANDIDO, Weslei R. (Org.). *A Pesquisa em Literatura e leitura na formação docente: experiências da pesquisa acadêmica à prática profissional no ensino*, volume II. 1ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2018, v. 2, p. 117-142.

[105] Referente ao romance A segunda pátria (2015), publicamos o artigo "Do revisitar ao recriar a história nacional: uma possível leitura de A *Segunda pátria*, de Miguel Sanches Neto", no qual tratamos das características que o classificam na modalidade mediadora. Para acesso ao texto:

durante a Segunda Guerra Mundial. A narrativa apresenta uma versão do passado em que Getúlio Vargas apoia Adolf Hitler e o eixo nazista, espaço em que a cassação aos diretos humanos, a violência e o autoritarismo dominam o território do sul do país. Pela ótica de personagens ficcionais marginalizadas, oprimidas e subjugadas nesse cenário, junto a uma trama amorosa problemática, o romance tece um emaranhado em que figuras e fatos ficcionais são amalgamados àqueles pertencentes à historiografia tradicional, fazendo com que a representação sobre o passado seja problematizada criticamente. Tais aspectos levam-nos a, também, inseri-lo na modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação.

Um amor anarquista (2008) é o relato híbrido de história e ficção em que Miguel Sanches Neto reelabora o espaço e o passado paranaense, vinculado aos processos de povoamento. Esse é o fator que insere essa sua produção romanesca em nossa abordagem da trajetória do romance histórico no estado.

O século XX, no Brasil, foi marcado por diversas tentativas de instalação de colônias socialistas no Sul do país – as quais foram fortemente influenciadas pelo fenômeno da imigração europeia à nação. Entre elas, no Paraná, está a Colônia Cecília, fundada em 1890 pelo escritor e agrônomo italiano Giovanni Rossi, instalada com forte influência das premissas anarquistas, no espaço do atual município de Palmeira[106].

É a partir desse episódio do passado paranaense que Miguel Sanches Neto desenvolve sua diegese no romance histórico contemporâneo de mediação *Um amor anarquista* (2008). Nessa, identificamos o aspecto mediador entre as características mais tradicionais das narrativas híbridas de história e ficção – próprias da primeira fase da trajetória do gênero – junto à intenção crítica em relação ao passado e sua representação – próprios da segunda fase da trajetória do gênero –, e portanto, essa constituição insere a composição romanesca como uma via de ressignificação do passado paranaense.

CELLA, Thiana Nunes. Do revisitar ao recriar a história nacional: uma possível leitura de A *Segunda pátria*, de Miguel Sanches Neto. *Fólio - Revista de Letras,* v. 10, p. 291-315, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.22481/folio.v10i1.3849. Acesso em: 27 mar. 2022.

[106] O município de Palmeira, na região centro-oriental do estado, foi fundado em 1869, com território desmembrado de Curitiba e Ponta Grossa. Sua instalação e desenvolvimento estão vinculados ao caminho entre Viamão, no Rio Grande do Sul, e Sorocaba, em São Paulo, no trajeto dos Campos Gerais – circuito dos povos Caingangue –, onde surgiu como ponto de pouso de tropeiros. Dados coletados a partir da página do IBGE, Município de Palmeira. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/palmeira/historico. Acesso em: 22 jul. 2021.

Em *Um amor anarquista* (2008), esse episódio do passado paranaense é ressignificado pela ótica de seus protagonistas imigrantes, no qual a tentativa de instalação da colônia anarquista no interior do Paraná é reelaborada a partir de uma problemática história poliamorosa. A porção de imigrantes representada no universo diegético não é aquela aclamada pela historiografia oficial, mas que, pelo preconceito contra os ideais anarquistas, foi rejeitada.

Considerada a primeira e maior ocorrência do ideário anarquista italiano no Brasil, a Colônia Socialista Cecília foi a efetiva – e malsucedida – tentativa de implementação da experiência anarquista em solo nacional. A Colônia foi fundada em 1890, no município de Palmeira por um grupo de libertários mobilizados pelo italiano Giovanni Rossi (1859 – 1943), e foi extinta em 1893, pela comunhão de vários fatores entre os quais destacamos a pobreza material, os embates internos e a hostilidade de comunidades vizinhas.

De acordo com a pesquisadora e professora de estudos italianos, Isabelle Felici (1998, p. 1), "existem muitas impressões falsas sobre essa experiência, uma vez que a imagem da Cecília, que transparece nas obras sobre o anarquismo e nas obras de ficção que lhe foram consagradas, deve-se mais à lenda do que à realidade". Além disso, salientamos que, em consonância com a pesquisadora, a implantação da Colônia Cecília

> [...] é também fortemente ligada à história da imigração italiana no Brasil, porque, em muitos aspectos, a experiência dos colonos da Cecília é muito próxima da de outros emigrantes italianos do fim do século XIX. A Cecília nasceu, aliás, no momento em que a vaga de emigração italiana em direção ao Brasil era mais forte. (FELICI, 1998, p. 1).

No romance, a implantação da colônia por imigrantes italianos, é recriada em uma simbiose entre fatos históricos e ficcionais, e revela a perspectiva da fração de colonos socialistas discriminados e marginalizados pela sociedade conservadora da época. Em contrapartida, o discurso historiográfico apresenta, frequentemente, uma versão laudatória da imigração italiana no estado, como podemos verificar pelo caráter saudosista do historiador Wilson Martins (1989, p. 146):

> Dentre todos os povos que têm contribuído para o desenvolvimento do Brasil, com os braços ou os cérebros de seus imigrantes, um existe que se fez credor de nossa particular admiração e da integral

> fraternidade brasileira – o italiano. Sem desmerecer do quinhão que outros vários trouxeram a nosso progresso, justo é que se destaque o filho da radiosa Itália como o que melhor afinou com a alma do Brasil, [...].

Essa forma elogiosa de Wilson Martins (1989), altamente laudatória e positivista, é vista como exagerada até mesmo na comparação com outros discursos da historiografia, mas não deixa de exprimir o ideário colonial perpetuado pela perspectiva tradicional. No universo diegético de *Um amor anarquista* (2008), a recepção fraternal dos imigrantes italianos no Brasil é ratificada no início do relato ficcional, quando da instalação da Colônia:

> Não temos que enfrentar o rancor da população local, uma gente afável que gasta muito tempo em conversar, ensina o que sabe e sempre nos convida para um café em sua casa. Tal polidez, tão comum nestas terras ditas selvagens está contaminando o imigrante, que aqui chega rude e amargurado pelos sofrimentos em sua pátria. Assim, nossos grosseiros agricultores vão melhorando seus hábitos no contato com o paranaense. (SANCHES NETO, 2008, p. 33).

No entanto, essa primeira visão idealizada do contato entre os cidadãos do país e os imigrantes que a ele chegavam vai sendo matizada com o desenvolvimento da diegese e a proliferação das ideias e costumes anarquistas, especialmente em relação àqueles indivíduos ou grupos que saíam da Cecília e migravam para outras cidades, como podemos constatar no fragmento a seguir:

> Cada carroção que chegava com mais trabalhadores, prontos para as frustrações, por causa das mesquinharias e das cegueiras humanas, partia com um número maior de desertores, que segundo se dizia, saíam dali para saquear Palmeira, Ponta Grossa, Curitiba e São Paulo. (SANCHES NETO, 2008, p. 111).

Por meio dessas inserções, gradativamente, o relato ficcional revela aspectos não contemplados e divergentes da tendência historiográfica, e, assim, inscreve diversas problemáticas sociais e econômicas enfrentadas não só pela Cecília, mas também pelas outras colônias instaladas no país, tais como a falta de políticas de auxílio na permanência da população imigrante, a precariedade em que as colônias eram mantidas – marcadas pela fome e falta de recursos médico-sanitários –, a corrupção e o abuso na aquisição e uso das terras. Fatores que, somados aos aspectos identitários problemáticos dos imigrantes italianos em conflito com a

população brasileira, dificultavam o estabelecimento da colônia: “Tinham feito tudo pela Colônia e sairiam sem nada, como saíram Cini e sua mulher, só com a fama de desordeiros, barulhentos e promíscuos. Tanto esforço para acabar assim, era isso a vida, não deixava espaço para sonhos.” (SANCHES NETO, 2008, p. 225-6).

Essas características, na urdidura ficcional, definem o destino da Colônia Cecília e de seus moradores, os quais, mesmo depois de desvinculados dos princípios anárquicos, carregam uma imagem estigmatizada, tal como é premeditado no excerto a seguir, em que, pelo recurso da prolepse, são apresentados os efeitos da conduta anarquista para os imigrantes italianos:

> [...], ficar ali para continuar sofrendo com a raiva dos vizinhos?, mas não sabiam que por um longo tempo estava definida a sina deles, seriam anarquistas mesmo fora da Colônia, mesmo quando a Colônia fosse apenas uma propriedade produtiva familiar como as demais. Em Santa Bárbara, por muitos anos, teriam ainda que enterrar seus mortos num cemitério à parte, sem cruzes, ao lado da estrada, para mostrar sua revolta orgulhosa. (SANCHES NETO, 2008, p. 226-7).

A falta de um espaço adequado e identificado em um cemitério, além de demonstrar a lamentável situação pela qual passavam seus representantes, também é considerada simbólica da ausência de um lugar de pertencimento. Como consequência desse contexto, o ostracismo gerado pelas dificuldades de aceitação e adaptação cultural enfrentadas pelos moradores da Cecília também influenciam diretamente nas concepções de identidade cultural do grupo imigrante.

Com efeito, Hall (2011), ao tratar sobre os deslocamentos geográficos e suas relações com a identidade cultural, assegura que essas identidades estão em constante transição. Essas, portanto, não são fixas, estão suspensas, pois se alicerçam em elementos de distintas tradições culturais – a de origem e a para onde migraram – e são “o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado.” (HALL, 2011, p. 88).

Uma problemática semelhante é apresentada em *Nihonjin* (2011)[107], de Oscar Nakasato, no qual seu universo diegético reelabora a imigração japonesa no norte

[107] Sobre os fluxos migratórios e suas as relações identitárias no romance *Nihonjin* (2011), publicamos e indicamos o artigo “A imigração japonesa em *Nihonjin*: uma poética fusão entre história e memória”. CELLA, Thiana Nunes; BERND, Jorge Antonio. A imigração japonesa em *Nihonjin*: uma poética fusão entre história e memória. *Fermentum*, v. 31, p. 506-527, 2021. Disponível em: http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/47413. Acesso em: 15 nov 2021.

do Paraná, por meio da trajetória de Hideo Inabata, sua saída do Japão para o Brasil e sua instalação em uma comunidade nipônica. A jornada de Hideo Inabata e sua família é representativa da realidade de inúmeros imigrantes japoneses que vieram ao Brasil em busca de enriquecer e cumprir com a atribuição sagrada de retornar ao Japão levando recursos financeiros para o crescimento da nação, conforme orientação dada pelo Imperador Hirohito (ou *Showa*) aos seus súditos.

A partir desse cenário, o universo diegético de *Nihonjin* (2011) exibe as problemáticas sociais em relação à identidade cultural e ao sentimento de pertencimento – ambos fragmentados pela imigração –, bem como interpela aspectos referentes ao imaginário nacional e aos preceitos e preconceitos sociais construídos naquela sociedade. Em solo brasileiro, essas personagens imigrantes enfrentam dificuldades de adaptação e de aceitação, as quais são intensificadas pelo período do Estado Novo e apoio aos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial – contrário, portanto, ao Eixo, que incluía o Japão. Sobre esse momento histórico nacional e suas influências nos fluxos migratórios, Geraldo (2009, p. 3) afirma que

> [...] o governo de Getúlio Vargas, nos anos de 1930 a 1945, é identificado como tendo sido bastante rigoroso em criar restrições à entrada de imigrantes e em promover políticas de nacionalização que atingiram as populações de origem ou de ascendência estrangeira no país. Os imigrantes foram muitas vezes considerados como “indesejáveis”, com exceção dos chamados “brancos europeus”. Os que já se encontravam aqui fixados foram muitas vezes acusados de constituírem uma ameaça à formação da nacionalidade, em termos raciais ou culturais.

Essas questões são criticamente problematizadas pelo universo diegético, as quais instigam a reflexão revisionista sobre o período e sua representação pela história tradicional, e conduz às discussões relacionadas à nacionalidade e à identidade, mais precisamente à etnicidade, tomada como o sentimento de pertencimento exclusivo a um grupo étnico, em outras palavras, à identidade étnica. Em *Nihonjin* (2011), essas inscrições podem ser ratificadas no trecho transcrito a seguir, em que a personagem Hitoshi, filho de Haruo, questiona sua identidade:

> Porém, quando ela lhe disse que não era japonês, não enxergou mais os seus grandes olhos azuis e lembrou que seu pai sempre lhe ensinara que era nihonjin, que nihonjin era representante de um povo

> de tradição milenar. Então ou seu pai ou a professora estava equivocado, pois quando dois diziam coisas diferentes, se um estava certo, o outro estava errado, já que não existiam duas verdades diferentes sobre o mesmo tema. (NAKASATO, 2011, p. 63).

As personagens apresentadas em *Nihonjin* (2011), portanto, são representativas de indivíduos que possuem identidades culturais dispersas, aqueles que carregam os traços culturais das tradições, histórias e linguagens pelos quais foram assinalados. São sujeitos que descobrem um sentimento de desencontro quanto ao seu lugar: “se o Japão, outrora real, que paulatinamente vai-se tornando uma construção de sua imaginação, ou o Brasil, o lugar de efetivas conquistas e realizações.” (SILVA, 2008, p. 13).

Nesse sentido, apesar de reelaborarem períodos históricos diferentes, *Nihonjin* (2011) e *Um amor anarquista* (2008) aproximam-se pelas discussões planteadas por suas personagens e universos diegéticos. Ambos os romances abordam o reconhecimento de uma identidade fragmentada pelo processo imigratório e a falta do sentimento de pertencimento ao local.

Um amor anarquista (2008), ao apresentar os primeiros anos dos deslocamentos imigratórios ocorridos no Paraná, figura personagens que são representativas de indivíduos que tiveram suas identidades culturais fragmentadas, dispersas, aqueles que carregam os traços culturais das tradições, histórias e linguagens pelos quais foram assinalados. São sujeitos que descobrem um sentimento de desencontro quanto à realidade em que vivem e suas percepções e cargas culturais. Assim,

> [...] a diferença é que elas não são e nunca serão *unificadas* no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não a uma “casa” particular). As pessoas pertencentes a essas culturas híbridas têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. (HALL, 2011, p. 89).

De fato, no universo diegético, devido aos deslocamentos geográficos, à rotatividade de famílias e à falta de acolhimento das comunidades vizinhas, as personagens também não estabelecem vínculos afetivos com o espaço em que vivem, não se sentem pertencentes, como podemos ratificar no seguinte trecho transcrito à continuação:

> A paisagem da Colônia, deixada para trás, tinha perdido a espessura, era algo estranho, como se ele nunca tivesse vivido nela, como se essa memória pertencesse a outra pessoa e lhe tivesse sido narrada sem detalhes. Ele não sentia mais a presença daquelas colinas e daquelas matas. Mas fez o caminho até Curitiba com sua curiosidade habitual, analisando cada árvore, cada montanha, cada animal. Quando chegou à cidade e viu o movimento, sentiu-se como se já estivesse em outra terra. (SANCHES NETO, 2008, p. 100-1).

Essa postura é representativa das muitas entradas e saídas ocorridas na Colônia, as quais apresentam motivos distintos, mas sentimentos semelhantes: "[...] Záfiro Artusi partiu sem olhar para trás, sentindo-se desertor. Tinha que pensar no filho. Todos tinham que pensar nos filhos." (SANCHES NETO, 2008, p. 111). É dessa forma que os grupos imigrantes vão sendo figurados em *Um amor anarquista* (2008), ora representados como desordeiros, perigosos ou desocupados, ora destacados como "[...] apenas imigrantes procurando um lugar, [que] seriam sempre bem-vindos em nosso país." (SANCHES NETO, 2008, p. 111).

Apesar de representar uma categoria que possuía alguns privilégios – a população italiana historicamente foi bem recebida pelo Brasil –, por não se coadunar com o discurso historiográfico tradicional, e por apresentar a perspectiva do imigrante que encarou a discriminação xenofóbica, *Um amor anarquista* (2008) emolda-se aos princípios do romance histórico contemporâneo de mediação. Esse tem, dentre suas principais características, a reescrita crítica do passado e a ascensão de uma perspectiva não contemplada pelas versões convencionais da história como princípio ideológico.

A representação do grupo italiano, nos moldes apresentados por *Um amor anarquista* (2008), também é por nós considerada uma característica mediadora, pois o espaço da crítica feroz aos colonizadores, própria das modalidades críticas/desconstrucionistas, cede espaço a uma perspectiva conciliadora, uma postura crítica tecida de forma mais criteriosa e menos agressiva, como já mencionado por Gasparotto (2011).

Nesse sentido, em *Um amor anarquista* (2008), a conciliação ocorre pela flutuação entre o diálogo com a história tradicional e sua infiltração por versões que descortinam aspectos mascarados ou suprimidos. Nesse processo, característico do romance histórico contemporâneo de mediação, o intuito crítico e interpelador ocorre

“sem o sumário intento de desconstrução radical que orienta a produção crítica precedente.” (FLECK, 2017, p. 105).

Assim, de maneira amena e fluída, a narrativa ficcional ressignifica um episódio paranaense que permaneceu à margem da historiografia. Confirmando a insipiência sobre o passado da Colônia Cecília, tanto em relação à historiografia oficializada, quanto à população, Felici (1998, p. 55) afirma que

> [...] os anarquistas italianos no Brasil não manifestam interesse por esse episódio que eles conhecem muito mal e que não tem ligação com suas preocupações políticas. O tema das experiências comunitárias só aparece muito raramente nos jornais anarquistas em italiano publicados no Brasil e, quando escrevem sobre o assunto, Rossi e a Cecília não são mencionados. Em agosto de 1913, um dos jornais anarquistas de São Paulo, *La Propaganda Libertaria*, faz, entretanto, de Rossi e dos colonos da Cecília, os pioneiros do movimento social no Brasil, mas tudo o que o autor do artigo conhece deles é o que leu no texto escrito por Rossi em 1893.

Além de adotar uma perspectiva alternativa sobre a comunidade imigrante, o relato romanesco apresenta a voz e a postura feminina resistente aos moldes e ditames patriarcais – próprias das mulheres que seguiam a ideologia anárquica.

Entre as personagens figuradas pelo universo diegético de *Um amor anarquista* (2008) que aceitam e adotam a prática anárquica do amor livre – defendida como rejeição da interferência do Estado e da Igreja na vida e nas relações pessoais –, estão Narcisa, mulher solteira que escolhe relacionar-se com distintos homens; Escolina, que, apesar do peso de ter vários filhos, decide viver um romance extraconjugal; e Adele, mulher casada que vive um relacionamento aberto com outros dois homens.

Na narrativa, portanto, as personagens femininas são configuradas como sujeitos que problematizam as relações de poder falocêntrica e as imposições da cultura monogâmica e patriarcal sobre suas formas de sentir, seus desejos e seus próprios corpos. O trecho a seguir, em que Adele conversa com o cônjuge, é exemplar de como se apresenta, no universo diegético, essa postura de resistência feminina:

> – Se eu fosse inteligente como o Giovanni ou atraente como Puig, você teria aceitado amante?
> – Rossi não é meu amante, você sabe. E não suporto esse espanhol.
> – Algum atrativo...

> – Como assim?
> – Para dominar, um homem tem que ter algum atrativo.
> – Nós lutamos contra todo tipo de dominação. (SANCHES NETO, 2008, p. 186-7).

Essa postura de reação feminina é frequente no universo diegético, e não desaparece quando encontra oposição dentro da Colônia, mesmo de outras personagens femininas. Ressaltamos que essa temática também insere a diegese, muitas vezes, nas discussões feministas sobre o direito e a liberdade da mulher, e a perpetuação de comportamentos e ideários machistas. No entanto, as especificidades dessas abordagens fogem de nosso objetivo nesta análise[108], mas são elementos que podem vir a ser investigados, mais profundamente, em estudos posteriores.

A diegese de Sanches Neto (2008) apresenta, como fio condutor, a ficcionalização das dificuldades de relacionamentos nos moldes anárquicos – o amor livre – em uma sociedade pautada pela estrutura familiar tradicional eurocêntrica e cristã, de um lado, e a liberdade anárquica, no outro extremo. Tal questão é, também, problematizada pela personagem Giovanni Rossi no nível enunciativo, quando a personagem comenta que

> [...] o ideal que unia os pioneiros estava se esboroando, e eles precisavam arranjar alguma coisa que os unisse de novo. Rossi sabia que não poderia ser outra meretriz, mas uma mulher, uma mulher que pertencesse ao anarquismo, a sua entrega não sendo só sensualidade, como em Malacarne, e sim prioritariamente princípio, luta pelos direitos femininos, ato político consciente, caso contrário acabaria em mera confusão de sentidos, em perturbação dos instintos masculinos, quando o amor deveria ser arma usada contra o poder e não distúrbio de glândulas, que os levaria de volta à promiscuidade primitiva. (SANCHES NETO, 2008, p. 72).

Em outras palavras, na trama diegética, os conflitos se desenrolam em razão das dificuldades de aceitação de relacionamentos poligâmicos e do conceito de família nucleada – ideais libertários combatidos pela sociedade tradicional à época

[108] A representação feminina em *Um amor anarquista* (2008) é temática do trabalho de conclusão de curso de Juracema Carzino Beira, *A imagem da mulher no romance Um amor anarquista de Miguel Sanches Neto: um relato sob múltiplas óticas*, defendido em 2015 pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Para acesso ao texto: BEIRA, Juracema Carzino. *A imagem da mulher no romance Um amor anarquista de Miguel Sanches Neto: um relato sob múltiplas óticas.* 2015. 45f. Monografia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2015. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/8893. Acesso em 27 mar. 2022.

ressignificada[109]. Nessa temática, a presença da mulher livre, chamada Narcisa, e o relacionamento poliândrico no qual Adele e Rossi são protagonistas – juntos às personagens Aníbal e Galèac – colaboram, fundamentalmente, para o insucesso da Colônia Cecília:

> Sobre as razões do fim da Colônia, já disse ao senhor que foi basicamente pela miséria, tivemos que começar um mundo novo sem nada, e com dezenas de pessoas para alimentar. [...] A esta mesquinharia deve ser somado o preconceito de tais agricultores, aguçado pela presença de uma moça que se entregou a todos os solteiros, pois todos vivíamos em dramático regime de abstinência, e a alguns casados, aumentando assim as rivalidades. (SANCHES NETO, 2008, p. 240-1).

No trecho acima, a tessitura romanesca renarrativiza documentos epistolares que Rossi envia a Alfred Sanftleben – figura de extração histórica, que publicou o material recolhido sobre a Colônia Cecília, compreendendo as cartas recebidas factualmente de Rossi, em 1897[110]. A reelaboração epistolar elaborada por Sanches Neto (2008), mantém em comum os conflitos e desentendimentos internos, como valida Peruzzo (2012, p. 41), ao comentar que

> [...] Giovanni Rossi, em carta a Alfred Senftleben, atribuiu os desentendimentos e divergências que contribuíram para o fim da Colônia Cecília, ao egoísmo dos imigrantes parmenses que chegaram ao núcleo libertário no final de 1891 e que, durante o convívio com os demais moradores, passaram a exigir mais produtividade dos companheiros, muitos dos quais, sem qualquer experiência com o trabalho agrícola, ou ainda, por serem pouco dados ao trabalho no campo.

No entanto, ao adicionar elementos ficcionais, tal como a personificação de Narcisa, a trama romanesca matiza as razões para a falência da experiência

---

[109] As discussões sobre a poligamia, a família nucleada e o amor romântico no contexto da Colônia Cecília são abordadas na dissertação *O beijo amorfista e a patologia do organismo social: monogamia e família nuclear nos papéis do libertário Giovanni Rossi* (2012), de Gabriel Peruzzo, defendida pela Universidade Federal de Santa Catarina. Nesse, pela ótica historiográfica, o pesquisador apresenta as discussões entre anarquismo, família, conjugalidades e amor livre. Texto completo como: PERUZZO, Gabriel. *O beijo amorfista e a patologia do organismo social:* monogamia e família nuclear nos papéis do libertário Giovanni Rossi. 2012. 145f. Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100494. Acesso em: 30 mar. 2022.

[110] Essas cartas são, parcialmente, reproduzidas por Beatriz Pellizzetti em “Pioneirismo Italiano no Brasil Meridional”. Ver: PELLIZZETTI, Beatriz. Pioneirismo Italiano no Brasil Meridional. Estudo de caso. *Estante Paranista*, vol.13, 1981.

anárquica idealizada por Rossi e – sem deixar de contemplar a historiografia – evidencia possibilidades alternativas de interpretação do passado e desestabiliza noções cristalizadas da história. Essa atitude conciliadora entre história e ficção, mais uma vez, reflete o caráter mediador de *Um amor anarquista* (2008), em que os elementos históricos fundem-se à criação ficcional para a edificação de discursos alternativos sobre o passado, realizado de maneira crítica, por uma perspectiva periférica e distinta da convencional.

Ainda a respeito do fim da Colônia Cecília, em 1894, Felici (1998) indica sua decadência por inúmeras razões, o que impossibilita uma resposta definitiva:

> É impossível afirmar que um acontecimento específico tenha provocado o fim da Cecília. Esse fim é devido mais a um conjunto de fatores convergentes: a miséria que a colônia sofreu ao longo de toda a sua existência, o excesso de trabalho, o ambiente econômico desfavorável, a discórdia, as incompatibilidades de gênios e as dificuldades de pôr em prática os princípios comunistas anarquistas. (FELICI, 1998, p. 36).

Esse fator de imprecisão favorece e estimula as ressignificações do passado propostas pelas narrativas híbridas de história e ficção contemporâneas. Frequentemente, elas operam nos lapsos historiográficos a fim de "agregar novas leituras aos eventos do passado, contemplando as lacunas, as omissões e os silêncios da história para criar novas e instigantes perspectivas que releem o passado vivenciado por personagens que ainda habitam o esquecimento." (KLOCK, 2021, p. 12).

No universo diegético, o fim da Cecília acompanha um novo ciclo na vida de Adele e Rossi, que se separam e, depois de anos, reencontram-se. A narrativa finaliza com um salto temporal, que engloba a morte de Rossi e seu retorno à Itália. Nas últimas páginas, Adele e suas filhas visitam o túmulo de Rossi e rememoram os anos passados no Brasil, em uma atitude saudosista ao seu legado: "Poderia ter ficado rico lá, e voltou sem nada e sempre amou aquela terra, ajudando a melhorar a vida dos pequenos lavradores. – Pierina falou com orgulho." (SANCHES NETO, 2008, p. 247).

O tom enaltecedor sobre a personagem protagônica e sua trajetória anárquica experimental, bem como a postura apaziguadora sobre os movimentos imigratórios no Paraná, novamente, incluem *Um amor anarquista* ([2005], 2008) na modalidade

mediadora do gênero, pois, nele, a ressignificação do passado ocorre sem o cunho impugnador pelo qual os novos romances históricos latino-americanos e a metaficção historiográfica são regidos. As reaproximações como essas às particularidades tradicionais do gênero são a essência da mediação.

Destacamos, ainda, que a temática dos movimentos imigratórios no Paraná é pano de fundo para outras narrativas híbridas de história e ficção paranaenses, aqui ressaltamos outras duas da modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação, são elas: *Retrato no entardecer de agosto*, publicado em 2016, do escritor e jornalista Luis Manfredini, no qual se apresenta a tentativa de estabelecimento da Colônia de Thereza, fundada em 1847, pelo médico belga Jean Maurice Faivre, instalada às margens do Rio Ivaí, área na qual ficam as atuais cidades de Prudentópolis e Cândido de Abreu, no Paraná; e, como já mencionamos anteriormente, *Nihonjin*, publicado em 2011, de Oscar Nakasatto, no qual as comunidades japonesas formadas durante as primeiras décadas século XX na região de Londrina são ressignificadas a partir da ótica imigrante.

Como já mencionamos, *Nihonjin* (2011), apresenta como pano de fundo histórico a entrada da população nipônica no Norte do Paraná e Extremo Oeste de São Paulo – trajetória marcada pelo abandono do regime de quase escravidão nas fazendas de café paulistas e posterior instalação no Norte do Paraná em pequenas propriedades rurais. Nesse processo, o período pós-Segunda Guerra Mundial, seu cenário hostil aos imigrantes nipônicos, a grande xenofobia instalada pelo governo Getúlio Vargas, as proibições e coações linguístico-culturais permeiam a narrativa, e exigem o tom de resistência e de busca por identidade cultural, pela manutenção da memória e pelo enfrentamento dos conflitos sociais decorrentes das circunstâncias socioeconômicas.

Essas características fazem com que o universo diegético de *Nihonjin* (2011) teça um caminho diverso daquele apresentado por *Um amor anarquista* (2008) e *Retrato no entardecer de agosto* (2016). Suas problemáticas não estão centradas e não se esgotam no processo imigratório, de colonização e povoamento do estado, mas atingem pontos fulcrais dos conceitos de memória, de pertencimento e identidade cultural.

Por sua vez, de modo similar a *Um amor anarquista* (2008), em *Retrato no entardecer de agosto* (2016), Manfredini renarrativiza o processo de instalação, os conflitos internos, os embates com os povos indígenas e o colapso da Colônia

Thereza. A colônia, baseada no socialismo utópico, foi instalada em 1847, nos Campos Gerais do Paraná, e é representada no universo diegético de Manfredini (2016) até o ano da morte de seu idealizador, Jean Maurice Faivre, ocorrida em 1858.

O relato, desenvolvido *in medias res*, apresenta como protagonista a personagem de extração histórica Jean Maurice Faivre, médico e naturalista francês, que se encontra em seu leito de morte, sucumbido pela febre tifoide. Cabe a Balthazar – seu leal companheiro, personagem puramente ficcional – ocupar o espaço de narrador, atuando como um receptáculo de memória, a partir do qual se integram outros fios e focos narrativos. Frequentemente, é a partir de suas elucubrações que a trajetória da instalação e falência da Colônia Thereza é tecida. Essas elucubrações coexistem com linhas narrativas em que se reelaboram, ficcionalmente, o passado de Faivre, sua suposta relação com a Imperatriz Thereza Cristina, sua atuação como botânico naturalista, e possíveis motivações que o trouxeram ao Brasil.

Ao mesmo tempo, a composição romanesca de *Retrato no entardecer de agosto* (2016),= contempla supostos documentos, os pressupostos e as discussões teóricas e sociais que o impulsionaram e dirigiram o empreendimento e a condução da Colônia Thereza, comparando-a a outros empreendimentos semelhantes e discutindo a proposta de Charles Fourier, o falanstério, como é possível ratificar na transcrição a seguir exposta:

> O que o Monsieur Fourier diz e escreve, meu caro Garnier, não são ideias soltas, produzidas ao léu, mas fruto de uma interpretação mais global da existência humana. Essa é uma interpretação que o faz perseguir com tanta obstinação o objetivo de uma sociedade justa e igualitária. [...] E o caminho para essa sociedade justa e igualitária começa por remover as instituições atuais, que pervertem a humanidade, completou Faivre. (MANFREDINI, 2016, p. 94).

Diferentemente de *Um amor anarquista* (2008), em que a presença de uma problemática trama amorosa é relevante para a composição global do romance, em *Retrato no entardecer de agosto* (2016) o relacionamento amoroso vivido pela personagem ficcionalizada de Faivre não desempenha uma função significativa. Suas relações afetivas são apenas mencionadas em seus devaneios e arrependimentos.

O destaque recai nas articulações sociais que nortearam a instalação da Colônia, as adversidades das terras ermas do Vale do Ivaí, os enfrentamentos e as conflitosas relações com os povos autóctones que ali viviam e na discussão das dificuldades sociais e econômicas enfrentadas. Tais aspectos ficam evidentes, como podemos verificar, no trecho a seguir destacado:

> O ataque noturno dos índios, de surpresa e fulminante, que exterminara dias antes a modesta família de agricultores recém-chegada na Colônia, reforçou a intensa boataria sobre a iminência de novo assalto botocudo, desta vez mais amplo e sangrento. [...] Não bastava aguardar a tropa de soldados, tardia e incerta, pensou Faivre. Quem sabe pudesse apaziguar a situação mediante o concurso do cacique estabelecido em Guarapuava com sua tribo de caingangues. [...] Vou lhe dizer, mister Eagleton, firmei com o governo imperial um compromisso de civilização dos índios. Mas nunca me passou pela cabeça promovê-la mediante a violência. (MANFREDINI, 2016, p. 36-7).

Em linhas gerais, tanto a Colônia Cecília como a Colônia Thereza – bem como a Colônia de Superagui – compartilham uma trajetória marcada pelas dificuldades frente ao falho sistema de colonização do estado que as estabelecia, bem como as diferencia dos primeiros anos da imigração nipônica:

> [...] as tentativas de colonização na região da futura Província do Paraná pautavam-se pela introdução de colonos europeus como pequenos proprietários e em regiões ermas, e não pela imigração destinada ao Oeste Paulista, cujo fim era suprir de mão de obra a agricultura de exportação. (DYSARZ, 2013, p. 25)

De fato, o processo fomentado pelas colônias consistia no fornecimento de pequenos lotes de terra a colonos europeus para que se tornassem, após um período de produção agrícola, os proprietários desses lotes de terra. No entanto, as cadeias de endividamento, seja pela aquisição de lotes ou adiantamento de gêneros, as péssimas condições de plantio, de saneamento e condições básicas de subsistência, levam esses empreendimentos ao fracasso.

De todo modo, como afirma Dysarz (2013) ao abordar a trajetória da Colônia de Superagui, a morte dos colonos, e em especial, de Faivre, são exemplares sobre um dos “elementos que pontuaram o fracasso tanto da colônia parnanguara quanto o empreendimento de João Maurício Faivre no Ivaí: o caráter insalubre das regiões

nas quais os colonos foram alocados.” (DYSARZ, 2013, p. 31). Esses elementos são ratificados pela tessitura narrativa romanesca:

> A Colônia também está febril, também padece e tem medo. Quase não se trabalha, os colonos divididos entre dois temores, o ataque dos índios e a doença que, diz-se cada vez mais abertamente, ameaça a vida do Doutor. Os casados evitam deixar as mulheres e crianças desprotegidas de casa. Os solteiros, armados com garruchas, circulam nos instantes em que a chuva diminui. (MANFREDINI, 2016, p. 70).

Em seus aspectos formais, tanto *Retrato no entardecer de agosto* (2016) como *Nihonjin* (2011) consolidam-se como romances históricos contemporâneos de mediação. Constituem-se em obras que se incorporam ao aporte de narrativas híbridas de história e ficção que retomam o passado paranaense sob o prisma do imigrante e abordam as dificuldades encontradas por esse modelo de povoamento no espaço do Paraná, ressignificando aspectos desse passado colonial. Assim, instalam novas figurações sobre cenários e períodos históricos paranaenses, de forma a preencher, por meio da ficção, as lacunas do discurso tradicional e se infiltrar, criticamente, no passado de maneira amena, sem o intento da crítica feroz e desconstrucionista que marca as obras inseridas na segunda fase da trajetória do gênero.

Sobre a identificação e as relações entre as narrativas englobadas em nossa análise e a modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação, salientamos que as características mediadoras são instaladas em romances

> [...] construídos entre a tradição e a renovação –, escritos em uma linguagem menos erudita e com uma estrutura mais modesta, expõem ângulos, vivências, reações, participações e enfrentamentos ocorridos ao longo dos eventos históricos marcantes de nosso continente que sempre foram ocultados, escamoteados ou, simplesmente, negados pelos detentores do poder, seja ele político, econômico ou mesmo o do conhecimento da escrita. (FLECK, 2017, p. 106).

Assim, essas são narrativas híbridas de história e ficção – pertencentes à fase mediadora do gênero – que colaboram para a determinação de como ocorrem as transformações do tratamento e da manipulação do elemento histórico realizado pelo texto ficcional, dentro da trajetória do romance histórico paranaense.

Simultaneamente, são romances históricos que confirmam a permanência da criticidade mesmo na modalidade mediadora, como também defende Klock (2021).

Formalmente, *Um amor anarquista* (2008) apresenta-se de forma semilinear, interrompida por poucas analepses e prolepses, bem como com a inserção de cartas trocadas entre Giovanni e seus colegas anarquistas ou apoiadores. Essas cartas colaboram, também, com os efeitos de verossimilhança na narrativa, e não comprometem significativamente a linearidade narrativa. Vejamos uma dessas inserções do gênero epistolar na narrativa:

> Palmeira, 20 de abril de 1980
>
> Caríssimo Leonida Bissolati
> Como foi por meio de *L'Eco Del Popolo* que conseguimos apoio para esta desesperada empresa que é a criação de uma colônia socialista na América do Sul, gostaria que nossa primeira carta fosse dirigida aos leitores desse heroico jornal.
> Enfrentamos todos os problemas dos imigrantes nesta cansativa travessia marítima que fizemos a bordo do *Città di Roma*, comendo pão mal amassado, bebendo vinho azedo e água quente, povoando assim do sofrimento dos italianos expulsos de suas terras pela miséria. (SANCHES NETO, 2008, p. 17).

A presença de marcadores temporais e geográficos nesses trechos epistolares é recorrente, assim como são as descrições e narrações detalhadas, os quais são traços que se configuram como estratégias de verossimilhança, característica que retoma sua importância na modalidade mediadora, a qual, de acordo com Fleck (2017, p. 110), busca conferir "um tom de autenticidade aos eventos históricos renarrativizados no romance, a partir de perspectivas periféricas, ancoradas em narradores-personagens antes vistos como secundários ou esquecidos pelo discurso historiográfico."

Outra peculiaridade relevante em *Um amor anarquista* (2008) é a simplicidade estilística, tanto em âmbito de estruturação narrativa (linearidade) quanto de escolha estilístico-lexical: a linguagem utilizada é bastante fluída e coloquial, com diálogos bem definidos, personagens facilmente identificadas e caracterizadas, bem como voz enunciativa heterodiegética que conduz o leitor junto à trajetória das personagens, suas reações, pensamentos e sentimentos, como podemos constatar no fragmento a seguir exposto:

> Ficou esperando a reação do marido, ele estava tão compreensivo nas últimas semanas, isto lhe dera coragem para declarar a paixão. Agora esperava ou o ódio agressivo ou as palavras de incentivo. Mas não vieram palavras, apenas lágrimas.
> - Por que você está chorando?
> - Você não devia ter falado.
> - Queria me sentir em paz.
> - Eu já sabia.
> - Quem contou? Ele?
> Fiorenzo apenas balançou negativamente a cabeça. (SANCHES NETO, 2008, p. 209).

Essas são propriedades distintivas para a caracterização da modalidade mediadora, pois mantém sua atitude crítica e revisionista em relação ao passado, mas abandona os traços desconstrucionistas e experimentalistas mais extremos das modalidades anteriores, tais como os barroquismos, experimentalismos linguísticos e o desconstrucionismo discursivo e de personagens glorificadas pela historiografia. Como ratifica Fleck (2017, p. 111),

> [...] o romance histórico contemporâneo de mediação prima pelo emprego de uma linguagem simples e de uso cotidiano, em oposição ao barroquismo e ao experimentalismo linguístico de novos romances históricos de muitas metaficções historiográficas e das discussões teóricas muitas vezes incluídas nessas modalidades. As frases são, geralmente, curtas e elaboradas de preferência em ordem direta, e com um vocabulário mais voltado ao domínio comum que ao erudito.

Para a construção dessa fluidez coloquial, há uma modernização da linguagem com a intenção de aproximá-la de seus leitores (FLECK, 2017). Essa peculiaridade também caracteriza o que Fernández Prieto (2006) denomina como um anacronismo próprio das narrativas híbridas de história e ficção, que podem ocorrer de duas formas: o anacronismo verbal e o anacronismo diegético.

Em *Um amor anarquista* (2008), verificamos a existência do anacronismo verbal, ocasionado pela modernização da linguagem: "*Que consiste en hacer hablar al narrador o a los personajes con vocablos o con giros muy modernos que chocan abiertamente con los usos de la época histórica evocada, o en registro familiar o coloquial impropio de su categoría histórica.*[111]*"* (FERNANDÉZ PRIETO, 2006, p.

[111] Nossa tradução: Que consiste em fazer o narrador ou as personagens falarem com palavras ou com estruturas muito modernas que se chocam abertamente com o usual do período histórico recriado, ou num registo familiar ou coloquial inadequado para a sua categoria histórica.

200). Essa linguagem coloquial e modernizada é recorrente em toda construção narrativa que, apesar de não veicular gírias, impropérios ou obscenidades, é destoante ao período histórico no qual a diegese se ambienta.

Ao término do romance, como mencionamos, a diegese está ambienta na Itália, para onde a personagem Rossi retornou, pois, após a falência da Colônia Cecília, não se adaptou ao Brasil, conforme podemos verificar no trecho à continuação exposto:

> Em Curitiba, tentei todo tipo de trabalho, mas não consegui colocação satisfatória, pois ninguém daria emprego comum ao Dr. Rossi, o ilustre italiano. Acabei, por solidariedade, no corpo médico do Batalhão Italiano, durante a Revolução Federalista, recusando-me a usar farda ou me subordinar à autoridade militar. (SANCHES NETO, 2008, p. 241).

Após se casar com Adele, Giovanni assume suas filhas e retoma uma vida conjugal e familiar na Itália. Na tessitura romanesca, temos acesso a essas informações por meio da configuração de uma Adele já idosa, rememorando seu passado no cemitério de Pisa, junto ao túmulo de Rossi que, falecido em 1943, ainda era lembrado elogiosa e amorosamente: “Eu só dormi com outros porque sempre amei o pai de vocês, desde o dia em que ouvi uma palestra dele. Falava como um sábio. Fiquei encantada. Fui atrás dele, cruzei o oceano, fiz tudo o que ele queria.” (SANCHES NETO, 2008, p. 249).

Da mesma forma laudatória é relembrado o Paraná: “Aquele azul apagado lembrava, por contraste, o azul intenso do Paraná, aquele verde dos cedros não tinha nem a metade do verde viçoso daquelas matas. Tudo era mais colorido naquele passado. Era mais vivo, mais real.” (SANCHES NETO, 2008, p. 249). Essa retomada nostálgica sobre o estado colabora na criação de uma atmosfera saudosista, mais sensível e compassiva sobre o passado – articulando a reconciliação própria da modalidade mediadora. Trata-se de uma resignação condoída, que nos encaminha ao desfecho poético da narração: “Adele saiu do cemitério, passando pelo portal, gostava daquelas colunas. Logo estaria fazendo o caminho de volta, mas sem se cansar” (SANCHES NETO, 2008, p. 249), consumando, metaforicamente, o fim da vida, o fim da narração.

Nesse sentido, *Um amor anarquista* (2008) reafirma a capacidade dos romances históricos contemporâneos de mediação de ressignificar os eventos do

passado por meio da reaproximação à referencialidade do real e à linearidade narrativa, tal como comprovam os estudos de Klock (2021, p. 176), pois as narrativas mediadoras "[...] expressam uma maior confiança na possibilidade de representação da cotidianidade e na capacidade referencial da linguagem em transmiti-la, justamente por resgatarem a linearidade."

A linearidade narrativa e o trabalho simplificado do real como referente, também articulam o papel facilitador de acesso à escrita romanesca do público leitor comum, uma vez que, "moderando, significativamente, o uso de anacronismos, sobreposições temporais e estruturas pluriperspectivistas e o emprego da linguagem barroca e requintada" (KLOCK, 2021, p. 176), essa produção ficcional torna-se mais acessível do que suas antecessoras desconstrucionistas – como demonstramos a partir da análise de *Guayrá* (2017), de Marco Aurélio Cremasco, em que as estratégias experimentalistas e desconstrucionistas exigem um leitor mais atento e especializado para a compreensão global do texto literário.

Nesse sentido, o romance histórico contemporâneo de mediação engendra uma reconciliação entre a produção literária crítica e o público leitor não especializado, por optarem, também, por uma linguagem próxima à língua corrente entre o público mais jovem e "possibilita[r] ao leitor orientar-se no tempo, no espaço e na sequência lógica das ações, sem que isso exija dele um esforço exaustivo na reconfiguração da estrutura imaginada." (FLECK, 2017, p. 113).

Assim, *Um amor anarquista* (2008) é exemplar das transformações que o gênero romance histórico sofreu em sua trajetória no espaço latino-americano – e paranaense, na qual a modalidade mediadora instala a ressignificação do passado por meio de versões que se infiltram nas lacunas e silêncios da história tradicional. Essas pequenas fissuras abrem e iluminam obscuridades do passado antes intactas, perpetradas pelo discurso colonizador que sempre regeu a escrita tradicional da historiografia, seja de cunho eurocêntrica seja aquela produzida no espaço da própria América Latina onde foi, também, calorosamente cultivada.

Quando vinculadas aos processos de colonização e povoamento do Paraná, essas narrativas híbridas de história e ficção mediadoras colaboram para a construção de imaginários mais amplos e humanizados/subjetivados. Também, possibilitam uma compreensão do passado desvinculada – exclusivamente – daquela proposta pela história tradicional.

Essa habilidade do romance histórico contemporâneo de mediação é também exercida por *Terra vermelha* ([1998] 2013), de Domingos Pellegrini, em que figurações alternativas do processo de colonização e povoamento do Norte do Paraná são apresentadas. É a esse romance, suas características e reelaborações do passado que nos dedicamos na análise a seguir.

3.3.2 *Terra vermelha* ([1998] 2013), de Domingos Pellegrini: a história do homem como história da terra – a mediação como espaço de olhares populares

No conjunto de romances históricos contemporâneos de mediação que tratam dos movimentos migratórios e processos de instalação de cidades no Paraná, está o romance *Terra vermelha*, de Domingos Pellegrini[112]. O mesmo foi publicado pela primeira vez em 1998, e passou por outras quatro edições, das quais utilizamos a última, a edição de 2013, da Editora Leya, data com a qual passamos a referenciá-lo nesta tese.

Domingos Pellegrini é um jornalista e escritor londrinense, autor de romances, contos, crônicas, poesia e literatura infantojuvenil. Foi premiado duas vezes com o Prêmio Jabuti, em 1997 e 2001, com a sua obra de estreia, a coletânea de contos *O homem vermelho* (1977), e com o romance *O caso da Chácara Chão* (2000), respectivamente.

Além de *Terra vermelha*, é autor de outro título de extração histórica: *Questão de honra*: romance intertextual com *A retirada da laguna* do Visconde de Taunay, publicado em 1996. Em *Questão de honra* (1996), o universo diegético apresenta a pretensa transcrição do narrador/escrevente do relato do tenente Rufino, sobre o período em que servira ao Exército durante a Guerra do Paraguai (1864 – 1870). Tenente Rufino é personagem ficcional, não comprometido com o poder imperial, que desenvolve uma inimizade com a personagem de extração histórica Visconde de Taunay, o qual é figurado sob um olhar crítico na diegese.

---

[112] Uma análise inicial desse romance é apresentada em “Ressignificações do passado paranaense em *Terra vermelha* ([1998] 2013), de Domingos Pellegrini: da história da terra à história do homem”, In: CELLA, Thiana N.; KLOCK, Ana. Maria. Ressignificações do passado paranaense em *Terra vermelha* ([1998] 2013), de Domingos Pellegrini. *EntreLetras*, v. 12, n. 3, set./dez., 2022. p. 301 - 318. Disponível em: https://doi.org/10.20873/uft2179-3948.2021v12n3p301-318. Acesso em: 25 jan. 2022.

Na reelaboração desse período, *Questão de honra* (1996) estabelece um extenso diálogo intertextual com o romance histórico de Alfredo d'Escragnolle Taunay, *A retirada da Laguna* (1871). Nesse ínterim, apresenta uma versão crítica e revisionista desse período histórico e da personagem de extração histórica Visconde de Taunay, suas representações nas narrativas históricas e ficcionais anteriores.

Em *Terra vermelha* (2013), conhecemos partes do processo de instalação e povoamento da cidade de Londrina, no Norte do Paraná, e acompanhamos seu desenvolvimento até a década de 1980. Por meio do universo diegético, portanto, acompanhamos meia década de desenvolvimento da cidade e, paralelamente, da historiografia nacional.

Para tanto, somos apresentados à trajetória das personagens Sebastiana e José Pellerini, este último, acamado em um leito de hospital. Sua história é rememorada por um neto, que conta as peripécias do avô durante sete dias e sete noites. Nesse intervalo, flutuamos por duas linhas narrativas: o presente da narrativa, restrito ao espaço do hospital e aos eventos ocorridos nesses sete dias, em que o neto conta as histórias do avô; e os episódios pretéritos rememorados por José. Essa é uma estrutura diegética muito comum nos romances históricos contemporâneos de mediação que optam por uma manipulação temporal simples e bem definida para o leitor: um tempo presente, em que atuam as protagonistas, e as recordações do passado, que elas compartilham com o leitor, e que instauram as analepses na diegese.

Apesar de possuir dois fios narrativos condutores, *Terra vermelha* (2013) mantém a linearidade sequencial dos eventos que elege recriar em cada um deles. Não há, no entanto, marcações formais relevantes de tempo ou datas específicas, com exceção dos títulos dos capítulos. No total, a narrativa divide-se em 15 capítulos, o primeiro, intitulado “Último desejo”, e, na sequência, 14 capítulos que marcam “Primeira noite”, “Primeiro dia”, “Segunda noite”, “Segundo dia”, e assim sucessivamente, até o sétimo dia.

Esses capítulos representam os dias em que José ficou acamado no hospital antes de sua morte. Desses, passa seis dias fingindo estar em coma, acompanhando as conversas, as disputas e brigas dos filhos pela herança, pela conta do hospital, por questões quaisquer, com agressões verbais gratuitas, reclamações e aspectos de ingratidão ao trabalho realizado por ele. O filho caçula é o único que efetivamente se importa com a situação do pai:

> – Na mesma, doutor? – o mais velho.
> – Quanto tempo ele pode continuar assim? – a mais velha.
> – Não seria o caso – a mais nova – de internar numa dessas clínicas geriátricas?
> O do meio: – Custa menos que o hospital?
> O caçula: Ele pode estar sofrendo, doutor? (PELLEGRINI, 2013, p. 300).

No quinto dia é levado ao CTI (Centro de Tratamento Intensivo), de onde, ao ficar sozinho, tenta e consegue escapar. É encontrado ao lado de fora do hospital por uma repórter, que ali noticiava a greve dos funcionários do Hospital Santa Casa. Semi delirando, o idoso quer retornar à sua Londrina, à terra-vermelha:

> – Não essa Londrina, eu quero ir pra terra-vermelha.
> E continua a se arrastar para fora, lá onde se vê uma ou outra planta de jardim, dessas plantas pisadas e escarradas pelo povo, as folhas rasgadas, enfumaçadas de cigarro, mas são plantas e estão ou devem estar plantadas na terra, e para lá ele vai se arrastando. [...]
> Fecha os olhos.
> – Eu só queria morrer do jeito que procurei viver – abre os olhos – Em paz.
> Fecha os olhos e não abre mais. (PELLEGRINI, 2013, p. 385).

No relato, seguindo o estilo de composição do autor, as personagens protagônicas são inteiramente ficcionais, porém inspiradas em sua própria família: no avô paterno – também chamado José –, na avó materna – que se chama Sebastiana – e na própria mãe, que tinha uma hospedaria. De acordo com Ribeiro (2017, p. 53)[113], a narrativa carrega traços da história, da memória e da autobiografia do autor, sendo as personagens, portanto, "[...] personagens de ficção inspiradas na vida real e pertencentes ao imaginário da família Pellegrini/Pellerini".

[113] Alessandra Pilati Ribero, em dissertação defendida em 2017, apresenta uma abordagem do romance a partir de conceitos relacionados à memória – coletiva e histórica – e à autobiografia: "As relações entre a ficção histórica, memória e autobiografia na obra *Terra Vermelha* de Domingos Pellegrini". Neste, a autora apresenta informações sobre a vida e a obra de Pellegrini, bem como suas relações com a narrativa analisada. Divergirmos de sua leitura ao apresentar a obra como uma ficção histórica relacionada à metaficção historiográfica, como já mencionamos, optamos pela taxonomia narrativa híbrida de história e ficção, e classificamos a narrativa como romance histórico contemporâneo de mediação. Apesar dessa divergência formal, seu trabalho apresenta profícuo material analítico sobre a temática a que se propõe. Para maiores informações, recomendamos: RIBEIRO, Alessandra Pilati. As relações entre ficção histórica, memória e autobiografia na obra *Terra vermelha* de Domingos Pellegrini. 2017. 93 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Centro Universitário Campos de Andrade – UNIANDRADE. Curitiba, 2017.

A recriação ficcional do cenário histórico, repassando conjunturas e estruturas da história local e nacional e pelas quais as personagens transitam, marca o intento de construção da verossimilhança, concebido por Fleck (2017) como uma das especificidades do romance histórico de mediação. Conforme nossa leitura, essa escolha composicional dá-se sob a prerrogativa de fornecer aos eventos históricos recuperados pela ficção um tom de autenticidade, o que contribui para firmar a ilusão de que se está diante de uma reprodução autêntica dos acontecimentos.

Para Nascimento (2009), Pellegrini, com *Terra vermelha,* articula não só a construção ficcional do norte do Paraná na literatura nacional, como também apresenta um romance de fundação do norte do estado, já que essa escrita romanesca

> [...] imprime a marca do novo norte do Paraná na rota da literatura brasileira, como também equivale, nos nossos parâmetros, à função desempenhada por *O tempo e o vento* para o território gaúcho, ou seja, uma literatura de fundação. A saga de José Pellerini e de Sebastiana, provenientes das plantações de cana-de-açúcar do interior paulista, em direção à terra das promessas, repassa o drama de milhares de imigrantes oriundos dos vários cantos do Brasil e do mundo no rastro do ouro verde. (NASCIMENTO, 2009, 141).

Assim, o universo diegético da obra reelabora o passado londrinense ao mesmo tempo em que apresenta imagens da formação socioespacial, do processo colonizador e das migrações, reatualizando o imaginário social de determinados tempo e espaço. Nesse processo, a obra de Pellegrini (2013) também reivindica o espaço para a literatura paranaense nas letras brasileiras, constituindo-se como uma obra de fundação do estado.

De acordo com Mendonça (2015), no Paraná do século XIX e início do XX, os processos de colonização e de imigração são amalgamados, pois são protagonizados por imigrantes que se estabeleceram como pequenos proprietários, atuando, portanto, como colonizadores. Dessa maneira, imigração e colonização, na história do Paraná, passaram a constituir uma relação de sinonímia. Devido às necessidades basilares de ocupação do território geográfico e da produção de alimentos, houve a formação de núcleos coloniais, de modo que, oficialmente, esse processo é desdobramento dos anos coloniais, pois

> […] a compreensão de que a imigração na província e posteriormente no estado do Paraná esteve voltada para o povoamento e a produção agrícola de gêneros alimentícios decorre de uma abordagem que enfatiza as continuidades entre a história da imigração na região e os princípios firmados inicialmente para promoção da imigração na América portuguesa e no Brasil recém-independente. (MENDONÇA, 2015, p. 207).

Na composição romanesca, as personagens protagônicas são representativas dos inúmeros fluxos migratórios que compuseram a diversidade étnica e cultural do espaço retratado, especialmente sob as duas frentes que definiram esse período: a chegada de imigrantes estrangeiros, especialmente influenciados pela situação crítica do pós guerra enfrentada na Europa e outros continentes; e pelo fluxos internos brasileiros – representado pelo êxodo rural –, associados à reestruturação produtiva da cana-de-açúcar para a do café no território e à conjuntura econômica do país. Esses fluxos internos brasileiros também são representados na composição romanesca, como verificamos no excerto a seguir exposto:

> A família dele achava que deviam morar no sítio; para a família dela, isso era voltar atrás: tinham descido de Minas de fazenda em fazenda, acompanhando a marcha do café, um ano aqui, dois ali, só ganhando o sustento, além de filhos e dor nas cadeiras – de plantar café, capinar café, colher café, peneirar café. Tinham aberto um bar e um armazém com as economias de anos, e agora veem que muito melhor que plantar era vender café. Um bule de café sempre rende dinheiro, dizia o sogro, mas uma saca amanhã pode não valer o trabalho de colher. (PELLEGRINI, 2013, p. 52-3).

Ao apresentar detalhes da trajetória dos protagonistas, aspectos das transformações econômicas e sociais nacionais são densamente reelaborados pela composição diegética. A inserção minuciosa e descritiva do contexto histórico reelaborado, além de atuar como estratégia de verossimilhança, conferindo autenticidade ao discurso ficcional, insere uma perspectiva diacrônica dessas transformações, às quais a massa popular buscava se adaptar, como fica evidente no fragmento à continuação destacado:

> Rafard se chamava o francês que abriu fazenda de cana depois do rio, com uma usina de açúcar que seria visitada até pela Princesa Isabel. Nas fazendas de café o pessoal morava em colônias de casas enfileiradas, e os franceses fariam também duas fileiras de casas ao longo do rio para os operários da Usina, de modo que Rafard já nasceria diferente de Capivari, uma no baixo, outra no alto.

> A colônia de operários viraria a Vila Rafard, depois distrito de Capivari, mas quem nascia em Rafard era chamado de rafardense e não de capivariano. A ferrovia esticaria um ramal para a Usina, e isso acabaria com os tropeiros de Capivari; depois, foi-se a mata, derrubada para plantar cana, e junto se foram também as serrarias, e, depois, foram-se os barreiros e também as olarias. Assim Capivari pararia de crescer enquanto Rafard crescia empregando levas de imigrantes italianos, plantando canaviais de perder de vista e, na safra, moendo cana dia e noite. (PELLEGRINI, 2013, p. 31).

Na composição de *Terra vermelha* (2013), esse é o contexto que impele as personagens José e Tiana a migrarem para as terras paranaenses, ao qual são somados outros fatores tais como a querela entre as duas partes da cidade – pois os protagonistas provinham de lados opostos da cidade –, os conflitos familiares e o preconceito que Tiana sofria por ser mulata e brasileira em relação à família italiana de José, sobrepostos pela inabilidade de José em encontrar uma função duradoura: "Você quem sabe, José. Mas lá ou aqui *você* não vai mudar. / – Você também acha que eu não gosto de trabalhar? [...] – Estou querendo dizer – ela falou muita calma – que você ainda não achou o que gosta de fazer [...]." (PELLEGRINI, 2013, p. 61).

A mudança do casal e seus filhos para o norte do estado, introduz o universo diegético em diálogos com aspectos históricos referentes às políticas imigratórias e às ações de povoamento da época, tais como o papel britânico no incentivo à vinda de imigrantes, bem como a construção da Ferrovia São Paulo-Paraná. Tais fatores levaram à consequente necessidade de mão de obra, ao crescimento da população local e à expansão da cidade.

Esses fatores convergem às contingências históricas mais amplas vividas no Brasil da época, especialmente, no esforço de promover a ocupação interiorana do território, como podemos observar no trecho citado abaixo:

> Como no resto do país, o incentivo à imigração foi necessário, visto que era imperativo ocupar espaços vazios existentes no território do Estado, resolvendo, também, as questões relacionadas à falta de mão de obra crescente. A política do incentivo era impulsionada por propagandas que enfatizavam o Brasil como um paraíso propício à formação de fortunas, uma terra de oportunidades e de sossego, um verdadeiro paraíso no novo mundo, distante do caos que havia se tornado a Europa. (PRIORI et al, 2012, p. 35-6).

O processo de povoamento da "Nova Londres" data de 1930 e envolve um grande projeto inglês, realizado pela *Paraná Plantations Limited*, maior acionista da

Companhia de Terras Norte do Paraná. O projeto consistiu, em linhas gerais, na compra das terras pela Companhia, que construía a ferrovia e revendia as terras aos colonizadores, imigrantes e migrantes brasileiros atraídos pela promessa de terras férteis – ideais para o cultivo do café, o ouro verde – e condições facilitadas na compra dos terrenos. O processo é assim retratado na composição diegética:

> Ele sentou no primeiro banco, George levava uma turma de colonos e sentou do lado, foi falando da Companhia: o plano era uma cidade a cada quinze quilômetros, como contas de um colar cujo fio seria a ferrovia. Mas a maior parte das pessoas moraria no campo, em sítios de no máximo trinta hectares; e todos os lotes à venda eram em glebas de mata virgem, compridos como espinhas de peixe embicando no riacho – para que todos tivessem água corrente na baixada, e na outra ponta, no alto do espigão, uma estrada; a Companhia vivia abrindo estradas nas glebas. Seriam uma dezena de cidades, milhares de sítios, uma beleza de colonização, o olhos-azuis já via tudo pronto e acabado. (PELLEGRINI, 2013, p. 119).

Em *Terra vermelha* (2013), é a partir dessa ótica idealista que as terras são divulgadas pelos ingleses. A mesma temática também é explorada por outra narrativa híbrida de história e ficção paranaense: *O trovador*, de Rodrigo Garcia Lopes, publicado em 2014.

Exemplar de romance histórico contemporâneo de mediação, *O trovador* recria a Londrina da década de 1930 ao mesmo tempo em que tece uma intrincada investigação criminal. Nessa, estabelece paralelos entre um poema trovadoresco enviado à Inglaterra, o desaparecimento de um casal de funcionários da *Paraná Plantations Limited,* junto a uma trama envolvendo desvio de recursos da companhia, um grupo extremista de apoio ao nazismo alemão e a desistência do então Rei do Reino Unido e dos domínios britânicos e Imperador da Índia, Eduardo VIII – que se tornaria Duque de Windsor.

Em ambos os romances, os primeiros anos da cidade de Londrina são apresentados como um período de recepção de pessoas e famílias ávidas por conhecer e enriquecer na nova terra, retratada como um centro promissor, de efervescência cultural, em que todas as etnias e nacionalidades eram bem-vindas.

No desenvolvimento da trama, *O trovador* (2014) denuncia as possíveis inconsistências no sistema adotado para a colonização londrinense, a corrupção política e as fraudes realizadas pelos grandes proprietários de terras. Sua tessitura narrativa está centrada em desvendar o desaparecimento dos funcionários da

companhia *Paraná Plantations* – Magdalene e Kurt-Peter Müller –, sobre o qual o principal suspeito é Erich Nussbaum, contador chefe da empresa no Brasil. Essas personagens estão envolvidas com um esquema que inclui inúmeros assassinatos, desvio de dinheiro e o financiamento de grupos nazistas no Brasil. Esses são elementos que desestabilizam a perspectiva apologética sobre a missão colonizadora britânica durante o período, o que se torna mais acentuada pela referência às vantagens e facilidades econômicas – quase usurpadoras – na aquisição das terras, tal como podemos verificar no excerto a seguir:

> Quando voltei para Londres, reuni alguns sócios e fundamos a companhia. Naquele mesmo ano adquirimos este território selvagem. Sabe o que significa comprar 13 mil quilômetros quadrados de floresta pela bagatela de 700 mil libras esterlinas? Quase 20 por cento do estado do Paraná?
> – Um verdadeiro negócio da China.
> – Sem falar que as condições aqui são bem melhores do que no Sudão.
> – Por exemplo?
> – A terra roxa, fertilíssima. O algodão com certeza irá se adaptar com facilidade. (LOPES, 2014, p. 34).

O discurso laudatório à terra fértil da chamada "filha de Londres" também é uma constante nas narrativas: "[...] no outro lado do rio as árvores seriam ainda maiores, a terra seria vermelha mesmo, *rossa* como diziam os italianos, macia e funda: – A melhor terra do mundo." (PELLEGRINI, 2013, p. 77). Essa propaganda e a valorização da terra vermelha atraíam a população que buscava diferentes oportunidades no "Novo Mundo", especialmente devido ao incentivo ao cultivo de café e ao suposto acesso facilitado à posse de seus terrenos. Vejamos, no trecho abaixo destacado de *O trovador* (2014), o discurso romanesco sobre o empreendimento da companhia inglesa:

> Em dez anos, a "cidade-jardim" planejada na City de Londres havia crescido bem mais que os 5 mil habitantes imaginados a princípio, e tudo indicava uma rápida evolução. Com a propaganda agressiva dos últimos anos, a venda de lotes havia aumentado em progressão geométrica. Havia grande expectativa em torno do café. Por outro lado, a Paraná Plantations já colhia os frutos de seu empreendimento, o que significava mais dinheiro circulando na "nova Canaã". A Terra da promissão. (LOPES, 2014, p. 57).

Apesar do discurso laudatório à fertilidade e receptividade das terras, as duas narrativas convergem quanto à representação crítica do papel explorador da companhia *Paraná Plantations Limited* no processo de colonização, conforme podemos verificar no excerto de *Terra vermelha* (2013), destacado à continuação:

> – Os ingleses quiseram plantar aqui uma colonização exemplo para o mundo, como papaguearam, mas implantaram foi uma semiescravidão chamada colonato!
> O povo de Londrina e do Norte do Paraná, dizia alto de dedo esticado, o povo tinha sido enganado; primeiro pelos ingleses:
> – A Companhia comprou do Paraná mais de meio milhão de hectares a preço de banana; daí abriram as primeiras cidades e glebas, e a terra valorizou tanto que venderam por uma fortuna e voltaram pra Inglaterra! Foi o golpe da colonização! (PELLEGRINI, 2013, p. 251).

A postura revoltada da personagem Mané Felinto é indicativa das dificuldades geradas pelo processo de povoamento da cidade, especialmente relacionadas à desigualdade social. De acordo com Mendonça (2015), apesar de os fluxos migratórios estarem estreitamente relacionados à agricultura e à produção de alimentos, o processo de povoamento paranaense ocorre em conformidade à coexistência de duas faces das políticas imigratórias nacionais:

> […] uma delas esteve restrita às regiões meridionais e outra à área da grande produção cafeeira; uma, teria gerado uma sociedade de pequenos proprietários; outra, voltada aos interesses dos latifundiários, proletarizou os imigrantes, transformados em substitutos dos escravos nas lides da grande lavoura de exportação. (MENDONÇA, 2015, p. 209).

Nesse sentido, ao apresentar as fraturas e problemáticas geradas pelo processo colonizador, a constituição de *Terra vermelha* (2013) e *O trovador* (2014) revelam uma ressignificação crítica do passado. Nesses, a criticidade é instalada de maneira progressiva e criteriosa, própria das narrativas híbridas de história e ficção da modalidade mediadora.

Em *Terra vermelha* (2013), José Pellerini e Sebastiana – ou dona/vó Tiana, como era comumente chamada –, iniciam sua história em uma competição de corte de cana em Capivari, uma cidade dividida pela rivalidade com uma de suas vilas, chamada Rafard. De Capivari, os dois vão para Londrina, passando alguns anos em Ourinhos e Cornélio Procópio, até se instalarem, definitivamente, na terra vermelha.

Tiana cozinhava e abria pensão por onde passava, fazia dinheiro e cuidava dos filhos; José, após muitas tentativas malfadadas de trabalho – de tropeiro e corredor a dono de bar e farmácia –, estabiliza-se na profissão de olheiro, como eram chamados os corretores de venda de terras.

Em suas trajetórias, ambos ganham reconhecimento por seus trabalhos pioneiros e benfeitores na cidade. Tiana abre a Hospedaria Pioneira, José realiza projetos ecológicos pela cidade, candidata-se a vereador. Tornam-se uma família próspera, prestigiada pela população.

Junto à apresentação da trajetória do casal – dos anos 1920 até 1989 –, são, também, contemplados diferentes momentos e eventos históricos do Paraná e do Brasil, tais como a Revolução Constitucionalista de 1932, a Ditadura Militar (1964-1985), o período da Guerra Fria (1947-1991), até a queda do Muro de Berlim (1989). Os diálogos com a historiografia são contínuos e apresentados de maneira informal, mesmo que por um olhar crítico, tal como ocorre no excerto a seguir:

> Contou que em 32 a revolução paulista tinha isolado Londrina do mundo, quando ainda era um povoadinho chamado Patrimônio Três Bocas. O Paranapanema tinha virado a primeira trincheira paulista e nem tropeiros passavam mais, toda comida ali tinha então de sair da mata e do rio. (PELLEGRINI, 2012, p. 79).

A primeira grande revolta contra o governo Getúlio Vargas, a Revolução de 1932, foi um movimento armado que teve espaço nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, de julho a outubro de 1932. Motivados pela insatisfação do governo provisório de Getúlio Vargas, os revoltosos buscavam convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. Geograficamente, o Paraná ficava entre os estados conflitantes, motivo pelo qual muitos homens tiveram de lutar, e partes do estado ficaram isoladas. No universo ficcional, as razões desse episódio são questionadas e sua situação é problematizada ao demonstrar o despreparo dos soldados e dos estados:

> Era uma guerra de mentira com algumas mortes de verdade, mais nada. São Paulo não tinha armas nem munição, e ele só receberia um fuzil já nos últimos dias, depois de meses cavando trincheiras e comendo o que achavam pelo sítio. Fome, frio, sono, noites de espera e dias de tédio, trocando tiros com as trincheiras do inimigo que não viam mas ouviam. (PELLEGRINI, 2013, p. 63).

Além do episódio supracitado, o processo de povoamento de outros estados também é relembrado, tomando-os como exemplo do que aconteceria com o Paraná: “Em Minas e São Paulo, contou o homem, também tinha sido assim: – No começo, um mar de mata. Depois do café, um deserto.” (PELLEGRINI, 2013, p. 83). Essas inserções são apresentadas de maneira crítica, sem enaltecer ou se coadunar ao processo colonizador, mas exprimindo os danos que o processo causava, tanto social como ecologicamente: “– Meu pai conta que em Minas foi a mesma coisa, derrubaram toda a mata pro café, a terra ressecou, acabou o café e ficou uma fieira de cidadezinhas, uma mais pobre que a outra.” (PELLEGRINI, 2013, p. 84).

Essa perspectiva crítica em relação à utilização das terras vai ao encontro do processo exploratório representado pelo discurso historiográfico delineado por Marcondes (2005). Quanto às atividades extrativistas e de esgotamento dos solos, a autora assevera que

> [...] a ocupação das terras para a plantação do café no Brasil, infelizmente, seguiu da forma “tradicional” do passado, com significativas derrubadas das matas e posterior queima da madeira. A exploração cafeeira seguiu o mesmo modelo da açucareira: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. [...] As tarefas na lavoura desenvolviam-se da seguinte maneira: derrubava-se a mata, utilizava-se parte da madeira e tocava-se fogo no resto. Não havia princípio científico algum para a escolha das matas a serem derrubadas. [...] As queimadas, feitas de forma descuidada, espalhavam-se pelas fazendas vizinhas. (MARCONDES, 2005, 84-85).

Dessa forma, ao apresentar a crônica da vida do casal – especialmente de Seu José –, a narrativa plasma a realidade histórica à época de uma forma interpeladora. Nesse sentido, a criticidade é construída junto ao desenvolvimento do relato, abrangendo as muitas facetas do passado paranaense e nacional.

Algumas personagens emblemáticas reforçam as relações críticas entre o substrato histórico e os elementos ficcionais, dos quais podemos destacar Mané Felinto – personagem de extração ficcional inspirado em Mané Jacinto, pedreiro de ideologia comunista que foi vereador em Londrina –, Lázaro Góis, seu adversário político – também inspirado na personalidade factual Álvaro Godoy –, e Zé do Cano, fiel defensor do sistema capitalista (RIBEIRO, 2017).

A presença das personagens ficcionais secundárias Zé do Cano e Mané Felinto fazem com que discussões sobre comunismo e capitalismo sejam

constantes, pois, apesar de amigos, são antagônicos em seus posicionamentos socioideológicos, tal como podemos ratificar no seguinte trecho: “Mané Felinto disse que o ouro era uma invenção do capitalismo, Zé do Cano disse que as moedas eram de ouro na Roma Antiga, quando ainda nem existia capitalismo. Começaram a discutir enquanto Mané Preto mostrava [...].” (PELLEGRINI, 2013, p. 162). Essas pequenas discussões são constantes em toda a diegese e colaboram nos aspectos históricos e posicionamentos questionadores do romance, como podemos observar no fragmento exposto abaixo:

> Os americanos cercando Cuba, Mané Felinto batendo no peito:
> – Se invadirem a ilha, eu vou lá lutar!
> Os americanos no Vietnã.
> – Se eu pudesse, eu ia lá lutar!
> Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro.
> – Eu queria estar lá!
> Zé do Cano botando a mão no ombro de Mané:
> – Você deveria é pagar aposentadoria, meu amigo, que você não é eterno.
> – Meu dinheirinho suado não vai ajudar a sustentar esse regime. (PELLEGRINI, 2013, p. 340).

Tais inserções ocorrem, também, no presente da narrativa, quando José está no leito de hospital e recebe visitas. Como fica explícito no excerto a seguir, em que Manuel Felinto, que não assistia à televisão, fica sabendo por Zé do Cano sobre a queda do Muro de Berlim, em 10 de dezembro de 1989:

> – Pois é, Mané, ontem caiu o Muro de Berlim.
> O velho comunista é antes de tudo um sertanejo arisco; não fala nada fica olhando o outro de viés.
> – Não estou brincando, Mané, o Muro de Berlim caiu ontem.
> – Como? – um sorrisinho de desdém – Quem derrubou? [...].
> Gente dos dois lados do muro, Mané, com flores e picaretas. (PELLEGRINI, 2013, p. 198).

É comum, portanto, em *Terra vermelha* (2013), o entrecruzamento temporal e temático entre a narração do passado e o presente da narrativa. Para Ribeiro (2017), ambas as linhas narrativas se articulam a tecer relações críticas com valores que se perderam no tempo. Conforme comenta o autor,

> [...] um bom exemplo disso é a história da atuação do Partido Comunista no interior do Paraná nas décadas de 1940 e 1950,

> entremeada com a queda do Muro de Berlim em 1989, quando José se encontra no hospital rodeado pelos filhos e pelos netos. O confronto entre tempo passado e presente, portanto, funciona como denúncia de valores e ideologias já obsoletos, evidenciando o potencial crítico da produção de Pellegrini em seu diálogo com dados da memória coletiva e da história. (RIBEIRO, 2017, p. 23).

Adicionamos, ainda, que, além de revisar esses valores considerados por ela obsoletos, essas estratégias composicionais reforçam a necessidade de um enfrentamento perscrutador da historiografia tradicional, bem como são metonímicos ao simbolizar como o passado e o presente confluem e alçam novas reflexões sobre o transcorrer do tempo: passado, presente, futuro. Sobre tal capacidade das narrativas híbridas de história e ficção, Mata Induráin (1991, p. 59) assevera que

> […] *presente y pasado se hermanan en la novela histórica: por un lado, la visión del pasado se ilumina con los conocimientos del presente y, a su vez, la comprensión del pasado enriquece la del mundo actual y nos hace mirar con ojos nuevos al porvenir*[114].

Nas narrativas híbridas de história e ficção, portanto, a afluência de elementos históricos junto aos ficcionais também possibilita que recuperemos aspectos da memória histórica e da memória coletiva, reatualizando a experiência do passado no presente. Além disso, a percepção do passado de maneira mais integral e subjetivizada nos encaminha a um futuro mais consciente e humanizado.

Em *Terra vermelha* (2013), como mostramos, ocorre a reatualização de diferentes episódios históricos, dentre os quais está o período nacional vivido em regime militar (1964 – 1985). Na composição diegética, durante a ditadura militar, por mais de uma vez, Mané Felinto foi preso devido aos seus ideais e às suas atividades no Partido Comunista, revisitando, assim, os períodos em que a nação esteve sob o jugo dos militares e denunciando o autoritarismo e a violência arbitrária:

> – Quantas vezes o senhor apanhou da polícia, Seo Mané? – pergunta o filho mais velho.
> O velho sorri com os dentes miúdos de sertanejo:
> – Apanhar não apanhei muito, fui mais é torturado.

[114] Nossa tradução: [...] presente e passado se unem no romance histórico: por um lado, a visão do passado se ilumina com o conhecimento do presente e, por sua vez, a compreensão do passado enriquece a do mundo atual e nos faz olhar com novos olhos para o futuro. (MATA INDURÁIN, 1991, p. 59).

> Silêncio.
> – Tem muita diferença. (PELLEGRINI, 2013, p. 188).

De fato, no universo diegético, as marcas da ditadura militar são inúmeras, as quais são inseridas com tom de denúncia social. São passagens que expõem as injustiças, a violência e o abuso de poder dos militares e oficiais regionais, como é exemplar o seguinte trecho, em que José e Tiana entraram em conflito com oficiais e foram agredidos arbitrariamente:

> – O senhor respeite!
> Respeitar o quê?! Ele explode: um bando armado caçando gente pela rua, sem mandato de juiz nem autoridade de polícia?
> – Os senhores saiam daqui já!
> Murro na boca, coronhada na cabeça, cara no chão. Tiana levando empurrão. Ele pulando no pescoço de um, levando murros e pontapés dos outros. Jogado em porta-malas da caminhoneta, jogado num salão da prefeitura, com outros também já espancados. Oficiais do Exército bebendo café com fazendeiros armados, rindo e aplaudindo notícias no rádio, a revolução redentora vitoriosa, comunistas caçados em todo o território nacional. (PELLEGRINI, 2013, p. 324).

Essa postura de denúncia e crítica social que permeia toda a narrativa é basilar na modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação, pois os mesmos "[…] ecoam as vozes silenciadas de todas as camadas sociais marginalizadas e excluídas das escritas hegemônicas do passado da América Latina cujas bases ideológicas estiveram submissas aos centros irradiadores do poder e a suas ações coercivas" (FLECK, 2017, p. 128). Do mesmo modo, o aspecto crítico de *Terra vermelha* (2013) estende-se a outros períodos da historiografia nacional, como podemos verificar no excerto a seguir exposto, em que o mito colonizador é questionado:

> Depois que os índios se foram, depois de trocar peixes por sal, o professor contou que eram os últimos da raça caingangue, seus antepassados tinham lutado com os portugueses e os bandeirantes e quase todos tinham morrido.
> – Esses são o que restou, decerto filhos dos que não lutaram.
> – Portugal descobriu o Brasil, professoire, não para matar índio.
> – Mas mataram. (PELLEGRINI, 2013, p. 247).

São nessas passagens em que reconhecemos o aspecto perscrutador de *Terra vermelha* (2013), ao não se coadunar ao discurso apologético da historiografia

tradicional, não exaltando o avanço civilizatório, a supremacia do colonizador, ou de quem está no poder. Essa mudança de paradigma, portanto, é observada nas manifestações recentes do gênero híbrido de história e ficção. Sobre elas, conforme López Badano (2010, p. 53),

> […] *puede afirmarse que la novela histórica contemporánea ha aprendido a hablar en los silencios del discurso historiográfico, a ser testigo crítico de su positivista vocación absolutizadora, de su hoy insostenible soberbia cientificista, revelando una historia que, aunque "verdadera", se vuelve más "auténtica" que la fáctica en su apertura psicológico-antropológica.*[115]

Além do olhar questionador sobre o processo de colonização nacional, a querela comunismo x capitalismo e a ditadura militar, outro aspecto bastante discutido no universo diegético é a reforma agrária, com discussões alçadas por Lázaro Góis: fazendeiro que, no universo diegético, herdou suas terras, multiplicou-as e desenvolveu grande apreço pela mata, não permitindo caçadas ou qualquer alteração em suas terras, deixando a tarefa para o irmão, mesmo depois da desapropriação do Estado: "O Estado tá mais quebrado que palavra de político, não tem dinheiro nem para consertar a cerca, então não mudou nada, continuo cuidando. Ninguém mexe lá um pau enquanto eu viver." (PELLEGRINI, 2013, p. 353). No plano da narrativa, o protagonista também busca proteger a mata, cria um projeto de arborização para a cidade, questiona a poda excessiva de árvores, compra terras para deixá-las intocadas.

A personagem protagonista, Seu José, é apresentada como um homem simples, que enfrentou grandes dificuldades antes de prosperar. Esta é uma peculiaridade cara aos romances históricos contemporâneos de mediação, os quais privilegiam "[...] visões a partir das margens, sem centrar-se nas grandes personagens da história" (FLECK, 2017, p. 110) e que, por essa razão, não comungam com os ideais da história tradicional, da história dos vencedores.

Todavia, apesar de considerarmos essa uma perspectiva ex-cêntrica – por não se coadunar à ótica dos vencedores, das grandes personalidades ou heróis consagrados pela perspectiva hegemônica, é imperativo apontar que essa ainda é

[115] Nossa tradução: […] pode afirmar-se que o romance histórico contemporâneo tem aprendido a falar nos silêncios do discurso historiográfico, a ser testemunho crítico de sua positivista vocação absolutista, de sua atual insustentável soberba cientificista, revelando uma história que, ainda que "verdadeira", torna-se mais "autêntica" que o factual em sua abertura psicológica-antropológica.

uma perspectiva branco-hetero-falocêntrica, em que ocorre a gradativa construção daquele que poderíamos considerar um herói popular, um cidadão exemplar que reforça o falível mito do *self-made man*, já apresentado pelas primeiras produções híbridas de história e ficção.

Essa característica, entretanto, reafirma as tendências conciliatórias da fase crítica mediadora, na qual o romance histórico contemporâneo de mediação articula releituras críticas do passado de forma amena e equilibrada. Essas narrativas, não perpetuam o espaço do saudosismo laudatório das personalidades históricas, nem do desconstrucionismo agressivo, mas, sim, estão no limiar, na representação de pessoas comuns, sujeitos verossímeis da época que elegem recriar; elas articulam versões pautadas na "representação da cotidianidade" (KLOCK, 2021, p. 176) desses sujeitos comuns.

Sobre esse ponto, salientamos uma das tendências do romance histórico paranaense de enfocar a narrativa de uma história de vida, especialmente, a trajetória de vida de um homem. Essa característica permeia as três fases do gênero no estado, e podem tanto reproduzir o percurso de uma personalidade histórica, como são exemplares *O drama da fazenda Fortaleza* (1941), *O herói provisório* (2017) e *Retrato no entardecer de agosto* (2016), como reelaborar a trajetória de pessoas comuns, tal como o fazem *Terra vermelha* (2013), *Nihonjin* (2011) e *Quatro gerações* (2019).

Sobre esse último romance, *Quatro gerações* (2019), de Ivo Pegoraro, destacamos a sua reelaboração do passado do sudoeste paranaense. Configura-se, também, como um romance histórico contemporâneo de mediação, no qual a postura crítica aparece de forma bastante sutil.

Sua personagem protagonista é Tôni – José Antônio Enearo –, o qual foge do Rio Grande do Sul, reside um período em Santa Catarina, onde participa da Guerra do Contestado (1912-1916), e transita até o Sudoeste do Paraná, onde permanece. Na região, abrindo a mata para a construção de estradas, acompanha e participa da fundação de cidades como Clevelândia, Pato Branco e Vila Marrecas – atual Francisco Beltrão.

Em seu universo diegético, *Quatro gerações* (2019), apresenta aspectos da história local, a busca por novos solos férteis e o consequente povoamento da região. Nesse cenário, relacionam-se às implicações com a instalação da Colônia Agrícola General Osório (CANGO), a posterior fundação da *Clevelândia Industrial e*

Territorial Ltda (CITLA) e a rebelião que culmina com a Revolta do Posseiros, em 1957.[116]

Assim como em *Terra vermelha* (2013), *Quatro gerações* (2018) acompanha a trajetória de Tôni e sua família, suas desventuras e conquistas. Esse percurso é apresentado a partir de uma ótica periférica – popular –, incluindo a dureza da escassez de recursos, as fatalidades ocorridas pelo subdesenvolvimento local e as inúmeras querelas ocasionadas pela disputa de posses de terra.

No deslindar da narrativa, reencontramos momentos históricos conturbados, tais como o Estado Novo e a Ditadura Militar e as problemáticas sobre os processos de colonização e utilização do solo: “Foi assim que fizeram no Rio Grande do Sul, até que a fertilidade do solo se esgotou e aí vieram explorar novas terras no Paraná. E quando o solo daqui também se esgotar? Bem, aí serão outros tempos, outras histórias.” (PEGORARO, 2018, p. 262).

Além de seus aspectos historiográficos, o universo diegético acompanha o crescimento da família de Tôni, a dispersão das personagens, bem como as muitas mortes ocorridas – há muitas tragédias familiares na trama, ponto bastante característico à época ressignificada. Ao final da narrativa, junto aos filhos, o protagonista retorna à região do Contestado, rememora os tempos do conflito e de mocidade.

Estruturalmente, a narrativa é fluída, com linguagem coloquial, bastante próxima à oralidade, com uso de termos de origem italiana, conferindo leveza, agilidade e humor ao romance. O relato é desenvolvido de forma linear, com poucas analepses, com foco narrativo único e centralizado, resultando em uma estrutura narrativa bastante simples e acessível ao leitor comum – prerrogativa da modalidade mediadora.

Nessas narrativas – *Terra vermelha* (2013) e *Quatro gerações* (2018) –, portanto, acessamos à história vista por uma perspectiva descentralizada, a ótica de pessoas comuns, de quem esteve fora do poder hegemônico. Essa peculiaridade, como já salientamos, é essencial para a construção do romance histórico

[116] Também conhecida como Revolta dos Colonos, foi um levante realizado por colonos e posseiros armados, iniciado em 10 de outubro de 1957, como forma de repúdio aos problemas de colonização da região que se estabeleceu entre posseiros, colonos, companhias de terras grileiras e os governos federal e estadual. Em linhas gerais, a companhia vendia terras que não lhes pertencia efetivamente, estava em sub judice, após um período de conflitos com capatazes/jagunços que tentavam retomar as terras. Quando perceberam que poderiam perder suas terras, os colonos organizaram o levante e saíram vitoriosos.

contemporâneo de mediação, que tenciona humanizar a historiografia sem os fins desconstrucionistas das modalidades precedentes, pois,

> [...] pelas lentes dessa personagem das margens, que ocupa o centro da diegese, a história é subjetivada e a "verdade" hegemônica é questionada. A personagem do romance de mediação contrasta com a das modalidades do novo romance histórico e metaficção historiográfica – que buscaram desconstruir grandes personagens históricas. (KLOCK, 2021, p. 183).

De fato, nessas narrativas, o aspecto crítico e questionador é inserido de forma a não impactar, demasiadamente, o narratário, mas seu teor questionador é apresentado na fluidez da narrativa, como podemos afiançar no seguinte trecho de *Quatro gerações* (2018), em que Tôni, ao dissertar sobre o ano de 1968, expõe as mazelas nacionais, mencionando:

> Quanta coisa aconteceu neste marcante 1968, de maneira positiva para Tôni, de maneira atroz para o Brasil. Aqui, bons negócios, boas surpresas; lá, broncas, provocações, perseguições, prisões, mortes, entre estudantes e polícia; divergências entre o Executivo e o Congresso Nacional, resultando na criação de mais um monstro, o AI-5 – ato inconstitucional que deu superpoderes ao presidente da República e decretou o início de uma década macabra para a história brasileira. (PEGORARO, 2018, p. 330).

Uma particularidade de *Quatro gerações* (2018) é que em alguns trechos, tal como o extraído acima, verificamos uma tendência à prática didatizante, ou seja, a intenção de, por meio da ficção, ensinar história ao narratário, incluindo nomes, datas e outros detalhes precisos sobre certos fatos e personagens. Esse tom didatizante é bastante empregado quando o discurso se refere ao regime militar, como podemos reiterar no seguinte excerto:

> Dia 13 de dezembro, uma sexta-feira, após obter a aprovação dos 22 membros do Conselho de Segurança Nacional, o presidente Arthur da Costa e Silva assinava o Ato Institucional nº 5. Através dele, o poder do presidente da República ficava acima da própria Constituição: ele podia fechar o Congresso Nacional, como fechou,[159] negar *habeas corpus*, cessar direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos, além de outros poderes, um deles a censura à imprensa e a todo processo criativo, seja no teatro, na televisão, na literatura. E ainda pior: "inaugurava o reino do arbítrio e da tortura". (PEGORARO, 2018, p. 331).

Esse traço instrutor é realçado, ainda, pela utilização de notas de rodapé que articulam a narrativa a informações concretas, dados, referências bibliográficas, entre outros. Como exemplar, podemos ratificar essa menção com a seguinte nota de rodapé, pertencente ao trecho supracitado: "[159] O Congresso Nacional foi fechado de 13 de dezembro de 1968 a 21 de outubro de 1969" (PEGORARO, 2018, p. 331).

A presença dessa característica bastante comum às modalidades acríticas do gênero, ganha novos contornos na modalidade mediadora: ao abandonar a representação da história tradicional, passa-se a incluir, criticamente, a subjetivação do passado, inserindo a avaliação e os juízos de valor da personagem enunciadora, como podemos inferir pelas escolhas lexicais do romance ao se valer de expressões como "criação de mais um monstro", "década macabra" e "e ainda pior", a fim de expressar a opinião da voz enunciadora sobre o tema em discussão.

Além da criticidade histórica subjacente ao romance histórico contemporâneo de mediação, as trajetórias de José e Tôni alicerçam-se no processo de colonização e desenvolvimento do estado do Paraná, sobre o qual expõem figurações de um passado pautado na trajetória de personagens protagônicas comuns, desvelando-o sob uma ótica humanizadora e subjetivada, que a história tradicional não é capaz de contemplar.

Estruturalmente, *Terra vermelha* (2013) comunga das características basilares da modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação. Por meio de linguagem fluída e coloquial, a narrativa apresenta uma releitura crítica e verossímil do passado, alcançada seguindo a linearidade cronológica dos eventos e possui seu foco narrativo centralizado em uma personagem protagônica que não se enquadra no rol das grandes e heroicas personalidades da história.

Como já mencionamos, a obra é conduzida por dois planos/fios narrativos: aquele do presente da narrativa, em que o neto conta a história do avô e onde se desenrolam os acontecimentos no hospital; e o fio narrativo pretérito, em que são relatadas as histórias de José e Tiana, junto ao desenvolvimento de Londrina.

Como já é possível averiguar nos trechos transcritos no decorrer desta análise, em ambos os fios narrativos, um narrador extradiegético divide espaço com a fluidez dos diálogos e dos pensamentos das personagens, em uma transição contínua entre o discurso direto, o discurso indireto e o discurso indireto livre – aproximando a narrativa da oralidade –, utilizando pontuações alternadas, com ou

sem parágrafos e travessões, maiúsculas ou minúsculas, como é possível verificarmos no seguinte excerto:

> Então muito bem – ele falou fazendo um cigarro – já tinham dividido tudo? Por que ainda não tinham chamado para assinar os papéis no cartório? – E picava o fumo.
> Ninguém respondeu, todos olhando os sapatos, acendendo cigarros, até que ele enrolou o dele, perguntou se estavam ficando surdos.
> – Ou então estão pensando que estou ficando bobo. (PELLEGRINI, 2013, p. 13).

Ademais, identificamos em seu estilo composicional outra característica recorrente ao romance histórico contemporâneo de mediação, na qual "[…] as frases são, geralmente, curtas e elaboradas de preferência em ordem direta, e com um vocabulário mais voltado ao domínio comum que ao erudito." (FLECK, 2017, p. 111).

Essa estratégia narrativa, alinhada à precisão de linguagem, às marcas de oralidade e ao trabalho desempenhado pelo narrador na afluência de focalizações e níveis narrativos, fazem de *Terra vermelha* (2013) uma obra com alto teor de refinamento estilístico. Para Sanches Neto (2013, s.p.), o esquema narrativo traçado por Pellegrini caracteriza uma obra prima da arte romanesca, um épico, "[…] que concilia fluência a um domínio absoluto do papel do narrador."

Sobre o papel do narrador, Benjamin (2012, p. 214) assevera que "a experiência que passa de boca em boca é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos". Essas características perpassam as estratégias de Pellegrini, uma vez que verificamos as confluências de histórias, de memórias, de eventos históricos e personagens no deslindar de toda a narrativa. Os sinais de oralidade, como mencionamos, são frequentemente evidenciados tanto pelas escolhas lexicais e estilísticas, como pela alusão a histórias, mitos e crenças populares, conforme é notável no fragmento abaixo destacado:

> [...] e mexendo os olhos contou a história do povo preto, que era preto como todo mundo no começo do mundo, quando pediram a Deus para ficar brancos, só para variar, e Deus então mandou todo mundo se banhar num lago, onde iam ficando todos brancos. Mas o lago foi secando com tanta gente, até que os últimos só puderam molhar as palmas das mãos e dos pés – e mostrou as palmas das mãos brancas encaroçadas de calos. Mas, continuou, Deus ficou

> com dó e resolveu que, em compensação, os pretos iriam ter os dentes mais brancos, cada dente uma joia. (PELLEGRINI, 2013, p. 162).

São por alusões como essas existentes na tessitura romanesca que somos colocados em contato com a oralidade e a cultura popular da época. Ainda como artifício que nos aproxima da oralidade, colaborando, também, no lirismo e delicadeza da narrativa, Tiana compunha versinhos sobre o dia a dia, a culinária, a vida, muitas vezes, transformando problemas de uma forma leve e poética: “Na meia-idade / só o que me espanta / é já tanta saudade” (PELLEGRINI, 2013, p. 302), traço também presente nas conversas cotidianas do casal, como podemos observar no seguinte excerto:

> Tiana olhando os túmulos de pioneiros:
> – A vida é pouco a pouco e também de repente, né? De repente a gente tem netos, de repente quebra um dente, de repente morre alguém, a gente olha e, de repente, tem mais vida pra trás do que pra frente.
> – E o remédio é viver, não é?
> – Não, o remédio é viver bem, José. (PELLEGRINI, 2013, p. 323).

A comunhão dessas particularidades aproxima nossa interpretação de *Terra vermelha* (2013) ao que o autor húngaro chama de “[...] lenta superposição de camadas finas e translúcidas, que representa a melhor imagem do processo pelo qual a narrativa perfeita vem à luz do dia a partir das várias camadas constituídas pelas narrações sucessivas.” (BENJAMIN, 2014, p. 223). Essas camadas, no romance em questão, são tecidas com engenhosidade e perspicácia, criticidade e sutileza.

As reflexões de um José ranzinza, desiludido com sua situação familiar e com o destino de Londrina, é perceptível ao leitor desde as primeiras páginas do relato até o seu derradeiro final. Suas tentativas de preservar a mata são todas em vão, pois seu primogênito, que se tornou agricultor, não respeitou a propriedade: “– Terra é pra plantar, sô! Lavoura não dá debaixo de árvore nem boi come sombra!” (PELLEGRINI, 2013, p. 363).

Ao término de sua vida, a vingança de José foi doar o que restara de sua herança, o Hotel Pioneiro e sua casa, ao município para a instalação de uma escola de artes e ofícios, e seus investimentos em ações destinadas à manutenção da

escola, à pesquisa e à preservação da mata e da fauna local. Com exceção do filho caçula, a família fica revoltada com o testamento e, após tentativas de corromper o advogado, os filhos descobrem a parte que lhes cabe:

> O advogado diz que não, os cinco por cento restantes ficam para os filhos, um por cento para cada um.
> – Agora, se me dão licença, está quase na hora do enterro.
> O advogado sai, o portão range de novo, o caçula sorri lembrando do que dizia o pai:
> – Amigo meu tem que ser madeira-de-lei – pega a faca de prata – E parente a gente tem, amigo a gente escolhe... (PELLEGRINI, 2013, p. 392).

Essa é a última crítica que José deixa para a terra vermelha, onde alguns dirão que era louco, outros que era um homem de coragem, fazendo-nos refletir que, conforme Fleck (2007, p. 146), “olhares oblíquos sobre um passado comum podem resultar em futuras esperanças compartilhadas de um tempo melhor para todos.” Indiretamente, esse foi o pedido do protagonista, um apelo a um futuro diferente, para então “[...] depois das águas e do fogo, e depois das terras e das guerras e dos ventos, enfim descansa[r], como se diz e até há quem acredite, descansa na Terra Vermelha.” (PELLEGRINI, 2013, p. 394).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória da representação literária, as relações entre a literatura e a história tradicional – e o seu discurso hegemônico – passaram por transformações significativas. As narrativas híbridas de história e ficção, acompanhando-as, passaram, da mesma forma, por processos de renovações instaladas no seio da remodelação estilístico formal e da renovação contínua das formas de tratamento e manipulação do material histórico por elas reelaborados ao longo dos séculos. Essa dinâmica revela que as escritas voltadas à reelaboração do passado têm acompanhado as mudanças históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais das sociedades que as engendram.

No espaço da América Latina, essas transformações articulam uma produção plural e diversificada. Essas, na arte literária que toma a forma de escritas híbridas de história e ficção – romance histórico – são expressas de forma a reproduzir, a princípio, a tendência geral de cópia do modelo europeu e, em seguida, distancia-se dela para olhar de forma crítica e desconstrucionista àquelas versões perpetradas na historiografia tradicional e, também, nas modalidades acríticas do romance histórico sobre o passado colonial do nosso continente. Essas transformações no gênero romance histórico foram traduzidas pela trajetória do gênero romance histórico – como uma divisão em grupos, fases e modalidades – proposta por Fleck (2007; 2017). Essa organização diacrônica da caminhada do romance histórico, desde o romantismo europeu aos nossos dias, foi a linha teórica guia para a estruturação desta nossa tese.

A partir desse universo diacrônico do gênero, nosso objetivo nesta investigação foi estabelecer a trajetória do gênero romance histórico no estado do Paraná em uma perspectiva comparada à sua projeção na América Latina, a fim de comprovar como ela acompanha as renovações que transitam do tradicionalismo laudatório para a crítica impugnadora – e mediadora –, em direção às atitudes decolonizadoras instaladas a partir da segunda fase das escritas híbridas de história e ficção.

Nesse exame comparativista, realizado em relação ao percurso efetivado entre o gênero romanesco híbrido de história e ficção em sua totalidade frente às ocorrências paranaenses em particular, foi-nos possível constatar – pelo levantamento feitos da produção romanesca híbrida do estado do Paraná e pela

amostra dessas produções analisadas ao longo de nosso estudo – que a trajetória dos romances históricos paranaenses contempla as três fases das narrativas híbridas de história e ficção: a fase acrítica, a fase crítica/desconstrucionista e a fase crítica/mediadora apontadas nos estudos de Fleck (2017). Desse modo, evidenciamos, por meio de análises de romances paranaenses, exemplares de cada uma dessas fases, que essas produções, em nosso estado, articulam renarrativizações alicerçadas, por um lado, na postura laudatória do discurso histórico tradicional, como, também, por outro lado, instalam ressignificações críticas do passado historiográfico. Essas, por sua vez, estão assentadas, em parte, nas atitudes desconstrucionistas e impugnadoras das modalidades da segunda fase do gênero.

No estado paranaense, isso se dá por meio de obras inseridas nas especificidades da modalidade do novo romance histórico latino-americano, nomeadamente. Em outra vertente crítica romanesca, as ressignificações do passado pela ficção paranaense revelam-se na produção romanesca da fase crítica/mediadora. Essa fase ocorre por meio das escritas híbridas que são exemplares da modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação (FLECK, 2017).

Em relação à produção paranaense, encontramos 37 romances históricos, os quais são de 28 autores diferentes. Do montante assinalado, apenas quatro são escritoras mulheres, responsáveis pelos cinco títulos de autoria feminina desse contexto. Esse dado aponta para a pequena representatividade da literatura de autoria feminina no estado. Essa lacuna na expressão feminina estende-se aos estudos voltados a esses romances, dos quais apenas dois foram foco de investigações acadêmicas, e apenas um no âmbito da pesquisa literária.

O estudo realizado, portanto, alcançou a sua efetivação/tese ao comprovar que a produção híbrida de história e ficção do estado do Paraná alinha-se às produções diversificadas que integram a trajetória das fases e modalidades do romance histórico desde a sua implementação até os dias atuais. Com exceção da modalidade clássica scottiana – que, na América, apresenta apenas uma ocorrência no romantismo estadunidense – e da metaficção historiográfica, as demais fazem-se presentes na produção do romance histórico paranaense.

Para demonstrarmos nossa tese, ordenamos nossa investigação em três seções, as quais são subdivididas em subseções secundárias e terciárias. Na

primeira seção, intitulada “O romance histórico: da trajetória europeia às inovações na América Latina: fases e modalidades”, delineamos a trajetória do gênero romance histórico no espaço latino-americano. Esse aspecto revisitado da trajetória do gênero serviu-nos, pois, de linha mestra para estabelecer a comparação, em particular, com as produções paranaenses. Para tanto, abordamos a instituição do gênero ainda em solo europeu, sob a modalidade do romance histórico clássico, engendrada pela composição scottiana do gênero, tal como proposto por Lukács ([1937], 2011).

Discorremos sobre como, a partir de estabelecimento fundacional do romance histórico, ocorrem as transformações dessa narrativa híbrida de história e ficção tanto nas produções realizadas a partir do espaço europeu como latino-americano. Essas renovações instauram, como reafirmamos nesta tese, a modalidade do romance histórico tradicional, conforme as concepções de Mata Induráin, (1995), Márquez Rodríguez (1996), Esteves (2010), outros. Essa modalidade, junto ao romance histórico clássico scottiano, compõe a primeira fase do gênero romance histórico, a fase acrítica, assinalada pela postura saudosista e apologética da história tradicional.

Na sequência, evidenciamos como, em solo latino-americano, as transformações do gênero são dilatadas e abrem espaço às formas renovadoras da fase crítica/desconstrucionista, assentada na contestação e impugnação do discurso histórico hegemônico. Nessa fase, estabelecida em consequência do tipo de história vivida na América Latina – da violenta invasão colonizadora e subjugação de povos autóctones – e sua representação tradicional, consolidam-se as narrativas críticas, desconstrucionistas e experimentalistas das modalidades do novo romance histórico latino-americano – consoante a Aínsa (1991), Menton (1993), Larios (1997), Fleck (2017) – e metaficção historiográfica – nas propostas de Hucheon (1991, [1980] 2013).

À continuidade, delineamos como as contínuas modificações das narrativas híbridas de história e ficção revelam, a partir das últimas décadas do século XX, uma reconciliação entre as atitudes apologéticas e as desconstrucionistas na manipulação da historiografia pela ficção, instaurando a terceira fase da trajetória do gênero romance histórico, a crítica/mediadora, aspecto da trajetória do gênero evidenciado nos estudos de Fleck (2017). As narrativas dessa fase mais recente dão origem à modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação – proposta por Fleck (2007; 2008; 2017) –, em que há certo retorno às características

abandonadas pelas narrativas críticas precedentes, tais como a linearidade narrativa, a busca pela verossimilhança e o uso de uma linguagem fluída, amena e coloquial, pela qual essa modalidade revela uma postura crítica frente à versão tradicional e hegemônica da história rankeana, mas não agressiva e com propósitos desconstrucionistas como é comum nos romances inseridos na premissas da segunda fase do gênero.

Entremeadas à evolução do gênero, ao contextualizar essas renovações, abordamos o deslizamento teórico-conceitual da história tradicional e hegemônica para a concepção da nova história – a noção de história como constructo social e cultural –, pelas abordagens de Burke (1992; 1997); o de seu caráter discursivo – ideológico e manipulável – proposto por White (2001). Esse alinhamento entre as novas possibilidades da história em conceber diferentes fontes e materiais com as transformações no seio do romance histórico, dialoga, como evidenciamos, com os pressupostos que passaram a reger a produção híbrida de história e ficção a partir da implementação das transformações na narrativa latino-americana postas em prática a partir do pós-*boom*.

Tais deslizamentos da noção de história tradicional, fundamentam e evidenciam a necessidade de problematizações da representação do passado, em especial nas ex-colônias europeias. Essas problematizações, no contexto latino-americano, manifestam-se na necessária revisão das visões colonialistas do passado registradas na forma tradicional e hegemônica da escrita historiográfica. Tal propósito é eminente, também, nas escritas híbridas de história e ficção a partir da segunda fase de sua trajetória como aqui evidenciamos.

Nesse cenário, os estudos decolonias articulam-se como lugar de resistência e insurgência contra a colonialidade e as dicotomias do mundo colonial-moderno, civilizado-selvagem. O pensamento decolonial, nas acepções de Mignolo (2007; 2014; 2020) e Walsh (2009; 2013; 2014) das quais nos valemos, engendra e se alicerça no empenho em se desprender de categorias epistêmicas que naturalizaram e sustentam a colonialidade – do poder, do saber e do ser –, e se justificam pela retórica da modernidade e do progresso. Mostramos, pois, que a crítica literária brasileira, latino-americana, já dá passos firmes em direção ao desprendimento necessário à elaboração de suas próprias teorias, estudos e comprovações, em especial no que tangem às escritas híbridas de história e ficção. Nesse campo, destacamos, nesta tese, as atuações de pesquisadores como Weinhardt (2000;

2004; 2011; 2010; 2015; 2019), Esteves (2010) e Fleck (2007; 2005; 2008; 2017; 2021), cujas proposições teóricas alicerçam os estudos de literatura comparada nessa área, inovando aqueles pressupostos sobre a temática expostos no final do século XX e tidos, por muitos, ainda como básicas para os estudos literários na América Latina.

Na segunda seção desta tese, sob o título “Narrativas híbridas de história e ficção no Paraná: representantes e fortuna crítica”, apresentamos o rol de narrativas que compõem a trajetória do romance histórico paranaense. Esse conjunto de narrativas, resultado de nossas investigações virtuais e buscas por exemplares em sebos, bibliotecas e livrarias, é apresentado por meio de um quadro informativo, o Quadro 3 - Mapeamento dos romances históricos paranaenses. Por meio deste, catalogamos, diacronicamente, os títulos paranaenses e os classificamos, apontando as fases a que pertencem, as modalidades que representam e suas características proeminentes. Essas ações foram possíveis com o apoio dos pressupostos teóricos de pesquisadores latino-americanos, em especial.

Do universo de romances históricos paranaenses por nós encontrados, classificamos 10 romances históricos tradicionais, 6 novos romances históricos latino-americanos – um deles metaficcional –, nenhuma metaficção historiográfica e 21 romances históricos contemporâneos de mediação, do total de 37 títulos. Alguns desses títulos críticos, no entanto, foram de difícil classificação, pois apresentam mais ou menos as características das modalidades desconstrucionistas, sem alcançar, de fato, o intento desconstrucionista/demolidor dos novos romances históricos latino-americanos, como é o caso de *A segunda pátria* (2015), de Miguel Sanches Neto.

A partir desses dados comprovamos a prevalência das modalidades críticas sobre as modalidades apologéticas, e o predomínio da modalidade mediadora sobre as críticas/desconstrucionistas. Com esse fator também explicitamos que a produção híbrida de história e ficção paranaense é, sim, um caminho ao repensar crítico e decolonial da historiografia paranaense.

O levantamento das narrativas híbridas de história e ficção paranaenses realizado nesta investigação não é, e nem pretende ser, definitivo. Muitas manifestações literárias paranaenses, conforme explicitamos, foram divulgadas em publicações únicas – pontuais ou de pouca tiragem – e permanecem fora do círculo intelectual e acadêmico. Esse fator impeliu a nossa investigação e, almejamos, que

ela abra espaço para novos estudos voltados ao romance histórico paranaense e suas potencialidades, já que estamos conscientes das limitações que a nossa ação investigadora enfrentou.

Ao mesmo tempo, e aqui já lançamos provocações para investigações futuras, há suposição de narrativas híbridas de história e ficção paranaenses ainda desconhecidas, escondidas em sebos e bibliotecas, possíveis de serem trazidas à luz caso sejam garimpadas e investigadas. Essas, assim como todas as que aqui apresentamos, enriquecerão a problematização e a compreensão a respeito da formação histórica e cultural do estado paranaense.

A partir da determinação do nosso conjunto de romances históricos paranaenses, realizamos o rastreamento do estado da arte dessa produção, também apresentada na forma de quadro, Quadro 4 - Relação de estudos sobre os romances históricos paranaenses. Nele, apresentamos os trabalhos acadêmicos e da crítica literária dedicados às narrativas híbridas de história e ficção paranaenses, contemplando obras completas, capítulos de livros, coletâneas, teses, dissertações, monografias, artigos e textos curtos. Pela interpretação desse quadro, com poucas exceções, comprovamos a carência de estudos acadêmicos específicos, voltados à pluralidade da produção paranaense de romances históricos. Destacamos, assim, que esse amálgama de dados feitos em nossa tese resultou em um procedimento relevante para quem, no futuro, decida seguir nesse campo de investigações, pois já pode partir de uma fortuna crítica reunida e organizada.

Na terceira seção desta tese, intitulada “Leituras da tradição ao desconstrucionismo crítico e à mediação: retratos literários paranaenses”, dedicamo-nos à análise das releituras da história engendradas pelas narrativas híbridas de história e ficção paranaenses. Ao acompanharmos o desenvolvimento da trajetória do gênero romance histórico na América Latina, examinamos narrativas paranaenses exemplares das três fases do romance histórico definidas nos estudos de Fleck (2017), a fim de demonstrar como, nessa produção, a postura em relação ao passado e ao diálogo com a história tradicional se aproximam às transformações ocorridas na trajetória geral do gênero e, em especial, àquela latino-americana – transitando do saudosismo laudatório – como ficou evidente na análise de *O drama da fazenda Fortaleza* (1941) e de *Origens* (1961) –, à crítica impugnadora e desconstrucionista – revelada na leitura das obras *Guayrá* (2017), e *O herói*

provisório (2017) –, e à crítica mediadora – exemplificada na abordagem feita às obras *Um amor anarquista* ([2005] 2008) e *Terra vermelha* ([1998] 2013).

Para uma representação mais acurada dessas transformações, delimitamos nossa temática às narrativas híbridas paranaenses que reelaboram aspectos do passado paranaense, em especial, os processos de colonização e de povoamento do território. Optamos pela manutenção dessa temática tanto por ela ser lugar frequente na produção paranaense, como por colaborar na discussão da formação histórica e cultural do estado. Além disso, acreditamos no caráter exemplificador e potencial do contraste entre as diferentes formas de ressignificar o passado a partir de uma mesma temática também no espaço paranaense, a exemplo dos estudos já realizados nessa área do romance histórico por outros membros do Grupo de Pesquisa "Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização".

Nesse ínterim, abordamos, analiticamente, os romances históricos tradicionais *O drama da fazenda Fortaleza* (1941), de David Carneiro, e *Origens* (1961), de Pompília Lopes dos Santos. Demonstramos pela leitura realizada e pelos excertos dessas obras, expostos aos nossos leitores, que elas, como representativas da fase acrítica, perpetuam o discurso apologético da história tradicional em relação ao processo de colonização do Paraná. Assim, evidenciamos que elas são obras nas quais a figura do colonizador é renarrativizada com tons saudosistas e a imagem da população indígena perpetuada é aquela do selvagem que deve ser combatido ou civilizado.

Na nossa leitura do romance *O drama da fazenda Fortaleza* (1941) explicitamos que os conflitos entre a população indígena e os sesmeiros ocorridos no território do Paraná são representados como pano de fundo junto à construção da personagem de extração histórica José Félix da Silva, truculento fazendeiro apresentado de forma apologética. Já na composição diegética de *Origens* (1961), mostramos que nessa obra, ao relatar a trajetória de uma família de imigrantes franceses e pela renarrativação dos anos de formação e desenvolvimento da Colônia de Superagui, o passado colonial ganha contornos didatizantes e saudosistas típicos da historiografia tradicional.

Nosso estudo apontou, assim, que essa perspectiva laudatória é diametralmente problematizada e impugnada pelas narrativas que compõem a segunda fase do gênero, a fase crítica/desconstrucionista. Dessa fase, analisamos

nesta tese o novo romance histórico *Guayrá* (2017), de Marco Aurélio Cremasco, e o novo romance histórico metaficcional *O herói provisório* (2017), de Etel Frota. Pela leitura feita e por meio dos fragmentos destacados, para nossos leitores, de cada uma dessas obras, comprovamos que nelas se concretizam as características apontadas nos estudos de Aínsa (1991), Hutcheon (1991), Menton (1993), Esteves (2010) e Fleck (2017) que tratam das especificidades da construção formal, discursiva e ideológica dos novos romances histórico latino-americanos e da metaficção historiográfica. Essas premissas romperam com a fase exaltadora, laudatória e mitificadora do passado colonial e seus agentes, aspectos presentes na fase acrítica do romance histórico que se harmoniza com o discurso histórico tradicional e hegemônico.

Elucidamos, pela leitura dessas obras, que também prezam pelo experimentalismo linguístico e formal, que a reconstrução do passado paranaense é realizada com vistas à ruptura com as imagens perpetuadas pela história tradicional, alicerçadas nas bases ideológicas coloniais e eurocêntricas de poder, do saber e do ser. Desse modo, comprovamos, nesta tese, que a ruptura latino-americana realizada na trajetória diacrônica do romance histórico acrítico – composta pelas modalidades do romance histórico clássico scottiano e o tradicional que dele derivou –, efetuada em primeira instância pela obra *Mi Simón Bolívar* (1930), de Fernando González, e consolidada pela obra *El reino de este mundo* (1949), de Alejo Carpentier –, no Paraná surge no ano de 1975, com a obra *Catatau*, de Paulo Leminski.

A obra de Leminski, nesse sentido, incorporou as prerrogativas críticas/desconstrucionistas antes mesmo do romance *Galvez imperador do Acre* (1976), de Márcio Souza, apontado por Menton (1993) como a primeira obra brasileira na lista dos romances históricos críticos. Assim, a produção paranaense precede o que a crítica comumente determinou como o início do novo romance histórico em solo brasileiro apontado por Menton (1993), o que mostra, também, como a crítica externa ao eixo latino-americano toma como base informações que nem sempre são verdadeiras, as quais são reproduzidas e adotadas como se o fossem em inúmeros estudos posteriores.

Nesse sentido, é comum o desconhecimento ou não menção a *Catatau* (1975) pela crítica literária especializada nos estudos do romance histórico. Críticos como Aínsa (1991), Menton (1993), Weinhardt (2000; 2004; 2011; 2010; 2015;

2019), Fleck (2017), Tacconi (2013), não mencionam – até onde nossas buscas alcançaram – o título brasileiro dentro da classificação do novo romance histórico latino-americano.

O primeiro teórico a classificá-lo como novo romance histórico latino-americano foi Esteves (1998) que, pelas características críticas, experimentalistas e antimiméticas da obra, classifica-a nesta modalidade e realiza a análise da obra aproximando-a, também, da metaficção e do romance pós-moderno. Esteves (1998; 2010), aliás, problematiza o desconhecimento da obra por Menton (1993), que não o incluiu em sua lista de novos romances históricos brasileiros.

As lacunas e imprecisões em relação às buscas de narrativas são comuns, como evidenciamos, também, quanto ao exórdio do novo romance histórico latino-americano, *Mi Simon Bolívar*, de Fernando González, publicado em 1930. Entretanto, Menton (1993) e a crítica especializada posterior, comumente, estabelecem *El reino de este mundo*, de 1949, de Alejo Carpentier, como seu primeiro exemplar.

Por ser a obra paranaense de Paulo Leminski (1975) já bastante abordada no âmbito acadêmico, nossa escolha para análise dos exemplares paranaenses pertencentes à segunda fase da trajetória do gênero recaiu sobre o romance de Cremasco (2017) e Frota (2017). Dessa forma expandimos, também, os estudos sobre as obras híbridas críticas/desconstrucionistas paranaenses.

Na nossa leitura de *Guayrá* (2017), enfatizamos que a problematização do passado histórico ocorre pela ótica da população indígena escamoteada e subjugada pelo processo colonizador, de modo a romper com, subverter e desconstruir o discurso eurocêntrico. Apontamos, da mesma maneira, que isso ocorre, também, a partir de uma estrutura pluriperspectivista, permeada de experimentalismo linguístico e narrativo, heteroglossia e outras estratégias desconstrucionistas que fazem de *Guayrá* (2017) uma típica ressignificação crítica/desconstrucionista do passado colonial paranaense. Tais evidências, postas à mostra na nossa análise, atestam que o percurso diacrônico do romance histórico no Paraná alinha-se àquele da América Latina como um todo, embora em temporalidades diferenciadas. Enquanto no contexto mais amplo isso ocorre, incialmente nas décadas de 1930 e 1940 e se consolida no período do *boom* – décadas de 1960 e 1970 –, no nosso estado, essa tendência crítica/desconstrucionista do romance histórico principia em 1975 – com *Catatau*, de

Paulo Leminski –, e se solidifica apenas nas primeiras décadas do século XXI, a partir de obras como *Santo Reis da Luz Divina* (2004), de Marco Aurélio Cremasco, e *Maria Batalhão*: memórias póstumas de uma cafetina (2012), de Dante Mendonça.

Já a nossa abordagem feita à obra *O herói provisório* (2017), por sua vez, revelou que nela se instalam perspectivas de múltiplas personagens periféricas, tal como a dos africanos escravizados durante o período colonial brasileiro, que subvertem a historiografia tradicional por meio de imbricados artifícios metaficcionais, intertextuais e paródicos, amalgamados à desconstrução de personagens e de episódios históricos. Contudo, ao observarmos, atentamente, os pressupostos teóricos disponíveis sobre a modalidade da metaficção historiográfica – com os estudos de Hutcheon (1991; 2013), Waugh (2001), Fernández Prieto (2003) e Fleck (2017) – não consideramos esse romance como um exemplar dessa modalidade mais desconstrucionista. Isso se deve ao fato de que os recursos metaficcionais, embora constantes na obra, não são os condutores essenciais que determinam as opções globais do relato e, também, não se sobrepõem às demais estratégias desconstrucionistas, como a paródia, a polifonia, a dialogia, as intertextualidades, mas se unem a elas na construção da criticidade. Desse modo, utilizamos a classificação de "novo romance histórico latino-americano metaficcional" – discutida nos estudos de Fleck (2017) – para diferenciar esse romance de Frota (2017) das demais expressões críticas/desconstrucionistas presentes no universo dos romances históricos paranaenses.

Nossa análise a esses exemplares paranaenses de romances históricos revelou que ambas, portanto, são construções discursivas literárias híbridas que ressignificam o período colonizador por óticas desatreladas da história tradicional – e suas bases eurocêntrica e hegemônica –, e figuram como narrativas híbridas de história e ficção exemplares daquelas pertencentes à fase crítica/desconstrucionista da trajetória do romance histórico paranaense.

Conforme explicitam os estudos de Fleck (2017), dos quais nos valemos ao longo das reflexões expostas nesta tese, na terceira fase do romance histórico, a fase crítica/mediadora, a essência desconstrucionista e impugnadora cede espaço a conciliações com aspectos das narrativas tradicionais precedentes, que se conformam numa modalidade à qual o pesquisador denominou de romance histórico contemporâneo de mediação. Referentes à fase crítica mediadora da trajetória do romance histórico paranaense, analisamos, entre os exemplares paranaenses, as

obras *Um amor anarquista* ([2005] 2008), de Miguel Sanches Neto, e *Terra Vermelha* ([1998] 2013), de Domingos Pellegrini.

Por meio dessas narrativas e da análise que delas expusemos, constatamos como matizes do processo de colonização e povoamento do Paraná são ressignificados por uma estrutura formal e cronológica mais linear, com recursos pautados na verossimilhança e emprego de uma linguagem fluída, amena e coloquial, pelas quais se instalam figurações do passado em que a crítica à história tradicional é progressiva, prudente e não, em primeira instância, combativa às já consagradas na historiografia e no romance histórico tradicionais.

Evidenciamos, assim, por meio de nossa leitura e dos excertos selecionados da obra, que na composição diegética de *Um amor anarquista* (2008), ao se reelaborar o fato histórico da Colônia Socialista Cecília, apresentam-se as implicações da imigração italiana na formação de cidades e comunidades paranaenses. Nossa leitura destacou, desse modo, que, nesse cenário figurativo, o passado paranaense é ressignificado criticamente ao se promover, na discursividade romanesca, a infiltração de uma perspectiva contraditória e não contemplada pela história tradicional.

Desse modo, a nossa leitura feita de *Terra vermelha* (2013) ressaltou que a formação da cidade de Londrina é ressignificada na obra pela ótica do sujeito popular, articulada junto à trajetória de pessoas comuns, em sua cotidianidade, de forma que a revisão do discurso histórico hegemônico é subjetivada por suas personagens no plano das ações narrativas e pelo diálogo com os diferentes contextos histórico sociais revisitados por meio dos recursos da intertextualidade. Assim, no contexto das escritas romanescas híbridas do Paraná, a modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação – que assinala, segundo Fleck (2017), a terceira fase da trajetória do gênero – tem assegurado um lugar de destaque. Ela é, inclusive, a modalidade que apresenta o maior número de expoentes no estado, com uma trajetória iniciada em 1963, com *Casa verde*, de Noel Nascimento, e consolidada em 1995, com *Os dias do demônio*, de Roberto Gomes, e uma crescente produção posterior.

Esse dado mostra como a produção de romances históricos contemporâneos de mediação já dava mostras antes mesmo do final da década de 1970, período proposto por Fleck (2017) como seu prenúncio, em títulos que consideramos de transição. Assim, os seus primeiros exemplares de romances históricos não

tradicionais paranaenses, despontam com perspectivas populares ou periféricas, sem apresentar crítica feroz ou aspectos desconstrucionistas, aproximando-se, pois, da modalidade crítica/mediadora.

A partir do trajeto investigativo delineado por esta tese, comprovamos como as produções do romance histórico paranaense têm se comportado frente às produções do âmbito maior da América Latina e da própria Europa ao longo das transformações passadas pelo gênero. Nesse sentido, podemos afirmar que a produção romanesca híbrida de história e ficção no Paraná contempla as três fases – acrítica, crítica/desconstrucionista e crítica/mediadora – e quatro modalidades do romance histórico (das cinco existentes), segundo a organização diacrônica dessa trajetória estabelecida por Fleck (2007; 2017). Somente não há no Paraná – como não há na América Latina toda – um exemplar característico da modalidade clássica scottiana. Conforme enunciamos, os estudos de Fleck (2017) registram apenas uma ocorrência dessa modalidade em todo o nosso continente. Trata-se do romance estadunidense *Mercedes of Castile; or the voyage to Cathay*, publicado em 1840, e escrito pelo Scott americano: o romancista James Fenimore Cooper.

Salientamos que as manifestações paranaenses das transformações do gênero aparecem de forma tardia em relação às ocorridas na trajetória no contexto latino-americano, muito devido ao tempo de absorção dessas tendências e, também, pelas características da formação recente do estado. Em especial, os exemplares da fase crítica/desconstrucionista, com exceção de *Catatau* (1975), de Paulo Leminski, passam a ser, efetivamente, produzidos apenas nas primeiras décadas do século XXI.

Esses fatores apontados em nossa tese corroboram, portanto, a coexistência e a continuidade diacrônica das três fases, conforme já indicado por Fleck (2017), pois, apesar de instaladas em períodos e contextos diferentes, suas manifestações expressivas seguem sendo produzidas na contemporaneidade. Desse modo, podemos afirmar que, mesmo em temporalidades diferentes, a trajetória do romance histórico paranaense se coaduna à trajetória do gênero na América Latina.

Junto à trajetória do romance histórico no estado do Paraná, ao contemplarmos narrativas que reelaboram o passado paranaense – seu processo de colonização e povoamento –, as leituras da história pela ficção apresentadas em nossa tese favorecem uma nova compreensão do papel da literatura nas ressignificações do passado e a problematização relativa à formação histórica do

estado. Torna-se, como defendemos nesta tese, imperativo ressignificar criticamente o passado colonial, em que o mito civilizador e modernizador foi justificativa à escrita tradicional da historiografia e do próprio romance histórico para o extermínio, a desumanização, a subjugação, a negação e o apagamento de comunidades – e sujeitos – indígenas e africanas.

Nossa tese, desse modo, demonstra como a interpretação crítica da trajetória do gênero romance histórico paranaense à luz da proposta decolonial, nas concepções de Mignolo (2017; 2014; 2020) e Walsh (2009; 2013; 2014), torna-se uma tarefa de resistência, subversão e impugnação em face ao discurso histórico tradicional e hegemônico, bem como frente aos seus silêncios e omissões. Tal tarefa é, ao mesmo tempo, provocadora de elaborações coerentes sobre nossa compreensão individual e coletiva do passado paranaense, e sobre como esse passado arbitrário repercute na sociedade atual.

É com vistas a essas considerações provocadoras que ansiamos que nossa investigação sobre as narrativas híbridas de história e ficção paranaenses atue como propulsora de novos estudos voltados à literatura paranaense – e sua valorização – e ao romance histórico, principalmente, aqueles relativos à capacidade das releituras da história pela ficção como uma via de decolonização na América Latina, no Brasil, no Paraná.

REFERÊNCIAS

A: ROMANCES HISTÓRICOS PARANAENSES CONTEMPLADOS NAS ANÁLISES

CARNEIRO, David. *O drama da fazenda Fortaleza.* Curitiba: Dicesar Plaisant, 1941.

CREMASCO, Marco Aurélio. *Guayrá*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2017.

FROTA, Etel. *O herói provisório*. Curitiba: Travessa dos editores, 2017.

PELLEGRINI, Domingos. *Terra vermelha*. São Paulo: Leya, 2013.

SANCHES NETO, Miguel. *Um amor anarquista.* 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Pompília Lopes dos. *Origens* – romance. 2. ed. Curitiba: Repro-Set, 1985.

B: DEMAIS ROMANCES HISTÓRICOS PARANAENSES LISTADOS NA PESQUISA

BORTOLLI, Marcos Vinícius. *Quando meninos viram homens:* Cartas à Giovanna. 3. ed. s/l. B.Z. Editora, 2013.

BORTOLLI, Marcos Vinícius. *Quando meninos viram homens*: Sementes da coragem. MVBortolli/ BZ Editora (formato Kindle), 2021.

BORTOLLI, Marcos Vinícius. *Quando meninos viram homens*: Terra vermelha. MVBortolli/ BZ Editora (formato Kindle), 2021.

BUENO, Wilson. *Amar-te a ti nem sei se com carícias*. São Paulo: Planeta, 2004.

CAMPANA, Fábio. *O último dia de Cabeza de Vaca.* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

CARNEIRO, David. *Rastros de sangue*. Curitiba: Papelaria Max Roesner, 1971.

CREMASCO, Marco Aurélio. *Santo Reis da Luz Divina*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FELIPPE, Euclides J. *O Último Jagunço:* Folclore na História da Guerra do Contestado. Curitibanos: Universidade do Contestado, 1995.

FERNANDES, Hellê Vellozo. *Pioneiros do Iguatemi.* Curitiba: Hél, 1966.

FERNANDES, Hellê Vellozo. *Monte Alegre, cidade papel.* Curitiba: Klabin do Paraná, 1974.

GOMES, Roberto. *Os dias do demônio*. São Paulo: UFSCAR, 1995.

LEMINSKI, Paulo. *Catatau*. 3. ed. Curitiba: Travessa dos Editores, 2004.

LOPES, Rodrigo Garcia. *O trovador.* Rio de Janeiro: Record, 2014.

MANFREDINI, Luiz. *Retrato ao entardecer de agosto*. Curitiba, PR: Ipê Amarelo, 2016.

MARÉS DE SOUZA, Fredericindo. *Eles não acreditavam na morte*: romance dos tempos dos fanáticos do Contestado. Curitiba: Estante Paranista, 1978.

MATTOS, Iberê de. *Gabriel*. Curitiba: Editora Lítero-técnica, 1981.

MENDONÇA, Dante. *Maria Batalhão*: memórias póstumas de uma cafetina. Curitiba: Esplendor, 2012.

NAKASATO, Oscar. *Nihonjin*. São Paulo: Benvirá, 2011.

NASCIMENTO, Noel. *Arcabuzes*. São Paulo: UFSCAR, 1997.

NASCIMENTO, Noel. *Casa Verde.* 4. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

PELLEGRINI, Domingos. *Questão de honra:* romance intertextual com *A Retirada da Laguna* do Visconde de Taunay. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

PERES, Marcos. *O evangelho segundo Hitler*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SANCHES NETO, Miguel. *A máquina de madeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SANCHES NETO, Miguel. *A segunda pátria.* 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

SILVEIRA, Tasso. *Sombras no caos.* Rio de Janeiro: GRD, 1985.

VARGAS, Tulio. *O indomável republicano.* Curitiba: Iaap, 1970.

VIARO, Guido. *Confissões da Condessa Beatriz de Dia*. Curitiba: Ideale, 2013.

C: REFERENCIAL TEÓRICO

ABRÃO, Daniel. *Poesia e pensamento no Catatau, de Paulo Leminski*. 2007. 276 f. Tese (doutorado em Letras) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2007. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/106327. Acesso em: 27 mar. 2022.

AÍNSA, Fernando. La nueva novela histórica latinoamericana. *Plural*, México, n. 240, p. 82-85, 1991.

AÍNSA, Fernando. Invención literaria y ‘reconstrucción’ histórica en la nueva narrativa latinoamericana. In: KOHUT, Karl (ed.). *La invención del pasado*: la novela

histórica en el marco de la modernidad. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1997.

ALBUQUERQUE, Adenilson de Barros de. *Narrativas canudenses:* conflitos além da guerra. 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2013.

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1998.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto antropófago. In: *Revista de Antropofagia*, Ano 1, No. 1, 1928. p. 3-7.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética:* a teoria do romance. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Unesp/Hucitec, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski.* Tradução Direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. – 5.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. revista – São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras Escolhidas v. 1) p. 213-240.

BERND, Zilá (Org.). *Escrituras híbridas: estudos de literatura comparada interamericana.* Porto Alegre: Editora da universidade (UFRGS), 1998.

BOSI, Alfredo. *Ideologia e contraideologia*: temas e variações. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

BOUTIN, Leônidas. *Superagüi*. Divisão de documentação paranaense. Curitiba: 1983.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales* (1929-1989): *a Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos, 1750 – 1880. 14. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiróz, 2000; Publifolha, 2000.

CARVALHAL, Tania. Franco. *Literatura Comparada*. 3ª ed . São Paulo: Ática, 1998.

Cella, Thiana Nunes. *História, memória e política em Pessach: a travessia, de Carlos Heitor Cony*. 2016. 114f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, Guarapuava, 2016. Disponível em: http://tede.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/tede/96/1/PR%20THIANA%20NUNES%20CELLA.pdf. Acesso em 30 mar. 2022.

CELLA, Thiana Nunes. Luzes sobre o passado paranaense: a ressignificação das reduções jesuíticas no novo romance histórico *Guayrá* (2017), de Marco Aurélio Cremasco. *Revlet* - Revista Virtual de Letras, v. 2, p. 239-251, 2019.

COUTINHO, Eduardo. *Literatura Comparada na América Latina: Ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

COUTINHO, Eduardo. Literatura comparada e interdisciplinaridade. In: OURIQUE, João Luis Pereira; CUNHA, João Manuel dos Santos; NEUMANN, Gerson Roberto. *Literatura: crítica comparada*. Pelotas: Ed. Universitária PREC/UFPEL, 2011. p. 21-30.

DEMARCHI, Ademir. Orelha do livro. In: CREMASCO, Marco Aurélio. *Guayrá*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2017.

DYSARZ, Caiubi Martins. *Os suíços de Superagui*: Colonização e imigração no paraná do século XIX. 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

ESTEVES, Antônio Roberto. O novo romance histórico brasileiro. In: *Estudos de literatura e linguística*. Letizia Zini Antunes (org.). São Paulo: Arte e Ciência; Assis: Curso de Pós-graduação em Letras da FCL/UNESP, 1998.

ESTEVES, Antônio Roberto; MILTON. Heloisa C. Narrativas de extração histórica. In: CARLOS, Ana Maria, ESTEVES, Antonio R. (orgs.) *Ficção e história:* leituras de romances contemporâneos. Assis: FCL – Assis – UNESP – Publicações, 2007. p. 9-28.

ESTEVES, Antônio Roberto. *O romance histórico brasileiro contemporâneo* (1975-2000). São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

FARIA, João Roberto. Alencar dramaturgo: uma apresentação. *Revista de Letras,* n. 29/2, jan./jul. 2009. p. 54-61.

FELICI, Isabelle. A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi. *Cad. AEL*, n. 8/9, 1998. p. 9-66.

FERNÁNDEZ PRIETO, Célia. *Historia y novela*: poética de la novela histórica. 2. ed. Navarra: Universidad de Navarra, 2003.

FERNÁNDEZ PRIETO, Célia. *Poética de la novela histórica como género literario*. Córdoba: I. B. Blas Intante, 2006.

FLECK, Gilmei Francisco. A conquista do “entre-lugar”: a trajetória do romance histórico na América. *Gragoatá*, Niterói, n. 23, p. 149-167, jul./dez. 2007.

FLECK, G. F. *Imagens metaficcionais de Cristóvão Colombo: uma poética da hipertextualidade*. Assis/SP: Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2005. (Dissertação de mestrado).

FLECK, Gilmei Francisco. *O romance, leituras da história: a saga de Cristóvão Colombo em terras americanas*. 2008. 333 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras. Assis, 2008.

FLECK, Gilmei Francisco. *O romance histórico contemporâneo de mediação*: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção. Curitiba: CRV, 2017.

FLECK, Gilmei Francisco. *Imagens escriturais de Cristóvão Colombo*: um oceano entre nós – vozes das diferentes margens. Uberlandia: Navegando, 2021.

FREIRE, Paulo. [1970] *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GÄRTNER, Mariléia. *Mulheres contando histórias de mulheres*: o romance histórico brasileiro contemporâneo de autoria feminina. 2006. 215f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2006.

GASPAROTTO, Bernardo. A. *Diálogos entre o Velho e o Novo Mundo*: uma leitura de *Vigilia del Almirante* (1992) e C*arta del fin del mundo* (1998). 2011. 213 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2011.

G.E.L. (Grupo de Estudios para la Liberación). Breve Introducción al pensamiento descolonial. *Asociación de hispanismo filosófico*. Catalogo A. H. F., s.d. Disponível em: https://ahf-filosofia.es/wp-content/uploads/pensamientodescolonial.pdf Acesso em: 12 fev 2021.

GENETTE, Gerard. *Discurso da narrativa.* Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega, 2005.

GENETTE, Gerard. [1981] *Palimpsestos*: a literatura de segunda mão. Tradução de Luciene Guimarães e Maria Antônia Ramos Coutinho. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2006.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. *Cad. AEL*, v. 15, n. 27, 2009. p. 173-209.

GIL GONZÁLEZ, Antonio Jesús. Proceso de investigación y análisis - metaliteratura y metaficción – percepción intelectual del tema. *Revista Antropos* – Huellas del Conocimiento, Barcelona, n. 208, p. 9-28, 2005.

GOMES, Gislaine. *Imperatriz no fim do mundo:* memórias dúbias de Amélia de Leuchtemberg (1992) – Um romance histórico contemporâneo de mediação. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2019.

GUARIDO, Thiago. *O "redescobrimento" do Superagui*. 2005. 72 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

GUTIÉRREZ, Horácio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. *História*, São Paulo, v. 25, n. 1, 2006. p. 100-122.

HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo*: História, Teoria, Ficção. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

HUTCHEON, Linda. *Narcissistic narrative: the metafictional paradox*. Ontario, Canada: Wilfrid Laurier University Press, 2013.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). Tradução Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IMBERT, Enrique Anderson. Notas sobre la novela histórica em siglo XIX. *Estudios sobre escritores de América*. Buenos Aires: Editorial Raigal, 1954.

KLOCK, Ana Maria. *O romance histórico no contexto da nova narrativa latino-americana (1940)*: dos experimentalismos do *boom* à mediação do pós-*boom* – histórias da outra margem. 2021. 331 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2021.

KRISTEVA, Julia. *Ensaios de Semiologia*. Tradução de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro, Eldorado, 1979.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: A crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

LARIOS, Marco Aurelio. Espejo de dos rostros. Modernidad y postmodernidad en el tratamiento de la historia. In: KOHUT, Karl (org.). *La invención del pasado*: la novela histórica en el marco de la modernidad. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1997. p. 130-136.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Borges. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LÓPEZ BADANO, Cecilia. *La novela histórica latinoamericana entre dos siglos*. Un caso: Santa Evita, cadáver exquisito de paseo por el canon. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2010.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARCONDES, Sandra. *Brasil, amor à primeira vista*!: viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI. São Paulo: Petrópolis, 2005.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná*: política e governo. 2. ed. eletrônica. Curitiba: Sociedade de amigos do Museu Paranense, 2017.

MÁRQUEZ RODRÍGUEZ, Alexis. *Historia y ficción en la novela venezolana*. 2. ed. Caracas: Monte Ávila, 1996.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. 3.ed. Curitiba: Editora Guaíra, 1950.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente:* ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

MATA INDURÁIN, Carlos. Retrospectiva sobre la evolución de la novela histórica. In: SPANG, Kurt.; ARELLANO, Ignacio; MATA-INDURÁIN, Carlos. (Ed.). *La novela histórica*: teoría y comentarios. Barañáin: EUNSA, 1995. p. 13-63.

MENDEZ, Hugo Eliecer Dorado. *Nuestro Bolívar*: da heroificação à humanização da sua figura na ficção. 99f. 2021. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná provincial. *Antíteses*, vol. 8, n. 16, jul/dez, 2015. p. 204-226.

MENTON, Seymour. *La nueva novela histórica de la América Latina*: 1979-1992. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF* – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter (org.). *Interculturalidad, descolonizacón del estado y del conocimiento*. 2. ed. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Del Siglo, 2014.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar. Tradução de. Solange de Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020).

MILTON, Heloisa Costa. *As histórias da história:* retratos literários de Cristóvão Colombo. 1992. 189 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1992.

NASCIMENTO, Naira de Almeida. Uma leitura da terra e do mar em Domingos Pellegrini e Miguel Sanches Neto. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº. 33. Brasília, janeiro-junho de 2009. p. 141-155.

NASCIMENTO, Naira de Almeida. A Guairá: um canto épico finissecular. *Revista de Letras Juçara*, Caxias – Maranhão, v. 04, n. 01, p. 230 - 249, jul. 2020. p. 230-249.

NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (Org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1988. p. 9-35.

NUNES, Maria Eloisa Rodrigues. Romance histórico contemporâneo: com a palavra, a mulher. 2011. 228f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PERUZZO, Gabriel. *O beijo amorfista e a patologia do organismo social:* monogamia e família nuclear nos papéis do libertário Giovanni Rossi. 2012. 145f. Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

PRADO, Décio de Almeida. A evolução da literatura dramática. In COUTINHO, Afrânio (org.). *A literatura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1971. p. 7-37.

PRIORI, Angelo *et al*. *História do Paraná*: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

RIBEIRO, Alessandra Pilati. *As relações entre ficção histórica, memória e autobiografia na obra Terra vermelha de Domingos Pellegrini*. 2017. 93 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Centro Universitário Campos de Andrade, Curitiba, 2017.

ROA BASTOS, Augusto. *Vigilia del Almirante*. Asunción: RP Ediciones, 1992

RODRIGUEZ MONEGAL, Emir. [1972]. Notas sobre (hacia) el boom: I. *Otro Lunes – Revista hispanoamericana de cultura*. Ano 2, n. 5. Deciembre, 2008.

SÁ, Lúcia. *Literaturas da floresta*: textos amazônicos e cultura latino-americana. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos:* ensaios sobre dependência cultural. 2. ed. Rio de Janeiro, Rocco, 2000. p. 9-26.

SANTOS, Eloína Prati dos. Pós-colonialismo e pós-colonialidade. In: FIGUEIREDO, Eurídice (org.). *Conceitos de literatura e cultura*. 2. ed. Niterói: EdUFF; Juiz de Fora: EdUFJF, 2012. p. 341-365.

SILVA, Zélia Lopes. Prefácio. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo. (orgs.). Cem anos de imigração japonesa: história, memória e arte. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SILVERMAN, Malcom. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 39-62.

TACCONI, María del Carmen. *Historiografia y ficción en nuevas novelas históricas argentinas*. 1. ed. San Miguel de Tucumán: Universidade Nacional de Tucúman. Facultad de Filosofía y Letras. Instituto de Invertigaciones Linguísticas y Literarias, 2013.

TROUCHE, André Luiz Gonçalves. *América: história e ficção*. Niterói: EdUFF, 2006.

TROUCHE, André Luiz Gonçalves. Boom e Pós-boom. In: FIGUEIREDO, Eurídice (org.). *Conceitos de literatura e cultura.* 2. ed. Niterói: EdUFF; Juiz de Fora: EdUFJF, 2012. p. 83-102.

VARGAS LLOSA, Mario. *La verdad de las mentiras*. 2. ed. Buenos Aires: Punto de lectura, 2007.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, estado, sociedad*: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009.

WALSH, Catherine. *Pedagogías decoloniales*: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. TOMO I. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. In: MIGNOLO, Walter (org.). *Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento*. 2. ed. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Del Siglo, 2014.

WAUGH, Patricia. *Metafiction, the theory and practice of self-conscious fiction*. London and New York: Taylor & Francis e-Library, 2001.

WEINHARDT, Marilene. *Mesmos crimes, outros discursos*. Algumas narrativas sobre o Contestado. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

WEINHARDT, Marilene. *Ficção histórica e regionalismo*. Estudo sobre romances do sul. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

WEINHARDT, Marilene. O romance histórico na ficção brasileira recente. In: CORREA, R. H. M. A. (Org.). *Nem fruta, nem flor.* Londrina: Humanidades, 2006. P. 131-72.

WEINHARDT, Marilene. Outros palimpsestos: ficção e história – 2001 – 2010. In: OURIQUE, João Luis P. CUNHA, João M. S. NEUMANN, Gerson R. *Literatura: crítica comparada*. Pelotas: Ed. Universitária PREC/UFPEL, 2011. p. 31-56.

WEINHARDT, Marilene. A ficção histórica depois de 2010: primeiros apontamentos. *Cadernos Literários*, v. 23, n. 1, p. 121-135, 2015.

WEINHARDT, Marilene. Repensando o romance histórico. *Revista Versalete*. Curitiba, vol. 7, n. 12, jan./jun., 2019.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

Apêndice I – Descrição dos romances históricos paranaenses

Organizados em ordem de primeira publicação

O drama da fazenda Fortaleza (1941), de David Carneiro: pertencente à fase acrítica do gênero, é um exemplar da modalidade romance histórico tradicional, no qual a disputa de terras entre indígenas e o fazendeiro José Félix é retratada, apresenta alusões ao episódio da Chacina do Tibagi; tem como fio condutor o romance frustrado entre a personagem protagonista, Félix, e sua esposa Onistarda. Ressignifica os 1820 como presente da narrativa, mas apresenta retomadas aos anos finais de XVIII, em fluxo de memórias de Félix.

Sombras no caos (1958), de Tasso da Silveira, é uma narrativa híbrida pertencente à fase acrítica, assim, é um romance histórico tradicional. O título realiza a renarrativização da Curitiba do início do século XX e aborda o período da Revolução federalista, embora praticamente não apresente dados ou detalhes historiográficos. Com estrutura narrativa aproximada ao folhetim, o enredo não apresenta um fio condutor definido, a problemática trama amorosa cindida entre duas famílias rivais não é densamente explorada. É exceção ao não apresentar uma perspectiva marcadamente apologética ou laudatória, ao contrário, apesar de falhar na tentativa, busca ser imparcial quanto aos posicionamentos políticos e históricos.

Origens (1961), de Pompília Lopes dos Santos, é uma obra pertencente à fase acrítica, representante da modalidade romance histórico tradicional, que possui características próprias do romance de formação e forte teor didaticista. Renarrativiza os processos migratórios de meados do século XIX, da França ao Brasil, no Paraná. Apresenta a trajetória da família Sigwalt, e colonização da Ilha de Superagui e desenvolvimento da região até meados da década de 1920.

Casa verde (1963), de Noel Nascimento, foi reeditado em 1981 e 1985, é representativo dos primeiros indícios da fase crítica/mediadora, como um romance histórico contemporâneo de mediação, especialmente por apresentar uma perspectiva marginalizada, na qual o narrador é integrado ao universo caboclo. Nesse, há a reelaboração dos conflitos da Guerra do Contestado (1912 – 1916) é

retratada a partir da população em situação miserável, oprimida pelos coronéis, desprovida de qualquer tipo de assistência, que viu no messianismo uma salvação. Ao mesmo tempo em que aborda o problemático triângulo amoroso entre Deodato, Maria Rosa e Antoninho, apresenta a descrição de importantes e violentas batalhas, que tingiram de sangue a região contestada do sul brasileiro.

Pioneiros do Iguatemi (1966), de Hellê Vellozo Fernandes, considerado como um romance de transição, pois retrata os fluxos populacionais durante as monções realizadas para a construção do Forte de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi pela perspectiva popular. Assim, também pertencente à fase crítica/mediadora, configura-se como um romance histórico contemporâneo de mediação, que apresenta o relato das viagens de Júlio Estevão e seu filho indígena, chamado Poracê. Neste, apresenta as arbitrariedades da sociedade colonial, obedientes aos mandos da Coroa.

O indomável republicano (1970), de Tulio Vargas, é um exemplar de romance histórico tradicional, pertencente à fase acrítica, portanto. Nesse, ocorre a renarrativização da trajetória de Telêmaco Augusto Enéas Morosini Borba, conhecido como Coronel Telêmaco Borba (1840 – 1918), acompanhando sua campanha exploratória pela região dos Sete Quedas do Guairá, os aldeamento indígenas e a instalação de cidades do norte e dos Campos Gerais do Paraná.

Rastros de sangue (1971), segundo romance histórico de David Carneiro, também pertencente à fase acrítica, classificado como um romance histórico tradicional. Realiza a renarrativização da jornada de Carlos Antonio Balster, durante a Revolução Federalista (1893 – 1895) – do episódio do Cerco da Lapa (1895) e a tomada de Curitiba pelos revolucionários. O universo diegético apresenta a vida curitibana durante o período e os percalços da trama amorosa entre as personagens ficcionais Carlos Antonio Balster e Julia de Castro.

A última viagem do barão do Serro Azul (1972), de Túlio Vargas, romance histórico tradicional, pertencente à fase acrítica, no qual renarrativiza, de maneira apologética, a trajetória de Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, até sua morte durante a Revolução Federalista (1983 – 1985). Junto ao relato sobre a

personagem de extração histórica, há a reelaboração detalhada do período – da cidade de Curitiba –, aproximando a composição romanesca dos aspectos didatizantes próprios da modalidade.

Monte alegre, cidade de papel (1974), segundo romance histórico de Hellê Vellozo Fernandes, pertencente à fase acrítica, na modalidade romance histórico tradicional. A composição diegética é apresentada com forte influência cronista e historiográfica, por meio da qual a trajetória da indústria papeleira Klabin é renarrativizada. No relato, aborda a influência da empresa na fundação da cidade de Telêmaco Borba, englobando os primeiros movimentos de formação da comunidade no início do século XIX – com o fazendeiro José Félix – e a chegada das famílias Klabin e Lafer, bem como a trajetória da cidade e da companhia até a década de 1970.

Catatau (1975), primeiro e único romance histórico de Paulo Leminski, é o primeiro romance da fase crítica/desconstrucionista no estado e no Brasil. Pertencente à modalidade novo romance histórico latino-americano, é a fabulação da vinda de René Descartes a um Brasil supostamente holandês. Permeado por artifícios experimentalistas e metaficcionais, a composição diegética – bastante monológica – não permite determinar o espaço reelaborado.

Eles não acreditavam na morte: romance dos tempos dos fanáticos do Contestado (1978), de Fredericindo Marés de Souza, é um título pertencente à fase acrítica, classificado como romance histórico tradicional, escrito primeiramente em 1958 e publicado de forma póstuma. Apresenta alguns traços inovadores para a escrita à época, mas que não chegam a impactar no todo da composição narrativa. Neste, ocorre a renarrativização dos conflitos ocorridos durante a Guerra do Contestado (1912 – 1916), articulado com simpatia pela causa cabocla, mas que transmite as bases ideológicas do colonizador, ou seja, daquele considerado “civilizado”.

Gabriel (1981), de Iberê de Mattos, é um romance histórico tradicional da fase acrítica. O relato acompanha a trajetória da personagem ficcional Gabriel, ao mesmo tempo em que insere elementos historiográficos e uma trama amorosa entre Eugenio e Raquel – lançando questões sobre a desigualdade social e preconceito racial. Assim, reelabora a trajetória do Paraná colonial, aborda a Revolução

Federalista (1983 – 1985) até a consolidação da República, percorrendo a segunda metade do século XIX. Apesar de buscar “reparar as injustiças da história”, a trama mantem o tom bastante didaticista e perpetua o discurso apologético e laudatório das figuras e eventos renarrativizados.

Os dias do demônio (1995), de Roberto Gomes, é concernente à fase crítica/mediadora, classificado na modalidade romance histórico contemporâneo de mediação. Reelabora o sudoeste do Paraná na década de 1950 pela ótica popular dos colonos e relata a Revolta dos Posseiros (1957): o único levante armado de colonos em que eles foram vitoriosos. Desse período, acompanha a família Saldanha, aborda episódios chave do conflito e insere elementos que recuperam a memória popular da colonização do sudoeste do estado.

O último jagunço: Folclore na História da Guerra do Contestado (1995), de Euclides J. Felippe, é classificado como um romance histórico contemporâneo de mediação, pertencente à fase crítica/mediadora. Sua composição romanesca apresenta relatos populares da Guerra do Contestado (1912 – 1916) pela perspectiva cotidiana do cidadão comum. Dessa forma, por meio de uma linguagem bastante coloquial e perspectivas plurais, o universo diegético ressignifica e promove versões alternativas do discurso historiográfico sobre o episódio.

Questão de honra: Romance intertextual com *A retirada da Laguna* do Visconde de Taunay (1996), é a primeira narrativa híbrida de história e ficção de Domingos Pellegrini, pertencente à fase crítica/mediadora, é classificado como um romance histórico contemporâneo de mediação. Conforme o título prediz, é a reelaboração crítica da Guerra do Paraguai (1864 – 1870) a partir da ótica de Rufino, personagem ficcional, militar antagônico a Taunay. O universo diegético é apresentado a partir da reprodução de um diário há muito esquecido, o qual apresenta os conflitos entre as personagens protagônicas, tece críticas à guerra, problematiza os acontecimentos e reavalia a imagem histórica de Taunay.

Arcabuzes (1997), de Noel Nascimento, é o segundo romance histórico do autor, pertencente à fase crítica/mediadora, classificado, portanto, como um romance histórico contemporâneo de mediação. Narrativa híbrida que reelabora os conflitos

deflagrados nos primeiros anos da República, até 1894. Desencadeado a partir da passagem de um andarilho – o Arcabuz da miséria –, sua pluralidade de focos narrativos representam as perspectivas populares de suas personagens, ou seja, a população comum brasileira.

Terra vermelha (1998), segundo romance histórico de Domingos Pellegrini, é exemplar da fase crítica/mediadora, identificado como um romance histórico contemporâneo de mediação. A composição romanesca relata a trajetória de José e Tiana Pellerini no norte do Paraná e comunga com a instituição e desenvolvimento da cidade de Londrina. Diacronicamente, a diegese engloba os fluxos migratórios desde o início da década de 1930, aborda conflitos históricos, aspectos do período do Estado Novo e da Ditadura Militar (1964 – 1985), o desenvolvimento e crescimento da cidade e chega até o final da 1980, com a queda do muro de Berlim – no mesmo momento em que José está acamado e falece.

Santo Reis da Luz Divina (2004), é o primeiro romance histórico de Marco Aurélio Cremasco, pertencente à fase crítica/desconstrucionista, é um exemplar de novo romance histórico latino-americano. Sua composição narrativa é marcada pelo signo da desconstrução de imagens históricas cristalizadas, pelo experimentalismo linguístico – como a heteroglossia –, pelo pluriperspectivismo e por sobreposições temporais. É arquitetado a partir da trajetória de três personagens protagônicas – o coronel Dionísio Figueira Barros, Santo Reis e Marco Reis Vitalli –, que convergem, respectivamente, à reelaboração crítica da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), do Estado Novo (1937 – 1946) e da Ditadura Militar (1964 – 1985).

Amar-te a ti nem sei se com carícias (2004), de Wilson Bueno, é um romance pertencente à fase crítica/desconstrucionista, classificado como um novo romance histórico latino-americano. Permeado de barroquismos, ironias, paródias e recursos metaficcionais, o universo diegético é elaborado a partir de um misterioso manuscrito que jamais seria publicado. A autoria desse manuscrito, grafada pelas iniciais L.P., não pode ser plenamente identificada, elemento que amplia e promove conexões interpretativas múltiplas. O relato enfoca as personagens ficcionais Licurgo Pontes, Leocádio e Lavínia Prata – todos com as iniciais L.P. e possíveis

autores do alfarrábio –, recria o Rio de Janeiro de meados do século XIX e sua peculiar sociedade carioca, sobre os quais tece uma crítica burlesca.

Um amor anarquista (2005), é o primeiro romance histórico de Miguel Sanches Neto, classificado como romance histórico contemporâneo de mediação, é um exemplar da fase crítica/mediadora. Apresenta a reelaboração da tentativa de implementação da Colônia socialista Cecília, em Palmeira, Paraná, ocorrida em meados do século XIX. O universo romanesco acompanha a personagem de extração histórica Giovanni Rossi, os percalços, viagens e dificuldades enfrentadas para a consolidação de seu empreendimento. Nessa empreitada, a narrativa oferece elementos sobre os processos migratórios no estado, bem como promove reflexões sobre a formação do território, da sociedade e da consolidação de identidades nacionais.

O último dia de Cabeza de Vaca (2005), de Fábio Campana, é pertencente à fase crítica/mediadora, classificado como um romance histórico contemporâneo de mediação. Nele ocorre a ressignificação da trajetória de Don Alvar Nuñez Cabeza de Vaca em sua campanha pelo sul do Brasil e Argentina, em meados do século XVI. Apesar de apresentar uma crítica feroz ao período e à personalidade, a composição narrativa mantém a linearidade diegética, bem como uma linguagem e estratégias literárias que acompanham a modalidade mediadora.

As cinzas da feiticeira: tributo a Jules Michelet (2008), de Cerize Aparecida Nascimento Gomes, é uma escritura híbrida representante da fase crítica/mediadora, classificado como romance histórico contemporâneo de mediação. O universo diegético apresenta a história da personagem ficcional Juliana, quem é filha de uma sacerdotisa celta e de um ex-soldado da ordem dos templários e senhor de terras na região da Provença na França. Desse modo, a trama mescla elementos do real maravilhoso à historiografia ao reelaborar o período inquisitorial francês, até seu fim no século XVIII.

Nihonjin (2011), de Oscar Fussato Nakasato, é um exemplar da terceira fase, a crítica/mediadora, classificado como um romance histórico contemporâneo de mediação, caracterizado por forte teor memorialístico. O relato contempla o percurso

da família nipônica de Ideo Inabata, ao chegar ao norte do Paraná. Nesse cenário, a composição diegética ressignifica aspectos da imigração japonesa entre as décadas de 1920 e 1950, passando por períodos críticos como a Era Vargas (1930 – 1945), a perseguição xenofóbica e os preconceitos étnico-raciais correntes à época. Dessa forma, problematiza questões referentes ao sentimento de pertencimento e à fragmentação identitária decorrentes dos fluxos migratórios.

Maria Batalhão: memórias póstumas de uma cafetina (2012), de Dante Mendonça, é um exemplar de novo romance histórico latino-americano, pertencente, portanto, à fase crítica/desconstrucionista. O universo ficcional apresenta a trajetória de três mulheres na Curitiba do início do século XX, enfocando, principalmente, Maria Batalhão, quem abre uma casa de mulheres na capital paranaense. A composição narrativa é elaborada a partir de misturas tipológicas, elementos metaficcionais, recortes e colagens intertextuais, sobreposições temporais e anacronismos exacerbados que compõem a pluralidade narrativa.

A máquina de madeira (2012), é o segundo romance histórico de Miguel Sanches Neto, também classificado como romance histórico contemporâneo de mediação e exemplar da fase crítica/mediadora. O relato ressignifica a invenção da máquina de escrever realizada pela personagem de extração histórica Padre Francisco João de Azevedo, no século XIX. Assim, reelabora, criticamente o Brasil Imperial, apresenta um retrato da sociedade burguesa e revela aspectos da construção identitária nacional. Apesar da ocorrência de algumas estratégias não mediadoras – tais como rupturas da linearidade narrativa e a inserção de outras tipologias textuais – o romance não apresenta em seu bojo características semânticas e/ou escriturais desconstrucionistas marcantes.

O evangelho segundo Hitler (2013), de Marcos Peres, é inserido na fase crítica/mediadora, classificado como um romance histórico contemporâneo de mediação. Apesar de o relato apresentar uma reelaboração paródica na qual um conto do escritor Jorge Luis Borges teria sido inspiração a Adolf Hitler, a estrutura narrativa é linear e os recursos escriturais são não desconstrucionistas. Dessa maneira, o universo diegético traz um novo Borges como personagem ficcional, que

viaja a Genebra com o intuito de matar o Borges argentino após ser reiteradamente confundido com ele.

Confissões da Condessa Beatriz de Dia (2013), de Guido Viaro, inserido na fase acrítica do gênero e classificado como um romance histórico tradicional arquitetado de forma memorial. A composição romanesca é uma pretensa autobiografia da Condessa Beatriz de Dia, na qual, com pouco teor historiográfico, recria o cenário medieval do sul da França. Aborda aspectos da trajetória de Beatriz de Dia, uma compositora e trovadora medieval a frente de seu tempo, quem vive um amor proibido com Raimbaut de Orange, também trovador.

Quando meninos viram homens*:* cartas à Giovanna (2013), de Marcos Vinícius Bortolli, é um exemplar pertencente à fase crítica/mediadora, classificado como romance histórico contemporâneo de mediação, o qual tem forte influência da literatura infanto-juvenil. O relato apresenta a jornada de Giuseppe Di Soranzi em busca de Giovanna, seu amor de juventude. A composição narrativa segue a fórmula de famílias em situação antagônica – uma rica e outra pobre – que causa a separação dos jovens. O relato apresenta a vinda das família da Itália para o Brasil, espaço em que renarrativiza o período histórico marcado pela Revolução Federalista (1893 –1895).

O trovador (2014), de Rodrigo Garcia Lopes, é uma narrativa híbrida pertencente à fase crítica/mediadora, classificado, portanto, como romance histórico contemporâneo de mediação. Apresenta o percurso de Adam Blake na resolução de crimes envolvendo a *Parana Plantations* junto à reelaboração do processo de colonização de Londrina, na década de 1930. O universo diegético é articulado a partir de uma trama investigativa que conecta um poema trovadoresco enviado à Inglaterra, o desaparecimento de um casal de funcionários da *Paraná Plantations Limited,* desvios de recursos da companhia, um grupo extremista de apoio ao nazismo alemão e a figura de Eduardo VIII – então Rei do Reino Unido que se tornaria Duque de Windsor.

A segunda pátria (2015), de Miguel Sanches Neto, é o terceiro romance histórico contemporâneo de mediação do autor, também pertencente à fase

crítica/mediadora. A composição diegética apresenta o sul brasileiro numa inversão do período da II Guerra Mundial, na qual o Brasil teria apoiado o Nazismo. Apesar da presença de algumas estratégias críticas/desconstrucionistas, a narrativa é predominantemente linear, com foco ex-cêntrico e linguagem coloquial. Assim, o relato apresenta a trajetória de Adolpho Ventura, engenheiro negro que, progressivamente, vai perdendo seus direitos, sua família e sua identidade.

Retrato no entardecer de agosto (2016), de Luiz Manfredini, é um título pertencente à fase crítica/mediadora, classificado como romance histórico contemporâneo de mediação. Seu universo diegético ressignifica a implementação da Colônia Tereza no vale do Ivaí e acompanha a trajetória de Jean Maurice Faivre, seu idealizador e fundador, entre 1847 e 1858. O relato aborda os ideais fundacionais da Colônia, suas limitações e os decorrentes conflitos com os povos indígenas residentes na região.

A utópica Teresevile (2016), André Jorge Catalan Casagrande, é uma obra da fase crítica/mediadora, exemplar da modalidade romance histórico contemporâneo de mediação. A composição diegética apresenta o espaço do Vale do Ivaí quando da fundação da Colônia Tereza, pautada no socialismo utópico, por Jean Maurice Fraive. Esse episódio é fundido à existência de um quilombo das imediações, a partir do qual a personagem ficcional Raimundo, escravo liberto, vive uma relação amorosa e problemática com uma mulher francesa. Nesse ínterim, o romance é permeado por elementos e lendas de origem africana e indígena, insere questões sobre o preconceito racial, ressignifica e oferece versões alternativas ao episódio pouco conhecido da historiografia paranaense.

Guayrá (2017), de Marco Aurélio Cremasco, é uma narrativa híbrida pertencente à fase crítica/desconstrucionista, classificado como um novo romance histórico latino-americano. O universo diegético realiza a fabulação dos conflitos Guaraníticos, no início do século XVII, sob a perspectiva crítica dos indígenas. Pautado no pluriperspectivismo, na multiplicidade de fios narrativos, em anacronismos exagerados e sobreposições temporais, a composição romanesca alcança a desestabilização de imagens historiográficas cristalizadas e oferece alternativas para aspectos obscuros de nosso passado.

O herói provisório (2017), de Etelvina Frota, é um novo romance histórico latino-americano metaficcional, pertencente à segunda fase do gênero, a crítica/desconstrucionista. O universo diegético apresenta a personagem de extração histórica Coronel Joaquim Ferreira Barboza, herói de guerra que é desconstruído no relato. A composição ficcional dialoga com o processo de abolição da escravatura e com o episódio Cormorant (1850), inseridos no espaço paranaense, ao mesmo tempo em que, por meio de um narrador autoconsciente, problematiza a representação do passado pelo discurso historiográfico.

Quatro gerações (2018), de Ivo Antonio Pegoraro é um romance histórico contemporâneo de mediação pertencente à fase crítica/mediadora. A trama ficcional reelabora o processo de colonização do sudoeste do Paraná – e a instalação de cidades como Pato Branco, Clevelândia e Francisco Beltrão –, a partir da trajetória de vida de José Antônio Enearo. Com início ainda nas primeiras décadas do século XX, o percurso da personagem engloba e se relaciona a inúmeros momentos nacionais conturbados, tais como a Guerra do Contestado (1912 – 1916), a Revolta dos Posseiros (1957) e a Ditadura Militar (1964 – 1985), os quais são criticamente revisitados na diegese.

Quando meninos viram homens: Sementes de coragem (2021), de Marcos Vinícius Bortolli, é o segundo romance da trilogia do autor, também inserido na fase crítica/mediadora, como exemplar da modalidade romance histórico contemporâneo de mediação. Com forte teor historiográfico, o relato é a continuação do primeiro título, no qual a família Di Soranzi enfrenta as dificuldades geradas pelo Estado Novo, nas décadas de 1930 e 1940.

Quando meninos viram homens: Terra vermelha (2021), de Marcos Vinícius Bortolli, é o terceiro e último título da trilogia, também representante da fase crítica/mediadora e classificado como romance histórico contemporâneo de mediação. Acompanha e finaliza a saga familiar dos Di Soranzi a partir de uma perspectiva bastante historicista – que beira ao didatismo –, no qual reelabora o sudoeste paranaense e a Revolta dos Posseiros, ocorrida em 1957.